

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

8.ª SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME XII



LISBOA  MCMLXVI

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

1.ª série
Anuário de Arqueologia e História - Jornal dos Arqueólogos Portugueses
Arqueólogos, 10 fascículos (1885)*.

2.ª série
Boletim de Arqueologia e de Arquitectura e de Arqueologia da Real Associação dos
Archeólogos e de Arqueologia Portugueses, volumes I (1878)*,
II (1880)*, III (1882)*, IV (1884)*, V (1886)*, VI (1888)*, VII (1890)*.

3.ª série
Boletim de Arqueologia e de Arquitectura e de Arqueologia da Real Associação dos
Archeólogos e de Arqueologia Portugueses, volumes VII (1883)*
e VIII (1890)*.

4.ª série
Boletim de Arqueologia e de Arquitectura e de Arqueologia da Real Associação dos
Archeólogos e de Arqueologia Portugueses, volumes IX (1901)*,
X (1904)* e XI (1907)*.

5.ª série
Boletim de Arqueologia e de Arquitectura e de Arqueologia da Real Associação dos
Archeólogos e de Arqueologia Portugueses, volumes XII (1910)*
e XIII (1913)*.

6.ª série
Arqueologia e História, volumes I (1925)*, II (1927)*, III (1929)*,
IV (1931)*, V (1933)*, VI (1935)*, VII (1937)*, VIII (1939)*,
IX (1941)* e X (1943)*.

7.ª série
Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, volumes I
(1934)*, II (1936)*, III (1938)*, IV (1940)*, V (1942)*, VI (1944)*,
e VII (1946)*.

8.ª série
Arqueologia e História, volumes I (1945)*, II (1947)*, III (1949)*,
IV (1951)*, V (1953)*, VI (1955)*, VII (1957)*, VIII (1959)*,
IX (1961)*, X (1963)* e XI (1965)*.

IV LXXVI MCM

Os volumes marcados com * estão esgotados.

ASSOCIACAO

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Associação dos Arqueólogos Portugueses

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

1.^a SÉRIE

Arquivo de Architectura Civil — Jornal dos Architectos Portuguezes e Archeologos, 10 fascículos (1865)*.

2.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes I (1876)*, II (1880)*, III (1882)*, IV (1886)*, V (1888)* e VI (1890)*.

3.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes VII (1893)* e VIII (1900)*.

4.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes IX (1901), X (1904) e XI (1907).

5.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes XII (1910) e XIII (1913)*.

6.^a SÉRIE

Arqueologia e História, volume I (1922)*, II (1923)*, III (1924), IV (1925), V (1926), VI (1928), VII (1929), VIII (1930), IX (1930) e X (1932).

7.^a SÉRIE

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, volumes I (1934)*, II (1936)*, III (1937)*, IV (1938), V (1941), VI (1942) e VII (1943).

8.^a SÉRIE

Arqueologia e História, volumes I (1945)*, II (1946), III (1947), IV (1947), V (1951), VI (1955), VII (1956), VIII (1958), IX (1961), X (1962) e XI (1964).

Os volumes marcados com * estão esgotados.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

8.ª SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME XII



LISBOA  MCMLXVI

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
BIBLIOTECA

N.º 1285

DATA 20/6/88

BIBLIOTHECA

DA

ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUESES

Edifício Histórico do Carmo

TÁBUA DAS MATÉRIAS

	Págs.
Um erro curioso na chancelaria da Ordem de Cristo — <i>António Paes de Sande e Castro</i>	9
O problema da Torre «Centum Cellæ» de Belmonte — <i>Aurélio Ricardo Belo</i> †	23
Alabastros de Nottingham — <i>João Couto</i>	35
Sigilografia, entrevista com a Idade Média — <i>Francisco de Simas Alves de Azevedo</i>	43
Subsídios para uma carta arqueológica do concelho de Loulé — <i>Afonso do Paço e José Farrajota</i>	65
L'émergence de l'Homme et la genèse de son intelligence — <i>Abbé André Glory</i> †	93
Moeda árabe rara — <i>Fernando da Silva Correia</i> †	107
Numão pré-histórico — <i>J. A. Pinto Ferreira</i>	113
Orca do Seixinho — <i>António Augusto Tavares e Donato de Almeida e Cunha</i>	123
Dificuldades do povoamento de Trás-os-Montes durante a 1. ^a Dinastia — <i>José Timóteo Montalvão Machado</i>	137
Palmela e os Du Maurier — Reparos a uma obra de Daphne Du Maurier — <i>José de Campos e Sousa</i>	151
Para a história de Oeiras — <i>Rogério de Figueiroa Rego</i>	181

	Págs.
A grande importância dos pólenes no estudo da pré-história — <i>Octávio da Veiga Ferreira</i>	189
Um templo visigótico em S. Gião (Famalicão da Nazaré) — Estre- madura — <i>Eduíno Borges Garcia</i>	201
Relatório das escavações feitas na estação neo-eneolítica de Mon- tes Claros — <i>Leonel Ribeiro</i>	221
Vases campaniformes decorés à la cordelette dans le sud de la France — <i>Jean Guilaine</i>	285
A arte rupestre na província portuguesa de Moçambique — <i>Octávio Roza de Oliveira</i>	303
S. Gião: descoberta e estudo arqueológico de um templo cristão- -visigótico na região da Nazaré — <i>D. Fernando de Almeida e Eduíno Borges Garcia</i>	337
Como li história de Portugal nos homens, monumentos e paisa- gens do Brasil — <i>José Timóteo Montalvão Machado</i>	349
Materiais argáricos de Reguengos de Monsaraz — <i>Afonso do Paço e D. Fernando de Almeida</i>	363
Necessidade urgente de defender o nosso património nacional — <i>João Pires de Campos</i>	373
Informações	401

UM ERRO CURIOSO NA CHANCELARIA DA ORDEM DE CRISTO

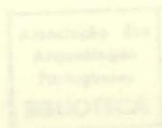
pelo

sócio efectivo

António Paes de Sande e Castro

Oração inaugural do ano associativo, proferida

em 23 de Novembro de 1957



UM ERRO CURIOSO NA CHANCELARIA DA ORDEM DE CRISTO

Minhas Senhoras e meus Senhores:

A este trabalho, modesto e enfadonho como V. Ex.^{as} verão, dei o título «*Um erro curioso na Chancelaria da Ordem de Cristo*».

Porém, o erro não é o que a própria Chancelaria confessa (e por duas vezes), mas outro.

Quem na Torre do Tombo, requisitar, para leitura, os tombos da Comenda de São Mamede do Mogadouro, na Ordem de Cristo, receberá quatro códices, numerados 398, 341, 342 e 343.

A fls. 71 do primeiro, encontra-se o tombo da Comenda de Santa Maria de Castelo Branco, termo do Mogadouro, onde se lê:

«ha cabeça da dita comenda do mogadouro he a Villa de castelbranco de tras os montes na qual Villa a hordem tẽ hũa egreja da Inuocaçom de nossa Senhora cõ suas anexas, &&&»

A invocação era de Nossa Senhora da Assunção. Em 20 de Novembro de 1507 o Rei mandara, a Dom João Pereira, Fidalgo de Sua Casa, do Seu Conselho e Comendador de Cassével, e ao bacharel Diogo do Rego, ambos eles Visitadores da Ordem de Cristo, que fizessem o tombo da Comenda de Santa Maria de Castelo-Branco para o que já houvera,

desde 5 de Dezembro de 1500, consentimento do Capítulo Geral celebrado no Convento da Vila de Tomar.

Serviria de escrivão Frei Francisco, capelão de Sua Alteza, Notário apostólico da Ordem e escrivão público da Visitação.

Os lugares povoados desta Comenda, aludidos neste tombo eram:

Castelobranco — Meirinhos — Val do porco — Vilar de Rei — Vila de Sinos — Ventozêlo — Vilarinho — Brocas — Valverde — Paradela — Brunhoso — Reimondes — Soutêlo — Val da Madre — Figueira — Azinhoso — Vila dala — Buduendo — Nogueira — Zava — São Martinho — São Payo — Macêdo — Peso — Castanheira — Prado — Tô — Sanhoane — Algosinho — Bemposta e Vilariga.

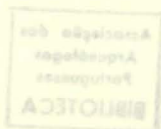
Está, portanto, este códice fora do seu lugar. Mas nada perdere-mos em voltar a ele, dentro de momentos.

O que se pretendia encontrar era o tombo da Comenda de *São Mamede e Santa Maria de Penas Roias* (da invocação de São João Baptista), como está na sua constituição de 11 de Junho da era de 1359, e na doação que, vinte e quatro anos antes, fizeram em Coimbra El-Rei Dom Diniz, Sua Mulher Dona Isabel, Seu Filho Dom Afonso e a Infanta Dona Constança, da Vila de Mogadouro aos Templários com o censemtimento do Arcebispo de Braga, Dom Martinho ⁽¹⁾.

Não nos remontaremos ao século XIV. Embora este pequeno trabalho foque um erro da Chancelaria feito no século XVII, parece-me interessante começar por ver em que mãos se encontrava esta Comenda no final do século XVI.

Precisamente em 17 de Abril de 1589, recebeu-a Bernardim Ribeiro Pacheco, capitão das naus da Índia, «q̃ vagou p^r falecymto de domgomes M.^{el}», como se lê a fls. 16 verso do L.^o 3.^o da Chancelaria da Ordem. Nela procurei inútilmente, a mercê desta Comenda a *Dom Gomes Manuel*;

(1) «Portugaliae Monumenta Historica» — *Leges et consuetudines*, p. 721 a 731.



o índice não inclui tal nome. Tratei de identificar o honrado, auxiliando-me de Alão de Morais, Manso de Lima, Abreu Castello-Branco e Felgueiras Gayo.

Alão, na *Pedatura*, em título de Melos, sob o n.º 4 (tomo I — Vol II) chama-lhe *Dom Gomes de Melo* e diz ser Trinchante do Infante Dom Luís, ou Copeiro-Mór do Infante Dom Duarte, e Alcaide-Mór de Lamego; filho de Diogo de Melo, Provedor de Évora, e de Dona Maria Manuel, Camareira-Mór da Infanta Dona Isabel, e filha de Dom Francisco de Faro e de Dona Leonor Manuel; e dá-o como marido de Dona Mécia Pereira, filha de Antão Rodrigues da Câmara, o Mulato; a duas de suas irmãs dá-lhes o apelido de Noronha.

Manso de Lima, em título Figueiredos, n.º 888, designa-o como Dom Gomes de Melo de Figueiredo, Provedor de Évora, Alcaide-Mór de Lamego, Copeiro-Mór do Infante Dom Duarte e Comendador do Mogadouro (*sic*) na Ordem de Cristo; dá-lhe por pais Dom Diogo de Melo e Dona Maria Manuel; e como mulher Dona Mécia Pereira. Mas, fazendo confusão, acrescenta: «do seu casamento com Dona Mécia Pereira teve a Dom Gomes de Melo que sucedeu em 1583 a seu pai na Comenda de São Miguel do Mogadouro» (²).

O *Tratado dos Figueiredos* (³) chama-lhe Dom Gomes de Noronha, filho de Diogo de Melo (com o ofício de Provedor de Évora que fora de seu pai e de seu avô Gomes de Figueiredo) e de Dona Maria Manuel, Camareira-Mór da Infanta Dona Isabel; e acrescenta que foi Copeiro-Mór do Infante Dom Duarte e que casou com Dona Mécia Pereira, filha de Antão Rodrigues da Câmara.

(²) Na doação régia lê-se: *Sancti Mametis do Mogadouro et Santa Maria de Penas royas cum suis Cappelis &&&*:

(³) Na Secção de Reservados — Biblioteca Nacional — «Colecção Pombalina», 364, n.º 34.

Felgueiras Gayo, em título Figueiredos, § 22, n.º 10 (Morgado da Ribeirinha) chama-lhe Dom Gomes de Melo Noronha e Figueiredo; diz fora Copeiro-Mór do *Rei* Dom Duarte, Alcaide-Mór de Lamego, casado com Dona Mécia Pereira, e filho de Diogo de Melo e de Dona Maria Manuel.

Também a *História Genealógica da Casa Real* fala de Dom Gomes de Melo, Alcaide-Mór de Lamego, que serviu ao Duque de Bragança Dom João I, e, na Ordem de Cristo, fora Comendador de São Mamede do Mogadouro e de São Pedro da Veiga da Silva.

Era, sem dúvida, um *Manuel* e assim o designa a Chancelaria no passo já citado. O índice, porém, não indica onde está registada a mercê a qualquer dos nomes apontados pelos genealogistas: Gomes de Melo — Gomes de Figueiredo — Gomes de Noronha.

Quando Bernardim Ribeiro Pacheco teve a Comenda de São Mamede, renunciou outra, na mesma Ordem, que possuía desde 1583, a de Santa Maria de Vila Cova, no Arcebispado de Braga. Cinco anos depois, foi-lhe ordenado fazer tombo ⁽⁴⁾ obtendo provisão de espera, por mais seis meses, em 19 de Março.

Era ele filho de Luís Ribeiro e de Isabel Pacheco; e, por sua mãe, bisneto de Álvaro Fernandes, o Grifo. Casou com Dona Maria de Vilhena, filha de Don Manuel de Menezes, Camareiro-Mór do Infante Dom Duarte e embaixador de Dom João III a França. Deste casamento houve geração masculina que se extinguiu.

Por morte de Bernardim Ribeiro, foi esta Comenda concedida, em 20 de Janeiro de 1599, a António Pereira Lopes de Berredo, do que se passou alvará em 6 de Janeiro de 1600 ⁽⁵⁾. Em 15 seguinte, novo alvará, em que se lia:

⁽⁴⁾ Ch.ª da Ordem — L.º 13, fls. 325 v.º.

⁽⁵⁾ *Id.*, *id.* — L.º 13, fls. 326 v.º.

«... que auêdo respeito aos seruicos que fes antº p^{ra} caulº profeso da dita hordẽ do meu cº tem feito aos Reis meus predecessores e em particular al Rej meus^{or} e pay que esta em gloria epor folgar de lhe fazer por elles merce ey porbem emepraz delhe fazer que a Comêda de São mamede do mogadouro do arcebisnado debragua de que ora lhe fis merce fique por seu falesim^{to} aseu filho mais uelho &».

António Pereira de Berredo foi General da Armada de alto bordo, Governador e Capitão-Geral de Tânger, cativo em Alcácer-Kibir e possuía duas Comendas, na Ordem de Cristo, a de Mazagão e a de Arganil, que largou quando recebeu esta nova mercê. De Tânger deu ordem ao seu procurador para que requeresse o tombo da Comenda de São Mamede, o que lhe foi deferido em provisão régia de 5 de Julho de 1605. Faleceu em 1 de Janeiro de 1614. Era filho de Ambrózio Lopes Homem e de Dona Maria Pereira, filha de Rui Vaz Pereira de Berredo. Voltaremos a este ponto.

Em 7 seguinte, seu filho mais velho, Ambrózio Pereira de Berredo, Almirante da Armada em Tânger, apresenta aquele alvará e obtém o cumprimento da promessa, com a Comenda, de que se passou Carta em 3 de Março, registada em 18 de Abril ⁽⁶⁾. Casou com Dona Joana de Meneses, filha do Alcaide-Mor de Tavira, Henrique Corrêa da Silva.

Na mesma Chancelaria consta que, por alvará de 28 de Agosto de 1649 ⁽⁷⁾ foi concedida, a seu filho segundo, mas herdeiro, Bernardo Pereira de Berredo, Governador de Portalegre, licença para administrar por tempo de dois anos, «a Comenda do mogadouro que vagou por Seu Pai...»; por alvará de 8 de Fevereiro de 1652 ⁽⁸⁾, licença para adminis-

⁽⁶⁾ *Id.*, *id.* — L.º 21, fls. 10 v.º.

⁽⁷⁾ *Id.*, *id.* — L.º 40, fls. 112 v.º.

⁽⁸⁾ *Id.*, *id.* — L.º 41, fls. 5 v.º.

trar durante outros dois anos «a Com.^{da} do mogadouro deq̃ lhe tenho feito m.^{co}»; por alvará de 2 de Abril de 1656, ainda mais dois anos ⁽⁹⁾; e, finalmente, por alvará de 10 de Fevereiro de 1659 ⁽¹⁰⁾ outros dois anos. Por Carta de 14 de Setembro de 1661 obtinha a Comenda e dela tomava posse ⁽¹¹⁾. Casou com Doña Catalina Francisca de Avalos, Dama da Duquesa Doña Luisa de Guzmán, e filha de Nicolás de Sotomayor e de Doña Catalina de Avalos. Ambas estas senhoras vieram de Castela para Vila Viçosa no séquito da futura Duquesa, a mãe como Dama de Honor e a filha como Dama.

Num alvará, datado de 10 de Setembro de 1678 ⁽¹²⁾ lê-se, a respeito de Dom Afonso de Castro:

«Hej por bem delhe fazer mais m.^{co} da Com.^{da} de São Mamede do Mogadouro q̃ asi mesmo uagou por seu Paj a cujo titolo lhe tenho mandado lansar ohab^o dad^a ordem...».

E, a seguir a ele, no mesmo livro e folha, está escrita, com data de 7 de Julho de 1678, a Carta de Comenda nestes termos:

«Hei por bem emepras fazerlhe m.^{co} dad^a Com.^{da} de São Mamede do Mogadouro q̃ he damesma ordem e Arcebispado de Braga e uagou por Bern.^{do} Per^a de Berredo seu Paj ultimo Com.^{dor} q̃ nella foi, ...».

e que falecera em 25 de Setembro de 1674.

Isto é: a Comenda passou, seguidamente, de António Pereira a seu filho Ambrózio Pereira, a seu neto Bernardo Pereira e a seu bisneto Afonso Pereira.

⁽⁹⁾ *Id.*, *id.* — L.^o 42, fls. 110 v.^o.

⁽¹⁰⁾ *Id.*, *id.* — L.^o 51, fls. 160 v.^o.

⁽¹¹⁾ *Id.*, *id.* — L.^o 47, fls. 145.

⁽¹²⁾ *Id.*, *id.* — L.^o 61, fls. 53 v.^o.

Por morte deste último, sem geração legítima, a Comenda ficou vaga até 29 de Novembro de 1689 em que foi concedida a António Paes de Sande ⁽¹³⁾ na seguinte forma:

«... há p^r bem fazerlhe m.^o da Comenda de São Mamede do Mogadouro q̃ uagou por don Afonso Perejra...».

E na linha varonil de António Paes se conservou a Comenda em seis gerações sucessivas: seu filho João, seu neto Nicolau, seu trineto João Manuel, seu 4.^o neto Manuel e seu 5.^o neto Salvador Paes, último Comendador por decreto de 18 de Maio de 1864, em verificação da segunda das duas vidas mais concedidas a João Manuel Paes em 21 de Março de 1795, quem requereu o tombo da Comenda, constante dos códices 341 e 343.

Fica, assim, completo, documentado e sem solução de continuidade, o rol dos comendadores desde 1583, ou seja, durante 281 anos.

Voltemos à Chancelaria, agora para buscar o que nos interessa da Comenda de Santa Maria de Castelo-Branco.

Abramos o L.^o 35, a fls. 33, lá encontramos um alvará com data de 12 de Julho de 1597 ⁽¹⁴⁾ concedendo a Luís Álvares de Távora uma vida mais na Comenda de *Santa Maria de Castelo Branco*; mas à margem, está escrito:

«Luis alurs detauora alr^a dehũa vida mais na Com^{da} desão Mamede do Mogadouro.».

⁽¹³⁾ L.^o V de Mercês de Dom Pedro II, fls. 195.

⁽¹⁴⁾ Traslado do L.^o 12 da mesmo Ch.^a, fls. 349.

E, na mesma folha, com data de 20 de Dezembro de 1616 (19 anos depois) está uma apostilha que diz:

«por nelle se errar o nome da Com^{da} daqual auia de dizer a Com^{da} de São mamede do mogadouro e disese a Com^{da} des^{ta} m^a de Castelo branco eq^{do} delle seorar se pora a Com^{da} desão mamede do mogadouro ã nesta he A enq̃ lhetenho feito m.^{co} dehũa vida mais na mân^{ra} Referida...».

Ora, em Dezembro de 1616, como vimos, a Comenda de São Mamede estava, *desde dois anos antes*, nas mãos de Ambrósio Pereira de Berredo que a teve até à sua morte em 1649. Pergunta-se: será possível que, desde 1597 até 1649 (durante 52 anos), tenha havido *simultâneamente* dois comendadores da mesma Comenda, sem conflitos nem protestos no recebimento das rendas ou no pagamento dos encargos?

Mas, abramos outro livro, o que tem o número 12. O que lêmos a fls. 349 é ainda mais curioso. Lá está transcrito o mesmo alvará com data de 12 de Julho de 1597. E, se lermos a data do alvará registado *imediatamente antes*, vemos 1626; e também 1626 é a data do registado *imediatamente depois*. A única conclusão que se poderá tirar: o alvará de 1597 foi ali encaixado. Erro ou intuito? É ainda de notar que este alvará diz, à margem:

«Luis alur^s detauora alv^a de hũa vida mais na com^{da} de S^{ta} m^a de castellobranco João Mêdes alu^{ra}».

E, depois de no texto se escrever:

«he me praz de fazer m.^{co} aoditto Luis alur^s detauora de hũa vida mais na ditta Comenda de Santamaria de Castello-branco...»

segue uma apostilha que diz:

«Hey porbem q̃ o aluara acima secumpra sem embargo denelle seerar onome da Com.^{da} q̃ auia dedizer a Comenda de Sammede do mogadouro, e dissesse a Comenda de Santamaria de Castello Branco».

Como se viu, em 1626 era Ambrózio Pereira Berrêdo o Comendador de *São Mamede* e era-o ainda em 24 de Agosto de 1634 ⁽¹⁵⁾ quando lhe foi dada provisão para, *como tal*, ter uma das 3 chaves do cofre da fábrica da Igreja da *sua* Comenda; e, também, em 1636 quando se lhe deu idêntica provisão em 17 de Novembro ⁽¹⁶⁾.

Rebusquemos um pouco mais. Que sucedia em 1594 (antes, portanto, do alvará de 97)? O L.^o 10.^o da Chancelaria da Ordem mostra-nos, a fls. 277, a comissão para o tombo da Comenda de *São Mamede* a Bernardim Ribeiro Pacheco; e, cinco folhas mais adiante, a provisão (a Luís Álvares de Távora) para tombar a Comenda de *Santa Maria de Castello-Branco*. Cada um no seu.

É ocasião, agora, de voltarmos a examinar os códices que nos entregaram para leitura. Tomemos um ao acaso, o n.^o 341.

Lá vem transcrito o tombo da Comenda de *São Mamede* requerido por António Pereira de Berrêdo em 1603, isto é, *posteriormente* à mercê de 1597 a Luís Álvares de Távora que, em 1616 e em 1626, aparece com o *diogo que não digo*.

A respectiva provisão é de 1 de Setembro de 1603, nomeando juiz do tombo o bacharel António Cardoso que, por seu turno, nomeou escrivão a Pêro Coelho, tabelião do público e judicial da vila do Mogadouro.

⁽¹⁵⁾ Ch.^a da Ordem — L.^o 27, fls. 230 v.^o.

⁽¹⁶⁾ *Id.*, *id.* — L.^o 28, fls. 325.

As diligências começaram em 3 de Outubro nas casas que nessa vila possuía Fr. Jerónimo Sobrinho, reitor da Igreja de São Mamede. Este religioso, antes de declarar dizer a verdade «poz a mão no peito e habito de Christo que trazia»...

Seguiram os trabalhos em Milhazes, Zafra e Paradela. Aqui, os informadores ajuramentados disseram que «os dizimos assim de pam e vinho e mais couzas se tiram delles a quinta parte que pertence ao Arcebispo de Braga e das quatro partes leua o Comendador desta Comenda de Sam Mamede as duas partes e as restantes duas partes pertencem a Comenda velha do Senhor Luis Alueres de Tavora e que as permicias todas de pam e vinho sam e pertencem a dita Comenda de Sam Mamede sem outrem ninguem entrar nem ter nella parte...». Mais adiante lê-se, confirmando:

«...Elles (os demarcadores) declaram que o dito Comendador desta Comenda e o da Comenda Velha que hora he o Senhor Luiz Alveres de Tavora que ambos elles paguão pello meyo os emcarregos da Igreja deste lugar e cumprem ambos pello meyo com as obras que por vezitações sam mandadas fazer aos Comendadores nesta Igreja e que tudo isto acima paguam ambos os ditos Comendadores de premeyo.»

Está certo. Cada um na sua casa e Deus na de... ambos.

E vou terminar porque já abusei da paciência de Vossas Excelências.

Quando os demarcadores chegaram ao caminho de Valverde, disseram ao Juiz:

«entre termo e lemite deste lugar que não se deu com marcos por serem meeyrosdella com os da Comenda do Senhor Luiz Alvares de Tavora....».

Nas Moreyras «foi citado o Senhor Luiz Alvares de Tavora por mim taballiam para estar a esta demarcação com elles». Também lá está escrito:

«de toda esta demarcação que tem feito neste tombo para dentro da parte da villa do Mogadouro zaua e val de Madre hê da Comenda de Sam Mamede e pella outra parte toda fica partindo com terras da Comenda velha que hê do Senhor Luiz Alveres de Tauora.».

E, para que não pudesse haver confusões, repetem:

«toda a mais (demarcação) athe aqui feita comfronta e demarqua e parte com a dita Comenda velha de nossa Senhora de Castello Branco de que hê comendador o dito Senhor Luiz Alveres de Tavora. E por assim ser eu taballião dou fêe que citey na dita Villa ao dito Senhor Luiz Alveres de Tauora *em sua pessoa* para que mandasse assestir por sua parte a esta demarcação *por partir com a dita sua Comenda* do que o dito Senhor respondeo que elle se daua por citado para esta demarcação e que não hera necessario mandar que eu por sua parte assista a ella porquanto elle hauia por bom e bem demarquado tudo o que os demarquadores fizessem e demarquassem e consentia em tudo o que elles nisso fizessem e se daua em tudo por citado para isso.»

A cena repetiu-se no Azinhoso e na Vilariça; e, em 18 de Outubro, no lugar do Peso escreveu-se no tombo:

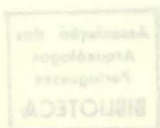
«...e se fes esta demarquassam dando nella o dito Juiz e mim escriuão com o dito Procurador e os demarquadores que todos

andamos apegando pella maneyra que dito fica e parte e comfronta toda esta demarcação com terras e propriedades de que pertensem os dizimos de todas estas com que assim parte a Comenda Velha de nossa Senhora de castello Branco de que he comendador o Senhor Luiz Alveres de Tauora com a Comenda de São Mamede da qual comfrontada esta demarcação o qual Senhor eu taballiam citey para esta demarquassam e elle se deu para isso por citado e disse não ter duuida do que nela se demarquasse e comtudo o cetey para ella e a sua Reveria se fes esta demarquassam atras e não houve quem a contradisesse...».

Quem seria este Senhor Luiz Alveres de Tauora que, em 1603, não se opôs a nada do que se fez sobre o tombo da Comenda de São Mamede? Precisamente o mesmo a quem se refere o alvará de 1597 e as apostilhas de 1616 e de 1626! O futuro 1.º Conde de São João da Pesqueira.

O tombo estava a ser feito, com o seu pleno acordo, seis anos depois do alvará e 13 e 23 anos antes daquelas apostilhas, respectivamente. Estas foram escritas já depois de ter falecido Luiz Alveres de Tauora. E é nelas, e não no alvará de 1597, que reside o erro da Chancelaria. Erro propositado?

Tenho dito.



O PROBLEMA DA TORRE «CENTUM CELLÆ» DE BELMONTE

«MANSIO» OU «PRÆTORIUM»?

pelo

sócio efectivo

Aurélio Ricardo Belo †

O PROBLEMA DA TORRE «CENTUM CELLÆ» DE BELMONTE

«MANSIO» OU «PRÆTORIUM»? ⁽¹⁾

N O importante diário do Porto *O Primeiro de Janeiro*, de 18 de Outubro último, publica o Dr. Adriano Vasco Rodrigues, que se intitula professor de Arqueologia Peninsular da Universidade do Porto, um artigo onde afirma categoricamente ter decifrado o mistério da Torre *Centum Cellæ*, de Belmonte, fundamentando-se em observações aéreas pessoais, na comparação de fotografias deste Monumento, tiradas por ele de diversos ângulos, com dezenas de fotografias de edifícios nacionais e estrangeiros que lhe parecem idênticos no seu sistema de construção e destino, e em variados testemunhos de mero

(1) O saudoso consócio, Dr. A. Ricardo Belo, não chegou a ver publicado o que escrevera em defesa do seu ponto de vista sobre a remota função da Torre *Centum Cellæ*. Embora com atraso, por motivos estranhos à Revista, as suas linhas não perdem oportunidade como achegas para o esclarecimento de problema com tanto interesse. Também a veemência desculpável posta na defesa do seu ponto de vista, mostra como aos 80 anos a têmpera em nada ficava a dever à dos 20!

A Redacção da Revista julga cumprir o seu dever publicando o escrito pelo Dr. Belo, atendendo não só ao seu valor científico, mas também à personalidade respeitável que pretendeu assim defender-se e justificar-se perante os seus confrades.

O artigo, enviado para o *Jornal do Fundão*, veio depois para a *Arq. e H.* (F. A.)

valor subjectivo, por vezes irrisórios, acrescentando que este mistério tem sido um grande quebra-cabeças dos arqueólogos.

Afirma o ditado que pelo estrondoso rodar da carruagem logo se conhece quem nela vem, e na verdade, só um homem excepcionalmente dotado de poderes misteriosos e de faculdades sobrenaturais emanadas dos Espíritos Divinos pode decifrar o mistério do *Centum Cellæ* que, como qualquer outro mistério, não é susceptível de decifração, por inacessível à natureza humana.

Agradeço ao Sr. Dr. Adriano Vasco Rodrigues a honra que me confere incluindo o meu nome, ainda que veladamente, entre aqueles arqueólogos que há séculos têm quebrado a cabeça com a solução do que eu chamo prosaicamente «O Problema de *Centum Cellæ*». No entanto, o traumatismo sofrido não foi tão contundente que me impossibilite de verificar com profundo desgosto e admirar, estupefacto, a coragem audaz, a imprudência ou inconsciência de publicar num jornal de grande expansão um artigo onde, a par de infantil vaidade pavoneada, se nota carência dos mais elementares conhecimentos sobre a história da Época Romana na Península Ibérica, facto que não pode admitir-se num Professor de Arqueologia Peninsular da Universidade do Porto.

O artigo em questão presta-se desde o princípio ao fim, pela omissão fortuita ou propositada de factos fundamentais para a solução do problema de *Centum Cellæ*, a uma crítica que não pode deixar de ser severa mas justa, tanto mais que a uma hermenêutica de contrabando se junta egocentrismo mórbido e balofo.

Não vou hoje comentar toda a matéria contida no citado artigo de *O Primeiro de Janeiro*, ficará para outra ocasião; limito-me por agora a mostrar aos leitores do *Jornal do Fundão*, o que se me oferece dizer a respeito da última parte do trabalho do Sr. Dr. Adriano Rodrigues a que dá o sub-título: *Tratar-se-á do Acampamento da VII legião?*

Para nós, simples mortais, que não estamos nos segredos dos Deuses, é particularmente difícil responder a tal pergunta, desde que não nos informem se é da Legião VII Gemina ou da não Gemina que se trata.

O Sr. Dr. Rodrigues, mensageiro das Divindades Olímpicas, tentando mostrar aos profanos que a interrogativa é legítima, oportuna e sugestiva, não tem hesitações, atira ao ar um deslumbrante foguetão pirotécnico-arqueológico, precioso mimo de erudição sobre história da época romana na Lusitânia e tema magnífico para uma brilhante lição de Arqueologia, o qual transcrevo integralmente:

Uma antiga tradição localiza a Lancia Opidana ou Epidana na Guarda ou suas proximidades.

Segundo o Itinerário de Antonino, uma espécie de roteiro das estradas romanas, a seguir a Lancia encontrava-se a nove milhares de passos a Sétima Legião. Tomando como comprimento da milha a medida aceite de 1478,5 m teremos que a Lancia estava a 13 306,5 m, a distância que está de acordo com a localização da Guarda, em relação a «Centum Cellæ». É sugestiva esta hipótese, mas a falta de documentos epigráficos não nos permite, por enquanto, verificá-la. Talvez agora a exploração local venha resolver este novo problema.

É extraordinário como em meia dúzia de linhas foi possível acumular tanto erro, tanto disparate, de mistura com expressões mutiladas e interpolações nos textos dos autores antigos e modernos. Isto só pode explicar-se ou por ignorância ou porque, convencido de ter decifrado o tal mistério do *Centum Cellæ* e pretendendo por esse facto ter direito à celebridade no restrito ambiente arqueológico nacional, não hesita em usar processos censuráveis, para afinal de contas se verificar que a montanha, em lugar de dar à luz um mísero ratinho, deu à grande publicidade um monstro teratológico que é mister escalar, em desagravo daqueles sentimentos chamados dignidade e probidade científicas que o sr. Doutor conscientemente menosprezou.

Não é a tradição antiga que localiza Lancia Opidana na Guarda, foi o falecido general João de Almeida, natural desta cidade, um dos autores que emitiram essa hipótese, sem contudo apresentar documentos arqueológicos ou históricos que confirmassem o seu ponto de vista.

Condições geográficas e arqueológicas da região dos Lancienses Opidanos contrariam a localização da sua capital na Guarda.

O Sr. Dr. Rodrigues julga-se no direito de usar indiferentemente das expressões Lancia Opidana e Lancia Epidana, pois salvo opinião mais autorizada, não tem tal direito ainda mesmo que Opidana e Epidana tivessem idêntico significado, nem tem autoridade científica para alterar a toponímia geográfica da Lusitânia, interpolando-lhe vocábulos novos ou desconhecidos.

Ê «Lankia Oppidana» o nome empregado pelo geógrafo grego do séc. II de Cristo, Cláudio Ptolomeu, para designar uma cidade da Lusitânia, que situa ao Norte do Tejo, como se vê nas Tábuas Geográficas.

Ê Lancia Opidana e não Epidana o termo usado por escritores nacionais e estrangeiros, como entre outros, Leite de Vasconcelos, Virgílio Corrêa, João de Almeida, Gabriel Pereira, Hübner, Scarlat Lambrino, etc.

Ê Lancia e não Epidana que se vê inscrito nos Monumentos Lapidares oficiais, como por exemplo no Marco Divisório — Terminus Augustalis — entre os territórios dos Lancienses Opidanos e dos Igaeditanos colocado no tempo do Imperador Augusto, no começo do séc. I de Cristo, em Salvador do concelho de Penamacor, o qual nas últimas três linhas reza assim:

TERM. AVG. INTER

LANC. OPPID. ET

IGAEDIT.

cujá leitura, prolongando as abrevituras, é a seguinte:

*Terminus Augustalis inter Lancienses Oppidanos
et Igaeditanos*

Idêntico facto se observa noutro testemunho oficial, como é o da inscrição da ponte da Alcântara, construída sobre o Tejo no ano 106, no reinado do Imperador Trajano, na qual inscrição, entre os onze muni-
cípios que contribuíram para a construção da referida ponte, são mon-
cionados por extenso os «IGAEDITANI — LANCIENSES OPPIDANI».

Junte-se ainda a inscrição de Idanha-a-Velha, na qual certo Albino, filho de Tangino, *Lanciensi Oppidano*, isto é, natural de Lancia Oppidana, por disposição testamentária, foi homenageado com uma lápida fune-
rária por uma tal Amena. Esta inscrição é do séc. I de Cristo, segundo
opinião do Prof. Lambrino.

Em seguida diz o sr. Dr. Rodrigues pela boca do seu mostrengo
teratológico: — *Segundo o Itinerário de Antonino, a seguir à Lancia
encontrava-se a Sétima Legião a nove milhares de passos ou sejam
13 306,5 m, distância que está de acordo com a localização da Guarda
em relação a «Centum Cellæ».*

Isto diz o mostrengo, mas não o diz o Itinerário de Antonino, nem
qualquer autor nacional ou estrangeiro.

É absolutamente falso que este Itinerário mencione qualquer das
Lancias, seja a Opidana, Epidana, a Transcudana ou simplesmente Lan-
cia, em qualquer ponto da Província da Lusitânia.

É igualmente falso que o referido Itinerário, na descrição do tra-
çado das vias militares romanas da Lusitânia, fale na Legião VII, quer
seja a chamada Gemina quer na que não era Gemina.

É também falso que a distância da Guarda a *Centum Cellæ* seja
de 13 306,5 km. A distância é de 24 km, quase o dobro, e portanto não
há acordo de distância entre a suposta Lancia da Guarda e a incerta
Legião VII no hipotético acampamento de *Centum Cellæ*.

Terminada a primeira fase desse rápido acto de escarpelação, mostra-se e conclui-se, sem receio de contradita, que:

- 1) — O sr. Dr. Prof. Adriano Vasco Rodrigues não sabe, ou finge não saber, que foram os escritores Fortunato de Almeida e general João de Almeida, que tentaram localizar a Lancia Opidana na cidade da Guarda, baseados talvez nos dados muito discutíveis de Ptolomeu.
- 2) — Não sabe ou finge não saber que tanto estes escritores como os anteriormente citados e muitos outros não citados empregam unicamente a expressão Lancia Opidana e nunca Epidana.
- 3) — Não sabe ou finge não saber que é «Lancia Oppidana» e não Epidana, a cidade mencionada nos Monumentos oficiais lapidares da Ponte de Alcântara, do «Terminus Augustalis» de de S. Salvador e das lápidas funerárias de Idanha-a-Velha.
- 4) — Ignora ou finge ignorar o facto de o Itinerário de Antonino não mencionar qualquer das Lancias na Província da Lusitânia.
- 5) — Não sabe ou simula não saber que o Itinerário nada diz sobre a estada permanente ou temporária da Legião VII Gemina, ou não Gemina, na Lusitânia.
- 6) — Ignora ou simula ignorar que a distância entre a Guarda e *Centum Cellæ* é de 24 km e não de 13 km e poucos metros.
- 7) — Se realmente ignora a matéria constante dos articulados anteriores é caso muito lamentável, pois aos seus leitores e discípulos assiste o direito de o considerarem inapto para o ensino da Arqueologia Peninsular.
- 8) — Se efectivamente estamos em presença de um acto de dissimulação no qual fingindo ignorar tudo e utilizando o jogo «rapa», «tira», «põe» e «deixa» nos textos clássicos e nos

testemunhos arqueológicos os elementos que lhe parecem favoráveis à confirmação da sua opinião sobre a Torre *Centum Cellæ* ser um Pretório, então o caso reveste-se de muita gravidade, pois aplica um formidável pontapé na ética científica e profissional, atirando-a para um campo inconcebível, donde a luz e a verdade são escoraçadas e onde se esmagam e dilaceram as obras, textos e os próprios autores, como palha de trigo na máquina debulhadora.

Posto este dilema que coloca o Sr. Dr. Rodrigues numa posição muito delicada e da qual será difícil sair airoso, vou mostrar a alguns leitores pouco familiarizados com a História da época romana na Península Ibérica ou que julguem demasiado severa a crítica feita e duvidem da veracidade das conclusões obtidas na análise da última parte do artigo publicado em *O Primeiro de Janeiro*, no qual se afirma categoricamente ser a Torre *Centum Cellæ* um Pretório, isto é, residência de um Pretor e sede de um Tribunal Militar e Civil, vou mostrar, ia dizendo, a técnica empregada para se conseguir levantar um Pretório em Belmonte.

Um Pretório exige um Pretor, este precisa de uma Legião Pretoriana para comandar, e esta precisa do respectivo acampamento para estacionar; como necessário decorativo é preciso arranjar uma cidade que esteja à distância de IX milhares de passos do acampamento; convém ainda que esta cidade seja uma Lancia sem Opidana e que a Legião seja a VII sem Gemina.

Tais são os elementos essenciais julgados suficientes para o bom funcionamento do Pretório de Belmonte.

Acontece, porém, que nesta região e mesmo na Lusitânia há carência sensível destes elementos e então o Sr. Dr. Rodrigues vai às Astúrias, da Província da Tarraconense, transplanta de lá a Legião VII sem Geminae e sem acampamento, a Lancia sem Opidana, os IV milhares de

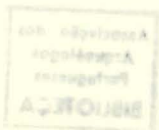
passos do troço da estrada entre uma e outra, e enxerta este complexo gomo arqueológico na região de *Centum Cellæ*.

De forma alguma este enxerto podia pegar porque, em primeiro lugar, do género Lancia sòmente pegam na Lusitânia as duas variedades, a Opidana e a Transcudana; em segundo lugar, a Legião VII Gemina tinha o seu aquartelamento permanente em Leão e da VII sem Gemina julgo que ninguém dá notícias da sua passagem pela Lusitânia; por último aquele troço da estrada com as IX milhas é muito curto para aplicar-se entre a Guarda e *Centum Cellæ*, de sorte que quem furta a ladrão tem cem anos de perdão, extirpo integralmente o enxerto, meto-o num saco e remeto-o à procedência.

Como julgo este facto inédito e sem precedentes, não me surpreende que algum leitor se mantenha ainda em estado de dúvida, e portanto peço-lhe o favor de me acompanhar numa excursão pela Tarraconense, desde a sua capital «Tarraco» (Tarragona) até «Asturica Augusta» (Astorga) e venha munido com uma tesoura de podar.

Saímos de Tarragona e seguindo sempre as indicações do Itinerário de Antonino, metemos pela antiga estrada romana, passamos em «Osca» (Huesca), em «Caesarea Augusta» (Saragoça), em «Calahorra» (Calahorra) e outras «Mansionibus» (Mansões), e tomando sempre notas da distância em milhares de passos que há entre as mansões ou paragens, chegamos a uma estação viária que o Itinerário denomina «Lance» (Lancia dos autores espanhóis) situada em plena região das Astúrias, à qual corresponde a actual povoação de Vila Sabariego.

Seguindo ainda as indicações do Itinerário, ficamos sabendo que a mansão seguinte a esta Lancia era a «Leugas», cidade ou local correspondente à actual cidade de Leão, aquartelamento da Legião VII Gemina situada a uma distância de IX milhares de passos da dita Lancia: — «Ad Leugas VII Geminan M. P. IX» —, em face do que pedi ao meu companheiro que cortasse com a tesoura este troço da estrada com as IX milhas, incluindo a Lancia Tarraconense que não é Opidana, incluindo



também no corte a VII Legião sem o seu acampamento e respectivo Pretório, mas sem Gemina, que encaixotasse tudo para ver transplantado para *Centum Cellæ* e aqui procedermos ao competente enxerto.

É então que o meu companheiro declara não cortar coisa alguma, por estar já suficientemente inteirado do método posto em prática para se chegar a esta confusão diabólica de autêntica prestidigitação arqueológica. Na verdade, trata-se de uma exibição de ilusionismo por um prestigeador inábil.

★

Numa curta conversa que travámos em *Centum Cellæ*, quando o Sr. Dr. Rodrigues afirmou que a Torre teria sido o Pretório de um acampamento romano, eu disse-lhe, recorde-me bem, que a sua ideia do «Pretório» não contrariava nem destruía a minha ideia de «Mansio», pois que sendo esta um edifício torreado e construído precisamente ao lado de uma via militar importante, e para seu serviço, é naturalíssimo que uma Legião transitando por essa via e ali acampasse por um ou mais dias, ou meses, utilizasse a «Mansio» para nelà instalar o «Praetorium», a residência do «Praetor» e do «Quaestor» e várias repartições dos Serviços Legionários. A Legião levantava o acampamento, prosseguia na sua marcha, o «Praetorium» desaparecia, e a «Mansio» continua a persistir nas suas funções múltiplas de Torre Mansão com muitas celas, Torre vigilante e protectora da estrada militar e dos viajantes funcionários do Estado, quer militares quer civis, da Posta Oficial, etc., para o que não faltava uma guarnição permanente instalada à sua volta.

Estava eu desenvolvendo esta opinião, quando a certa altura sou interrompido bruscamente e de modo incisivo pelo Sr. Doutor, proferindo as seguintes palavras textuais: — «Não, não, verá, verá, vou publicar um artigo com o meu ponto de vista e depois verá».

Confesso ter ficado aterrado com a desagradável perspectiva de ver a minha soberba e secular Torre «Mansio» metamorfoseada num efêmero e transitório «Praetorium».

Felizmente a leitura do anunciado artigo, mercê do seu nulo valor científico, dissipou todas as apreensões; a Torre *Centum Cellæ* continua como «Mansio» a resistir e resistirá às investidas destruidoras dos séculos e dos homens, em especial dos arqueólogos que não estão à altura das suas responsabilidades.

E daí, talvez haja necessidade, uma vez por outra, de nela instalar um Pretório para jugamento dos criminosos de lesa-ciência.

ALABASTROS DE NOTTINGHAM

pelo

sócio efectivo

João Couto

Oração inaugural do ano associativo, proferida
em 17 de Outubro de 1964

ALABASTROS DE NOTTINGHAM

PARA abrir o ano académico de 1964-1965, proferi na Associação dos Arqueólogos, na noite de 17 de Outubro de 1964, uma palestra tendo por assunto os alabastros de Nottingham.

Escolhi este tema pelo facto de existirem no Museu da Associação, quatro peças desta natureza e por o assunto ser pouco conhecido.

Os alabastros da Associação tratam os temas seguintes: (diapositivos)

- 1 — Beijo de Judas
- 2 — Ecce Homo
- 3 — Deposição de Cristo no Túmulo
- 4 — Ressurreição

São quatro formosas placas às quais, porventura, não tem sido dado o lugar a que têm direito, dada a sua importância excepcional.

Conservam ainda as respectivas molduras, tratadas em estilo ogival e apresentam vestígios da pintura antiga. Muitas destas peças eram pintadas e é esse facto que valoriza singularmente a escultura — «Santa Ana ensinando a Virgem a ler» — que pertence ao Museu de Arte Antiga e da qual adiante mostramos um diapositivo.

Folheando o catálogo do Museu da Associação ⁽¹⁾ ali se diz o seguinte a pág. 22: «quatro baixos-relevos de alabastro, trabalho de Nottingham». Nada se menciona a respeito da incorporação dos objectos.

O secretário da Associação, o meu amigo Sr. Machado de Faria, ao qual pedi para me desvendar o assunto, encontrou no tomo 3.º, 2.ª série, do Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses, a seguinte nota que esclarece a estampa 37: «Merecem grande apreço na Alemanha as obras deste género. O nosso museu possui quatro altos-relevos de diferentes factos da Paixão, executados todos em alabastro branco, os quais estiveram expostos na Exposição Universal de Paris de 1867, onde foram muito gabados pela representação artística da escultura do tipo e do século da sua execução, como sendo um dos mais perfeitos espécimes deste ramo das Belas-Artes». E atendendo à forma dos resplendores, o autor acha com razão que devem ser obra dos séculos XIII-XIV.

Mas no tomo VI, 2.ª série do mesmo Boletim, vem uma pequena nota assinada pelo senhor Possidónio da Silva, para explicação da estampa n.º 94, que reza assim:

«Desejamos concluir a publicação do tomo VI da 2.ª série do Boletim de Architectura e Archeologia com a presente photographia representando um facto da Paixão de Jesus Cristo, escultura de alto relevo em alabastro, que faz parte de exemplares raros pertencentes ao século XII que estão expostos no Museu Archeológico da nossa Associação.

Já no volume 3.º, n.º 5, publicámos outra fotografia de igual estilo e do mesmo assunto histórico que faz *pendant* à actual estampa. Ambas as esculturas, producto da arte indiana, que se supõe terem pertencido ao irmão de D. Vasco da Gama, foram-me offerecidas pelo fallecido e meu chorado amigo Joaquim José Cecília Koll.»

(1) *Guia do Museu Archeológico* (4.ª edição). Lisboa, 1961.

Postas de parte as fantasias do Sr. Possidónio da Silva, ficámos assim com o nome do verdadeiro doador dos magníficos alabastros.

Também na Inglaterra, o assunto não mereceu da crítica o lugar que merece.

O alabastro, que provém do Derbyshire e do Straffordshire é uma variedade do sulfato de cal, chamado gipso (gesso de Paris), abundante em algumas localidades de Derbyshire.

Por ser uma matéria muito branda passou desde tempos muito remotos a ser utilizada pelos escultores que nela lavraram estátuas sepulcrais, muitas das quais se encontram na Catedral de Westminster.

Breve se criou uma indústria que passou a fabricar os inúmeros retábulos e estatuetas que hoje aparecem em número apreciável.

São sempre de assunto religioso e nelas se tratam os passos da vida de Cristo, da Virgem e dos Santos.

Foi esta a razão por que, no século XVI, por virtude da expansão da reforma religiosa, toda esta produção cessou e grande parte das placas de alabastro, bem como a estatuária de pequenas dimensões foi exportada para os países católicos da Europa.

Já antes da reforma religiosa se fazia um largo negócio de alabastros de Nottingham ⁽²⁾.

Tudo se acentuou mais tarde. Diz o Prof. Bodkin — «It is fortunate for the reputation of English mediaeval art that Catholic Nations on the Continent have preserved so many specimens of the beautiful work which was destroyed in vast quantities by the so — called Reformers.»

Os alabastros passaram a não ter lugar de primazia nos tratados da arte inglesa. E foi só quando a «Society of antiquaries» promoveu a

(2) Vide PROF. THOMAS BODKIN — *Mediaeval English Alabaster Work in Portugal* — in «Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga», fasc. 2.º do vol. 1.º (Lisboa, 1947), p. 70.

exposição de Londres e fez publicar o bellissimo catálogo que viu a luz da publicidade em 1913 — *Illustrated Catalogue of the Exhibition of English Mediaeval Alabaster Work* — que o assunto voltou a merecer a atenção da crítica e dos coleccionadores.

Este catálogo ordenou os alabastros por épocas que oscilam entre 1380-1420; 1420-1460; 1460-1500.

Falando do espólio guardado em Portugal diz o Prof. Bodkin ⁽³⁾ «yet when we recall that John of Gaunt's tomb in old St. Paul's Cathedral at London was of alabaster and that his grand children were king Duarte the Elequent and Prince Henry the Navigator, we must deduce the likelihood of the presence in Portugal of English alabaster, shipped there during the Portuguese Golden age and still preserved for the admiration of modern Portuguese lovers of art. There are, in fact, many such survivals. Notable among them are two delightful panels, or tables as they are more commonly called, in the municipal Museum of Soares dos Reis, at Oporto, and no less than seven tables and two statuettes in the National Museum of Janelas Verdes, at Lisbon. These, so far as I know have have never yet been authoritatively described.»

Entretanto o mesmo número do Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga, publicava um artigo com a totalidade das fotografias dos alabastros, feito pelo escultor Barata Feyo, ao tempo Conservador estagiário dos Museus.

Para eludicação dos ouvintes passei a projectar os diapositivos da colecção do Museu de Arte Antiga e um representando a totalidade de um altar para se ver como as placas de alabastro estavam dispostas. (Do Victoria and Albert Museum).

⁽³⁾ Artigo citado — *Boletim do Museu de Arte Antiga*, fasc. 2.º do vol .1.º, p. 71 e seg.

PEÇAS DO MUSEU

Adoração dos Magos

Pietá

Ecce Homo

Deposição no túmulo

Ascensão

Coroação da Virgem

Santíssima Trindade

Cabeças de Cristo e de S. João Baptista

Imagem de Santa Catarina

Imagem de Santa Ana ensinando a Virgem a ler

Pertencentes a colecções e igrejas portuguesas e estrangeiras, projectei:

Outra escultura que representa Santa Ana ensinando a Virgem a ler, do Museu de Barcelona.

A Virgem e o Menino — escultura da Misericórdia de Loulé.

A Coroação da Virgem — pertencente ao Colégio Apostólico da Imaculada Conceição — de Sernache (Coimbrã).

Isto está longe de representar a quantidade de alabastros existentes no País. Entre estes referi um que se encontra na Capela do Palácio da Pena, em Sintra, uma estatueta que vimos na igreja paroquial de Nossa Senhora da Apresentação, em Aveiro, e tantas outras espalhadas por igrejas e colecções particulares.

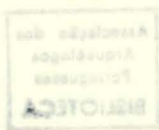
São todos belíssimos, têm um carácter muito particular que facilmente os distingue doutros tipos da escultura e bem merecem o interesse dos museus e dos coleccionadores particulares.

Mas nem só em Inglaterra existem esculturas de alabastro, se bem que ali, durante séculos, se tivessem formado verdadeiras guildas de artistas que deram lugar a uma indústria típica e nacional. Em todos os

países os escultores de alabastro utilizavam a excelente pedra sempre que os jazigos estavam à mão.

Numa viagem recente que fiz pelo sul da França e pelo centro de Espanha, deparei na formosa cidade de Ávila e na sua Catedral, com grupos escultóricos em alabastro, de excelente execução e avantajadas dimensões. São os grupos do transepto e das traseiras do altar-mor e o moimento do bispo Fernandez de Madrigal, conhecido pelo Tostado. Este primoroso grupo escultórico deve-se ao artista Vasco de la Zarza que o acabou em 1518. O escultor faleceu em 1524. Dada a primorosa qualidade desta obra não deixei de a projectar no *écran*.

Em 1952, desperta a curiosidade dos ingleses para os alabastros de Nottingham que os museus começaram a coleccionar, o Victoria and Albert Museum, de Londres, publicou um pequeno álbum intitulado «A picture book of English Alabaster carvings», que contém além de um pequeno prefácio, elucidativas fotografias das peças da sua colecção.



SIGILOGRAFIA, ENTREVISTA COM A IDADE MÉDIA

pelo

sócio efectivo

Francisco de Simas Alves de Azevedo

Comunicação feita em assembleia geral ordinária,
de 19 de Março de 1964

SIGILOGRAFIA, ENTREVISTA COM A IDADE MÉDIA

ENTREVISTA, palavra de legítimo e tradicional português, como já Eça fazia notar ⁽¹⁾, e não termo, como poderia parecer, de um moderno e estrangeirado calão jornalístico, a qual me parece muito indicada para o tipo de informações que a Sigilografia nos fornece sobre a Idade Média. São informações especializadas, precisas. Sem divagações, sem complexidades embaraçadoras, e, muito importante em História, sempre datadas.

De uma catedral, de um cartório, por exemplo, que massa imensa de informações e de noções se podem extrair, que armadilhas de contradições, que prolixidade, quase direi, e que imprecisões, por vezes, simultaneamente, que dificuldade em estabelecer a síntese indispensável, evidentemente.

Um selo, porém, é uma pequena síntese já feita, permita-se-me a expressão discutível, uma resposta precisa, ela mesma.

Abstraindo dos aspectos diplomáticos do selo, e fazendo, apenas, referência preliminar aos seus aspectos, digamos, constitutivos, procurei dirigir a minha atenção sobretudo para a imagem que no selo foi representada, imagem de rude esquematismo, ou de esplêndido naturalismo,

⁽¹⁾ Em *Echos de Paris*, a propósito de uma entrevista concedida pelo rei Humberto I, de Itália.

e dela extrair informações que possam, pelo menos, aspirar à classificação de fonte histórica medieval.

Agrupei tais informações em 7 esboços de capítulos, segundo uma sistematização, discutível talvez, mas, pelo menos, produto de esforço pessoal, dado que, para não cair num banal e inofensivo plágio, tive de, quase completamente, desprezar as construções metodológicas das obras consultadas e tentar uma que em quase nada se lhes assemelha.

Esses 7 esboços de capítulos são:

- 1) Informações sobre a arquitectura e arte em geral.
- 2) Informações sobre o traje.
- 3) Informações sobre os costumes.
- 4) Informações sobre as instituições.
- 6) Informações sobre o tipo de letra e linguísticas; e
- 7) para o qual escolhi, como título, a frase de Daniel de Morley, viajante inglês do século XII: «Despojemos os pagãos da sua sabedoria e da sua eloquência, despojemos esses infiéis, de modo que nos possamos enriquecer, na fé, dos seus despojos» ⁽²⁾.

Capítulos de desenvolvimento desigual entre si, de tratamento superficial necessariamente em todos, mercê do número maior ou menor de informações encontradas, e doutras circunstâncias.

Numa preliminar referência ao que chamei o aspecto constitutivo dos selos, há que dizer, pelo menos, dos materiais de que são feitos, ouro (raramente), prata (raríssimamente), chumbo (frequentemente), e cera (muito frequentemente). Que a alusão ao ouro não leve a imaginar grandes opulências: duas delgadíssimas folhas de ouro, tendo entre si um disco realmente espesso de cera, eis tudo.

⁽²⁾ Ver, por exemplo, *Les intellectuels au moyen âge*, por Jacques Le Goff, Paris, 1957, p. 24.

Tive ocasião de ver, recentemente, em Paris, um dos diplomas de grande aparato, da chancelaria do Império Latino de Constantinopla, letras de cinábrio e selo de ouro, e bem notei o que acima ficou dito, e, sobretudo, as fracas dimensões do selo. (Os imperadores do Santo Império e do Oriente (gregos e latinos) usaram deste metal).

Dos selos de prata, o mesmo se pode dizer, quanto à sua constituição. Um só é bem conhecido, estudado e citado, o do senhor castelhano Rodrigo Diaz de los Camberos (1226). Se este selo fosse mais autêntico do que é, muito outra teria sido, talvez, a história da Europa. (Empreguei a palavra *autêntico* no sentido estritamente medieval, isto é, quanto mais conhecido e influente é o personagem mais autêntico é o seu selo) ⁽³⁾.

Ora este selo de prata pende de uma carta, em que o seu usuário exorta o rei de França a tomar posse do reino de Castela, declarando ter ouvido dizer ao rei D. Afonso VIII, no seu leito de morte, que no caso de seu filho morrer sem descendência (o que se deu) lhe sucederia a descendência da irmã, Branca de Castela, rainha de França.

O uso dos selos de chumbo é frequente, sobretudo na Europa meridional. O uso dos selos de cera predomina, por seu lado, nas regiões mais ao norte.

As ceras sigilográficas apresentam variadíssimas cores, branco, vermelho, amarelo, verde, castanho, rosa, azul, negro.

Tudo o que acabei de dizer tem não poucas implicações cronológicas, convencionais (o simbolismo das cores, muito apreciado na Idade Média), diplomáticas (tipo de documento a selar, revelado na cor da cera), político-sociais (certas cores só poderiam ser usadas pela chancelaria régia), comerciais (tráfico da cera, do chumbo, da prata e do ouro), industriais (preparação de vários tipos de cera e sua coloração

⁽³⁾ Ver, por exemplo, *La Diplomatie*, por Georges Tessier, Paris, 1952, p. 37.

por corantes químicos; preparação das lâminas de ouro e prata), histórico-arqueológicas ou climatéricas (chumbo no sul, por tradição romana ou por motivo da temperatura?), etc.

Interesses semelhantes e outros apresenta a investigação dos materiais das matrizes sigilares, sua fabricação e gravação; há, ou houve, matrizes de ouro (luxo que só se permitiram os opulentos gran-duques do Ocidente), prata, metais prateados e dourados, aço, bronze, estranho e, até, marfim. De marfim, e por sinal bem ao Norte: o capítulo da catedral de Tournai selava com uma matriz de marfim (anterior a 1150), ainda hoje existente. Quem teria abatido o elefante de cujo dente ela é feita? Por que vias comerciais longas e complexas, por quantas mãos, de várias cores, teria ele passado até chegar da África tropical aos nebulosos Países Baixos. Fácil não será sabê-lo...

Independentemente do aspecto material destas matrizes sigilares, há que lembrar quem lhes deu a forma artística, quem lhes gravou a imagem emblemática (arte é espírito, arte é matéria).

Na grande maioria dos casos estes artistas são desconhecidos, ou apenas indirecta e aproximadamente conhecidos por documentação administrativa. Deles se pode dizer o que doutros medievais criadores de Beleza, disse o grande pensador Anatole France: «*Je vois de sublimes artisans qui batissent des cathédrales et ne disent point leur nom*».

Convenções análogas às que se verificam no que diz respeito às cores das ceras, se encontram nos meios de ligação do selo ao documento, mas, também, achegas de ordem comercial, industrial e até artística e literária.

Tais ligações, fitas de couro, cânhamo, pergaminho, lã, seda, iluminam-se, a partir do século XIII, de belas cores, e decoram-se de motivos ornamentais e até heráldicos, havendo mesmo um caso que nos mostra, tecidas na fita, uma quadra de uma cantiga de amor de Ricardo Coração de Leão. (Trata-se de uma doação deste rei de Inglaterra a um condes-tável da Normândia e à mulher deste. O Leitor que tire as conclusões).

Tendo, no entender medieval, o valor de uma assinatura, fàcilmente se compreende que, por morte do usuário, fosse a matriz sigilar destruída ou, por vezes, sepultada conjuntamente.

Certas achegas histórico-económicas podem fornecer os seguintes factos curiosos: as matrizes sigilares fragmentadas ou canceladas eram atribuídas, oficialmente, a certas entidades, que não se esqueciam do seu direito, ou utilizadas em objectos de joalheria.

Muitas vezes se tentou proteger o selo, surgindo, assim, pequenos sacos ou envelopes de pergaminho, palha, junco, corda, etc. Mas, infelizmente a previsão dos homens é curta, e os selos assim protegidos são os que em pior estado nos chegaram. Do estudo destas «protecções» algo se poderá inferir de ordem industrial.

Interesse industrial e também artístico, sobretudo, pelo menos, tem um tipo de protecção que deu, aliás, bom resultado, certas pequenas camisas de tecidos preciosos, coloridos, com figuras heráldicas ou elementos decorativos de influência ou proveniência bizantina.

Sabe-se muitíssimo bem da importância industrial de Constantinopla, da sua exportação para o Ocidente e da influência artística grande exercida por essas exportações.

★

Iniciando a série dos meus 7 esboços de capítulos, começo pelas informações fornecidas pelos selos, referentes à arquitectura e arte em geral ⁽¹⁾.

Assim muitos selos dão a imagem da cidade, tão fiel quanto possível, no seu aspecto essencial, com os principais monumentos, com algo

(1) Na exemplificação apresentada neste artigo não se encontrará caso algum português. A muito lamentável falta de uma obra de conjunto sobre a sigilografia portuguesa assim, infelizmente, o obriga a fazer, muito contra-vontade do autor desta despretensiosa compilação.

do seu casario, e sobretudo com as suas muralhas e portas. Fácilmente se compreende o interesse de tais selos para a história da arte, para a história ou reconstituição de um monumento, para a história urbana.

São exemplo deste tipo de selos, o do rei de Jerusalém Amaury I d'Anjou (falecido em 1175): uma vista desta cidade santa, sobre a qual flutua a bandeira da cruz; as bulas de Frederico I e II, imperadores do Santo Império, representando a cidade de Roma, numa das quais é reconhecível o Coliseu; os das cidades de Tournai (1428) com muralhas, igrejas, castelos, o *beffroi*; de Grenoble cujas flechas da igreja são bem reconhecíveis, etc., etc.

Interessantíssimo o selo de Vincennes (1406) com o pesado e severo torreão, e a frágil e graciosa Sainte-Chapelle, cingidos por muralha de imponente porta, tendo à volta a densa floresta. A esta paisagem bem europeia e setentrional responde o exotismo e a meridionalidade de Córdoba, cujo selo do século XIV mostra *todos* os edifícios de arquitectura muçulmana com arcos em ferradura e merlões triangulares, e 4 palmeiras, cujos airosos troncos e esbeltas copas carregadas de tâmaras surgem por cima das muralhas.

Muitas vezes o selo dá-nos, apenas, um edifício, castelo (cidade de Rochester) ou catedral (como em Bayonne, selo de 1351, que mostra a majestosa Sé com o seu esplêndido transepto e a torre lanterna no cruzeiro) ou alguma igreja célebre (S. Sernin, de Toulouse) e, predominantemente, o *Hotel de Ville*, a *Domus municipalis* quantas vezes ainda hoje existente (em países que tiveram a sorte de não terem padecido terramotos de espécie nenhuma), é o caso de, por exemplo, Louvain (1339) e Ypres (1409), nos quais não falta o altivo e significativo *beffroi*.

Muitas vezes esse edifício único não é necessariamente cristão, mas apenas significativamente local: as pagãs arenas de Nimes, a mesquita ierosolimitana de Omar, figuram em selos.

Não poucas vezes tal edifício é a ponte, de que por hora só refiro o interesse estritamente architectónico, já não pequeno. É o caso de Avinhão (1226).

Ainda de interesse architectónico são todos aqueles selos, geralmente de rainhas ou prelados, em que o personagem é representado de pé, e em que a atmosfera de adoração que o rodeia se concretiza no esboçar de architecturas mais ou menos góticas, que se vão escalonando, no tempo, desde simples baldaquinos, ou desde colunas que suportam um arco trilobado no selo de 1294 de Margarida da Provença, mulher de São Luís, até à riqueza e complexidade do estilo radiante do nicho, incorporando outros nichos menores, com santos e anjos, do selo de 1368 de Branca de Navarra, com representação de vitrais, janelas, agulhas e coruchéus. Outro exemplo é o selo de Alexandre Nevill, arcebispo de York. Elementos architectónicos são ainda as composições em rosácea rodeando brasões, como em certas fechadas de igrejas.

Quanto à arte em geral, há que falar sobretudo de escultura e de desenho, ou mais correctamente de baixo relevo, pois outra coisa não é um selo, senão um pequeno baixo relevo de perecível matéria.

Suas características gerais são, creio poder dizer, de um modo geral, uma lenta, mas segura, marcha do esquematismo para o naturalismo, do relevo muito fraco para uma quase estatuária, da inexpressiva ingenuidade para um magnífico naturalismo. Tudo isto se processa do século XI ao XV.

Realmente longa é a distância, e não só no tempo, entre a esquemática quase linear figura de Guilherme o Conquistador e a robusta e enérgica figura de Carlos o Temerário. Um vento de batalha ou de torneio pregueia e faz flutuar, livremente, o panejamento do cavalo, enquanto que a viseira erguida mostra um retrato, um retrato psicológico, a expressão túmida de orgulho e de ambição, do último grã-duque do Ocidente.

Informações sobre o traje medieval por via dos selos não faltam, superabundam. E o de todas as classes sociais, pois indivíduos de todas elas nos selos nos aparecem.

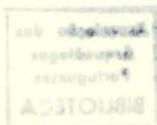
Assim temos as características e a evolução, do século XII ao XV, do traje, quer do masculino quer do feminino. Vemos a evolução da dalmática real, com a sua fíbula, o aparecimento do arminho soberano (século XV). Vemos, desde cerca de 1140, a sucessão das modas femininas (de cerimónia, quando não de caça), das túnicas graciosas e simples, que envolvem corpos esbeltos, de contornos castamente pouco acentuados, das cotas e sobrecotas, dos penteados, dos capuzes, dos chapéus. Reconhecemos facilmente o forro de veiros dos mantos, notamos as luvas.

Os subsídios para o estudo do vestuário medieval fornecidos pelos selos agrupam-se, naturalmente, sob 4 rubricas: o traje militar, o traje de caça, o traje civil, o traje eclesiástico.

Na panorâmica do traje militar surgem os 3 grandes tipos de elmo, com nasal (séculos XI e XII), com viseira fixa (séculos XIII e XIV) e com viseira móvel (século XV).

Desfilam no tempo as várias modalidades de armas defensivas, a túnica com placas metálicas, a cota de malha, as armaduras dos membros, a armadura completa. Espadas largas e curtas, estreitas e longas, lisas e tauxiadas, escudos oblongos e altos, triangulares e pequenos, tudo isso se encontra nos selos das respectivas épocas. A lança, independentemente da sua evolução própria, dá-nos elementos sobre as bandeiras, desde a esguia *pennoncelle* até à grande bandeira quadrada, relacionadas por sua vez com a hierarquia feudal.

Os selos fornecem informações sobre o traje e o armamento do simples soldado, o esculca ou o besteiro que vigia do alto das torres ou castelos, por exemplo.



Note-se, também, que o «vestuário» do cavalo, quer arreios, sela ou rédeas, quer protecção mais ou menos metálica, cabeça e corpo, quer panejamento brasonado, facilmente se pode estudar, nos selos, na sua evolução e aspecto.

O vestuário de caça do cavaleiro, simples, cómodo, sobrecota justa com cinto, saio fendido, calça justa, vê-se em não poucos selos, os quais também nos respondem sobre as armas de caça (diferentes das da guerra) e a trompa, o antigo «oliphant».

Mesmo sobre algo de tão minúsculo na pequena superfície que é um selo, a espora, muito e muito nos pode elucidar a sigilografia.

Também no traje feminino de caça (que geralmente não dispensava o capuz e a saia curta, relativamente) nos dão elementos os selos.

O traje civil podemos procurá-lo em alguns selos de nobres que, como João duque de Berry (1379), bibliófilo e mecenas, se fez representar de pé, vestido com cómoda e caseira simplicidade, entre os seus animais emblemáticos, um com o elmo, o outro com o escudo, aqui elementos de hierarquia emblemática que não funcionais. Revelação de um novo tipo de vida da Nobreza? Porque não!

Onde, porém, o traje civil predomina é entre a burguesia (que por vezes também se fez gravar militarmente vestida).

Maires, almotacés, mesterais, camponeses, vilões, surgem com frequência em vários tipos de selos e a minúcia habitual destes pequenos baixos relevos de forma nenhuma os desprezou.

O traje eclesiástico, especialmente o de missa, revela-se, na sua complexidade, nos selos dos prelados e dos simples clérigos: o amicto, a alba, a dalmática, a casula, a estola, o manipulo, as luvas, a mitra, o báculo (ou a cruz, conforme os casos) e até o anel! Não faltam os abades mitrados, o clero regular. Comparações frutuozas podem-se fazer pelos selos dos concílios, que representam estas assembleias, frequentes e agitadas no fim da Idade Média, como é sabido.

Uma cuidada representação do traje monacal feminino dá-a o selo de D. Branca, infanta de Portugal, abadessa e senhora das Huelgas de Burgos (1312).

*

Das respostas sobre os costumes medievais dados pela sigilografia há que dar o primeiro lugar à caça, já referida a propósito do vestuário.

Muitíssimos são, com efeito, os selos equestres de caça, nos quais não falta o cão, farejando o solo, ou instalado na garupa do cavalo do dono.

Se não parece ter havido a preocupação, por parte dos artistas, de individualizar as raças dos cavalos, algo se pode entrever das raças dos cães. Quase sempre o falcão, cão dos ares, pousa na mão fortemente enluvada do caçador ou caçadora.

Por vezes aparece a caça procurada, o javali, por exemplo.

Detalhe adoravelmente ingénuo de vários selos equestres de caça, é a representação da floresta onde o cavaleiro exerce os seus talentos cinegéticos, sintetizada numa só árvore, a qual no selo de Simão de Montfort (1211), por exemplo, é notavelmente semelhante, na fragilidade e esbelteza da sua estilização, às da bela iluminura dos *Carmina Burana* (trabalho bávaro do século XIII), longínqua e plástica percursora dos wagnerianos «murmúrios da floresta».

Notícia de alguns selos encontrei, que fornecem saborosos quadros de costumes medievais. Assim em selos das *Grammar Schools* é frequente a representação dum enorme chicote, e até num se representou um sádico professor chicoteando o corpo dum desgraçado aluno.

O selo de 1297 do recebedor Baude Le Normand mostra o que hoje chamaríamos uma banal cena de namoro: um rapaz empreendedor e uma rapariga que consente, sentados num banco sob uma arcaria gótica...

Quadro mais calmo é o do selo de Joana, porteira do *Hotel d'Artois* (1303): uma mulher junto dum berço.

O amor cortês ditou a ideia do selo de Conan de Béthune: o cavaleiro ajoelhado diante de sua dama.

É óbvio que estes selos fornecem, também, não poucos elementos sobre o traje, os objectos caseiros, etc.

Pequenos objectos interessantes figuram nas mãos das damas, flores, livros, etc. Assim, por exemplo, o selo de Margarida, *lady Hungerford* (1462) mostra-nos a dama num jardim, lendo um livro, semi-sentada, semi-ajoelhada; dois animais heráldicos de feroz catadura, segurando bandeiras das armas da senhora e de seu marido, estão de sentinela. É um quadro de conto de fadas...

*

Na passagem do meu esboço de capítulo relativo aos costumes para o relativo às instituições, vale a pena falar das achegas sobre precedências (implicando, naturalmente, hierarquias), que se podem inferir das disposições dos selos em relação uns aos outros.

Há carta da qual pendem 15, 19, 30, 39, 59, 110 e até mesmo 172 selos.

A disposição era, ao que parece, muito semelhante à que as personagens em questão tomariam sentando-se a uma mesa de banquete.

Das instituições temos, em primeiro lugar, a instituição monárquica sobre a qual muito nos dizem os selos reais, com o soberano em majestade, sentado como juiz, com os seus atributos, coroa, ceptro (e em França a mão da justiça), esfera, atributos que pouco a pouco aparecem, também, nos selos das rainhas, conhecidos desde o século XII.

O selo extremamente interessante de Raimond de Mondragon (século XII) mostra um cavaleiro de cota de malha e capacete, espada à cinta, a mão entre as mãos de outro, que enverga veste talar.

É a homenagem. No contra-selo, dois dragões com cabeças de barbudos velhos mas com cristas de galo, e cabeças de gato na ponta das caudas, verdadeiros monstros de capitel românico, preparam-se para lutar um contra o outro.

Assim no selo a homenagem, no contra-selo um capitel românico planificado. Assim numa face a Instituição, noutra a Arte, ou seja a Sociedade e o Indivíduo, a força conservadora e a imaginação criadora.

Muitos agradecimentos devemos ao *sire* de Mondragon, por nos ter deixado (provavelmente sem o saber) tão expressiva síntese do seu tempo.

A instituição burocrático-governamental mostra um dos seus aspectos no selo do chanceler da Flandres, Franc de Mallenguien, escrevendo, sentado à banca.

O selo da cidade de Leon (1214) apresenta dois homens consultando um livro, diante da catedral. É uma alusão ao celeberrimo *Liber Judicum*, conservado na igreja, e ao tribunal de apelação desta cidade, suprema instituição judiciária da monarquia leonesa.

As instituições comunais retratam-se em *maires*, com os atributos da sua dignidade, sentados, a pé ou a cavalo, emulando os senhores feudais, em almotacés sentados em conselho, na sua sala comum, sob o *beffroi*, deliberando animada ou calmamente. Escusado será dizer que selos com estas figuras, aparecendo desde o século XII, fazem-nos ver a nascença e o progresso das liberdades comunais.

A Religião Cristã, quer considerada por si só quer como instituição, quer como mãe de inúmeras instituições, está presente em imensos selos, não só eclesiásticos, individuais ou colectivos, como de corporações de origem mais ou menos religiosa, universidades e hospitais.

Acresce que imensos selos de corporações laicas apresentam o Santo patrono ou o seu emblema. Não faltam, também, episódios

de vidas de Santos ou ilustrações de ditames da moral cristã ou, claro, da História Sagrada.

O selo do capítulo de Calatayud da Ordem do Santo Sepulcro (1280) mostra as figuras das Três Santas Mulheres, com a sua piedosa bagagem, e o túmulo aberto, no que se assenta um Anjo... A legenda deste selo poderia ser: Porque procurais entre os Mortos Quem está Vivo? *Ressurrexit non est hic...*

Merecem referência por sua riqueza informativa o selo da cidade de Cantuária, representando o martírio de S. Tomaz Becket mostrando a arquitectura da igreja, os vestuários dos cavaleiros assassinos e do assassinado, um detalhe do ritual (cruz prelatícia segura por um clérigo), o altar; o do hospital de Valenciennes (1263), no qual Santa Isabel da Hungria se nos apresenta lavando os pés a um doente; o arqueólogo notará a forma da bacia de lavagem.

O selo da Ordem de S. João alude à obra de Misericórdia (aliás do estatuto da Ordem) de sepultar os mortos.

Espírito bem diferente, mas igualmente religioso, está patente nos selos dos conventos dominicanos de Douai e de Montargis, nos quais São Domingos lança ao fogo o seu livro, que as labaredas respeitam, enquanto que o dos Albigenses é inteiramente consumido. É uma antevisão dos autos de fé.

Do bom funcionamento dessa maravilhosa instituição que é o convento católico, falam os selos dos seus governantes com os respectivos atributos: um sino para o prior, chaves para o tesoureiro.

Um selo de 1292 da Universidade de Paris acentua o patronato religioso sobre a corporação de professores e alunos, mostrando estes em vários nichos, sobrepostos aos quais estão três, maiores, o central com a Virgem Maria e o Menino, os laterais, um com um prelado, outro com uma santa mártir.

Não creio que seja exagero, e já houve quem o fizesse antes de mim, considerar a Heráldica como uma instituição medieval.

Precisamente porque sou heraldista, não desenvolverei este ponto. Direi, apenas, que se a Sigilografia é frequentemente acompanhada pela Heráldica, esta última tem na Sigilografia a sua fonte mais segura e abundante, embora incompleta pela ausência das cores. Entre o rudimentar quadriculado da cota de Waleran de Meulan (selo de 1138), que permitiu ao grande heraldista alemão Ottfried Neubecker dizer ser este «*das älteste Siegel mit einer heraldischen Zeichnung*»⁽⁵⁾ e, por exemplo, o opulento selo de Ladislau VI, rei da Polónia, grão-duque da Lituânia (1433), com sete brasões, sem falar da decoração intensamente heráldica do espaldar do trono, a distância é bem superior aos 300 anos que os separam.

O aparecimento e o progresso das *diferenças*, dos timbres, dos elmos, dos viróis, dos paquifes, das coroas, dos suportes, dos tenentes, etc., etc., são outros tantos aspectos, múltiplos, complexos e fascinantes, da Sigilografia ao serviço da Heráldica medieval.

★

Mas, parafraseando o divino D'Annunzio, se nos selos o tempo acumulou os seus mistérios, nem sempre só a glória gravou os seus emblemas.

Há, efectivamente e como não podia deixar de ser, a recolher na Sigilografia não poucas informações sobre actividades económicas. São os selos das corporações dos mesteres que fornecem o contributo maior, pois geralmente neles figuram os instrumentos do ofício. Assim, armeiros, artilheiros, barbeiros, barqueiros, sapateiros, tecelões, ferreiros, jardineiros, ourives, pintores, escultores, etc., etc., etc., mostram-nos todos (nem os carrascos faltam) a sua ferramenta. Selos indivi-

(5) Em *Wie fin ich ein Familienwappen ?*, Berlim, 1956, p. 9.

duais dos membros destas corporações confirmam e completam tais informações interessantíssimas.

Ainda mais curiosos são aqueles selos em que o mesteiral se representou no exercício do seu ofício, seja ele um vinhateiro ou um droguista.

Mas os instrumentos de trabalho podem tomar a forma de verdadeiras máquinas e, assim, a *albolafia*, máquina elevadora de água figura num selo de Córdova, do século XIV. São aliás muito frequentes nos selos das cidades espanholas representações de engenhos hidráulicos, e bem se percebe porquê.

Economia, porém, não é só indústria e agricultura. Há que falar no comércio a distância, cujo crescente incremento é tão característico da Baixa Idade Média.

Dos meios de comunicação — pontes — dão larga notícia muitos selos municipais, alguns já citados.

Porém o comércio a distância mais evocado, nos selos, tanto quanto vi, é o marítimo. Assim, nos selos das cidades que eram portos não falta geralmente o navio, a nave de carga e transporte, desde o século XIII. (Note-se que até o próprio porto pode aparecer; uma bula de ouro de Frederico II representa a planta do porto de Messina).

A habitual precisão da matriz sigilar deixou na cera detalhes valiosos sobre velas, cordagens, mastros, bandeiras, marinheiros, suas armas e trajes, manobras, comandantes dando ordens por gestos, o porta-voz, o timoneiro.

Também os selos dos almirantes nos dão indícios sobre a construção naval, belas velas brasonadas, etc.

Um selo amplamente informativo, embora representando um barco simples, é o da cidade de Biarritz (1351).

Dá-nos este monumento sigilográfico uma pequena, mas vivíssima, reportagem da pesca da baleia com o arpão, o seu funcionamento, a maneira do pescador se manter senhor do animal ferido, etc.

A matéria prima da indústria piscatória também é representada nadando nas pequenas vagas, que embatem nos pilares das pontes, em selos que ostentam estes edifícios.

★

O tipo de letra das legendas que se vêem na periferia do selo, cotejado com a data do documento do qual este pende, pode dar respostas interessantes para a história da escrita.

Dum modo geral, nos selos, a evolução é a seguinte: à capital romana degenerada sucede-se a carolina, que combina um pouco com a uncial, seguindo-se-lhe a maiúscula gótica, que, por sua vez, cede o lugar à minúscula gótica.

Às vezes, na legenda figura a data da fabricação da matriz que, na segunda metade do século XV já aparece em algarismos árabes, como por exemplo o selo de Maria de Borgonha (1476).

Mas com letras escrevem-se palavras e frases. Aparecem, assim, o nome do usuário do selo (de conveniente comparação com os nomes que figuram no documento), seus títulos ou outras qualidades, frases da Bíblia ou de orações, divisas ou gritos de guerra.

É muito curioso ver, nestes pequenos textos, o latim ser pouco a pouco substituído pela língua romance ou, pelo contrário, o grito de guerra com língua romance do guerreiro do século XIII ceder o lugar à diviso em latim culto do nobre erudito do século XV.

E eis como até o filólogo poderá consultar, com proveito o sigilógrafo.

★

Entrando no meu último esboço de capítulo, lembro que lhe dei como título a frase de Daniel de Morley: «Despojemos os pagãos da sua sabedoria e da sua eloquência, despojemos esses infieis de modo que nos possamos enriquecer, na fé, dos seus despojos».

Ora especialmente na Alta Idade Média, mas também e bastante, na Baixa Idade Média, houve o costume de selar com pedras antigas, gemas incisas, gregas ou romanas.

Os Merovíngios, os Pipinidas, os Carolíngios (e ainda muito depois deles) utilizaram tais matrizes sigilares.

E quais os assuntos representados em tais pedras?

Marcadamente pagãos: cabeças de imperadores, deuses, deusas, ou outras personagens do Mito, como Júpiter, Ísis, Marte, Apolo, Esculápio, Diana, Minerva, Mercúrio, Baco, Hércules, Omphale, a Medusa, a Vitória, a Fortuna, Faunos e Centauros, etc.

Por pequenos traços acrescentados ou por um ingénuo letrado numa tira de metal, envolvendo a pedra, procurou-se não poucas vezes cristianizar tais figuras.

Assim, Marco Aurélio ou Júpiter Serápis são Carlos (Magno), porque uma legenda o diz. Baco coroado de hera é Carlomano! O bruto pagão Caracalla é S. Pedro! E uma elegante vitória é o anjo do Senhor, diz a ingénua legenda. Pois não tem asas? E não é isto precisamente o mesmo espírito que ditou a frase citada de Morley?

Um arcebispo de Sens, do século XII, selava com um admirável busto de Vénus, as belas espáduas nuas.

A condessa Margarida de Flandres (século XIV) utilizou uma pedra gravada gnóstica (século III) com o Abraxas Panteu, divindade desta seita, grotesca figura de cabeça de galo, pernas que são serpentes, chicote, escudo e avental, triste símbolo de uma época de deturpação do gosto e anarquia intelectual.

O caso, porém, mais interessante que conheço, deste género, foi recentemente estudado pela minha confrade Elisabeth Prins, reputada heraldista holandesa.

De uma carta existente no arquivo da cidade de Utrecht, datada de 23 de Junho de 1333, pende um pequeno selo de cera verde. Nele se vê cena alusiva ao mito de Leda e o cisne. A bela Leda, toda nua, em plena

volúpia, dá-se ao cisne, cujo pescoço e cabeça, de uma elegância fina e cruel, se destacam no meio do selo, e cujas asas abertas, de uma estilização robusta e firme, envolvem o corpo da rapariga.

A pureza do estilo, o sentido da forma, a harmonia da composição, dão a este quadro, cujo diâmetro é apenas 26 milímetros, uma extraordinária intensidade.

À volta lê-se, em latim, «selo do senhor de Apecoud, cavaleiro». Um pequeno brasão de família do dito senhor separa o princípio do fim da inscrição.

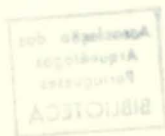
Segundo E. Prins, a esposa deste cavaleiro descendia da casa de Lede (Leda em latim) e, portanto, o uso deste selo não seria senão uma galanteria sob forma charadística.

*

Para terminar direi, lamentando, que nada encontrei sobre os selos bizantinos e quase nada sobre os selos muçulmanos, que procurei querendo falar desses *outros mundos medievais*.

Tive ocasião de ver recentemente, em Paris, o tratado concluído em 1270 entre o rei da Tunísia e os de França, Navarra e Nápoles. Dele pende o selo de cera vermelha do tunisino, que ostenta algumas linhas de caligrafia árabe.

O uso das fórmulas escritas predomina, efectivamente, nos selos usados nos países do Islão, o que se pode filiar na tradição muçulmana de hostilidade à representação de figuras.



OBRAS MAIS CONSULTADAS

Seals — por H. C. Kingsford, 1920.

Les Sceaux — por Lecoy de la Marche. Paris, 1889.

Sellos españoles de la Edad Media (Arquivo Histórico Nacional, Sección de Sigilografia, Catálogo I) — por Juan Menéndez Pidal. Madrid, 1921.

Los sellos consetjiles de España en la Edad Media — por Julio Gonzalez. Madrid, 1945 (publicação do Consejo Superior de Investigaciones Científicas).

Un sceau remarquable du chevalier Sweder de Zuylen, seigneur de Abcoude, 1333 — por Elisabeth Prins, artigo na revista «Archivum Heraldicum», 2-3, 1960, Lausanne.

Le Costume au Moyen Âge d'après les sceaux — por Germain Demay. Paris, 1880.

Iniciation à l'héraldique musulmane — por Georges Souville. Comunicação publicada no *Recueil du IV^e Congrès International des Sciences Généralogique et Héraldique*, Bruxelas, 1958.

Heraldry for craftsmen and designers — por W. H. St. John Hope. Londres, 1913.

SUBSÍDIOS PARA UMA CARTA ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO DE LOULÉ

pelo

sócio efectivo

Afonso do Paço

e pelo

sócio correspondente

José Farrajota

Comunicação feita em assembleia geral ordinária
de 16 de Abril de 1964

SUBSÍDIOS PARA UMA CARTA ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO DE LOULÉ

I

- A) — VILA ROMANA DO «CERRO DA VILA» (QUARTEIRA)
- B) — «LOULÉ VELHO»
- C) — QUARTEIRA SUBMERSA
- D) — MOEDAS DE «LOULÉ VELHO»

★

A) — VILA ROMANA DO «CERRO DA VILA» (QUARTEIRA)

QUARTEIRA é uma freguesia do concelho de Loulé que confina pelo Sul com o mar, debruçando-se o seu principal aglomerado sobre uma vasta e agradável praia da costa algarvia compreendida entre a Rocha Baixinha a poente e «Loulé Velho» a nascente (Fig. 1).

São abundantes as ruínas romanas que se encontram nas suas vizinhanças e sem falarmos do tão afamado «Loulé Velho» (Fig. 1-D), fica-nos a ocidente, contígua à povoação, a grande quinta ou morgado de Quarteira onde há um local chamado «Cerro da Vila», cuja designação se revela de singular clareza e é de molde a chamar a atenção dos arqueólogos (Fig. 1-A).

De facto, não existe nas proximidades qualquer «Vila» na acessão comum da palavra, que justifique aquele nome conservado pela tradição,

o que não acontece à construção que esteve na origem daquele topónimo e hoje apenas é revelada por restos de tijolos, de telhas, de ânforas, fragmentos de mármore, etc., além de paredes e mosaicos que as sucessivas lavouras vão destruindo, pois os terrenos ricos e de regadio estão sujeitos a culturas intensivas.

Ultimamente um de nós (J. F.), por motivo de estudos a que está a proceder sobre este sector do litoral algarvio, teve de percorrer demoradamente a região e tendo encontrado ocasionalmente vestígios romanos, informou-se junto de trabalhadores que lhe indicaram a zona donde provinham.

Uma rápida inspecção revelou que se tratava de restos que exigiam observação imediata por quem lhe pudesse determinar o real valor, e por isso comunicou o caso ao outro signatário (A. P.). Entretanto recolheu certos materiais que afloravam do solo ou andavam mesmo dispersos pela região de Quarteira.

Em 11 de Outubro do ano de 1963, tendo chegado na véspera, à noite, de Lisboa, dirigimo-nos bem cedo para o «Cerro da Vila», onde com grande mágoa verificámos a presença de um tractor operando numa das zonas de terrenos em que mais apareciam vestígios arqueológicos.

Só estava presente o tractorista com a sua máquina, que apressadamente abria sulcos sobre sulcos, trazendo à superfície, aqui e além, pedras ou tijolos que o potente ferro arrancava impiedosamente, talvez as últimas raízes de um passado grandioso (Figs. 7, 8 e 13).

Enquanto assistíamos àquela impiedosa destruição e cogitávamos um plano de ataque, que não podia ser imediato, íamos recolhendo quer no terreno lavrado, quer no que estava por arrotear, fragmentos de ânforas, de telhas, de tijolos, de mármore, de *terra sigillata* e mesmo de mosaico arrancado nas últimas lavras.

O rendeiro, António Lopes Pontes, que trabalha a terra há mais de 17 anos, estava ausente, e os proprietários do terreno, descendentes

daquela prestigiosa figura de industrial que foi o velho Fialho, viviam longe.

Acompanhando o tractor verificámos com mágua que em determinada ocasião a leiva trouxe à superfície grandes fragmentos de mosaico, iguais a outros qe já havíamos recolhido e tinham sido, como dissémos, «lavrados» nos anos anteriores (Fig. 8). Imediatamente um de nós (J. F.), tomou providências, levando o tractorista a suspender a lavra, indemnizando-o do trabalho que não poderia executar, bem como depois ao rendeiro pelo presumível atrazo que as culturas pudessem sofrer.

Naquele dia ainda, tendo-se contratado um trabalhador, procedemos à limpeza e reconhecimento de um resto de mosaico que se conseguiu salvar, operação em que também tomou parte o rev. prior de Albufeira, P.^o José Manuel Semedo de Azevedo, velho amigo e entusiasta pela arqueologia do Algarve (Figs. 9 e 10).

Não poderíamos prosseguir nas nossas intenções sem falar com os donos do terreno, naquela ocasião ausentes e com quem só pudemos ter uma pequena conversa telefónica na noite de 14, pelo facto de partirem para o estrangeiro no dia seguinte.

Impossibilitados de agir de outra maneira, pois foi-nos dito que o assunto só poderia ser tratado quando do regresso ao País, limitámo-nos a um mais perfeito conhecimento do mosaico, que defendemos com arames apoiados em estacas de madeira.

Pagas diversas indemnizações que acautelavam, pelo menos temporariamente, o que se havia salvo, desejamos frisar bem que se não fosse a nossa intervenção de 11 de Outubro, do mosaico não restaria hoje mais do que algumas fatias misturadas com a terra, isto é, teria sido irremediavelmente destruído.

Podem-nos objectar que teríamos o direito de recorrer às autoridades locais, mas temos nelas pouca fé por conhecermos o que se tem passado em casos semelhantes.

Se tivéssemos optado por este processo, enquanto a máquina burocrática se movimentava, tudo teria sido destruído. Demais, pretendemos em casos deste teor entendermo-nos directamente com o proprietário, procurando sempre não o molestar, antes solicitar a sua colaboração.

No dia 18, voltando o tractor a lavrar outro terreno vizinho, deparou com determinadas construções e do facto fomos logo avisados. O tracto de terreno cujo arroteamento havíamos suspenso no dia 11, foi a seguir lavrado sob as nossas vistas, levantando-se a máquina sempre que se deparava com resistências estranhas.

Este facto permitiu-nos localizar outro mosaico, cujos míseros restos ainda salvamos da destruição total (Figs. 11 e 12).

*

A área do «Cerro da Vila» que contém vestígios arqueológicos anda por volta de três hectares, apresenta a cota máxima de 6 m e fica situada a cerca de 1500 m em linha recta, a ocidente de Quarteira (Fig. 1-A).

Nada podemos referir de positivo quanto ao plano de construções, pois salvo um ou dois elementos de paredita que sobressaem do solo, tudo o demais, parece que teria sido destruído pelos intensos trabalhos agrícolas e rodar dos anos.

Como que anexo à «Vila», e sendo dela um elemento indispensável, ficam a 1700 m a Noroeste os restos de uma *Represa* ou barragem (Fig. 1-B e Fig. 14) situada no chamado Vale Tesnado, que armazenaria a água de um pequeno afluente da margem esquerda da ribeira de Quarteira.

Ainda hoje são aí visíveis grandes blocos de *opus signinum*, que os séculos e os homens não conseguiram destruir por completo.

Do lado oriental desta barragem partiria, com destino à «Vila» uma canalização que foi destruída pelos trabalhos da abertura de um

caminho e outros, mas de cuja existência ainda se conserva memória entre as gentes da localidade.

★

Passemos agora a referir os escassos materiais que se puderam recolher à superfície do solo ou dispersos por vários lugares de Quarteira, para se poder dar uma bem pequena ideia da importância desta «Vila», uma das muitas que no Algarve, no Alentejo, e mesmo pelo resto do País, se tornaram centros da bem notável actividade agrícola de Roma nos primeiros séculos da nossa era:

- a) — *Base de coluna*, de mármore esbranquiçado, com 0,50 m de base por 0,20 m de altura, recolhida entre várias pedras e outros materiais que por ali andavam abandonados (Fig. 2, n.º 3).

Teria feito parte de um perístilo, com outras de que se perdeu o rasto.

Uma outra base de coluna, idêntica a esta, mas ligeiramente mais pequena (mede de base 0,40 m), encontra-se no Forte Novo, situado próximo do afamado «Loulé Velho». Desconhecemos a sua proveniência, podendo muito bem ter pertencido às ruínas vizinhas (Fig. 1-D).

- b) — *Fragmento de placa de mármore decorada*, com 0,90 m de espessura e 0,5 m de comprimento (Fig. 3). É uma peça curiosa, talvez resto de algum monumento funerário. O rendeiro do terreno diz ter encontrado junto dela despojos humanos.

- c) — *Fragmento de mármore decorado*, com 0,19 m de comprimento e 0,05 m de espessura (Fig. 4). Trata-se de uma peça

de mármore branco bem trabalhada, de que não podemos dizer rigorosamente a aplicação.

d) — *Fragmento de capitel jónico*, bem trabalhado em calcário fétido do chamado mármore de Brissos (Beja), muito usado em construções romanas do Alentejo e Algarve (Fig. 2, n.º 1).

e) — *Fragmentos vários de frisos* de mármore (Fig. 2, n.ºs 2, 4, 5 e 6), de diversas espessuras e trabalhos. A sua abundância diz-nos que muitas das paredes das casas deviam estar revestidas com este material, no todo ou em parte.

Os restos de mosaico que conseguimos salvar ainda apresentam à sua volta vários elementos de mármore que deveriam revestir a respectiva dependência.

f) — *Fragmentos de estuque*. Junto de uma paredita que não tinha sido totalmente destruída, recolhemos fragmentos de estuque com pinturas avermelhadas, ou com elementos amarelos, vermelhos, verdes e cinzentos (Fig. 5, n.ºs 5, 6, 7 e 8).

g) — *Fragmentos de diversas cerâmicas*:

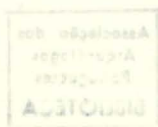
Recolhemos à superfície do solo ou nos sulcos abertos pelo tractor variados fragmentos de tégulas, tijolos, ânforas e outros recipientes de variadas dimensões, de que não é possível tentar qualquer reconstrução.

Entre estes fragmentos são de referir de um modo especial os de *terra sigillata*, alguns com decorações (Fig. 5, n.ºs 1, 2, 3 e 4).

Entre estas cerâmicas merece menção muito especial um prato de cerâmica estampada vermelha atribuída às imediações do IV século, de que alguns fragmentos permitiram fazer a sua reconstituição completa (Fig. 6).

Tem de diâmetro 0,42 m e de altura 0,07 m.

É presentemente, a mais bela peça do «Cerro da Vila».



Sobre o valor destas cerâmicas veja-se o belo estudo de Adília Moutinho Alarcão e Jorge Alarcão: «Cerâmica Estampada Vermelha de Conimbriga» ⁽¹⁾.

h) — *Mosaicos*:

Como acima ficou dito, conseguimos obstar à destruição de dois fragmentos de mosaico, evitando que o tractor os retalhasse totalmente em pequenas fatias.

O primeiro (Fig. 9 e 10) é formado por tesselas brancas, e contém uma espécie de quadrícula de pedras azuis escuras.

O fragmento que conseguimos salvar constitui um canto do tapete e é constituído por duas partes que o ferro do tractor cortou.

O segundo mosaico está muito mais destruído que o primeiro, e contém sobre um fundo branco figuras vermelhas e azuis de cântaros e ramagens, de que mal se podem adivinhar as formas (Fig. 11 e 12). Teria sido no seu tempo um belo tapete e a parede da casa em que estava assente era forrada lateralmente ou pelo menos na parte inferior, com placas de mármore de espessura pouco superior a um centímetro.

★

Como elemento datável recolheu-se no «Cerro da Vila» um pequeno bronze (cerca de 17 mm) de *Constantino Magno* (308-337 como Augusto) que diz:

AV: CONSTANTI-NVS MAX AVG. Seu busto diademado à direita com o paludamento.

RV: GLORIA EXERCITVS. Dois soldados de pé tendo entre eles duas insígnias militares; em cima, entre as insígnias, pequena cruz; no exergo PCONST.

(Cohen, 1.^a ed. n.º 320) ⁽²⁾.

⁽¹⁾ «Arquivo de Beja», vol. XX-XXI, Beja, 1964.

⁽²⁾ Ao ilustre numismata tenente-coronel João Lopes F. Guedes, que procedeu à leitura desta moeda e das de «Loulé Velho», os nossos agradecimentos.

A presente notícia não tem outra pretensão senão dar a conhecer uma das muitas «Vilas» que existiram no nosso País e são prova da intensa vida agrícola que nele houve sob o domínio de Roma.

Do pouco que ainda pudemos recolher, do muito que por ali devia ter existido se conclui, que a «Vila» romana do «Cerro da Vila» devia ter pertencido a um rico proprietário que ali viveu nos últimos séculos do império com verdadeiros requintes de civilizado.

Não sabemos em que época tudo aquilo ruuiu, mas alguns elementos dizem-nos que a sua vida se deve ter prolongado para além da queda de Roma.

O «Cerro da Vila» é um precioso documento que seria necessário reconhecer com todo o cuidado, para que um dia, sobre este e outros elementos se possa reconstituir com mais segurança a História do domínio romano no nosso País.

Quanto a nós, serão as escavações metódicas que se fizerem daquilo que chegou até aos nossos dias, que hão-de permitir preencher as lacunas que a História apresenta. Os enormes vácuos desta só poderão ser colmatados na medida do possível, com o auxílio da Arqueologia.

Não encaramos uma escavação como um amontoado de cacos e pedras para encher os armazéns ou as estantes de um museu, mas temos de tentar, dentro do possível, puxar pela língua a todos os materiais.

Historiadores e arqueólogos devem dar-se as mãos nestas caminhadas através dos tempos, tentando em conjunto reconstruir um pouco sobre ruínas de que quase nada sabemos.

★

B) — «LOULÉ VELHO»

Referimo-nos acima ao chamado «Loulé Velho», curioso conjunto arqueológico situado a Leste de Quarteira (Fig. 1-D), onde o mar, sem ter solicitado as devidas autorizações, se compraz a fazer escavações por conta própria, destruindo o que resta das conhecidas cetárias e outras construções.

Na parte superior da falésia de alguns metros de altura, observamos na visita que fizemos a 16 de Outubro de 1963 um estrato nitidamente romano, coberto por uma pouco espessa camada vegetal recente (Fig. 15-A).

À superfície de terrenos que o mar ainda não destruiu, notam-se vestígios de canalizações de pedra e diz-se entre as populações vizinhas que no interior delas passava uma tubagem de chumbo, arrancada há alguns anos, que por certo se diriga às águas medicinais da Fonte Santa, que lhe ficam a Norte.

A Leste deste estrato da Fig. 15, verificamos a existência de duas cetárias contíguas, esventradas pelas águas e com a face Sul completamente destruída (Fig. 17 e 18).

Forradas interiormente com uma camada de *opus signinum* de cinco centímetros de espessura nas paredes laterais e dez centímetros no fundo, a parede intermédia entre as duas cetárias tinha a espessura de cinquenta centímetros.

Com os costumados ressaltos nos ângulos, as dimensões que apresentavam naquele dia eram ainda: 1,82 m de profundidade; 1,82 m de largura e outro tanto de altura.

Atrás deste grupo de duas cetárias, divisam-se outras.

Ao lado deste conjunto, as marés de Outono tinham deixado a descoberto, sobre a praia, um enorme peso de lagar (Fig. 16), que a ondulação do Inverno se encarregou outra vez de ocultar.

Deste «Loulé Velho» há muitas moedas recolhidas pelos pescadores, de que no final damos uma pequena notícia.

★

C) — QUARTEIRA SUBMERSA

Não queremos deixar de referir os rumores que correm da existência de ruínas romanas submersas, situadas em frente de Quarteira, mais ou menos nas imediações da Fig. 1-C.

Por hoje limitamo-nos a transcrever sobre o assunto, sem qualquer comentário, um artigo de Manuel Geraldo e uma notícia do Eng.º Carlos Freire de Andrade.

O primeiro, publicado no *Jornal do Algarve* de 22 de Junho de 1963, reza assim:

«No n.º 316 do *Jornal do Algarve* publicou Torquato da Luz um artigo sobre o nosso querido Algarve, em que nos falava levemente da velha Carteia da Lusitânia, da qual nos restavam, até 1930, simples alicerces guardados com avareza pelo mar.

Parece-me que foi naquele ano que um grupo de pescadores de Quarteira pediu por intermédio da respectiva Capitania, ao Ministério da Marinha a destruição de determinados «pegadilhos» que, no mar, em frente da fábrica de conservas de peixe, um pouco a Oeste destruíam as redes de arrasto.

Daquela Ministério foi emanada ordem para seguir para aquela praia o navio de salvação «Patrão Lopes». Nele seguiu um mergulhador da firma Parry & Son, de Lisboa. Eu estava a bordo como rádiotelegrafista.

Em frente de Quarteira, depois dos preparativos, o Sabino, o mergulhador, desceu em observações. Depois de várias pesquisas, certa vez, surgiu do fundo do mar trazendo uma ânfora. O comandante Amor de Barros, sabendo que eu era apaixonado por tais achados pediu-me que classificasse aquela peça. Depois de a observar cuidadosamente, considerei-a de origem romana, muito embora os gregos as fabricassem de forma idêntica. O Sabino levou-a para Lisboa na intenção de a oferecer a um museu da capital. Também o mergulhador nos contou que ali no fundo do mar, existiam vestígios de uma grande povoação, pois localizou alicerces, muitas pedras trabalhadas e tijolos. Eram estes alicerces que rasgavam as redes dos pescadores e foi preciso o Sabino arrasá-los a tiros de dinamite.

O «Patrão Lopes», nesta ocasião, por pouco não é destruído levando para o fundo do mar toda a sua tripulação. O comandante Amor de Barros fizera reunir as cargas de dinamite no seu camarote de comando; os tiros eram comandados daquela posição. Nesta altura encontrava-me ali a entregar um radiotelegrama. Um cabo-torpedeiro-electricista, dis-traidamente, brincava com uma chave de fendas sobre os bornes de ligação de uma bateria...

Chamou-me a atenção o estouro de uma forte bofetada e o electricista caiu redondamente no chão. Foi o comandante Amor de Barros, homem inteligente, que reparando na distração do seu subordinado lhe desferiu tremendo bofetão, evitando assim que ele estabelecesse o contacto da bateria, pois a esta faltava-lhe apenas uma ligação para fazer explodir uma carga, a qual provocaria o afundamento do navio.

No entanto, o barco estava condenado à morte: anos depois, entrando a barra de Lisboa, após ter salvo no mar um batelão, vindo com ele de braço-dado, a forte corrente arrastou-o para o areal ao lado de S. Julião da Barra, perdendo-se.

O navio «Patrão Lopes», fora uma presa de guerra, e tinha na sua sala principal o retrato do algarvio Patrão Joaquim Lopes fardado de segundo-tenente.

Enfim, o Sabino descreveu-me tudo quanto viu ali no fundo do mar. Logo me veio à mente a velha Carteia, destruída várias vezes pelas guerras e, depois, pelos terremotos.

Na verdade é que se registou qualquer fenómeno telúrico que ocasionou o abaixamento da costa ou a invasão do mar e assim se explica o desaparecimento de Carteia, Búdens, Tróia (Setúbal) e Arenilha.

O terramoto de 1755 pôs a descoberto as ruínas da velha Búdens, na Boca-do-Rio, entre Salema e Cabanas Velhas.

Foi há anos, visitar aqueles sítios e lamento que se não façam ali pesquisas demoradas e de profundidade, por pessoas competentes e de boa vontade. Desta minha ideia foi concordante o saudoso Dr. José Pimenta Formosinho.

Nos rochedos da Boca-do-Rio, notam-se ainda os efeitos do terrível terramoto que destruiu Búdens.»

*

Por sua vez o estudo do Eng.^o Carlos Freire de Andrade refere:

«Há alguns anos, em frente da povoação de Quarteira, um mergulhador encontrou, à profundidade de 10 metros,

paredes com cerca de 1,5 metros de espessura, atravessadas por manilhas de barro, possivelmente restos de um cais fenício ou romano» (3).

★

Não sabemos se alguma coisa terá restado das demolições levadas a efeito, sendo todavia de muito interesse uma cuidadosa investigação nesta zona submersa.

Hoje, que tanto se fala em Turismo no Algarve, bem podiam as entidades responsáveis explorar o filão arqueológico, promovendo escavações conscienciosas e metódicas. Cremos bem que os seus resultados, aproveitados com inteligência, seriam um dos mais curiosos atractivos para quantos nos visitarem.

★

D) — MOEDAS DE «LOULÉ VELHO»

Têm sido recolhidas nesta localidade muitas moedas, a maior parte dispersas não sabemos bem por onde.

De dois núcleos, um na posse da municipalidade de Loulé e outro de um dos signatários do presente estudo (J. F.), damos hoje uma pequena notícia.

(3) CARLOS FREIRE DE ANDRADE, «Os vales submarinos portugueses e o diastrofismo das Berlengas e da Estremadura». *Boletim da Direcção -Geral de Minas e Serviços Geológicos*. Lisboa, 1938.

a) — *Núcleo da Câmara Municipal de Loulé:*

1.º — *Moedas ibéricas de Carteia:*

AE — Semis.

AV: Delfim à esquerda e tridente; por baixo CARTEIA.

RV: Timão estendido para a esquerda; por cima,

IIIIIVIR e por baixo D. D.

(Vives y Escudero, Lamina CXXIX-5)

*

AE — Semis.

AV: Cabeça de mulher com coroa mural; adiante CARTEIA.

RV: Neptuno de pé voltado à esquerda, com tridente e delfim nas mãos; adiante D. D.

(Vives y Escudero, Lamina CXXIX-2)

2.º — *Moedas romanas:*

MAXIMINO I (235-238)

AE — Pequeno bronze.

AV: IMP. MAXIMIN (VS. PIVS. AVG.). Seu busto laureado à direita.

RV: Indecifrável pelo mau estado da moeda, motivo porque se não pode indicar o n.º de Cohen.

PROBO (276-282)

AE — Pequeno bronze.

AV: IMP. C. M. AVR. PROBVS. AVG. Seu busto radiado à direita com a couraça.

RV: MARS. VICTOR. Marte cascado caminhando à direita, conduzindo lança e trofeu; no exergo, II.
(Cohen, 1.^a ed. n.º 317)

CONSTANTINO I (308-337)

AE — Médio bronze (c. de 23 mm).

AV: CONSTANTINVS, PF. AVG. Seu busto laureado à direita com a couraça.

RV: SOLI. INVICTO. COMITI. Busto radiado de sol à esquerda com o paludamento, conduzindo globo e látego; no campo T-P e no exergo, PTR.

(Cohen, 1.^a ed. n.º 462 variante).

CONSTANTINO II (César: 317-337)

AE — Pequeno bronze (c. de 19 mm).

AV: CONSTANTI-NVS. IVN. N. C. Seu busto cascado à direita com a couraça.

RV: BEAT. TRA +++ NOLITAS. Ao centro, altar sobremontado de um globo, com a inscrição VOT/IS/XX em 3 linhas; no exergo PLON.

(Cohen, 1.^a ed. n.º 90 variante).

CONSTÂNCIO II (337-361)

AE — Pequeno bronze (c. de 15 mm).

AV: IN. CONSTAN-TIVS. PF. AVG. Seu busto diademado à direita.

RV: FEL. TEMP. REPARATIO. Soldado enfurecido de pé à esquerda, fere com a lança e pontapeia um inimigo que se desequilibra do cavalo agarrando-se à crineira. No exergo SMHE. No campo da esquerda M.

(Cohen, 1.^a ed. n.º 224 variante).

AE — Pequeno bronze (c. de 14 mm).

AV: CONSTANTI-VS (PF. AVG.). Seu busto diademado à direita com a couraça.

RV: GLORIA EXERCITVS. Dois soldados em frente um do outro tendo cada um uma lança; entre eles insígnia militar encimada por bandeira com G. No exergo PARL.

(Cohen, 1.^a ed. n.º 242 variante).

*

b) — *Núcleo do Eng. José Farrajota*

Moedas romanas:

CONSTANTINO I (308-337)

AE — Pequeno bronze (c. de 18 mm).

AV: (DN. CONS)TANCIVS. PF. AVG. Seu busto diademado à direita.

RV: FEL. TEMP. REPARATIO.

(Nota: O mau estado do exemplar não permite interpretar com segurança as efígies do RV., motivo porque se não pode indicar o n.º de Cohen).

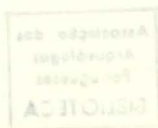
CONSTÂNCIO II (César 323-337)

AE — Pequeno bronze (c. de 15 mm).

AV: FL. IVL. CONSTANTIVS. NOB. C. Seu busto laureado à direita.

RV: GLORIA. EXERCITVS. Estandarte militar entre dois soldados. No exergo CONST.

(Cohen, 1.^a ed. n.º 236).



CONSTÂNCIO II (337-361)

AE — Pequeno bronze (c. de 15 mm).

AV: (DN. CONSTAN)TIVS. PF. AVG. Seu busto diademado à direita.

RV: (FEL. TEMP. REPARATIO). Soldado enfurecido de pé, à esquerda, pontapeia e acomete com lança um inimigo curvado sobre o seu cavalo.

(Cohen, 1.^a ed. n.º 224).

(2 exemplares deste numisma).

AE — Pequeno bronze quinário (c. de 15 mm).

AV: DN. CONSTANT-TIVS. PF. (AVG.). Seu busto diademado à direita.

RV: VOT/XX/MVLT/XXX, em 4 linhas dentro de coroa de louros.

(Cohen 1.^o ed. n.º 279).

Nota: Cohen classifica a moeda como sendo pequeno bronze quinário, o que parece não dever ter lugar, em virtude das suas dimensões idênticas às de outras moedas que considera pequenos bronzes.

AE — Pequeno bronze (c. de 18 mm.).

AV. (DN. CONS)TANTINVS. PF. AVG. Seu busto diademado à direita.

RV: FEL. TEMP. REPARATIO.

Nota: O mau estado do exemplar não permite interpretar com segurança as figuras de RV, motivo porque se não pode indicar o n.º de Cohen.

CONSTANTE I (337-350)

AE — Pequeno bronze (c. de 14 mm).

AV: CONSTANS (PF. AVG.). Seu busto diademado à direita.

RV: VICTORIA. DD. AVGG. Q. NN. Duas Vitórias em frente uma da outra, tendo cada, uma coroa e uma haste.

(Cohen, 1.^a ed. n.º 160).

AE — Pequeno bronze (c. de 13 mm).

AV: DN. FL. CON(STANS. AVG.). Seu busto diademado à direita.

RV: GLORIA. EX(ERCITVS). Estandarte militar entre dois soldados.

(Cohen, 1.^a ed. n.º 140 variante).

JULIANO II — O Apóstata (César 355-360).

AE — Pequeno bronze (c. de 16 mm).

AV: DN. IVLIANVS. NO(B. CAES). Seu busto nu, à direita com o paludamento.

RV: FEL. TEMP. REP(ARATIO). Soldado de pé, à esquerda, acometendo com a lança um inimigo caído com o seu cavalo. No campo, II e no exergo MOT (?) entre palmas.

(Cohen, 1.^o ed. n.º 62).

(Falta-lhe um fragmento).

GRACIANO (?) (367-383)

AE — Pequeno bronze (c. de 16 mm).

AV: (DN. GRATIANV)S. PF. AVG. Seu busto diademado à direita.

RV: SECURITAS. (REIPUBLICAE). Vitória caminhando à esquerda com coroa e haste (?).

(Cohen, 1.^a ed. n.º 60).

TEODÓSIO I (379-395)

AE — Pequeno bronze (c. de 18 mm).

AV: (DN. THEODO)-SIVS. (PF. AVG). Seu busto diademado à direita.

RV: (GLORIA). ROMANORVM. O imperador de pé, olhando à direita, com globo e estandarte.

(Cohen, 1.^a ed. n.º 18).

?

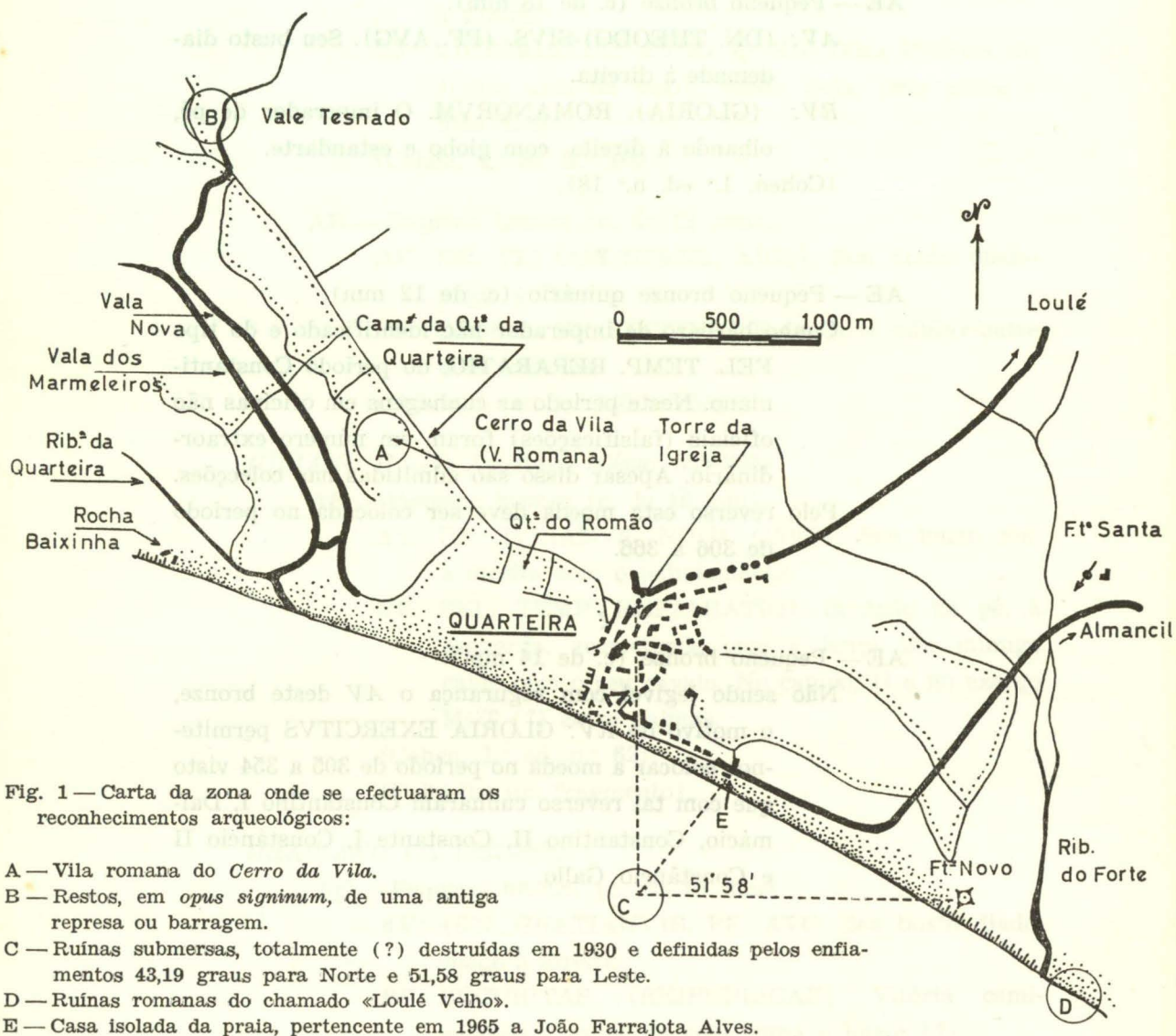
AE — Pequeno bronze quinário (c. de 12 mm).

Cunho bárbaro de imperador não identificado e do tipo FEL. TEMP. REPARATIO, do período Constantiano. Neste período as cunhagens em oficinas não oficiais (falsificações) foram em número extraordinário. Apesar disso são admitidas nas coleções. Pelo reverso esta moeda deve ser colocada no período de 306 a 366.

?

AE — Pequeno bronze (c. de 14 mm).

Não sendo legível com segurança o AV deste bronze, o motivo do RV: GLORIA EXERCITVS permite-nos colocar a moeda no período de 305 a 354 visto que com tal reverso cunharam Constantino I, Dalmácio, Constantino II, Constante I, Constâncio II e Constâncio Gallo.



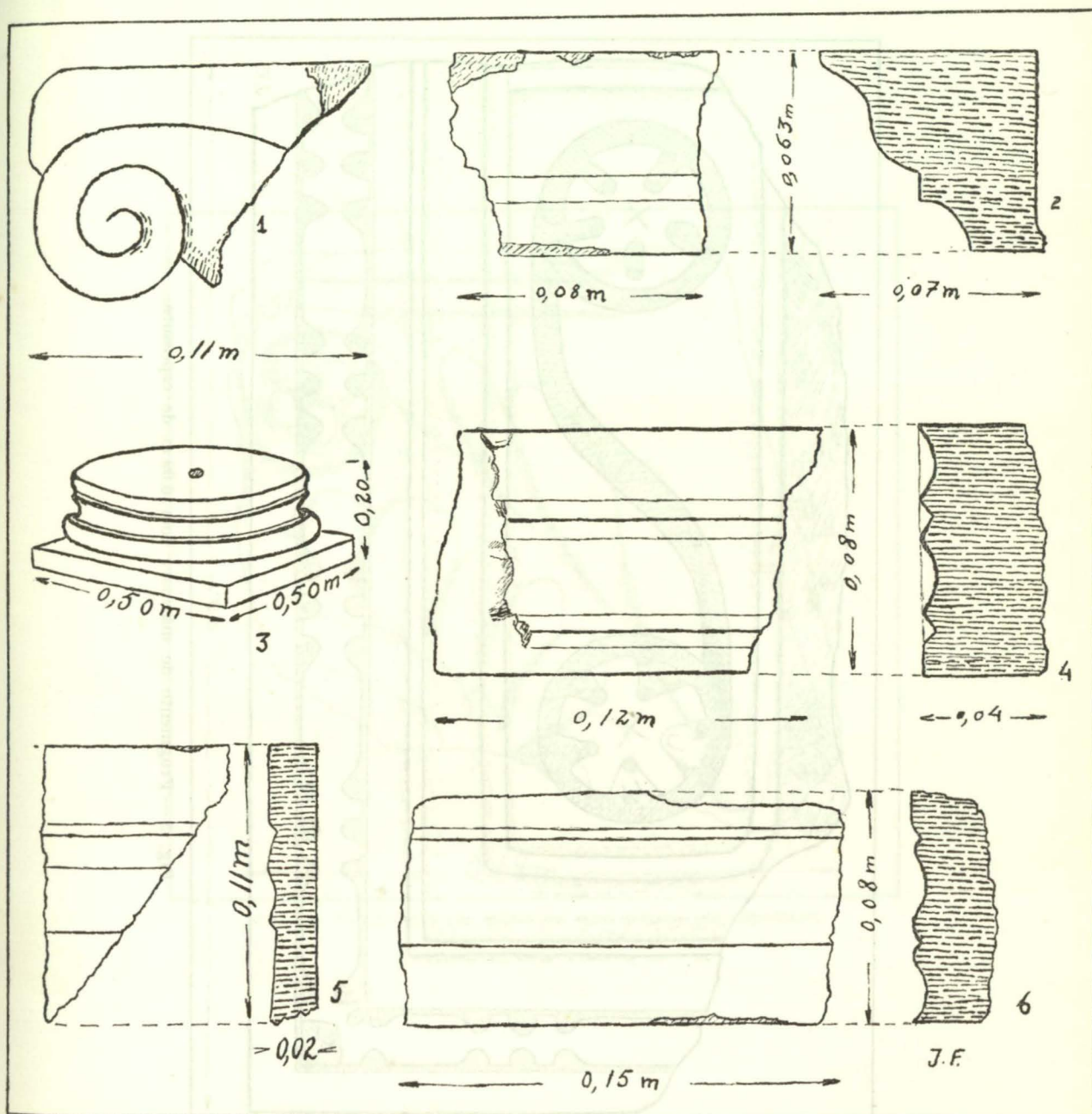


Fig. 2 — Fragmentos de mármore do «Cerro da Vila»: capitel jónico (1), base de coluna (3) e frisos vários (2, 4, 5 e 6).

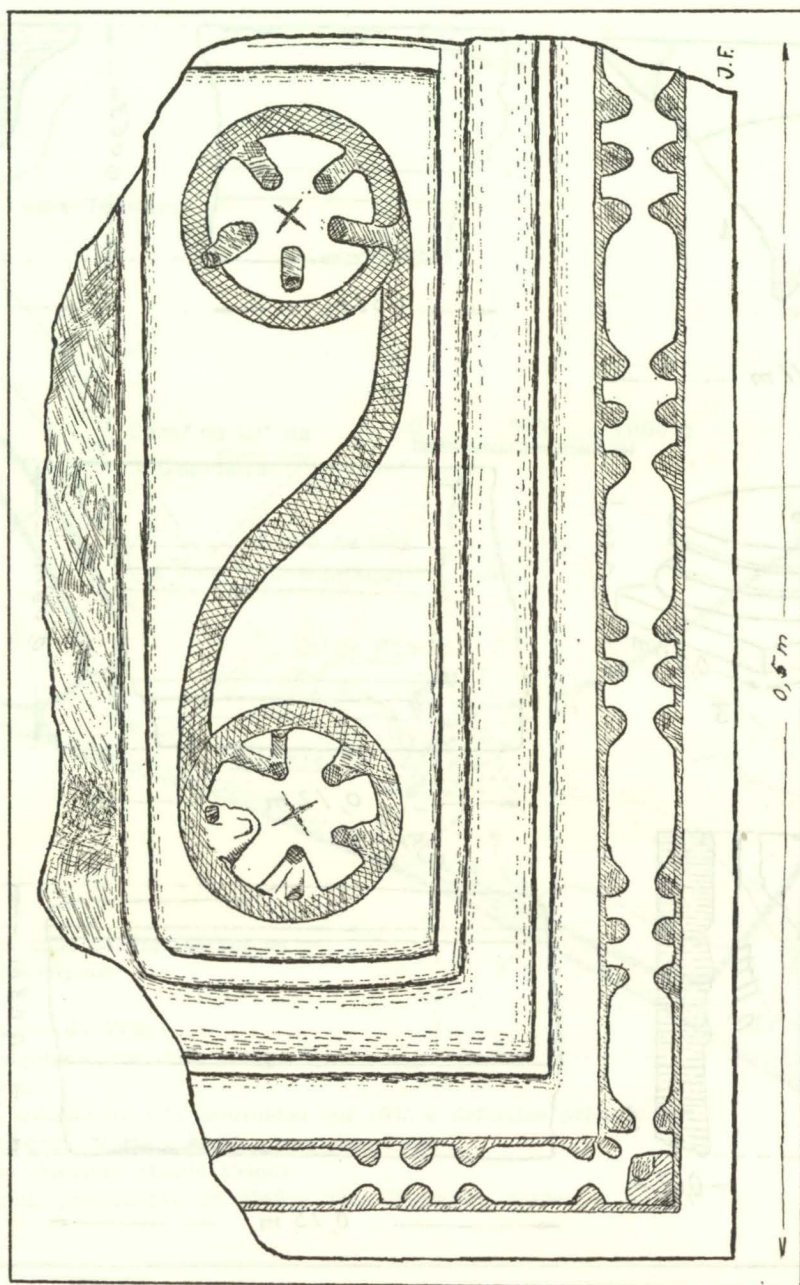


Fig. 3 — Fragmento de mármore com 0,09 m de espessura.

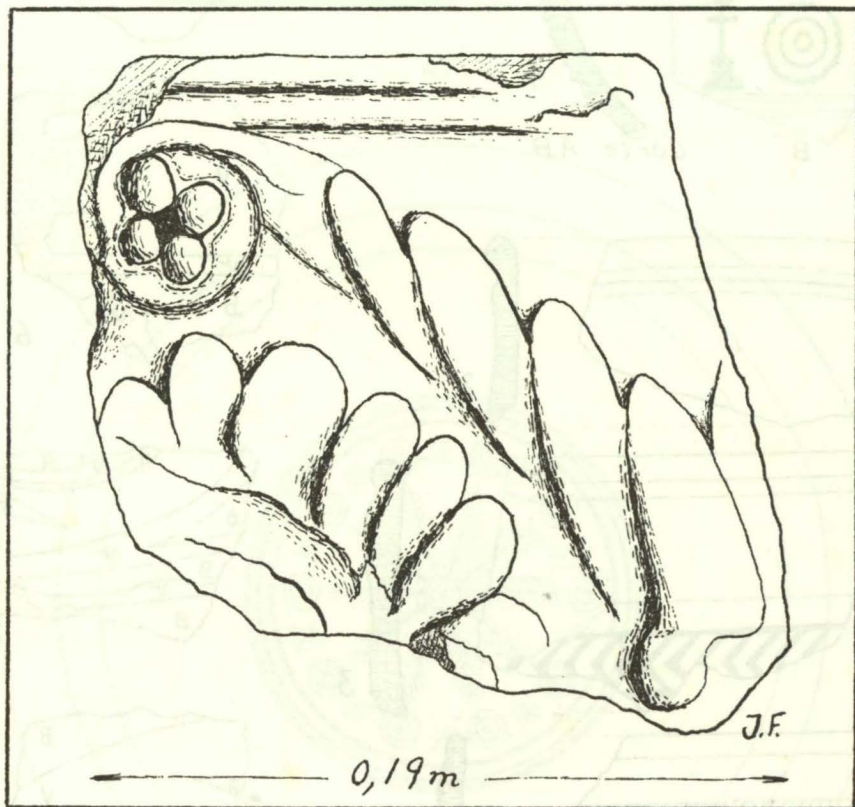


Fig. 4 — Fragmento de mármore com 0.05 m. de espessura.

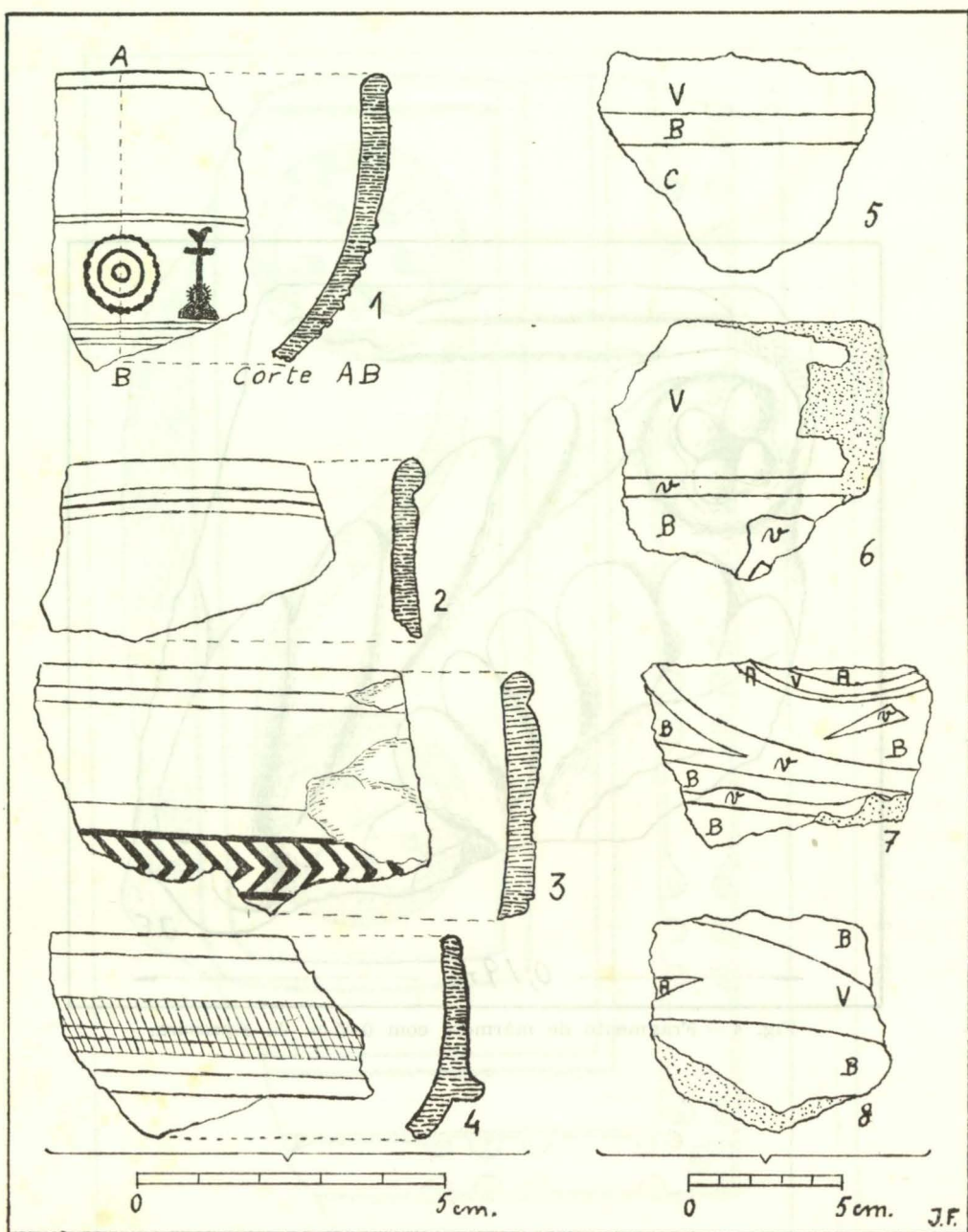


Fig. 5—Fragmentos de *Sigillata* (1, 2, 3 e 4) e de *estruque* (5, 6, 7 e 8). Cores do *estruque*: V (vermelho escuro), v (verde claro), A (amarelo ovo) B (branco), C (cinzento escuro).

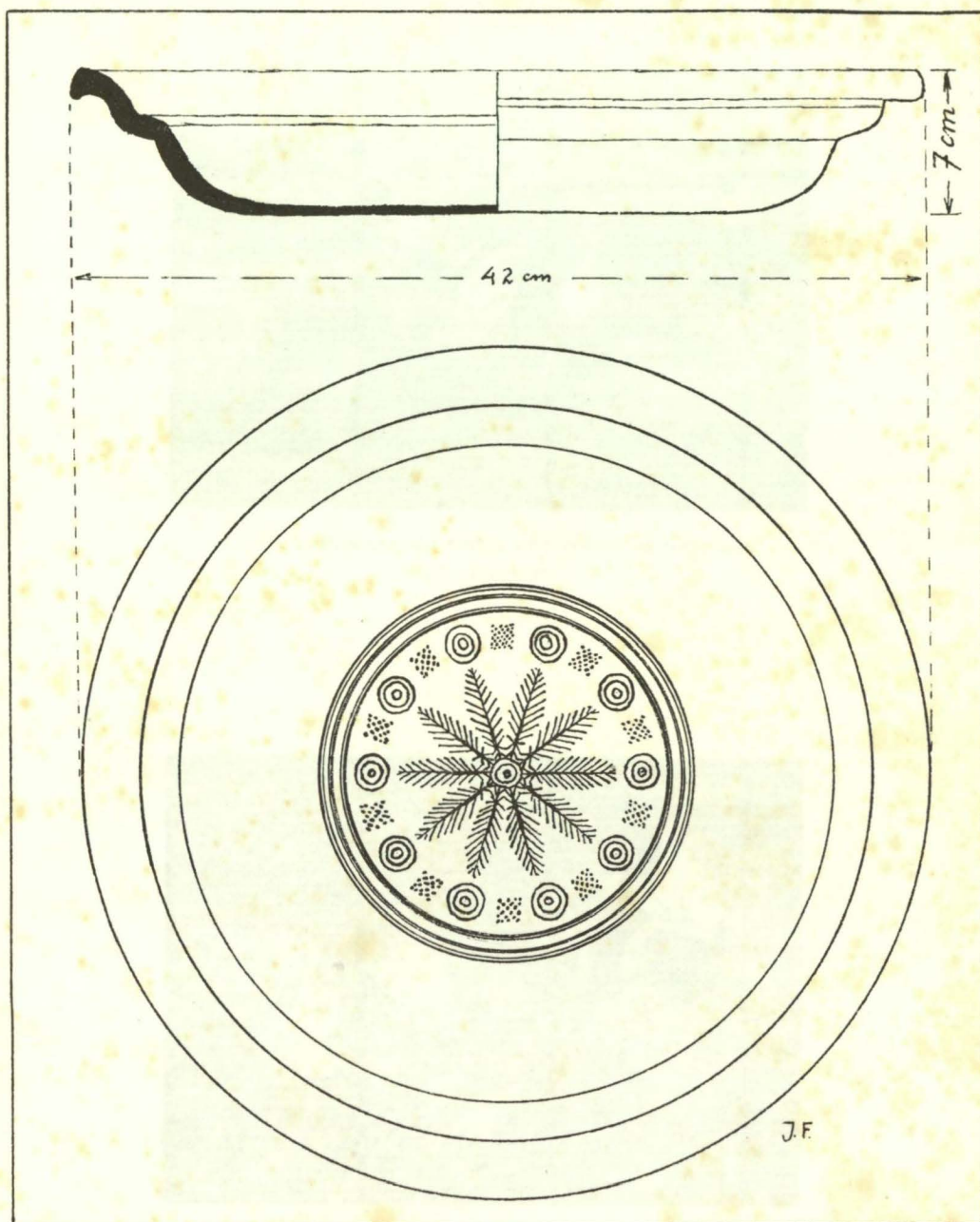


Fig. 6 — Reconstituição do prato de cerâmica estampada vermelha.



Fig. 7 — Procurando restos arqueológicos na senda do tractor.

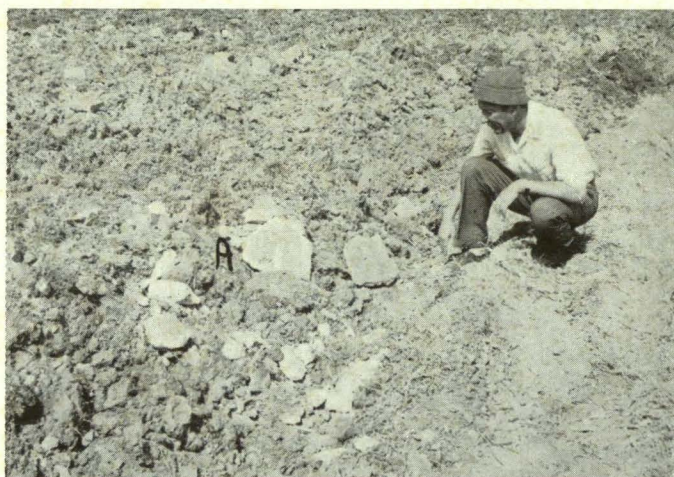


Fig. 8 — Recolhendo «fatias» de mosaico (A).



Fig. 9 — Fragmento do primeiro mosaico.

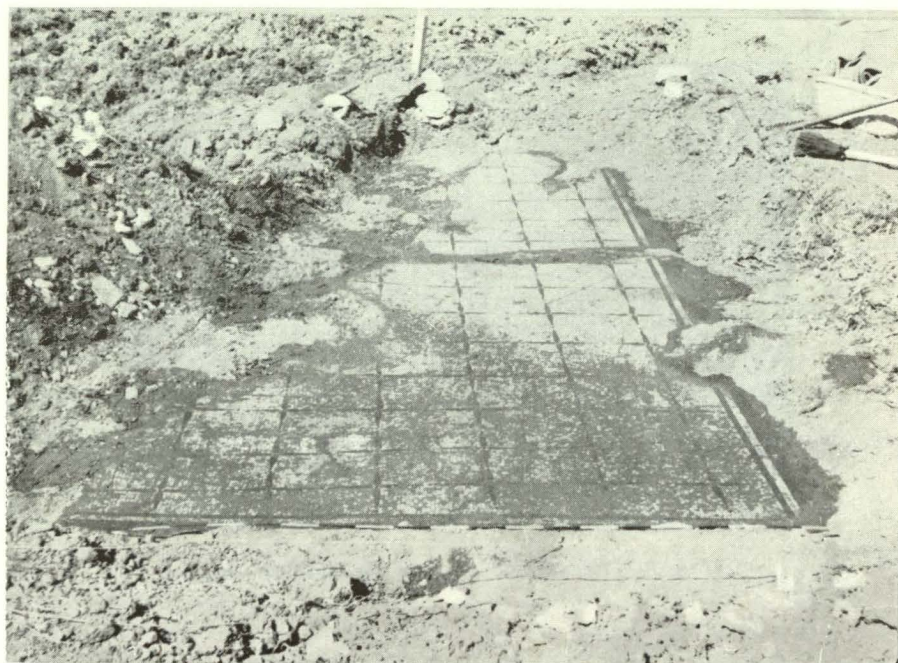


Fig. 10 — O que resta do primeiro mosaico.

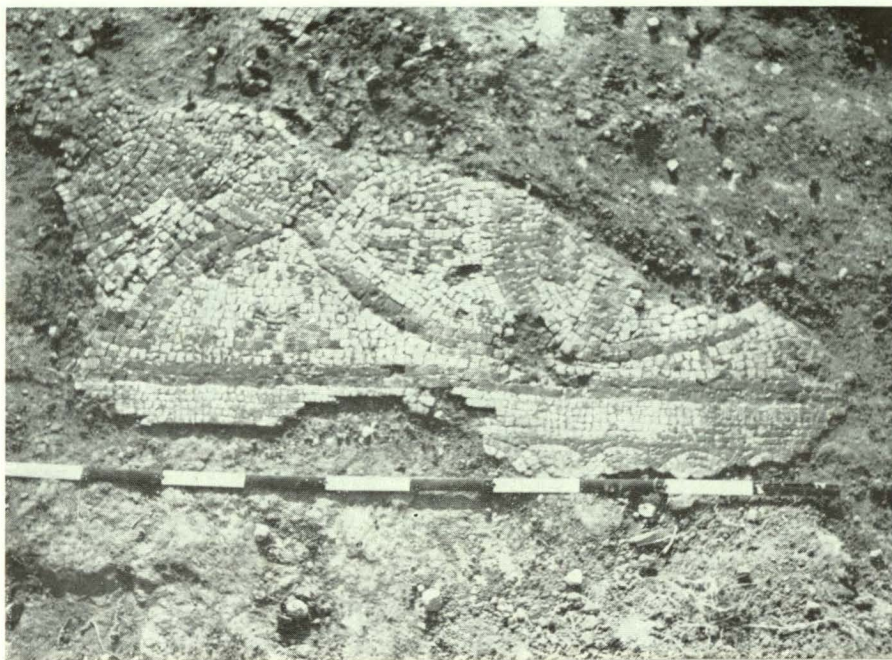


Fig. 11 — Fragmento do segundo mosaico.

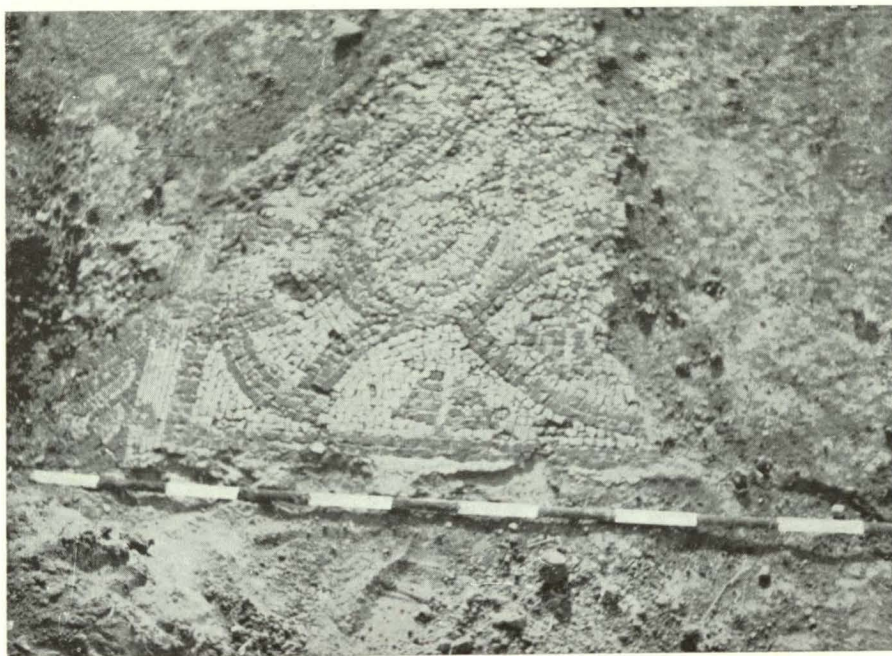


Fig. 12 -- Outro fragmento do segundo mosaico.

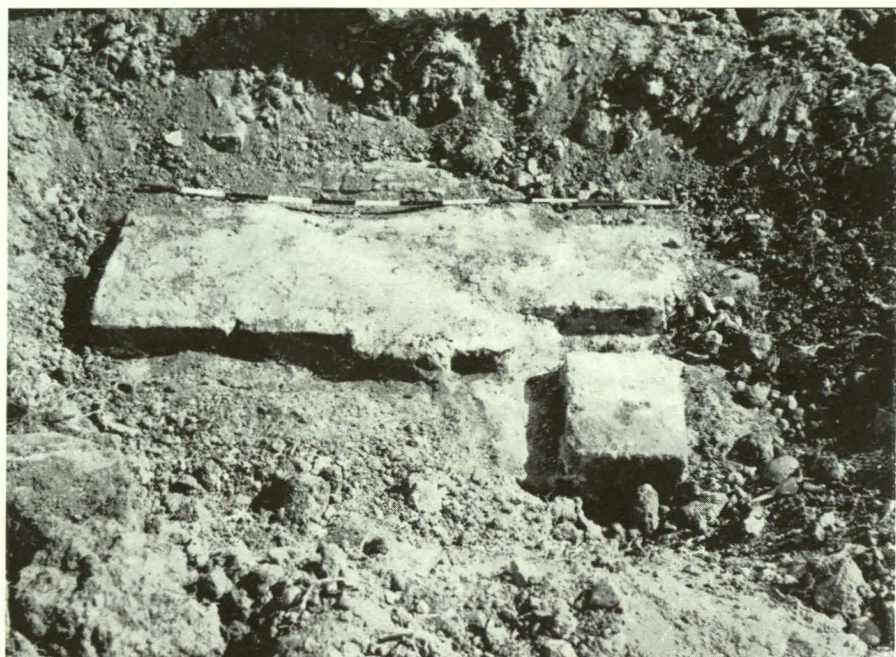


Fig. 13 — Restos de construções.



Fig. 14 — Bloco de *opus signinum* da Represa (B) existente no Vale Tesnado

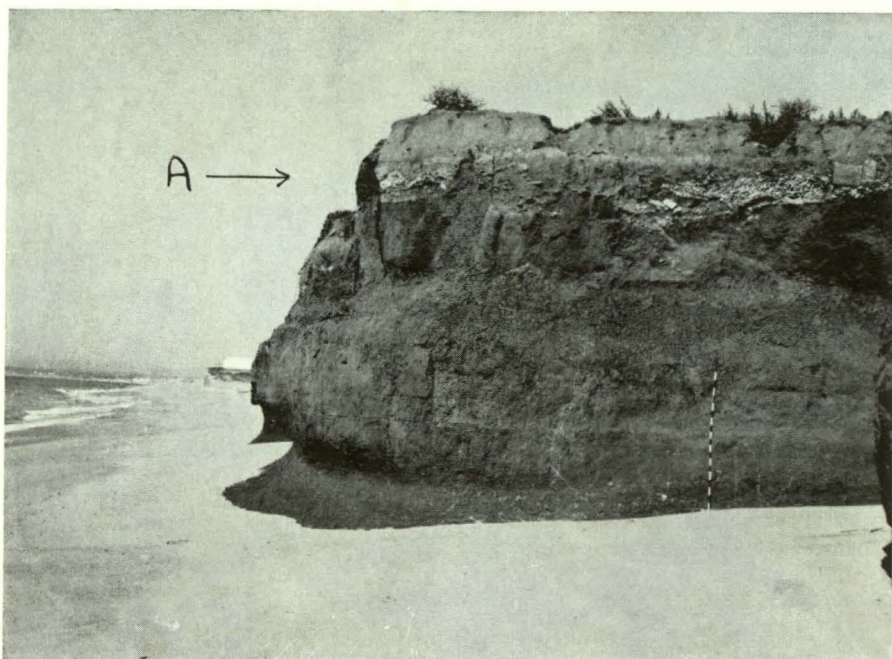


Fig. 15 — Loulé Velho: a escarpa, vendo-se na parte superior o estrato romano (A).

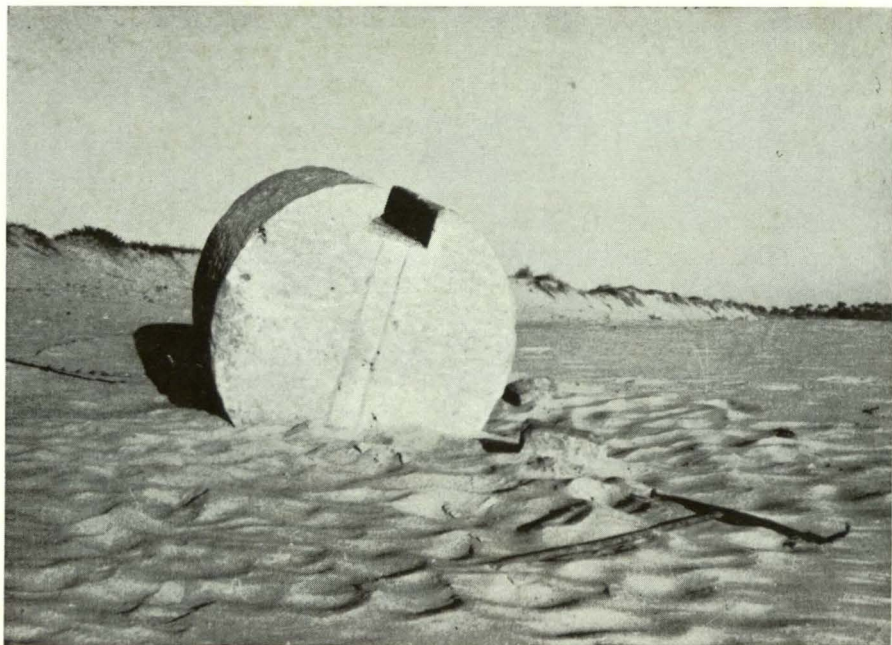


Fig. 16 — Loulé Velho: peso de lagar que as águas do outono trouxeram à superfície, mas hoje se encontra coberto pelas areias.

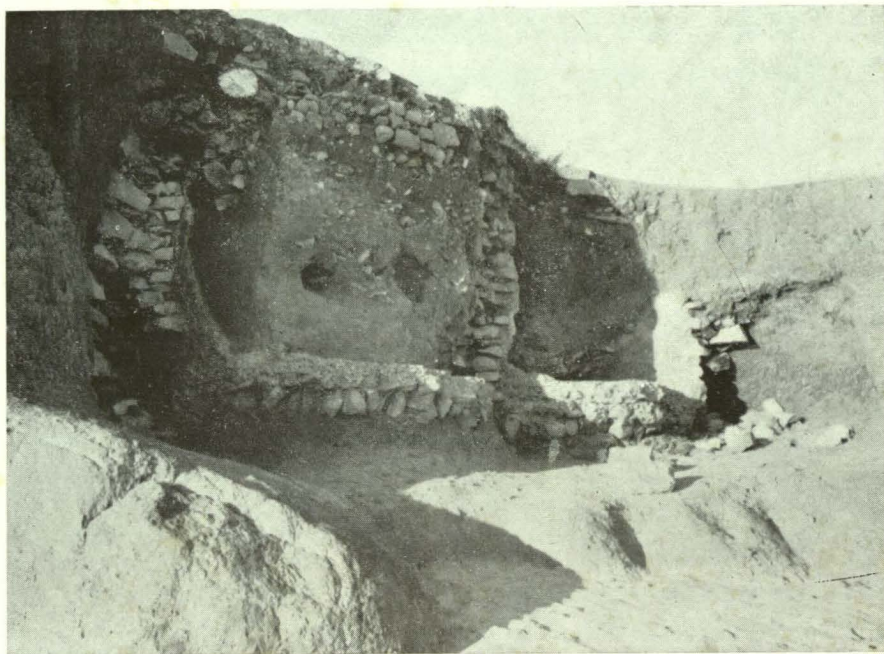


Fig. 17 — Restos de duas cetárias de Loulé Velho em meados de Outubro de 1963.

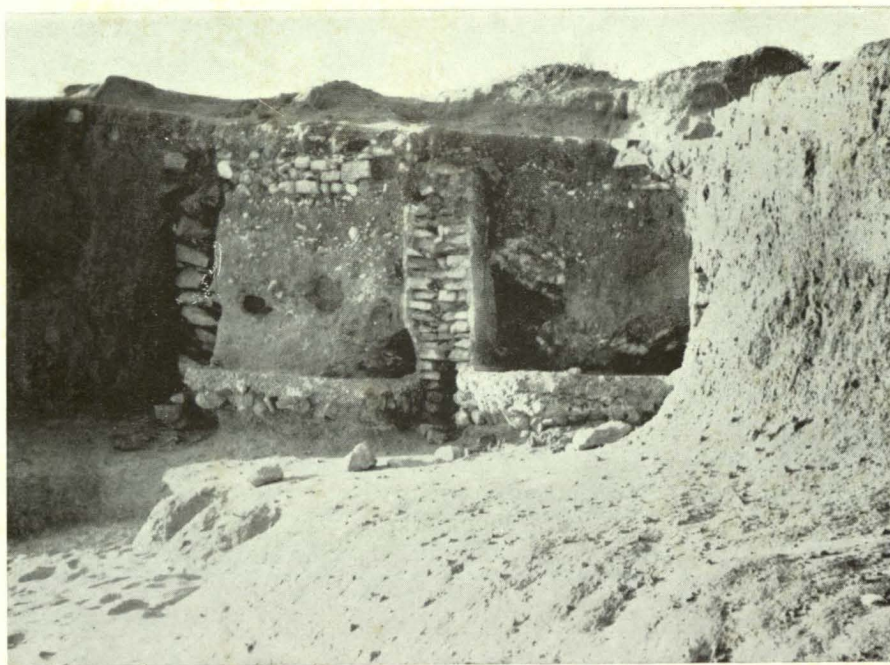


Fig. 18 — Outra vista das mesmas cetárias.

L'ÉMERGENCE DE L'HOMME ET LA GENÈSE DE SON INTELLIGENCE

pelo

sócio correspondente

Abbé André Glory †

Conferência lida em assembleia geral extraordinária,
de 13 de Janeiro de 1965

L'ÉMERGENCE DE L'HOMME ET LA GENÈSE DE SON INTELLIGENCE

LES récentes découvertes de la paléanthropologie intéressent autant les anthropologues que les psychologues, les psychosomatologues et les théologiens, à cause des problèmes nouveaux que suscitent l'afflorescence d'une brochette d'Australopithèques, mise au jour, de 1959 à 1964, dans une aire de 200 000 Km² d'Afrique Orientale.

Le principal gisement est la gorge d'Oldoway, longue de quelque 45 Km à 250 Km à vol d'oiseau au Sud-Est de Nairobi.

Creusée d'Est en Ouest à travers la plaine du Serengeti, dominée à l'Est par le massif volcanique du Meru et du Kilimandjaro, et limitée au Nord-Est par le lac Natron, la fosse présente des flancs curieusement décapus par des fortes érosions, en une suite de gigantesque empilement de strates sédimentaires, déposées très horizontalement dès le Villafranchien, dans la cuvette d'un lac aujourd'hui fossile.

Au cours du Quaternaire, le volume de cet Ancien lac, au gré des alternances des périodes pluviales et des périodes arides, correspondant en gros à nos périodes septentrionales glaciaires et interglaciaires, avait subi, tantôt de fortes montées, tantôt des bas niveaux d'assèchement, faisant varier les emplacements du rivage que l'homme a successivement occupés. Ces paléosols de terres argileuses consolidées ont été arrosés de cendres à cristaux d'anorthite, projetées par des éruptions volcaniques, fréquentes en cette région très instable du Rift, durant tout le

pleistocène. Le fouilleur, le Dr. Leakey a divisé en cinq niveaux ces aires occupées par l'homme, illustrées par ses outils de travail, ses tableaux de chasse et ses restes de menus quotidiens.

D'après les espèces animales recueillies et le mode de taille des pierres travaillées, ces cinq étapes se compartimentent en deux zones: la zone supérieure caractérisée par un outillage chélléen, dont les bifaces classiques on été retrouvés sur les hautes terrains du Tage autour de Lisbonne; cet horizon correspondant au pleistocène moyen, fut fréquenté par un pithecanthropoïde, l'«Homme Chélléen» d'Oldoway, dont une portion de crâne bien conservée a été retrouvée.

La zone inférieure est constituée par une industrie de «pebbliculture», galets plus ou moins roulés qui on été percutés a une seule extrémité, sans retouche postérieure; elle a reçu le nom d'industrie d'Oldowayenne.

Dans ce lit inférieur, le 17 Juillet 1959, le Dr. Leakey notait au jour, un crâne dépourvu de mandibule, presque complet, d'une femme d'australopithèque, déjà connue en Afrique Australe qu'il nomme Zinjanthropus, du vocable Zinj, désignant en vieil arabe, les régions de l'Afrique Orientale. En 1964, l'an dernier, le Dr. Leakey complétait le fossile par une mandibule exhumée sur les plages du Lac Natron, confirmant l'intégration du Zinjanthropus dans le groupe des Australopithèques, dont on sait qu'en Afrique du Sul ils ont une capacité cranienne limitée de 500 à 600 cc.

Nous eumes le privilège d'accompagner l'abbé Breuil et d'examiner avec lui, cette relique exposée dans une cage vitrée lors d'une présentation mémorable du Dr. Leakey à l'un des amphithéâtres du Muséum d'Histoire Naturelle de Paris, en Novembre 1959.

Bien que le Dr. Leakey affirmait que le Zinjanthropus était l'auteur de l'industrie oldowayenne qui lui était associée, beaucoup d'anthropologues trouvaient chez ce fossile des caractères d'espécialisation très marqués qui semblaient l'exclure de toute promotion humaine.

En 1960, dans un lit sous-jacent à la couche du Zinjanthrope, le Dr. Leakey exhumait, toujours dans le ravin d'Oldoway, une mandibule d'enfant et quelques portions d'un crâne qu'il nomma Prézinjanthrope, le préfixe signifiant une antériorité dans le gisement. Les restes incomplets prisent toute leur signification lorsque d'autres fragments crâniens, et d'autres ossements du pied et de la main, découverts ensuite, et appartenant à des individus de plusieurs âges, permirent une étude ethnologique d'ensemble.

Les résultats montraient que le Prézinjanthrope avait une anatomie humaine plus évoluée que le Zinjanthrope.

La face se projette très peu en avant et même ne possède pratiquement pas de museau: la capacité cérébrale est plus volumineuse que ce dernier, bien qu'inférieure au Sinanthrope qui évolue entre 900 et 1000 cc. Le pouce opposable aux autres doigts de la main, était apte à prendre et à manier en divers plans un objet quelconque: les phalanges terminales élargies pouvaient être dotées d'une perception localisée; comme tout le Prézinjanthrope était bien conditionné pour être l'auteur de l'industrie oldowayenne. Aussi dans sa conclusion le Dr. Leakey a-t-il donné le vocable d'«Homme Habilis» à cet être qu'il estime appartenir au genre *Homo*, le terme spécifique «habilis», limitant sa compétence à la taille de la pierre.

Ce verdict est-il définitif? Peut-on interjeter appel? Et dans le cas d'une homologation internationale, quelles interprétations philosophiques peut-on en tirer?

Notons d'abord que les «repentirs» du Dr. Leakey d'avoir decerné un diplôme de paternité de la taille des galets, d'abord au Zinjanthrope, puis au Prézinjanthrope, montre l'embarras des anthropologues, à se prononcer clairement sur cette question. Sans doute la caste des Australopithèques limitée en 1950 au Transvaal sud-africain s'étend maintenant en Afrique orientale sur les bords du lac Eyasi, à Oldoway, à la région du Tchad, en Paléστine à Ublidya israélien, et semble-t-il, en Indonésie,

où une révision d'anciennes pièces aurait été interprétée dans ce sens morphologique.

Cependant le site d'Oldoway est, jusqu'à présent, le seul bien daté, à présenter une industrie travaillée associée à des restes d'Australopithèques. C'est l'éternel problème que Boule soulevait autrefois au sujet du Sinanthrope. Le Prézianthrope est-il le chasseur ou le gibier? Est-il l'artisan des outils ou doit-on faire appel à un être mystérieux psychologiquement plus évolué? Dans l'économie des hypothèses les plus probables, le bon sens avait désigné le Sinanthrope comme l'auteur de l'industrie choukoutienne.

A Oldoway, étant donné la date villafranchienne très reculée des paléosols il semble très probable, dans le cadre de la morphologie des anthropoïdes, que l'Australopithèque soit le chasseur et non la proie. Un autre argument serait en faveur des Zinjanthropes: les cavités médulaires de leurs os n'ont pas été ouvertes alors que les ossements des autres animaux ont été intentionnellement brisés. Une main et un pied retrouvés presque intacts font partie d'un ensemble squelettique moins disséminé que les os des autres proies. Mais une hirondelle ne fait pas le printemps; jusqu'à plus ample informe d'une découverte similaire, considérons cette opinion comme une hypothèse de travail, fortement possible, en laissant à l'avenir le soin de la confirmer ou de l'infirmier.

Cette réserve qui s'inscrit dans le plan de la méthode cartésienne n'est pas pour autant une dérobade à la discussion du problème de la Genèse de l'Intelligence dont l'optique philosophique s'agrandit soudain dans une vision de grande angulaire.

Une étude très poussée, et déjà ancienne de M.^e Tetry sur les «outils animaux», avait conclu qu'il y avait toujours équilibre dans le monde animal, entre l'outil spécifique et l'objet fabriqué, comme la toile d'araignée, le nid d'oiseau, la cellule de l'abeille... Elle avait adopté le terme de *coaptation*, entre l'artefact et l'outil naturel animal, le bec, la patte, la bouche, les sécrétions glandulaires, le tout résultant d'un

jeu complexe d'associations d'images instinctives. Pour l'Australopithèque, existe-t-il une coaptation entre l'outil, la main et l'évolution psychique?

Dans le cadre des études psychosomatiques on peu dire que la taille des galets percutés en bout, cause une coaptation des muscles de la main, une perception localisé des doigts, une vision réussie des coups portés, un choix averti des cailloux ramassés et une intention réfléchie de fabrication, autrement dit, la conscience, l'intelligence.

En conjointant les mots *Homo Habilis*, le Dr. Leakey nous fait supposer qu'il y avait un décalage entre l'évolution anatomique et l'évolution psychique et que l'outil se serait perfectionné avant que le cerveau n'ait atteint son évolution actuelle, sorte de micro-machine électronique conditionnée par la pensée.

C'est projeter sans discernement dans un lointain passé, nos concepts actuels en aboutissant à une contradiction notoire dont nous avons été les premiers en 1942, à signaler l'invraisemblance dans notre traité «Les Premiers Hommes»; l'antinomie entre l'«Homo Faber» et l'«Homo Sapiens», entre le type de Néandertal et celui de Cro-Magnon — est illusoire.

Aujourd'hui dans l'étalement des différents fossils, ont admet des Neandertaloïdes «précoces» et des Neandertaliens typiques, associés en parallèle dans le temps à des Présapiens et à des Sapiens classiques.

Du Rhodésien de Broken-Hill à l'Homme de la Chapelle-aux-Saints, des crânes de Steinheim et de Fontéchaude à ceux de Chancelade et de Cro-Magnon, en passant pour les variantes Ngandong, de Palestine et de Krapine, le terme *Homo Sapiens* les englobe tous, car nous sommes mieux informés sur la valeur à donner aux mutations secondaires de la génétique, dues à l'isolement géographique, aux facteurs climatiques, aux croisements raciaux, aux activités psychiques spécialisées.

On peu en dire autant de la nappe pithécanthropienne, de Choukoutien, de Trinil, de Sangiran, de Modjokerto, d'Heidelberg, de Ternifine

et d'Oldoway, ce qui incite à employer la même optique concernant la couverture australopithécienne qui s'inscrit dans l'ascendance de tous ces derniers.

C'est dire que le genre *Homo*, ne peut pas être dit, ni «faber», ni «habilis», mais il ne peut être que *sapiens*.

En employant le terme «habilis», on suppose que l'intelligence humaine a pris son essor à partir de faits extérieurs, matériels, comme l'outil qui est le résultat de concepts déjà très élaborés.

C'est faire passer l'Acte avant la Puissance, s'est reintroduire dans l'étude philosophique de l'Homme, la séparation dualiste de la Matière et de l'Esprit, c'est faire de l'Ancêtre, un ange ou une bête, alors que tout son corps est actualisé en même temps par sa biologie et son psychisme culturel.

A partir du moment où l'Anthropologue enlève à l'Homme son titre de *Sapiens*, il obtient un être mécanisé par un instinct statique, impropre à s'instruire et à progresser en culture, et s'il permute ce terme noble pour celui d'*Habilis*, péjoratif, il semble donner une certaine initiative à la Technique — une sorte d'âme à l'outil que devient un objet magique cher aux contes qui ont réjoui notre enfance.

D'après certains, en effet, l'outil, pris dans un sens général d'objet fabriqué ou taillé, aurait eu une influence déterminante, une causalité spécifique, bien qu'inerte en lui-même, dans le phénomène de l'Hominisation.

L'objet taillé par un superinstinct animal, en s'incorporant à la main, sorte de transistor psychique, aurait soudain déclenché des réactions intelligentes dans le cerveau, parvenu par le nombre de ses neurones et leurs ramifications au stade conceptuel de faire émerger la causalité d'un acte. L'œuvre technique aurait été, au début une sorte d'automatisme semi-reflêchi, une pensée qui se prend pour objet, un acte mental simple qui exclurait tout dedoublement de l'imagination créatrice.

Sans le vouloir, ces théoriciens font du cerveau primitif une sorte de cerveau électronique à circuit simple, fonctionnant toujours dans le même sens, sans l'équivalence d'une opération inverse réfléchie au départ. Ils dessinent les résultats passifs, l'outil taillé pétrification de l'image conceptuelle, de l'intelligence elle-même donne des réflexions, alors que l'œuvre technique, l'objet fabriqué est une opération à dimension spécifiquement humaine, une manifestation propre de l'Homme, au même titre que l'Art, la Mathématique, la Religion, émanations de son Psychisme intégrée à sa biologie.

Outil-Main-Cerveau, sont trois facteurs inséparables, sorte de trinité indivisible, comme les trois angles d'un même triangle, pour employer une comparaison imagée.

Puis que l'objet fabriqué, les galets taillés sont le produit d'une élaboration complexe d'opérations psychosomatiques moues par la réflexion, il faut bien admettre que le responsable intelligent est le Zinjanthrope. Comme cependant dans la systématique, il faut tenir compte de sa capacité crânienne déduite par l'effort à l'Homo Sapiens, il convient de substituer à l'appellation d'Homo Habilis, mineure, celle d'*Homo Noescens*, majeure, c'est à dire l'Homme qui s'exerce à penser, l'Homme pensant.

Ce titre donne une certaine prééminence à la cérébralisation du Zinjanthrope, et nous remercions Monsieur le Professeur Fernando de Almeida, qui, en nous invitant à Lisbonne à prendre la parole à sa place, nous a donné l'occasion de le prononcer pour la première fois dans une chaire de Faculté.

Nous ne faisons qu'homologuer un fait terminal d'une hominisation qui a commencé, il y a quelque quinze ou vingt millions d'années.

La première orientation anatomique remarquée dans cet essai évolutif, se porte sur sa dentition avec des prémolaires inférieures biscupides et molairisées. *Kenyapithecus*, pourvu d'une petite canine et d'une fosse nasale, a été daté par les méthodes de radioactivité à quatorze

millions d'années, soit la base de l'étage Pliocène. Son cousin morphologique l'*Orèopithecus* de Toscane, par les particularités du bassin, des vertèbres lombaires, et de la tête fémorale, serait un échantillon authentique d'un Hominidé pliocène.

La stature erigée sur les membres postérieures, s'amorce semble-t-il, au début du Pliocène, il-y-a quelque dix millions d'années, pour aboutir à la marche bipédique des Australopithèques, deuxième poussée évolutive, résultant d'un équilibre mécanique entre les courbures de la colonne vertébrale, l'assise élargie du bassin et l'angle de sustentation des cols fémoraux.

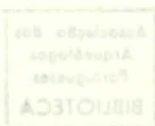
La libération des membres antérieurs favorisait le perfectionnement de la main et l'accroissement volumétrique du cerveau dans une troisième poussée organique dont le déclenchement initial paraît se situer vers la fin du Pliocène, vers trois ou quatre millions d'années.

Lorsque les pièces maîtresses de la machine humaine furent bien à leur place et suffisamment rodées, la raison vint et l'Homme façonne son premier outil issu de sa pensée créatrice, dont la radioactivité a pu approximativement fixer la date d'apparition.

En comptant les propositions d'argon et de potassium incluses dans les cristaux d'anorthite des retombées volcaniques disséminées dans tous les paléosols d'Oldoway, la zone inférieure des Australopithèques,, se situe entre 1,75 à 2,3 millions d'années; l'âge de 1.800.000 ans est maintenant généralement admis pour le Zinjanthrope.

La zone supérieure de l'Homme Chelléen, en bonne concordance chronologique avec ses semblables de Chine et de Java (500.000 ans pour le Pithécanthrope), a reçu un âge de 300.000 ans, ce qui est, géologiquement parlant, fort raisonnable.

L'ancienneté du Zinjanthrope, daté par les éléments d'anorthite, bouleverse nos conceptions traditionnelles. Il faudra certainement les confirmer par d'autres analyses en d'autres gisements du globe pour dissiper



notre surprise. Car l'Homo Noescens, une fois né, tient à faire son petit tour de propriétaire.

Il visite le planète en y laissant, sur les Hautes Terrasses et les deux rivages marins, comme sa carte de visite, des échantillons de son premier travail artisanal de galets taillés. M. Georges Zbyszewski, du Service Géologique de Lisbonne, et M. Maxime Vaultier, pré-historien, élève de notre maître l'abbé Breuil, nous les ont montrés dans les vitrines abritant les collections — La carte de cette très vieille industrie en Portugal, porte les stations de Caldas da Rainha, de Peniche, la péninsule de Setúbal, la province littorale du Bas Alentejo avec les sites de Sines, de Porto Covo, etc.

L'Homo Noescens remonte ensuite les rivages européens orientaux, en s'attardant à la Grotte du Vallonet près de Menton (France) dominant d'une centaines de mètres les eaux azurées de la Méditerranée. Là, les éclats et les galets aménagés se melangent à une faune de mammifères villafranchiens.

Cette explosion nucléaire de la pensée, une fois déclenché, loin de s'épuiser et de s'éteindre, va se propager en chaîne sur tous les continents, en s'enrichissant; elle indique, par ses produits manufacturés, une réflexion de même nature et de même degré. L'ancienneté de cet avènement n'offre aucune difficulté sur le problème de la genèse de son mécanisme, si on sauvegarde son intégrité spécifique, comme le bon sens le demande.

Nous ne nions pas pour autant l'existence d'un conditionnement réciproque de la technique et du spéculatif; au contraire, la symbiose est nécessaire comme base de progrès culturel qu'on nomme de civilisation, qui n'a pu s'enrichir que grâce à l'influence d'un milieu social structuré, si minime soit il.

Les enfants-loups en sont un vivant témoignage négatif; comme chez l'idiot, leur intelligence enveloppée n'a pu se développer. C'est ce qu'on nomme en philosophie la causalité réciproque à la manière des

formules mathématiques émergées du cerveau qui permettent ensuite au cerveau de structurer davantage les problèmes, et de progresser dans la connaissance des sciences naturelles.

Malheureusement les tous premiers debuts d'une dialectique ininterrompue entre le facteur spéculatif et le facteur manuel échapperont à jamais au domaine de l'observation, comme ils ont dû échapper à ceux qui en ont été les premiers bénéficiaires. Peut-on, chez un enfant, discerner les moments où apparaissent le symptôme de son âge de raison ? La pensée de l'homme est de nature spirituelle au sens très large du terme, c'est à dire interne, autodynamique, psychosomatique comme l'enregistrent les encéphalogrammes. On ne pourra donc jamais savoir le nombre-chef de neurones nécessaires au bon fonctionnement d'une pensée réfléchie dans des cerveaux vieux de deux millions d'années.

Les opérations mentales dans ce lointain passé devaient être simples, directes, sans calculs et diplomatie, innocentes dans leur finalité comme nous le suggère le comportement d'un enfant normal élevé dans son milieu familial. Nous n'établissons pas de frontières entre l'enfance, l'adolescence, et la maturité. L'enfant se comporte en enfant, l'adolescent en adolescent et l'Homme en adulte. Pourquoi le Zinjanthrope ne serait-il pas comporté en Zinjanthrope ?

Pour mieux nous comprendre, messieurs, les éléments de ce problème, examinons sur l'écran, par des documents de diapositives colorés, la progression de l'Art préhistorique.

Vers 25.000 ans apparaît un art primitif composé de lignes gravées et peintes sur les plaques calcaires du gisement de la Ferrassie et par extrapolation sur les parois de la Grotte de Baro-Bàò (Dordogne, France), ébauches souvent mal définies d'animaux vues de profil.

Le même art à la Grotte de Lascaux, daté de 17.000 ans par le C 14 étonne par la richesse de ses teintes et la technique habile de la composition.

Vers 13.000 ans, à les tableaux d'Altamira (Espagne), par la perspective des formes, par le choix et la mise en plan des couleurs, l'emploi judicieux des images linéaires, examinés par un jury moderne auraient-pu être primés à égalité avec les oeuvres similaires d'un douanier Rousseau. Pourtant aucun préhistorien n'a emis l'idée que les figures de la Ferrassie avaient été le travail d'un Homo Habilis et qu'Altamira était l'oeuvre d'un Homo Sapiens.

L'avion à réaction n'a-t-il pas débuté par l'avion à hélice? Les paquebots transatlantiques n'ont ils pas eu de prototypes dans les caravelles de Vasco da Gama, héritières du Néolithique, dont les canots étaient creusés dans des troncs d'arbres?

L'Homme dans sa technique est toujours passé par une phase artisanale qui a nécessité au départ un immense effort d'invention et une longue expérience d'admission et d'expansion. Car en plus de la nécessité du modèle, il fallait vaincre l'inertie de la tradition, les tabous religieux et sociaux. Combien l'inventions françaises, nous sont-elles revenues par le truchement des americains, faute d'avoir été encouragées au départ selon cette tradition que nul n'est prophète en son pays.

Ce que nous devons detenir de ce bilan de nos origines?

Un homme est apparu, semble-il en Afrique du Sud, vers 1.800.000 ans, et d'autres gisements le confirment, en possession d'une pensée réfléchie, comme l'indique son industrie de galets taillés.

Cette pensée n'était pas inférieure à la nôtre en qualité, mais plus simple dans son expression, moins chargé de problèmes à résoudre.

L'outil en pierre n'a pas été le moteur de son avènement, mais un catalyseur nécessaire pour l'enrichissement de son psychisme, à la manière des mots qui conditionnent la pensée, qui véhiculent les traditions et permettent une progression de la civilisation. Aussi les termes, Faber et Nobilis, sont-ils à proscrire.

En revanche, le début du seuil de l'Humanisation, mérite l'appellation d'Homo Noescens, c'est à dire un être qui s'exerce à penser, s'apprend à réfléchir et à créer, et dont la finalité se jouera chez l'Homo Sapiens, l'être qui sait, parce qu'il a acquis sa science au cours d'une expérience de 18.000 siècles qui l'ont précédé.

MOEDA ÁRABE RARA

UMA LIÇÃO DO PROF. DAVID LOPES

pelo

sócio efectivo

Fernando da Silva Correia †

Comunicação feita na Secção de História,
em 11 de Fevereiro de 1965

MOEDA ÁRABE RARA

UMA LIÇÃO DO PROF. DAVID LOPES

POR alturas de 1925, nas Caldas da Rainha, tive a honra de conhecer o Prof. David Lopes, a quem me apresentou a sua antiga aluna, Senhora Dr.^a D. Maria Dulce Ferreira Lopes, esposa do caldense Dr. Júlio Lopes, um dos que mais contribuíram para o progresso da sua terra e por isso foi justamente homenageado com um busto de bronze, devido ao seu distinto patricio João Fragoso.

Durante o convívio, sempre afável e fértil em ensinamentos com o ilustre Mestre arabista, lembrei-me de lhe mostrar uma moeda de oiro que meu Pai, o Dr. Joaquim Manuel Correia, oferecera a minha Mãe, e que estava armada em broche, jóia a todas preferida.

Meu Pai adquirira aquela moeda quando, como advogado, vivia no Sabugal, sede do seu concelho.

David Lopes apreciou muito a moeda, cuja legenda nunca fora lida, acedendo ao meu pedido de nos dar a significação das legendas das duas faces, felizmente intactas, apesar do risco a que as expôs a adaptação da moeda a broche pelo ourives.

Sempre conheci o broche tal como agora se vê, não duvidando de que meu Pai o comprou já assim, pois, dada a sua cultura, não sujeitaria a um risco a melhor peça da sua pequena colecção de moedas (a maioria

de elas de prata e cobre), que tinham sido encontradas no concelho do Sabugal e que muito estimava.

Teria esta moeda aparecido também ali? Não me lembro de lho ouvir dizer ⁽¹⁾. A circunstância de o concelho do Sabugal estar na fronteira com a Espanha faz admitir a hipótese de ter de lá vindo já armada ou não em broche.

Seja como for, parece interessante ficar registada na nossa prestigiosa Associação a leitura das legendas feita pelo grande Mestre.

Diz David Lopes na sua leitura, assinada, sendo fácil de identificar a assinatura, como a letra (não sendo mais difícil a um arabista fazer a comparação da sua leitura com a legenda, uma vez publicada), escreveu o seguinte:

MORABITINO EM BROCHE

Anverso (lado do alfinete) — No campo: «*Não há mais que um Deus, Mohâmmede é o enviado de Deus; o príncipe dos Muçulmanos, Ali Ibne (filho de) Iúcufo*». — Na orla — (Profissão de fé dos Muçulmanos) — Iúcufo foi o fundador da Dinastia dos Almorávidas e da cidade de Marrocos. Vencedor dos cristãos da Península em Sacrálias, perto de Badajoz, em 1086, ficou senhor da Espanha árabe. Seu filho Ali foi contemporâneo de D. Afonso Henriques.

Reverso — No campo: «*O ímane (pontífice) Abde Alah, príncipe dos crentes*». — Na orla: «*Em nome de Deus. Foi cunhado este dinar em Agmate no ano de 508 (da Hégira). Alah, califa de Bagdade*».

⁽¹⁾ Já depois de feita esta comunicação, lembrei-me de que no livro *Memórias sobre o concelho do Sabugal* vinha uma referência a esta moeda. Com efeito, na página 352, nota (1) vem transcrita a leitura das legendas pelo Prof. Doutor David Lopes e a indicação de meu Pai de que a moeda aparecera em Idanha-a-Velha, para o que chamo a atenção do ilustre Presidente da nossa associação.

Os reis muçulmanos do Ocidente reconheciam a autoridade espiritual dos califas de Bagdade e por isso estes figuravam nas suas moedas. A eles pertencia o título «príncipe dos crentes». *Agmate*: — cidade de Marrocos, perto da cidade deste nome: já não existe. O ano de 508 deve corresponder a qualquer da nossa era da 2.^a metade do século XII ⁽²⁾.

a) *David Lopes*

⁽²⁾ O distinto numismata Sr. José Rodrigues Marinho, que manifestou desejo de ver a moeda quando teve conhecimento desta comunicação, prestou homenagem ao saber e escrúpulo do Prof. David Lopes, cuja leitura corroborou, sendo todavia de opinião que a moeda foi cunhada em data muito anterior, provavelmente cerca de 1008.

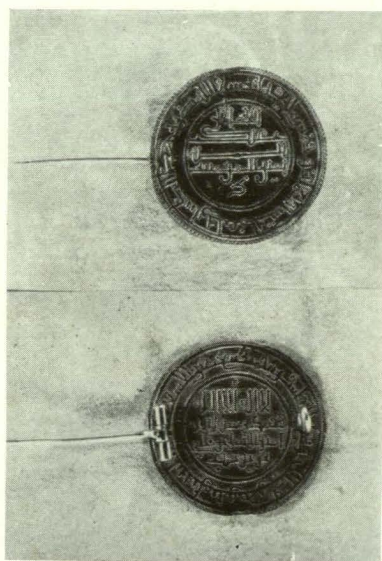


Fig. 1 — Morabitino de ouro em
broche (reverso e anverso).

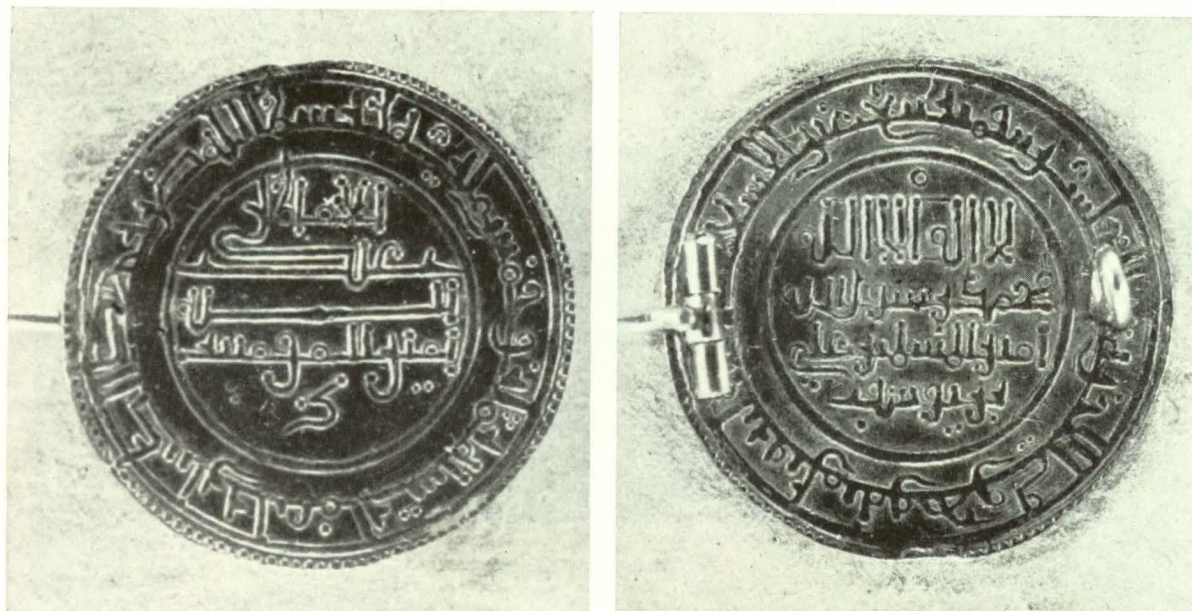


Fig. 2 — Anverso e reverso da mesma moeda em tamanho aumentado.

Morabitino em broche:

Anverso (lado do alfinete)

no campo: "Não há mais que um
deus; Mohãmede é o en-
viado de Deus; o príncipe
dos Muçulmanos, Ali i-
bn (filho de) Túcufe."

na orla: profissões de fé do Muçul-
manos.

Túcufe foi o fundador da dinastia dos
Almorávidas e da cidade de Marracos.
vencedor dos cristãos na Península em
Sacrália, perto de Badajoz, em 1086,
ficou senhor da Espanha árabe. Seu
filho Ali foi contemporâneo de
Afonso Henriques.

Fig. 3 — Leitura feita pelo Prof. David Lopes (anverso).

Reverso.

no campo: "6 iname (pontífice)
Abde Alah, príncipe
dos crentes.

na orla: "Em nome de Deus. Fi-
cunhado este dinar em
Agmate no ano de
508. (da Hégira).

Abde Alah, califa de Bagdade.
Os reis muçulmanos do Ocidente reco-
nheciam a autoridade espiritual dos
califas de Bagdade e por isso ^{estes} figuravam
nas suas moedas. A eles pertencia
o título de "príncipes dos crentes". Agmate:
cidade de Marrocos, perto da cidade deste
nome: já não existe. O ano de 508
deve corresponder a qualquer da da
nossa era da 2.ª metade do s. VII.
(David Lopes)

Fig. 4 — Leitura feita pelo Prof. David Lopes (reverso).

NUMÃO PRÉ-HISTÓRICO

pelo

sócio correspondente

J. A. Pinto Ferreira

Comunicação feita na assembleia geral ordinária,
de 6 de Maio de 1965.

NUMÃO PRÉ-HISTÓRICO

(INVENTARIAÇÃO DE MACHADOS DE PEDRA POLIDA ALI ENCONTRADOS)

Ilustres Consócios

NO anseio de um singelo contributo para o engrandecimento da participação desta douta Associação no progresso das investigações arqueológicas, vou comunicar aos meus prezados consócios mais alguns achados arqueológicos na Região do Alto Douro.

Em 1953 publiquei um pequeno opúsculo com o título *Antiquidades de Numão*; em 1962 apresentei um novo estudo *Numão, notável estação arqueológica*; um ano depois publiquei *Medalhística Religiosa — Algumas espécies encontradas em Numão*.

Naquele meu primeiro estudo descrevi a localização geográfica do antigo concelho de Numão, com ligeiras referências à sua importância na Idade Média. Passei logo a aduzir, com o auxílio de fotografias, a diversidade de monumentos pré-históricos e históricos ali encontrados.

Hoje, tenho a honra de apresentar-lhes a inventariação de mais 221 machados de pedra polida, número realmente extraordinário, que justifica o interesse que deve merecer-nos aquela notável estação arqueológica.

É de crer que o território numantino tenha sido, nos tempos pré-históricos, densamente povoado. E eu acrescentaria: «por gente naturalmente ocupada na pastorícia, na caça e no amanho da magra terra». A *pastorícia* justifica-se pelos *muros* ainda hoje existentes em várias propriedades e destinados à recolha dos rebanhos, como segura defesa contra os lobos. De facto, estes *muros* fecham rectângulos; têm um só portal e uma cornija saliente para impedir o salto das feras. Aquele portal, sempre que os rebanhos *acarram* dentro do recinto, é fechado pelo pastor com pedras, de forma a evitar a entrada de outros animais. A *caça* devia ser abundantíssima, sobretudo na parte alta: mais seca, pedregosa e de escassa vegetação. O *cultivo da terra* também se imporia, atendendo a que nos terrenos inferiores não falta a fertilização proporcionada pela ribeira da Teja.

A inventariação dos machados, adiante publicada, que documenta esta comunicação, alude às espécies encontradas por diversos trabalhadores rurais. Os locais do seu aparecimento correspondem aos seguintes topónimos:

ao Norte do Povoado

Fonte Grande, Ervinha, Lourença, Bouça Fria, Salto do Galgo, Lameiro do Bicho, Santa Tença, Prazo, Canada das Freiras e Vale de Ouvado;

ao Nascente

Couraceira (Curaceira), Casais, Caneleiro, Coutada (Coitada), Cata-preiro, Rasa, Morgado, Portela, Vale de Enfroia, Fraga do Raio e Rabela;

ao Sul

Margarida, Ferraria, Pombal, Telheira, Santa Eufêmia e Escadavada;

Maúla e Vale de Moninho.

O bom senso daqueles rurais levou-os a entregar os objectos achados (a que eles chamam — *Pedra do raio*) ao ilustre clínico numantino e apaixonado coleccionador, Dr. João Gouveia.

Renovamos a esperança — já tantas vezes expressa — de que a estação arqueológica numantina mereça, num futuro próximo, mais atenta cooperação das entidades oficiais.

INVENTARIAÇÃO DE MACHADOS DE PEDRA POLIDA
ENCONTRADOS EM DIFERENTES LUGARES DE NUMAO.

N.º	1	— 0,060 m × 0,045 m	(gume afiado)
N.º	2	— 0,059 m × 0,040 m	(gume afiado)
N.º	3	— 0,065 m × 0,050 m	(gume afiado)
N.º	4	— 0,070 m × 0,041 m	(gume afiado)
N.º	5	— 0,070 m × 0,040 m	(gume afiado)
N.º	6	— 0,065 m × 0,040 m	(gume afiado)
N.º	7	— 0,070 m × 0,040 m	(gume afiado)
N.º	8	— 0,060 m × 0,041 m	(gume afiado)
N.º	9	— 0,072 m × 0,050 m	(gume afiado)
N.º	10	— 0,073 m × 0,042 m	(gume afiado)
N.º	11	— 0,070 m × 0,050 m	(gume afiado)
N.º	12	— 0,062 m × 0,043 m	(gume afiado)
N.º	13	— 0,062 m × 0,050 m	(gume afiado)
N.º	14	— 0,060 m × 0,042 m	(gume afiado)
N.º	15	— 0,072 m × 0,041 m	(gume pouco afiado)
N.º	16	— 0,072 m × 0,030 m	(gume muito desgastado pelo uso)
N.º	17	— 0,070 m × 0,038 m	(gume afiado)
N.º	18	— 0,061 m × 0,040 m	(gume pouco afiado)
N.º	19	— 0,080 m × 0,041 m	(gume afiado)
N.º	20	— 0,065 m × 0,030 m	(gume afiado)
N.º	21	— 0,081 m × 0,031 m	(gume desgastado pelo uso)

N.º 22	— 0,083 m × 0,050 m	(gume afiado)
N.º 23	— 0,090 m × 0,030 m	(gume afiado)
N.º 24	— 0,062 m × 0,031 m	(gume afiado)
N.º 25	— 0,073 m × 0,033 m	(gume afiado)
N.º 26	— 0,063 m × 0,035 m	(gume afiado)
N.º 27	— 0,070 m × 0,095 m	(gume afiado)
N.º 28	— 0,060 m × 0,050 m	(gume muito desgastado pelo uso)
N.º 29	— 0,070 m × 0,040 m	(gume pouco afiado)
N.º 30	— 0,060 m × 0,058 m	(gume pouco afiado)
N.º 31	— 0,060 m × 0,040 m	(gume pouco afiado)
N.º 32	— 0,090 m × 0,040 m	(gume bem afiado)
N.º 33	— 0,070 m × 0,050 m	(gume bem afiado)
N.º 34	— 0,065 m × 0,045 m	(gume bem afiado)
N.º 35	— 0,050 m × 0,045 m	(gume afiado, mas ligeiramente embotado)
N.º 36	— 0,080 m × 0,041 m	(gume afiado)
N.º 37	— 0,081 m × 0,040 m	(gume afiado)
N.º 38	— 0,070 m × 0,040 m	(gume afiado)
N.º 39	— 0,070 m × 0,045 m	(gume muito desgastado pelo uso)
N.º 40	— 0,081 m × 0,030 m	(gume afiado, mas ligeiramente embotado)
N.º 41	— 0,061 m × 0,041 m	(gume afiado)
N.º 42	— 0,060 m × 0,050 m	(gume pouco afiado)
N.º 43	— 0,080 m × 0,040 m	(gume desgastado pelo uso)
N.º 44	— 0,070 m × 0,043 m	(gume afiado)
N.º 45	— 0,080 m × 0,050 m	(gume muito afiado)
N.º 46	— 0,060 m × 0,031 m	(gume afiado)
N.º 47	— 0,075 m × 0,050 m	(gume afiado)
N.º 48	— 0,090 m × 0,031 m	(gume afiado, mas um pouco embotado)
N.º 49	— 0,080 m × 0,040 m	(gume afiado)
N.º 50	— 0,070 m × 0,043 m	(gume embotado)
N.º 51	— 0,090 m × 0,050 m	(gume embotado)
N.º 52	— 0,080 m × 0,043 m	(gume bem afiado)
N.º 53	— 0,055 m × 0,040 m	(gume afiado, mas fracturado)
N.º 54	— 0,080 m × 0,050 m	(gume afiado, mas fracturado no meio)
N.º 55	— 0,085 m × 0,054 m	(gume afiado)
N.º 56	— 0,095 m × 0,054 m	(gume afiado)
N.º 57	— 0,090 m × 0,057 m	(gume afiado)
N.º 58	— 0,087 m × 0,050 m	(gume afiado)
N.º 59	— 0,096 m × 0,040 m	(gume embotado)
N.º 60	— 0,095 m × 0,060 m	(gume embotado)
N.º 61	— 0,083 m × 0,053 m	(gume afiado)
N.º 62	— 0,095 m × 0,055 m	(gume afiado)
N.º 63	— 0,085 m × 0,055 m	(gume afiado)
N.º 64	— 0,080 m × 0,061 m	(gume afiado)

N.º 65	— 0,069 m × 0,045 m	(gume afiado, mas fracturado)
N.º 66	— 0,080 m × 0,051 m	(gume afiado)
N.º 67	— 0,082 m × 0,038 m	(gume afiado, mas desgastado pelo uso)
N.º 68	— 0,090 m × 0,050 m	(gume afiado)
N.º 69	— 0,090 m × 0,052 m	(gume pouco afiado)
N.º 70	— 0,088 m × 0,045 m	(gume desgastado pelo uso)
N.º 71	— 0,090 m × 0,055 m	(gume muito afiado)
N.º 72	— 0,085 m × 0,048 m	(gume pouco afiado)
N.º 73	— 0,080 m × 0,064 m	(gume afiado)
N.º 74	— 0,102 m × 0,055 m	(gume embotado)
N.º 75	— 0,104 m × 0,050 m	(gume afiado)
N.º 76	— 0,100 m × 0,052 m	(gume afiado)
N.º 77	— 0,090 m × 0,046 m	(gume afiado)
N.º 78	— 0,100 m × 0,038 m	(gume afiado)
N.º 79	— 0,122 m × 0,048 m	(gume afiado)
N.º 80	— 0,095 m × 0,050 m	(gume afiado)
N.º 81	— 0,077 m × 0,065 m	(gume afiado)
N.º 82	— 0,087 m × 0,040 m	(gume afiado)
N.º 83	— 0,090 m × 0,048 m	(gume afiado)
N.º 84	— 0,090 m × 0,040 m	(gume afiado)
N.º 85	— 0,100 m × 0,050 m	(gume afiado)
N.º 86	— 0,095 m × 0,040 m	(gume embotado)
N.º 87	— 0,095 m × 0,059 m	(gume afiado)
N.º 88	— 0,099 m × 0,049 m	(gume afiado)
N.º 89	— 0,116 m × 0,042 m	(gume embotado)
N.º 90	— 0,085 m × 0,041 m	(gume afiado)
N.º 91	— 0,106 m × 0,022 m	(gume desgastado pelo uso)
N.º 92	— 0,120 m × 0,052 m	(gume desgastado pelo uso)
N.º 93	— 0,117 m × 0,055 m	(gume embotado)
N.º 94	— 0,115 m × 0,037 m	(gume afiado)
N.º 95	— 0,110 m × 0,024 m	(gume afiado)
N.º 96	— 0,136 m × 0,040 m	(gume afiado)
N.º 97	— 0,097 m × 0,045 m	(gume embotado)
N.º 98	— 0,085 m × 0,054 m	(gume afiado)
N.º 99	— 0,110 m × 0,050 m	(gume afiado)
N.º 100	— 0,085 m × 0,068 m	(gume afiado)
N.º 101	— 0,120 m × 0,050 m	(gume desgastado pelo uso)
N.º 102	— 0,104 m × 0,047 m	(gume afiado)
N.º 103	— 0,088 m × 0,037 m	(gume afiado)
N.º 104	— 0,084 m × 0,036 m	(gume afiado)
N.º 105	— 0,120 m × 0,045 m	(gume afiado)
N.º 106	— 0,116 m × 0,042 m	(gume afiado)
N.º 107	— 0,090 m × 0,043 m	(gume afiado)

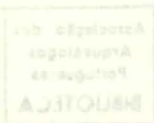
N.º 108	— 0,105 m × 0,032 m	(gume desgastado pelo uso)	850,0	— 33	3,34
N.º 108	— 0,109 m × 0,046 m	(gume afiado)	1000,0	— 39	3,34
N.º 110	— 0,078 m × 0,045 m	(gume embotado)	850,0	— 74	3,34
N.º 111	— 0,082 m × 0,020 m	(gume afiado)	950,0	— 80	3,34
N.º 112	— 0,115 m × 0,053 m	(gume afiado)	1000,0	— 83	3,34
N.º 113	— 0,100 m × 0,064 m	(gume afiado)	950,0	— 87	3,34
N.º 114	— 0,102 m × 0,040 m	(gume afiado)	850,0	— 17	3,34
N.º 115	— 0,215 m × 0,050 m	(gume afiado)	950,0	— 37	3,34
N.º 116	— 0,132 m × 0,051 m	(gume afiado)	1000,0	— 37	3,34
N.º 117	— 0,152 m × 0,062 m	(gume afiado, mas fracturado)	950,0	— 37	3,34
N.º 118	— 0,175 m × 0,048 m	(gume afiado)	950,0	— 37	3,34
N.º 119	— 0,120 m × 0,050 m	(gume embotado)	1000,0	— 37	3,34
N.º 120	— 0,130 m × 0,057 m	(gume afiado)	950,0	— 37	3,34
N.º 121	— 0,134 m × 0,040 m	(gume afiado)	850,0	— 37	3,34
N.º 122	— 0,178 m × 0,050 m	(gume muito embotado)	950,0	— 37	3,34
N.º 123	— 0,126 m × 0,037 m	(gume embotado)	950,0	— 38	3,34
N.º 124	— 0,130 m × 0,055 m	(gume muito embotado)	950,0	— 38	3,34
N.º 125	— 0,145 m × 0,045 m	(gume embotado)	950,0	— 38	3,34
N.º 126	— 0,148 m × 0,065 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 127	— 0,135 m × 0,045 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 128	— 0,123 m × 0,060 m	(gume embotado)	950,0	— 38	3,34
N.º 129	— 0,163 m × 0,042 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 130	— 0,216 m × 0,042 m	(gume muito fracturado)	950,0	— 38	3,34
N.º 131	— 0,165 m × 0,057 m	(gume muito afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 132	— 0,100 m × 0,045 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 133	— 0,105 m × 0,026 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 134	— 0,111 m × 0,036 m	(gume muito afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 135	— 0,111 m × 0,049 m	(gume embotado)	950,0	— 38	3,34
N.º 136	— 0,105 m × 0,047 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 137	— 0,102 m × 0,059 m	(gume muito afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 138	— 0,104 m × 0,040 m	(gume muito afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 139	— 0,120 m × 0,038 m	(gume embotado)	950,0	— 38	3,34
N.º 140	— 0,107 m × 0,051 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 141	— 0,103 m × 0,050 m	(gume embotado)	950,0	— 38	3,34
N.º 142	— 0,096 m × 0,065 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 143	— 0,104 m × 0,042 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 144	— 0,110 m × 0,060 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 145	— 0,090 m × 0,035 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 146	— 0,109 m × 0,050 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 147	— 0,105 m × 0,052 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 148	— 0,123 m × 0,052 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 149	— 0,108 m × 0,040 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34
N.º 150	— 0,070 m × 0,040 m	(gume afiado)	950,0	— 38	3,34

- N.º 151 — 0,130 m x 0,050 m (gume afiado, mas fracturado)
 N.º 152 — 0,078 m x 0,060 m (gume muito afiado)
 N.º 153 — 0,123 m x 0,060 m (gume afiado, mas fracturado)
 N.º 154 — 0,065 m x 0,050 m (gume muito afiado)
 N.º 155 — 0,100 m x 0,040 m (gume embotado)
 N.º 156 — 0,107 m x 0,042 m (gume afiado)
 N.º 157 — 0,133 m x 0,051 m (gume embotado)
 N.º 158 — 0,080 m x 0,047 m (gume afiado)
 N.º 159 — 0,110 m x 0,040 m (gume embotado)
 N.º 160 — 0,100 m x 0,060 m (gume afiado)
 N.º 161 — 0,115 m x 0,055 m (gume levemente lascado)
 N.º 162 — 0,136 m x 0,065 m (gume afiado)
 N.º 163 — 0,122 m x 0,052 m (gume afiado)
 N.º 164 — 0,078 m x 0,066 m (gume afiado)
 N.º 165 — 0,118 m x 0,022 m (gume afiado)
 N.º 166 — 0,114 m x 0,043 m (gume afiado)
 N.º 167 — 0,103 m x 0,058 m (gume afiado, mas levemente lascado)
 N.º 168 — 0,120 m x 0,063 m (gume muitíssimo afiado)
 N.º 169 — 0,133 m x 0,060 m (gume afiado)
 N.º 170 — 0,110 m x 0,040 m (gume afiado, mas levemente lascado)
 N.º 171 — 0,080 m x 0,070 m (gume afiado)
 N.º 172 — 0,140 m x 0,034 m (gume afiado)
 N.º 173 — 0,095 m x 0,042 m (gume embotado)
 N.º 174 — 0,120 m x 0,050 m (gume afiado)
 N.º 175 — 0,083 m x 0,061 m (gume afiado)
 N.º 176 — 0,110 m x 0,049 m (gume afiado)
 N.º 177 — 0,090 m x 0,040 m (gume afiado)
 N.º 178 — 0,113 m x 0,058 m (gume afiado)
 N.º 179 — 0,055 m x 0,039 m (gume afiado)
 N.º 180 — 0,085 m x 0,025 m (gume afiado)
 N.º 181 — 0,105 m x 0,052 m (gume embotado)
 N.º 182 — 0,080 m x 0,071 m (gume afiado)
 N.º 183 — 0,081 m x 0,035 m (gume afiado)
 N.º 184 — 0,110 m x 0,040 m (gume afiado)
 N.º 185 — 0,114 m x 0,060 m (gume afiado, mas levemente lascado)
 N.º 186 — 0,095 m x 0,038 m (gume afiado)
 N.º 187 — 0,090 m x 0,050 m (gume afiado)
 N.º 188 — 0,088 m x 0,055 m (gume afiado)
 N.º 189 — 0,062 m x 0,035 m (gume afiado)
 N.º 190 — 0,074 m x 0,055 m (gume afiado)
 N.º 191 — 0,095 m x 0,042 m (gume afiado, mas levemente lascado)
 N.º 192 — 0,115 m x 0,040 m (gume afiado)
 N.º 193 — 0,150 m x 0,032 m (gume afiado, mas levemente lascado)

N.º 194	— 0,097 m × 0,050 m	(gume afiado)
N.º 195	— 0,095 m × 0,057 m	(gume afiado)
N.º 196	— 0,093 m × 0,075 m	(gume afiado, mas fracturado)
N.º 197	— 0,096 m × 0,048 m	(gume afiado)
N.º 198	— 0,089 m × 0,075 m	(gume afiado, mas fracturado)
N.º 199	— 0,084 m × 0,070 m	(gume afiado, mas fracturado)
N.º 200	— 0,080 m × 0,047 m	(gume afiado)
N.º 201	— 0,058 m × 0,045 m	(gume afiado)
N.º 202	— 0,090 m × 0,023 m	(gume afiado)
N.º 203	— 0,127 m × 0,040 m	(gume afiado, mas fracturado)
N.º 204	— 0,120 m × 0,034 m	(gume afiado)
N.º 205	— 0,134 m × 0,037 m	(gume afiado)
N.º 206	— 0,085 m × 0,043 m	(gume afiado, mas levemente lascado)
N.º 207	— 0,093 m × 0,030 m	(gume afiado)
N.º 208	— 0,093 m × 0,055 m	(gume afiado)
N.º 209	— 0,085 m × 0,052 m	(gume afiado)
N.º 210	— 0,078 m × 0,032 m	(gume afiado)
N.º 211	— 0,077 m × 0,048 m	(gume afiado)
N.º 212	— 0,095 m × 0,047 m	(gume afiado)
N.º 213	— 0,080 m × 0,045 m	(gume afiado)
N.º 214	— 0,098 m × 0,032 m	(gume afiado)
N.º 215	— 0,100 m × 0,047 m	(gume afiado, mas levemente lascado)
N.º 216	— 0,120 m × 0,048 m	(gume afiado)
N.º 217	— 0,095 m × 0,037 m	(gume afiado, mas fracturado)
N.º 218	— 0,111 m × 0,035 m	(gume afiado, mas fracturado)
N.º 219	— 0,115 m × 0,042 m	(gume afiado)
N.º 220	— 0,117 m × 0,037 m	(gume afiado)
N.º 221	— 0,080 m × 0,067 m	(gume afiado)

★

Para mais completa elucidação, publicam-se a seguir as fotografuras dos espécimes mais expressivos.



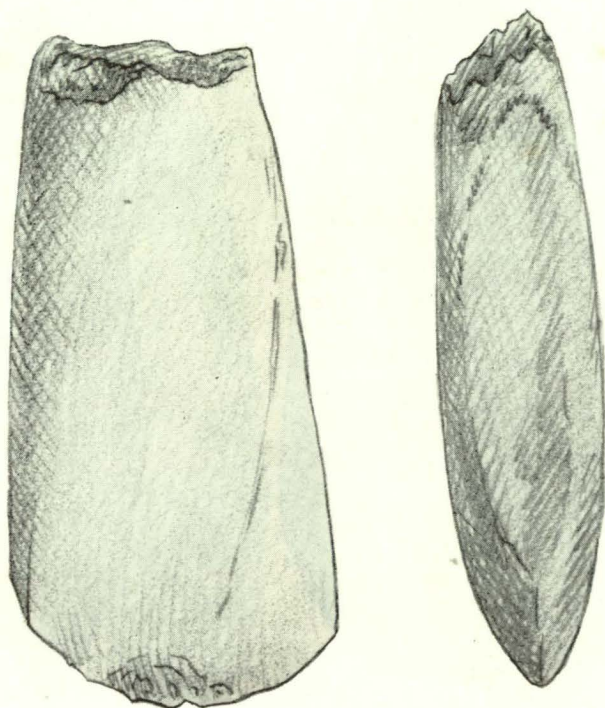


Fig. 1 — 65 - Cor: cinzento escuro.

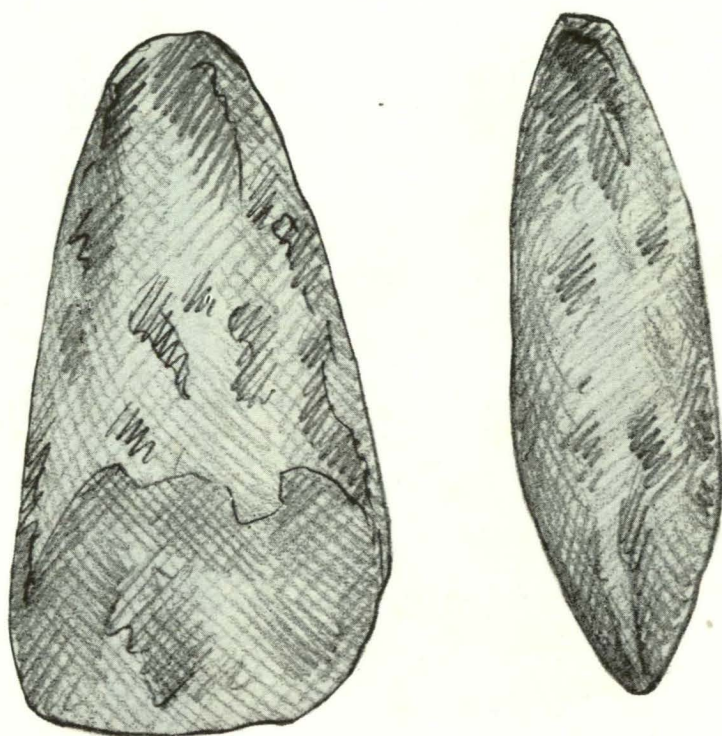


Fig. 2 — 68 - Cor: cinzento.

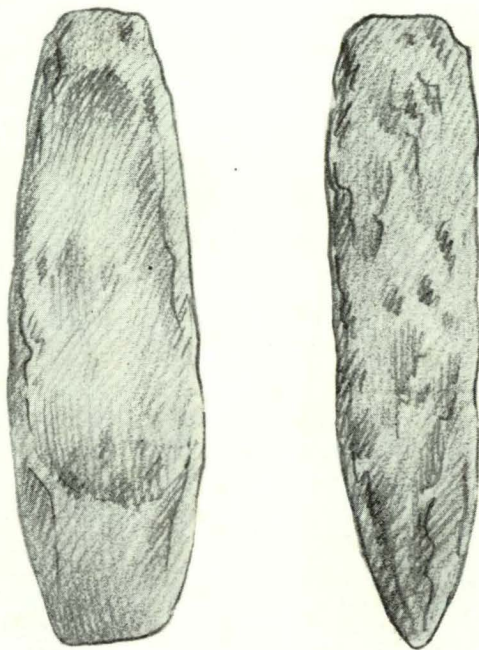


Fig. 3 — 111 - Cor: cinzento escuro.

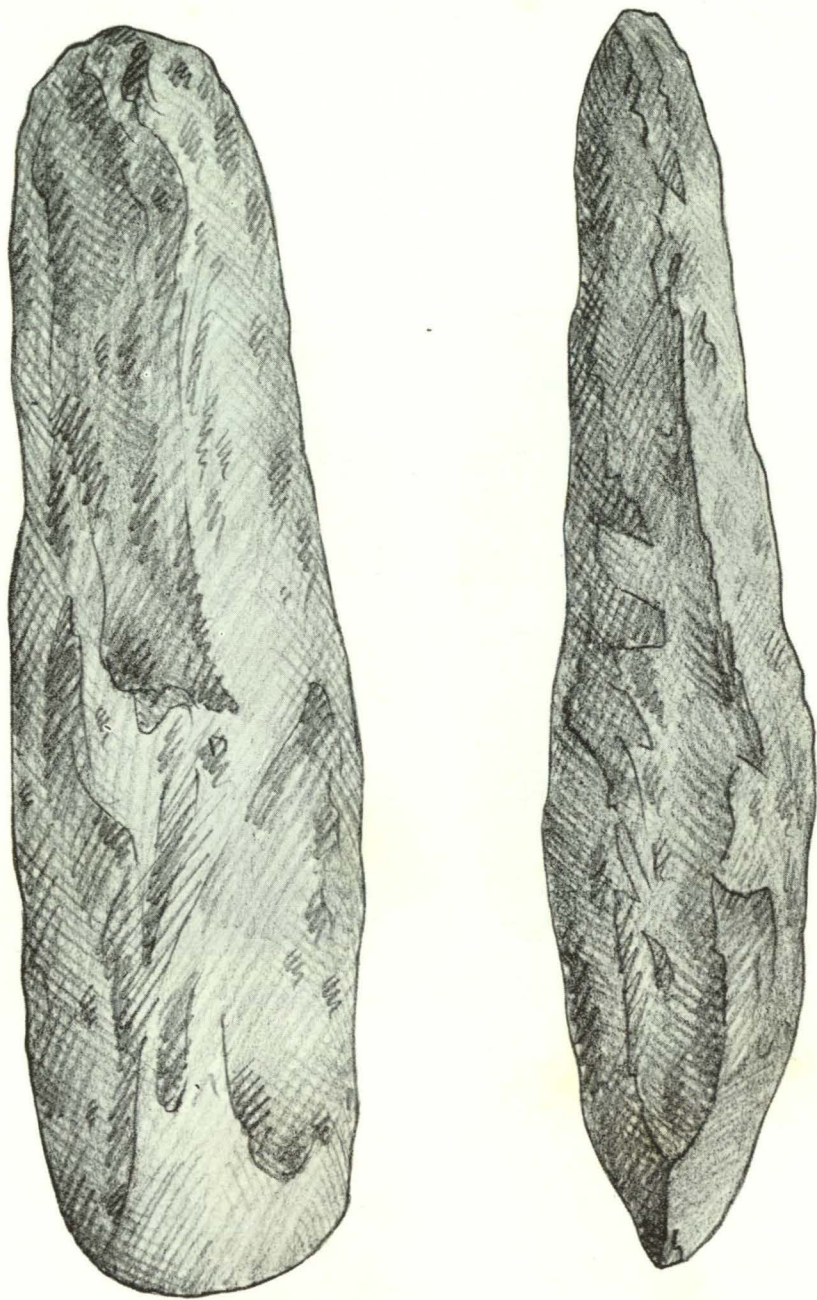


Fig. 4 — 130 - Cor: cinzento escuro.

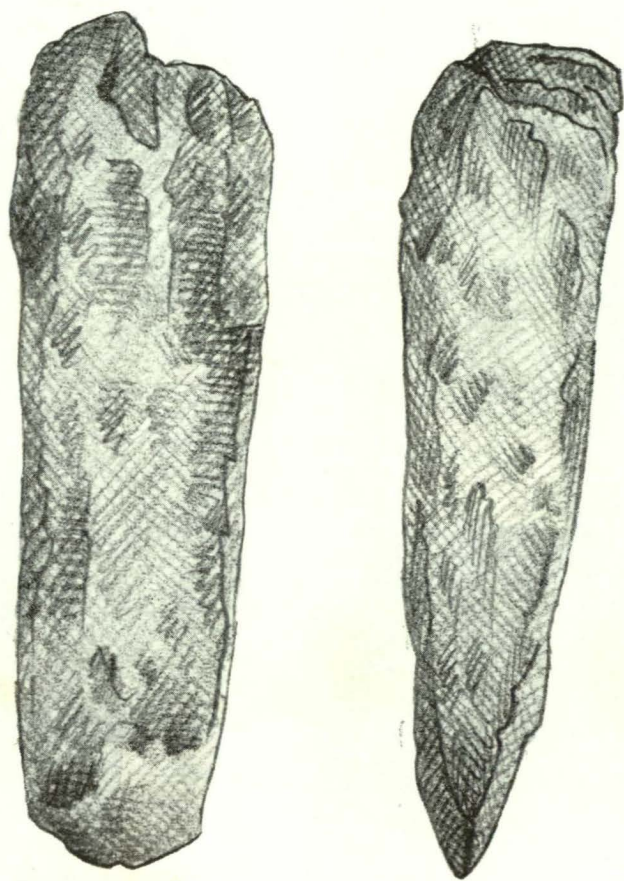


Fig. 5 — 133 - Xisto cinzento escuro.

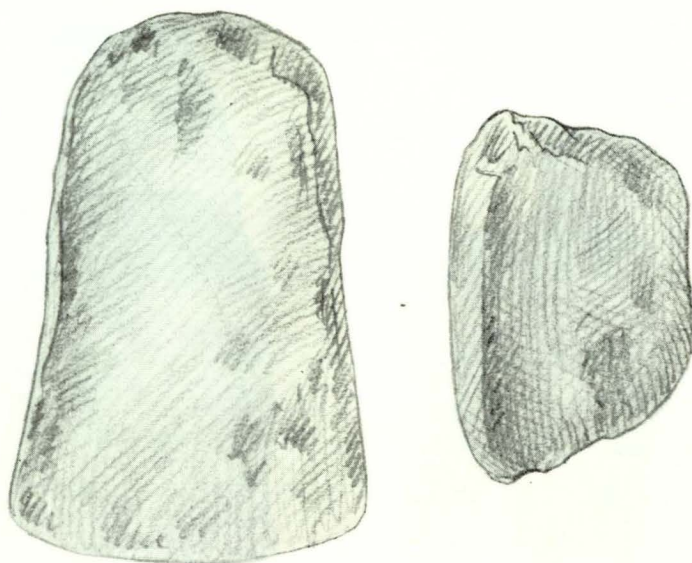


Fig. 6 — 150 - Cor: cinzento.

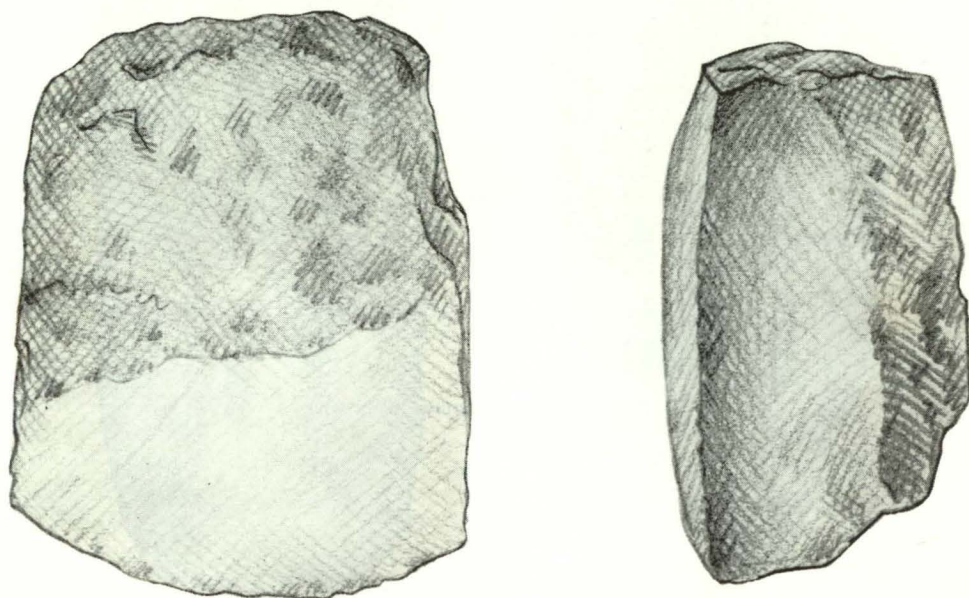


Fig. 7 — 152 - Cor: cinzento.

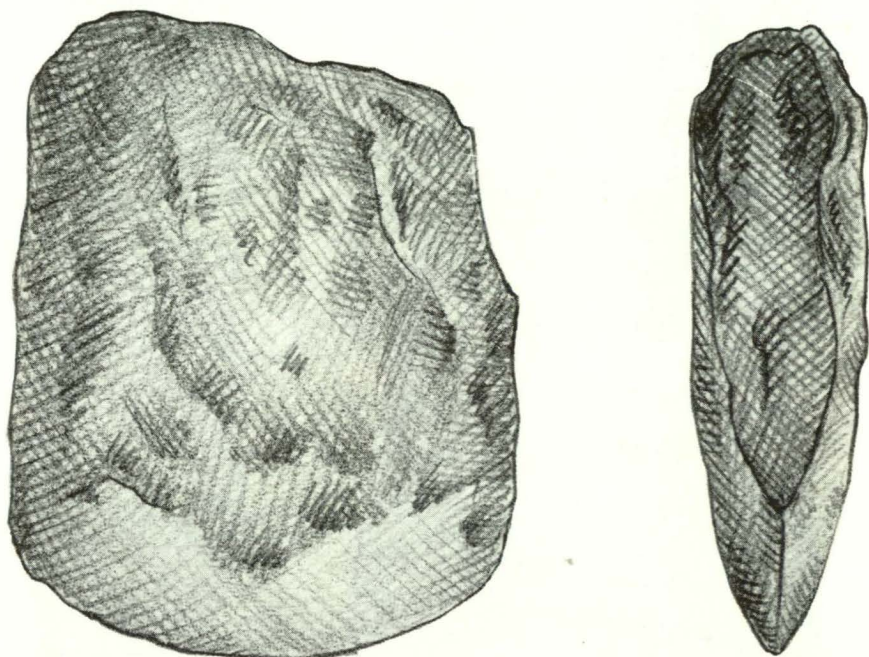


Fig. 8 — 164 - Xisto amarelado escuro.

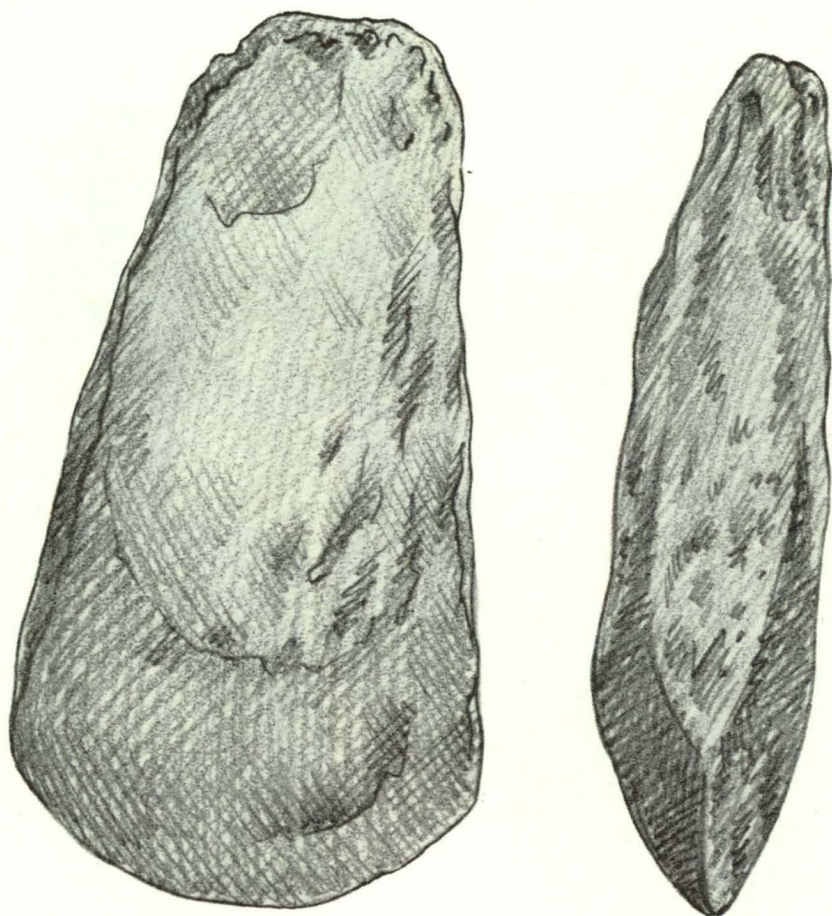


Fig. 9 — 168 - Cor: cinzento esverdeado.

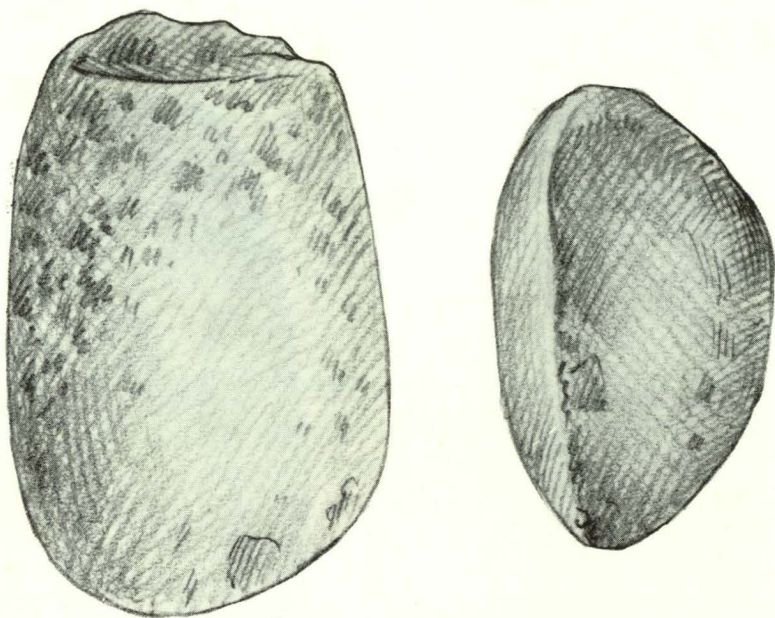


Fig. 10 — 200 - Xisto amarelado.

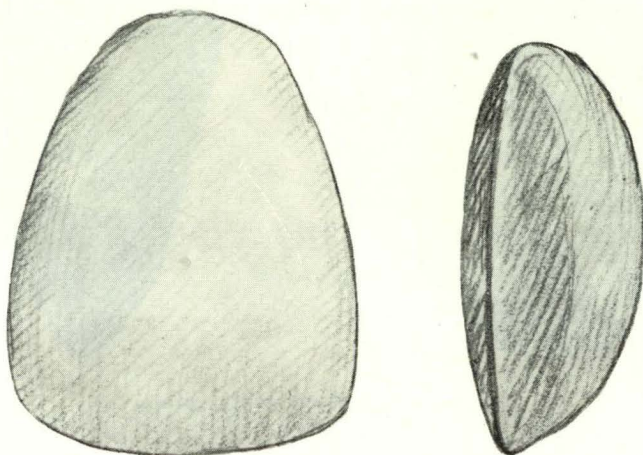


Fig. 11 — 201 - Xisto esverdeado (verde musgo).

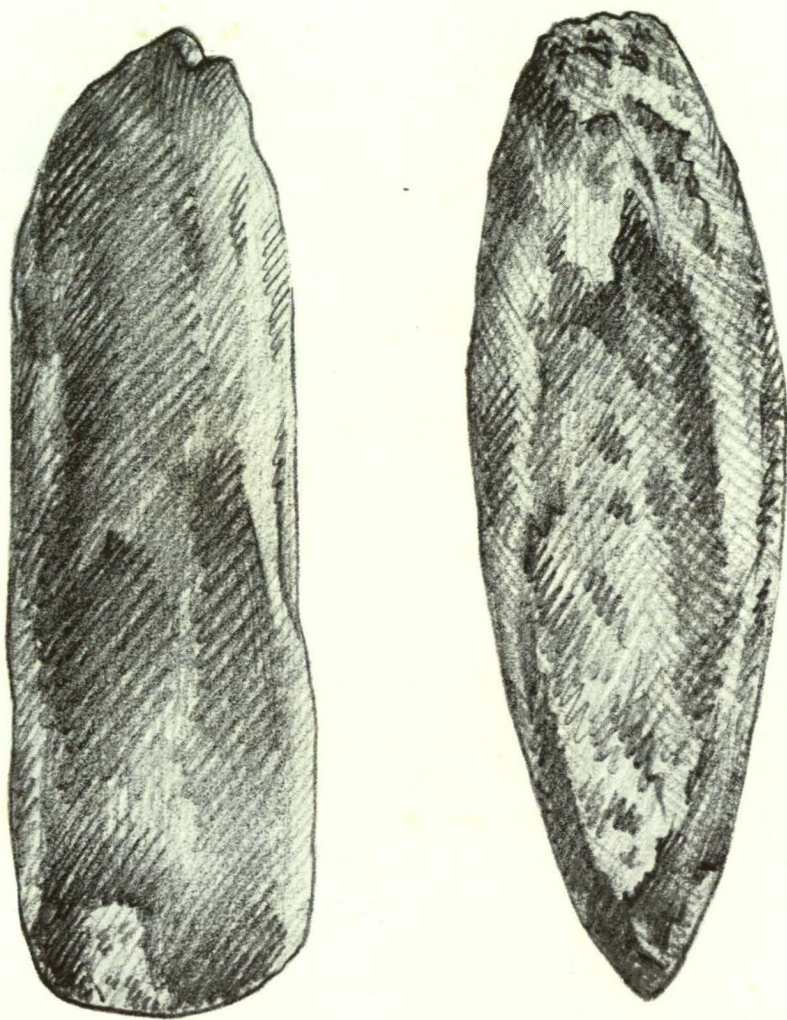


Fig. 12 — 205 - Xisto muito escuro.

ORCA DO SEIXINHÔ

pelos

sócios correspondentes

António Augusto Tavares

e

Donato de Almeida e Cunha

Comunicação feita na Secção de Pré-história,
em 11 de Maio de 1965

ORCA DO SEIXINHO

HÁ na freguesia de Queiriga, concelho de Vila Nova de Paiva, notáveis vestígios de cultura dolménica: «Orca de Juncais», que é monumento nacional; «Orquinha de Juncais», ao lado desta; «Orca do Foginho»; «Orca do Seixinho»... Todas estas «orcas» foram exploradas por Leite de Vanconcelos, como ele refere em *Arqueólogo Português*, vol. 3.º, n.ºs 71 a 75.

Não vamos estudar todos estes monumentos de tipo dolménico nem outros que, dentro dos limites da freguesia de Queiriga, esperam ainda a hora da visita e escavação arqueológica. Vamos referir-nos apenas à «Orca do Seixinho». Não dista da moderna igreja paroquial mais de 400 metros para nascente e está situada à beira de um estreito caminho de carro de bois que leva às outras «orcas» mencionadas (Fig. 1).

O monumento megalítico, desde há muito, desapareceu: a grande laje da mesa foi aproveitada para uma lareira e os esteios foram levados para a parede de uma casa da povoação. O actual proprietário do terreno serviu-se também de não poucas pedras do antigo monumento para muros de vedação da propriedade. Quando Leite de Vasconcelos a escavou, já o megalítico havia desaparecido, ao que parece. Apesar da demolição que a mão do homem impiedosamente foi fazendo, o nome permaneceu e a testemunhá-lo ficaram não poucas coisas escondidas no ventre da terra.

ESCAVAÇÃO ANTIGA E RECENTE

Diz Leite de Vasconcelos («Arq. Port.», vol. 3.º, n.º 75) ter explorado a «Orca do Seixinho», tendo levado de lá o seguinte: «a) um testó de granito; b) uma pedra de afiar; c) uma ponta de seta e parte de outra; d) fragmentos de vasos de barro».

Não obstante o eminente Arqueólogo afirmar que explorou este dólmen, temos de concluir que não foi exploração completa. De facto, quando o terreno começou a ser cultivado há cerca de quinze anos, pois era baldio e só em 9 de Dezembro de 1949 passou para a posse de um particular, é que foi mostrando os seus segredos. O seu proprietário, ao revolver pedras, deparou com algumas de superfície muito polida, que eram afinal mós neolíticas; encontrou outras também de granito duro, arredondadas, que teriam sido usadas como percutores ou pedras para polir; achou igualmente uns machados de pedra polida, uma pequena lâmina de sílex e fragmentos de outras, pedaços de cerâmica, etc. Tudo isso ia sendo guardado cuidadosamente em casa do rev. pároco de Queiriga. Aí analisámos todos esses objectos que serão descritos com alguns pormenores mais adiante.

Em Outubro último, quando o proprietário procedia a uma cava mais funda, deparou com alguns fragmentos de cerâmica e alguns micrólitos, o que nos fez ver a necessidade de se fazerem reconhecimentos arqueológicos naquele terreno, antes que tudo desaparecesse ou fosse destruído por incúria do agricultor.

Obtida a indispensável licença da Junta Nacional de Educação para se efectuarem os respectivos reconhecimentos arqueológicos e tendo conseguido paralisar, por algum tempo, os trabalhos agrícolas, procedemos a alguns trabalhos de que vamos dar aqui um sucinto relato.

Não existindo já o monumento megalítico, notava-se entretanto uma certa elevação de terreno que poderia ser resto do «tumulus» ou mamoa. Nessa hipótese, partindo do sítio que nos parecia ser centro da câmara

do desaparecido dólmen, abrimos uma vala de sondagem para Nascente e encontrámos o que seria a galeria ou corredor (Fig. 2). A terra já bastante revolvida não nos permitiu chegar à certeza de que todos os objectos encontrados estavam *in situ*, mas conseguimos delimitar a largura e extensão da galeria, identificando nalguns lugares o nível arqueológico e só aí, pensamos, é que o espólio se achava no próprio sítio.

A dois metros e meio do ponto de partida do suposto centro da câmara, estava uma pedra tombada, medindo 1,50 m de comprimento por cerca de 0,50 m na sua largura mais ou menos uniforme. Seria talvez um esteio da parede da galeria, como também uma outra pedra que estava cerca de dois metros mais adiante, com 0,40 m de comprimento por 0,50 m e 0,30 m na sua largura maior e menor. Seguindo o nível arqueológico, deparámos com algumas pedras mais pequenas *in situ*, nas paredes da galeria e pudemos verificar que a largura da mesma era aproximadamente 1,50 m. O seu comprimento não foi tão fácil de medir, por falta de ponto de referência exacto do que seria a forma e o pavimento da câmara. Se partirmos do ponto inicial do nosso trabalho de escavação, que parece não estar distante do centro da Câmara, obtemos nove metros.

No suposto lugar da câmara, prosseguindo o reconhecimento, encontrámos algumas pedras pequenas que de nenhum modo podiam ser dos esteios, embora pudessem tapar algumas folgas existentes entre eles.

O espólio constituído principalmente por pontas de seta, fragmentos de ossos e de cerâmica foi encontrado na galeria e aí em lugares diferentes, como está indicado na planta (Fig. 2).

Não querendo dar ainda o trabalho por concluído, abriu-se uma vala de sondagem de 0,60 m de largura em direcção a Norte, pelo facto de ser mais acentuada a elevação de terreno para esse lado. Talvez nos permitisse ver o diâmetro do «tumulus». Escavando até ao solo arqueológico, nada encontrámos de especial valor. Havia pedras de tamanhos diferentes e formas irregulares, sem qualquer disposição ordenada. Teve entretanto um particular interesse: no extremo, deparámos com um muro

de que não havia muito mais que o alicerce, com um metro de largura e que estava soterrado. Circundava todo o «tumulus», à maneira de muro de sustento da terra, como a delimitar um recinto sagrado. Embora nalguns sítios tivesse desaparecido completamente, pode ver-se a sua continuidade de forma circular, com um raio aproximado de nove metros.

ESPÓLIO

Tendo em conta o material encontrado doutras vezes neste sítio, sem nos referirmos àquele que Leite de Vasconcelos diz ter levado para Lisboa, como acima referimos, obtemos o seguinte:

1 — Vinte e uma pontas de seta, sendo cinco de quartzo e as restantes de sílex.

Quanto à forma, distinguem-se três tipos diferentes: seis de forma pedunculada, dez de forma lanceolada, cinco com aurículas laterais. São quase todas de notável perfeição, como se pode ver nos exemplos da figura 3-a-d.

2 — a) Faca de sílex de 75 mm de comprimento, largura irregular e execução imperfeita (Fig. 3-e).

b) Seis fragmentos de faca de sílex, pertencendo a diversas peças.

3 — Machados líticos:

a) Machado de xisto anfibólico, gume bem afiado, duas faces polidas e outras duas irregulares, medindo 137 mm por 35 mm e 25 mm na sua maior e menor largura (Fig. 4-a);

b) Machado de xisto anfibólico, gume afiado, duas faces polidas e outras duas irregulares, 150 mm de comprimento por 30 mm de lado (Fig. 4-b);

c) Machado de anfibólito, quebrado na parte superior, gume afiado, medindo 95 mm de comprimento, por 50 mm de largura e 35 mm na máxima espessura (Fig. 4-c);

d) Machado de quartzito, quebrado na parte superior e com fracturas no gume, de execução bastante imperfeita, medindo 90 mm de comprimento por 55 mm na sua maior largura e 35 mm na sua maior espessura;

e) Machado de quartzito, sem gume afiado mas de tipo de machado plano, medindo 85 mm de comprimento, 44 mm na sua maior largura, sendo de forma quase circular no lugar do encave, onde tem o perímetro de 82 mm (Fig. 4-d);

f) Enxó de quartzito, medindo 74 mm de comprimento por 42 mm e 26 mm respectivamente na sua maior e menor largura (Fig. 4-e);

g) Um fragmento de pico, de quartzito, com o comprimento de 40 mm.

4 — Mós neolíticas. Estão todas fragmentadas e delas indicamos aqui o maior comprimento e maior extensão no sentido da largura. As duas primeiras, designadas por a) e b) têm uma superfície polida tão profunda que quase parecem pias. São as seguintes:

a) Pedra de superfície polida, fragmentada, medindo 0,36 m por 0,35 m;

b) Pedra com uma superfície polida, e muito desgastada, medindo 0,22 m por 0,18 m;

c) Pedra com uma superfície polida, sem dúvida uma mó neolítica, com as dimensões de 0,40 m por 0,38 m;

d) Mó neolítica, fragmentada, medindo 0,44 m por 0,38 m.

5 — Três percutores de granito, bastante polidos pelo uso.

6 — Pequenos fragmentos de ossos, alguns seixos e calhau rolado idêntico ao que se encontra à superfície do terreno.

7 — Cerâmica.

Dos inúmeros fragmentos encontrados, pudemos unir alguns e fazer deles uma análise comparativa que nos permitiu concluir que pertenciam a cerca de duas dezenas de vasos. Do que nos foi dado observar da téc-

nica do fabrico, de formas de vaso, do seu uso, etc., podemos fazer as seguintes anotações:

a) Alguma cerâmica é de pasta grosseira em que entram pedaços de quartzo e foi trabalhada sem o emprego da roda do oleiro.

b) Nalgumas notam-se na parte exterior vestígios de aderência de vegetal não à maneira de incisões para ornamentação, sugerindo antes a ideia de uma forma vegetal usada para o seu fabrico.

c) Ao lado de vasos de superfície exterior bem polida e superfície interior muito irregular, há outros em que se passa exactamente o contrário: parte exterior muito irregular e superfície interior lisa.

d) Alguns vasos estiveram em contacto com o fogo apenas na superfície interior (vasos em que se queimariam essências com fim cultural?).

e) Dentre os fragmentos recolhidos, há alguns de bordos de vasos que nos mostram serem de boca relativamente larga, variando entre 10 e 20 cm de diâmetro. A falta de outros elementos tipológicos não nos permite tirar qualquer conclusão das suas formas e capacidade.

Para além desta cerâmica, encontrámos um fragmento de tégula e até um fragmento de «terra sigillata». É de notar que Leite de Vasconcelos diz também a respeito da «Orca de Juncais» («Arq. Port., vol. 3.º, n.º 73) que «aí apareceram alguns fragmentos de barro romano (tégulas)».

Não admira que os Romanos, ao explorarem as vizinhas minas de estanho que ainda hoje ocupam muitos operários de Queiriga e freguesias vizinhas, admirassem e tivessem aproveitado, a seu modo, os dólmens que aí haviam deixado os homens do Neolítico. Observação semelhante pode fazer por exemplo, no Alto e Baixo Alentejo, Abel Viana (cfr. *Arqueologia Prática*, p. 17) e Vasco Rodrigues (cfr. *Arqueologia da Península Hispânica*, p. 284).

CONCLUSÃO

A pequena pesquisa a que teve de proceder-se na «Orca do Seixinho» mostra como alguns dólmenes oficialmente explorados ou bàrbaramente esventrados, guardarão ainda, no seu seio, espólio considerável que, posto a descoberto, contribuiria para um melhor conhecimento da civilização que no-os legou.

Outros sítios arqueológicos, mormente os que ainda conservam o nome ou ostentam algum vestígio de superfície do seu passado remoto, na região de Queiriga e Cota, entre Viseu e Vila Nova de Paiva, esperam semelhantes pesquisas, que poderão permitir conclusões de interesse ⁽¹⁾.



⁽¹⁾ Agradecemos à Senhora D. Maria da Conceição M. C. D. Martins os desenhos dos materiais e ao Senhor Eng.º Francisco Pereira o levantamento topográfico aqui anexo.

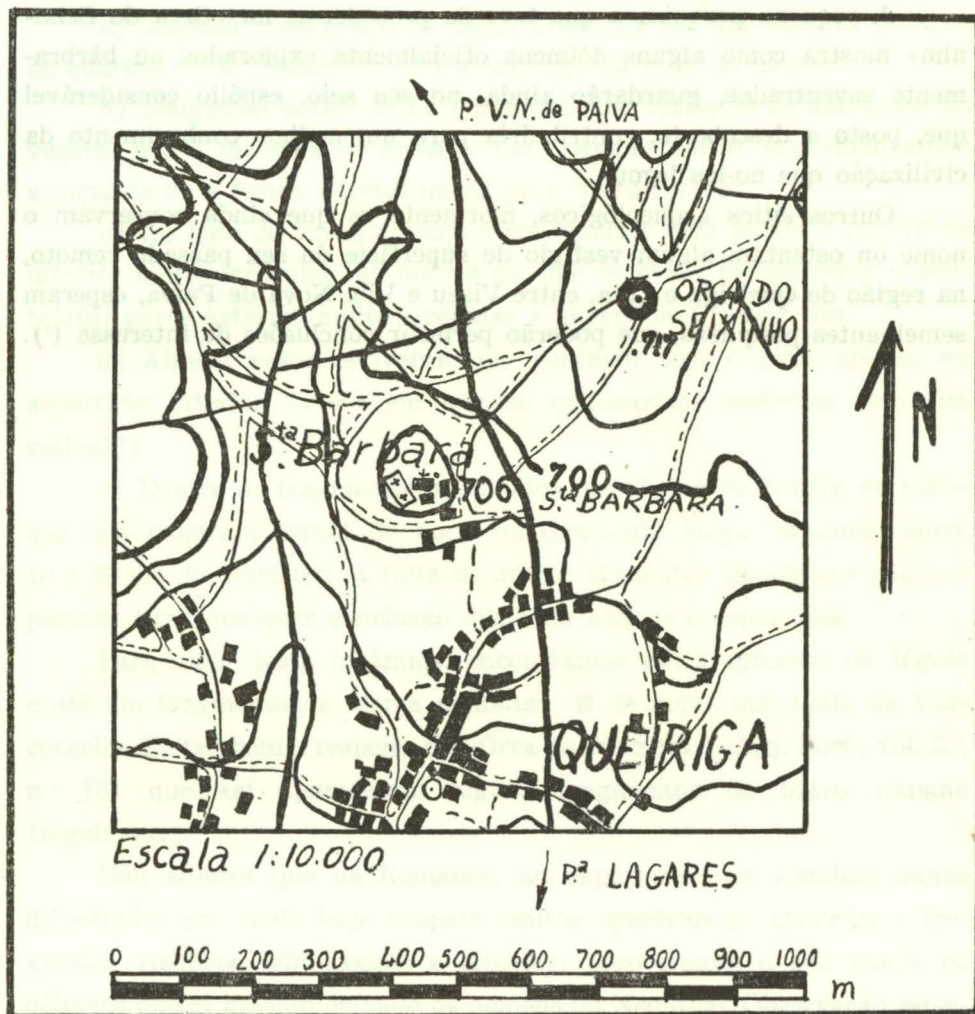


Fig. 1 — Situação da Orca do Seixinho.

ORCA DO SEIXINHO

QUEIRIGA-V.N.DE PAIVA

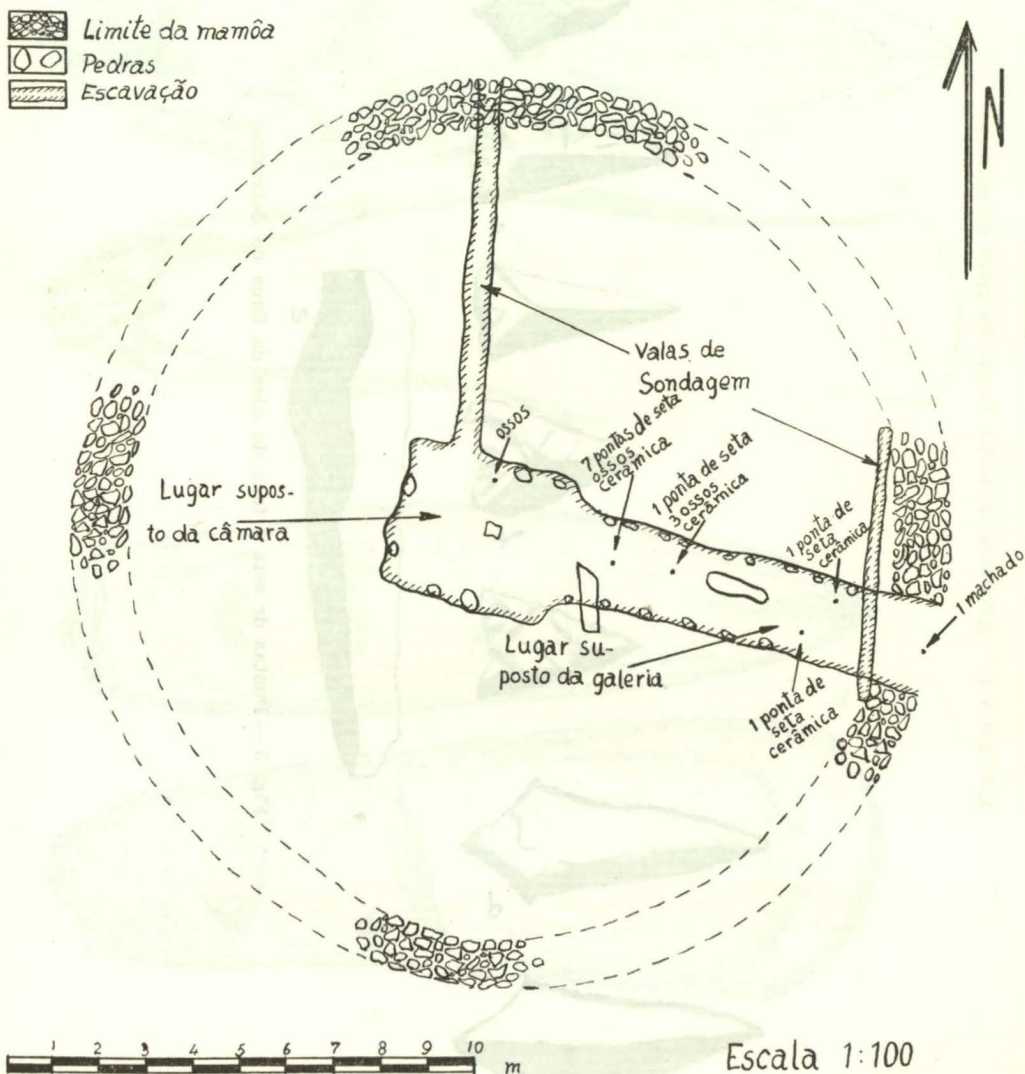


Fig. 2 — Planta da Orca do Seixinho.

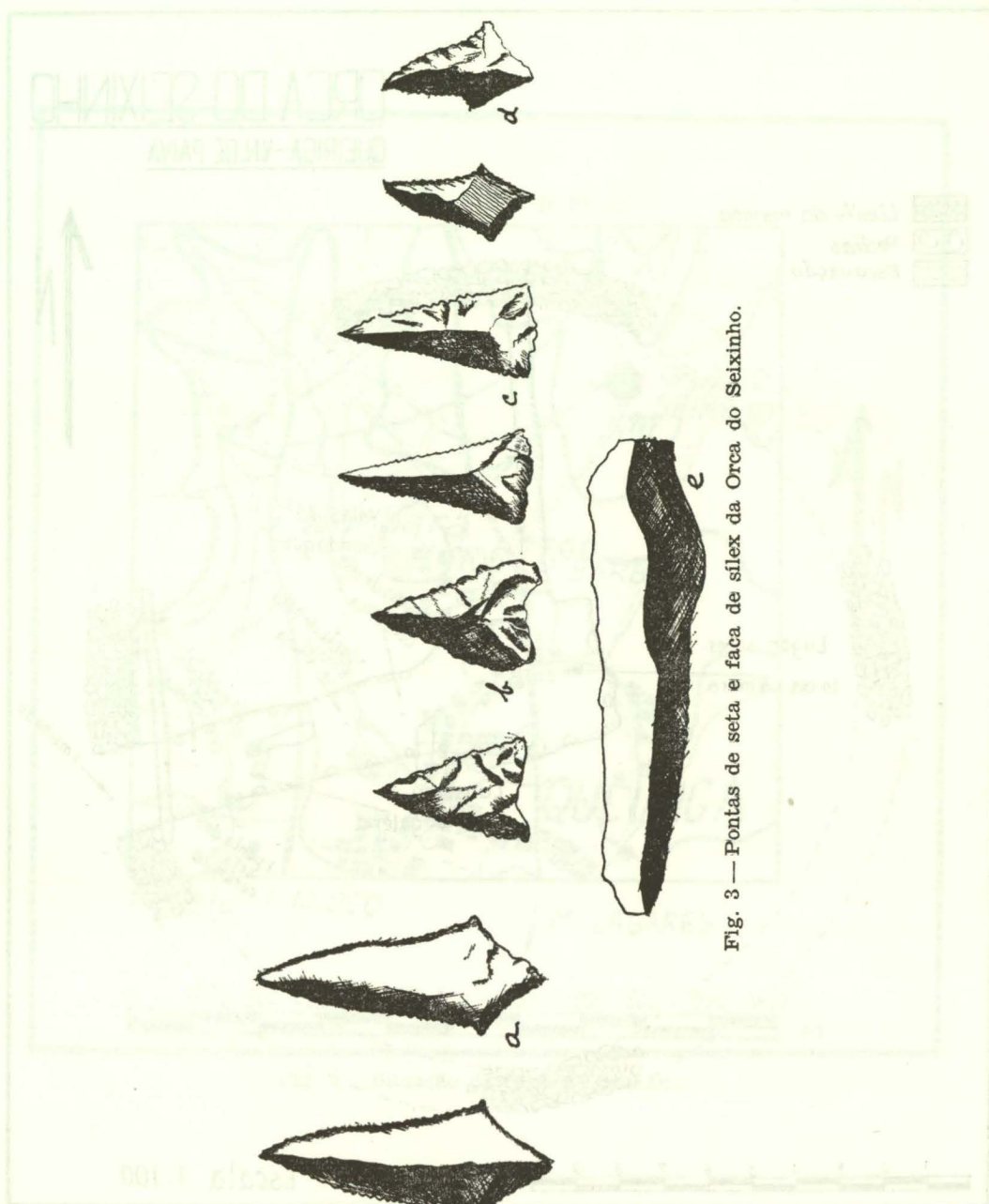


Fig. 3 — Pontas de seta e faca de sílex da Orca do Seixinho.

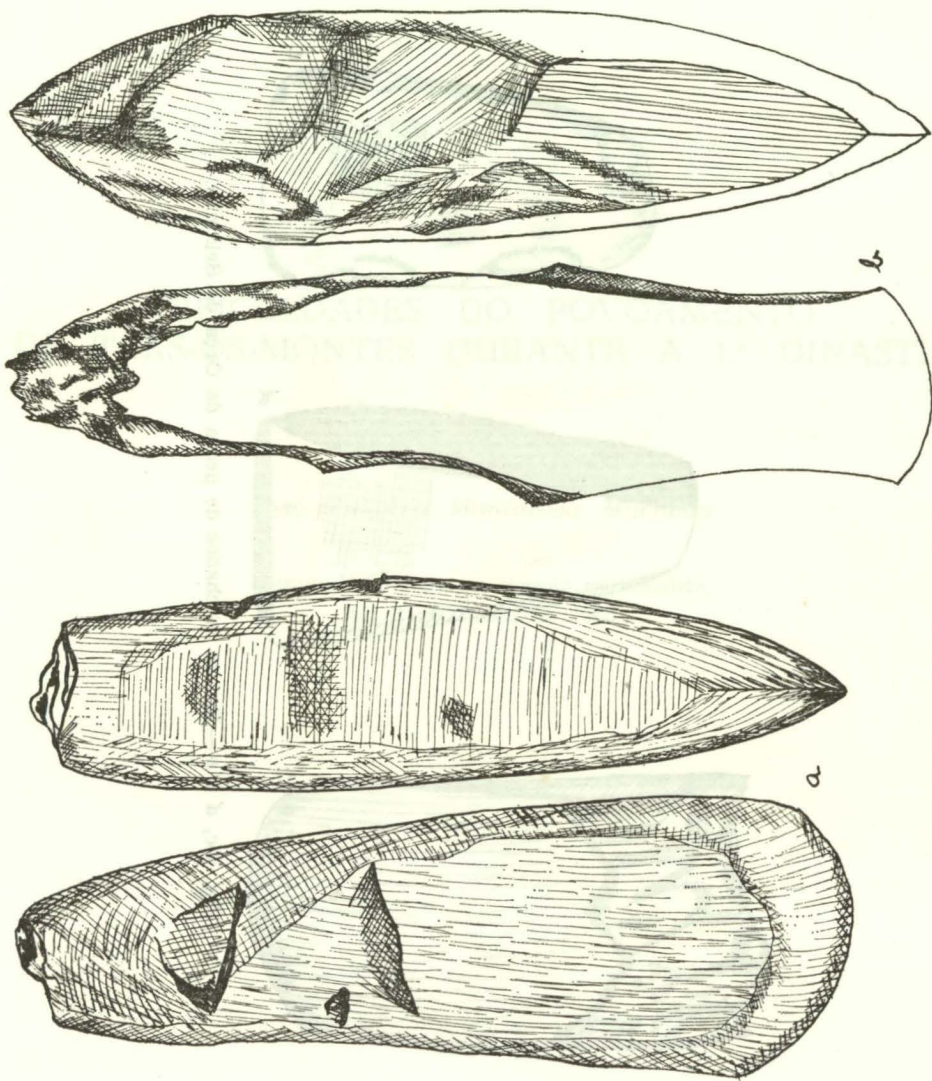
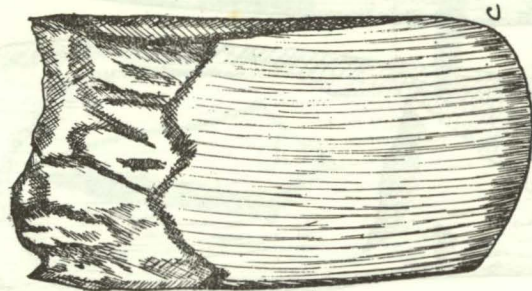
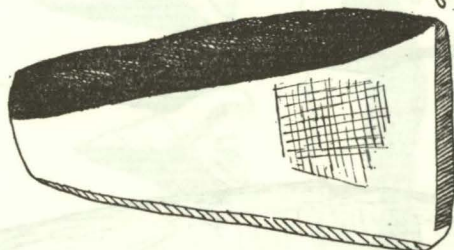


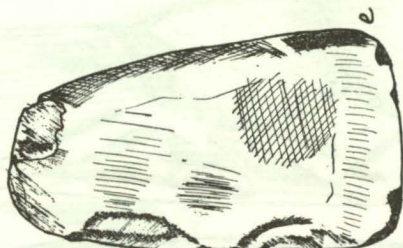
Fig. 4-a e b — Machados de pedra polida da Orca do Seixinho.



c



d



e

Fig. 4-c, d e e — Outros machados de pedra da Orca do Seixinho.

DIFICULDADES DO POVOAMENTO DE TRÁS-OS-MONTES DURANTE A 1.^a DINASTIA

pelo

sócio efectivo

José Timóteo Montalvão Machado

Comunicação feita na Secção de História,
em 3 de Junho de 1965

DIFICULDADES DO POVOAMENTO DE TRÁS-OS-MONTES DURANTE A 1.^a DINASTIA

ENQUANTO andávamos à procura de documentos, que dissessem respeito ao Palácio Real de Frielas (subúrbios de Lisboa), surgiram-nos, nos Livros das Chancelarias dos reis afonsinos, vários documentos relativos a uma pendência, séria e demorada, entre a vila de Chaves e a região de Montenegro.

Antes porém de entrarmos no assunto da contenda, travada no reinado de D. Dinis, é preciso que façamos umas certas considerações, para passarmos do geral ao particular e para relacionarmos causas e efeitos.

Quando se formou a nossa nacionalidade, Portugal era quase desabitado, e a escassez da população continuou a ser o grande obstáculo, que tolhia todas as iniciativas, durante a dinastia afonsina.

O primeiro *numeramento de fogos*, digno de algum crédito, feito em Portugal, foi o de D. João III, de 1527 a 1532, que permitiu avaliar a população do reino em cerca de 1 300 000 almas (1). E havia quase 400 anos que a nacionalidade se formara!...

Is nos leva crer que, nos primeiros tempos, Portugal não devia contar mais de 500 000 habitantes, e, se a este número subtrairmos as mulheres, as crianças, os velhos e os enfermos, devemos admitir que os reis afonsinos não podiam contar com mais de 50 000 homens válidos,

para agriculturar os campos, servir as artes e ofícios, defender as costas marítimas e fazer a guerra.

Por isso, a maior preocupação dos monarcas, sobretudo de D. Sancho I, D. Afonso III e D. Dinis, consistiu em povoar o reino: admitindo na comunidade os mouros, os judeus e os ciganos; promovendo a vinda de famílias de outras nações europeias; contrariando as ambições dos nobres e do alto clero; facilitando a vida agrária pelos mais recônditos cantos das províncias.

Pelo que diz respeito ao Ocidente transmontano, actual distrito administrativo de Vila Real, resolveu D. Afonso III, em 1272 e 1273, conceder forais, com honras e prerrogativas, a Vila Real de Panoias, Montalegre e Monforte de Rio Livre, para que estas vilas pudessem aumentar e prosperar (2). Elas proporião os seus próprios alcaides, estes fariam a aplicação da justiça, ficar-se-ia livre de extorsões por parte de insaciáveis ricos-homens, far-se-iam feiras em ocasiões determinadas, com imunidades para vendedores e compradores.

Não há dúvida que as povoações recebiam grandes vantagens, mas também é certo que a Coroa não podia prescindir das suas receitas, para fazer face às despesas públicas. Por isso, as mesmas vilas eram convidadas a pagar anualmente, em épocas fixas: Vila Real de Panoias, 4000 morabitinos; Montalegre, 3500 morabitinos; Monforte de Rio Livre, 600 morabitinos.

Sucedeu porém que, tanto Vila Real como Montalegre não puderam pagar tão pesadas contribuições, e a razão era sempre a mesma: desejava-se aumentar a população, para agricultar muitas terras e pagar as contribuições devidas; mas não se podia pagar muito, enquanto a população fosse escassa e poucos os campos lavrados.

Desta forma, dos três concelhos indicados, só Monforte de Rio Livre, o modesto concelho raiano, pôde pagar a contribuição que lhe impuseram. Nos outros dois, em Vila Real e Montalegre, foi preciso

estudar e adoptar novas modalidades, bem explicadas por Gama Barros, para garantir a validade dos forais concedidos.

Chaves não tinha ainda foral, nem o teria tão cedo, nem de ele precisava, porque os seus pergaminhos, outorgados pelos Imperadores romanos, bastavam para lhe conceder todas as regalias de um Município, e porque, como sede de concelho é tratada em todos os documentos régios (3).

Pelo que diz respeito a Vila Real, reconheceu-se alguns anos após a concessão do seu foral, que a vila não tinha capacidade para pagar 4000 morabitanos anuais e por isso se procedeu a um novo arranjo. A vila teria 1000 vizinhos; cada um teria a sua casa dentro de muros e mais uma courela com horta e vinha; cada vizinho pagaria ao almorixe da Coroa, anualmente, um e meio morabitanos (4). É claro que o rei, que já era então D. Dinis, ficou prejudicado, porque, em vez de receber anualmente 4000 morabitanos, só ficou a auferir 1500 morabitanos. Mas, inteligente como era, entendeu que devia ceder, a fim de não pôr obstáculos ao povoamento do reino, e chegou mesmo a contentar-se com 1000 morabitanos.

No concelho de Montalegre, procedeu-se também a um novo arranjo, inteiramente semelhante ao que se estabeleceu no concelho de Vila Real.

Só o concelho de Monforte de Rio Livre deu sempre cumprimento à obrigação do pagamento anual de 600 morabitanos. Ali surgiu apenas uma disputa entre os moradores da vila e das aldeias: os 600 morabitanos deviam ser pagos pelos moradores da vila, obrigados a defender um castelo no alto de uma serra sáfara e agreste, ou deviam ser recebidos dos moradores das aldeias, assentes em veigas mais férteis? Esta questão debateu-se durante larguíssimas décadas, conquanto o concelho fosse pagando sempre a sua contribuição anual de 600 morabitanos, e só veio a ser definitivamente resolvida quando D. João II mandou a Chaves Diogo Borges, corregedor da comarca de Tralosmontes, para

ouvir as gentes de Monforte. Ali perorou Álvaro Martins, homem bom de Águas Frias, o qual fez prevalecer a tese de que os 600 marabitanos deviam ser pagos pelos habitantes cujas moradas estivessem a mais de uma légua da vila, acastelada em lugar estratégico, mas de agrestes condições natuarais (5 e 6).

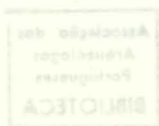
Tudo isto veio a propósito das grandes dificuldades que houve para povoar o reino, tantas e tão grandes, com guerras, fomes e pestes, que, ao recuperarmos a nossa independência em 1640, ainda a Nação contava apenas 1 200 000 habitantes (7). Mas também veio a título de preâmbulo à exposição da grave contenda, entre os moradores da vila de Chaves e os habitantes da região de Montenegro.

Alguns anos depois da concessão de aqueles forais a Vila Real, Montalegre e Monforte, pelo rei D. Afonso III, constou a seu filho, D. Dinis, já então reinante, que, na parte setentrional da Serra da Padrela e fazendo parte do concelho de Chaves, ficava uma fértil região, chamada Montenegro. Com um fértil planalto, onde cresciam as searas de centeio e medravam as matas de castanheiros, Montenegro possuía também encostas voltadas a Nascente, onde prosperavam as culturas da terra quente, como a vinha, o olival e as frutas.

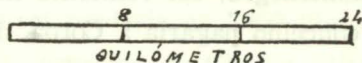
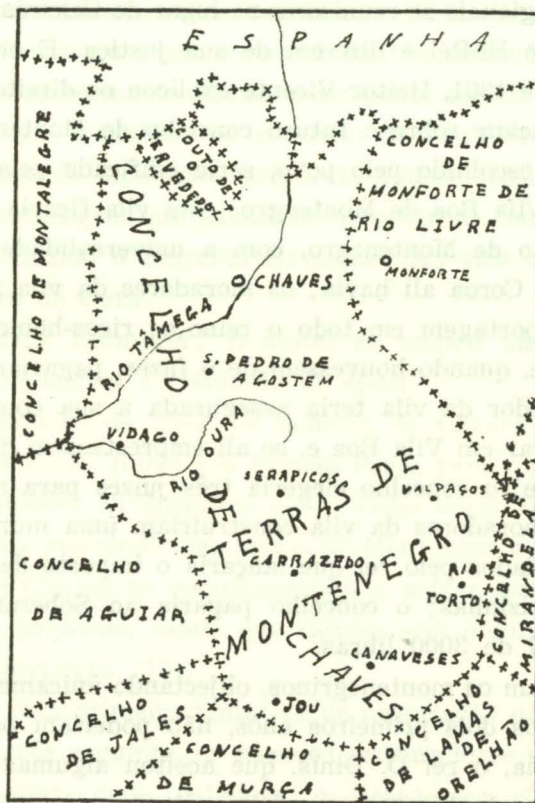
Eram terras sadias, propícias à fixação e multiplicação dos homens; estes desentranhar-se-iam a arrancar da terra o pão, o vinho, o azeite e as melhores castanhas de Portugal; e todos poderiam pagar grossa maquia à pessoa de El-Rei.

Porque não erigir ali uma vila e criar ali um novo concelho? Assim pensava o Monarca Lavrador, de quem o povo ficou dizendo: «D. Dinis foi muito feliz porque fez tudo quanto quis».

Os habitantes de Montenegro já tinham pedido a sua carta de alforria e o rei D. Dinis quis anuir aos seus desejos, atentas as razões que já expusemos.



Por isso ,em Maio de 1301, ordenou el-rei que um homem da sua confiança, Heitor Vicente, devidamente instruído, partisse para terras de Montenegro e ali expusesse o pensamento do Monarca, ouvindo também



O antigo concelho de Chaves, contendo as terras de Montenegro, no século XVI

a voz dos povos, para só depois se lavrar a devida carta régia. Repare-se na circunstância curiosa de estes Reis, chamados *absolutos*, terem a preocupação permanente de nada resolverem nem realizarem, sem prévia

combinação com os seus povos, a não ser que estivesse em causa um segredo de Estado.

Logo que Heitor Vicente chegou a Montenegro, lançou pregão para que as gentes regionais se reunissem no lugar de Celeirós, a fim de ouvirem o recado de El-Rei e dizerem de sua justiça. E no mesmo lugar, a 12 de Junho de 1301, Heitor Vicente explicou os direitos e obrigações, que deveriam incidir sobre o futuro concelho de Montenegro (8).

Em local, escolhido pelo povo, seria edificada pelas gentes locais a povoação de Vila Boa de Montengro; esta vila ficaria sendo o centro de toda a região de Montenegro, com a universalidade dos direitos e pertenças que a Coroa ali havia; os moradores da vila ficavam isentos do imposto de portagem em todo o reino; os ricos-homens não podiam pousar na vila e, quando houvessem de o fazer, pagariam o que comessem; cada morador da vila teria assegurada a sua courela; os judeus não podiam morar em Vila Boa e, se ali emprestassem dinheiro a juros, ficariam sem ele; o concelho elegeria três juizes para a administração da justiça; os moradores da vila construiriam uma muralha de defesa, mas seriam ajudados pelo rei que lançaria o imposto de *anúduva* sobre as populações vizinhas; o concelho pagaria ao Soberano de Portugal o imposto anual de 3000 libras.

Concordaram os montenegrinos, objectando unicamente, e com toda a razão, que, nos dois primeiros anos, não poderiam pagar o imposto sugerido. Todavia, o rei D. Dinis, que aceitou algumas cláusulas, propostas pelo povo de Montenegro, foi renitente na questão do imposto e declarou que o novo concelho pagaria à Coroa, desde logo, 3000 libras anuais.

Foi nestas condições que el-rei mandou lavrar, em Lisboa e a 12 de Agosto de 1301, a *Carta de foro dos pobradores de vila boa de monte negro*, sendo testemunhas: o conde D. João (filho de el-rei); Martim Gil, alferes; D. Martinho, arcebispo de Braga; D. João, bispo de Lisboa; D. Pedro, bispo de Coimbra; D. Egas, bispo de Viseu; D. Marco, bispo

de Lamego; D. Jone, bispo de Silves; D. Tialdo, bispo do Porto, e Steve Anes, chanceler (9).

Quando esta carta de foral foi conhecida em Chaves provocou um profundo descontentamento, aliás justificado. Então a velha cidade de Aquae Flaviae ficava com um concelho de tão reduzidas proporções?

Submetidas as terras do Noroeste ao Conto de Ervedado, pertença da mitra de Braga; incluídas no concelho de Monforte de Rio Livre todas as freguesias da Montanha, acima de Faiões; irradiadas agora as povoações de Montenegro, que passavam a constituir um novo concelho, ao que ficava reduzido o concelho flaviense? Ao vale de Chaves e às vinhas da Ribeira de Oura.

Tal não podia acontecer! E assim se iniciou um grande movimento de protesto contra a resolução de el-rei.

A 28 de Janeiro de 1302, os homens de Chaves passaram procuração ao abade de S. Julião e a Fernão Peres para que se dirigissem à Corte e aí dissessem ao Soberano que o velho burgo dos Imperadores romanos não podia prescindir das terras de Montengro e por isso mesmo os habitantes de Chaves se comprometiam a sofrer um acréscimo dos impostos que já pagavam, desde que ficasse sem efeito o concelho de Vila Boa de Montenegro (10).

Parece que esta primeira tentativa de negociação não surtiu efeito, porque, a 21 do mês seguinte, os mesmos procuradores voltam à Corte, agora com uma oferta mais tentadora: se ficasse sem efeito o concelho recentemente criado, el-rei perderia as 3000 libras de Montenegro, mas receberia 4000 libras do concelho de Chaves (10).

D. Dinis, que devia sentir pelo dinheiro a mesma atracção que as corujas sentem pelo azeite das lamparinas, pôs-se de acordo com o abade de S. Julião e mandou expedir ordens, em 5 de Março de 1302, para que ficasse sem existência o concelho de Montenegro, incorporando-o no concelho de Chaves (10).

Os flavienses embandeiraram em arco... mas a coisa ainda não ficou por aqui.

Não se deram por vencidos os valentes montenegrinos, que alegraram os seus procuradores e fizeram valer os seus direitos, porque não aceitavam a suserania de Chaves e porque o sentimento da liberdade, individual ou colectivo, anda inerente à condição humana. Temos que lutar e acabaremos por vencer!, diziam os montenegrinos.

Ou porque Chaves não pagasse com pontualidade as prestações de 4000 libras, ou por outras razões que se desconhecem, certo é que no ano seguinte, a 20 de Março de 1303, contra a geral expectativa, o rei restabelece o foral de Vila Boa de Montenegro, permitindo que as 3000 libras anuais fossem pagas em duas prestações (11).

Novos e veementes protestos surgem das margens do rio Tâmega afirmando-se em Chaves, na Corte e em toda a parte, que jamais Montenegro teria capacidade para pagar 3000 libras anuais.

Afinal, o mal de Montenegro era igual ao de Vila Real e ao de Montalegre. Todas as vilas aspiravam a adquirir os seus forais e os reis não se negavam a conceder-lhos, porque concorriam para o povoamento da Nação e aumentavam as receitas do Tesouro. Mas depois surgiam as dificuldades, porque, se era preciso aumentar a população, para agricultar mais campos e pagar maiores impostos, nem sempre essas contribuições podiam ser satisfeitas, porque era lento o aumento da população e vagaroso o alargamento das áreas cultivadas.

Por isso, o concelho de Montenegro, que foi duas vezes estabelecido, foi também duas vezes anulado, visto que em 21 de Julho de 1304 o rei D. Dinis, em resposta a uma representação do concelho de Chaves, definitivamente lhe entrega as terras montenegrinas, impondo-lhe apenas o modesto tributo de 400 libras, a pagar no dia de São João (12).

Afinal, o rei acabou por se convencer das realidades. Enquanto não se concretizasse um sensível aumento das populações, nem Monte-

negro poderia pagar as 3000 libras que lhe impuseram, nem Chaves teria capacidade para entregar as 4000 libras que prometera.

E então, D. Dinis, inteligente como era, entendeu que o melhor era contentar-se com o imposto de Chaves, ligeiramente acrescido. E não podia ser fortemente acrescido, visto que o velho burgo romano, não tendo recebido qualquer foral, também não se via aumentado nos seus direitos, áreas ou prerrogativas.

Vem a propósito dizer que alguns autores e o próprio Alexandre Herculano se equivocaram quanto à terra honrada pelo rei D. Afonso III com a *Carta de foro de Santo Estevam de Chaves* (13). Eles pensaram que este foral fora dado a Chaves, cujo orago seria Santo Estêvam, mas houve manifesto equívoco: 1.º porque Chaves já então se confiava à protecção de Santa Maria Maior; 2.º porque D. Afonso III queria mostrar o seu reconhecimento à povoação acastelada de Santo Estêvam, distante uma légua da vila de Chaves, povoação aquela onde o rei bolonhês se recebeu com sua 2.ª mulher, D. Beatriz, filha bastarda de Afonso X de Leão e Castela (14). A verdade é que a vila de Chaves só veio a receber foral mais tarde.

Quanto à sede concelhia de Vila Boa de Montenegro, parece que nunca passou do papel da carta régia de D. Dinis, visto que, nem surge na tradição das gentes regionais, nem figura no permenorizado numeramento de fogos de D. João III (15), nem aparece nas cartas geográficas mais minuciosas.

As dificuldades de povoamento haviam de continuar aliás por todo o reino. pelos séculos adiante. Bastará dizer por exemplo que, na província de Trás-os-Montes, decorreu toda a 1.ª dinastia, sem se verificar a existência de uma só cidade, nem a sede de uma diocese. E foi preciso chegar-se ao reinado de D. Afonso V, para que o 2.º duque de Bragança, valendo-se dos seus feitos no Norte de África, conseguisse a promoção a cidade do velho burgo brigantino (16). E foi preciso igualmente chegar-se ao reinado de D. João III para que este monarca, a fim de satis-

fazer os caprichos de sua mulher, a rainha D. Catarina, impetrasse do Papa Paulo III a criação de uma diocese em Miranda do Douro, o que se realizou por bula de 22 de Maio de 1545 (17).

E assim acabou a luta. As terras de Montenegro tinham as suas razões, mas não podiam fazê-las vingar sem aceitar um foral, que se tornava muito dispendioso; Chaves tinha a vantagem de não ter foral, nem o reclamar, nem de ele precisar.

Montenegro perdeu aquela oportunidade e nunca mais, por espaço de cinco séculos, deixou de pertencer ao concelho de Chaves, até que, no advento do Liberalismo, conseguiu ver formado o concelho de Carrazedo de Montenegro (18). Mas, mais uma vez, foi sol de pouca dura!

Pela reorganização de 31 de Dezembro de 1853, foram extintos os concelhos de Monforte e Montenegro, fundindo-os num só, cuja sede, para ficar mais central, foi colocada na pequena aldeia de Valpaços (19). E logo os valpacenses, mostrando bastante argúcia, trataram de erigir um bom edifício para *Domus Municipalis*, que garantisse a estabilidade da sede concelhia.

— Este edifício, dizia-nos há muitos anos um chefe político local, Maximino Carneiro, foi construído a crédito e por isso foi pago três vezes! Mas, abençoado sacrifício!...

Hoje, Valpaços é uma vila ridente e progressiva e o seu concelho um dos mais ricos da província transmontana.

BIBLIOGRAFIA

- (1) — BRAAMCAMP FREIRE, in *Archivo Historico Portuguez*, vol. III, p. 241.
- (2) — GAMA BARROS, *História da Administração Pública*, 2.^a ed., tom. V, p. 53 e segs.
- (3) — NO A. N. da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fls. 18.
- (4) — GAMA BARROS, *ob. cit.*, tom. V, p. 56.
- (5) — NO A. N. da Torre do Tombo, *Determinação de El-Rei D. João II*, Gaveta 15, Maço 24, Documento 6.

- (6) — J. T. MONTALVAO MACHADO, artigo *Quando havia concelho de Monforte*, in «A Voz de Chaves», de 10-9-1964.
- (7) — J. LÚCIO DE AZEVEDO, *História de Portugal*, ed. de Barcelos, vol. V, p. 301.
- (8) — GAMA BARROS, *ob. cit.*, vol. V, p. 65.
- (9) — No A. N. da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fls. 22 v.
- (10) — *Idem, idem*, Livro 3, fls. 18 v.
- (11) — GAMA BARROS, *ob. cit.*, vol. V, p. 67.
- (12) — *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fls. 33.
- (13) — A. N. da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fls. 29.
- (14) — GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO, *Chaves Antiga*, Chaves, 1929, p. 46.
- (15) — BRAAMCAMP FREIRE, *Povoação de Trás-os-Montes no XVI Século*, in «Archivo Historico Portuguez», vol. VII, p. 270 e 271.
- (16) — D. ANTONIO CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo III de «Provas», p. 563.
- (17) — FRANCISCO MANUEL ALVES (Abade de Baçal), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. I, p. 359 e segs.
- (18) — J. J. BAPTISTA DE OLIVEIRA, *Chorographia Moderna*, Lisboa, 1874, vol. I, p. 751.
- (19) — Decreto de 31-12-1853, Mapa n.º 1, in *Diário do Governo*, de 4-1-1854.

PALMELA E OS DU MAURIER

REPAROS A UMA OBRA DE DAPHNE DU MAURIER

pelo

sócio efectivo

José de Campos e Sousa

Comunicação feita na Secção de História,
a 15 de Julho de 1965

PALMELA E OS DU MAURIER

REPAROS A UMA OBRA DE DAPHNE DU MAURIER

INTRÓITO

«*Amicus Plato, sed magis amica veritas.*»

EXISTE na minha estante um exemplar da obra *Les du Maurier*, traduzida do inglês (*The du Mauriers*) por Denise van Moppès. É da autoria de Daphne du Maurier ⁽¹⁾, contista extraordinária, de méritos consagrados e grande projecção internacional, que, no decorrer dos anos, tem brindado um público fiel com as novelas *Rebeca*, *My Cousin Rachel*, *The Parasites*, *The King's General*, *Frenchman's Creek*, *Hungry Hill*, *Jamaica Inn*, *Mary Anne*, e *The Glass-Blowers* ⁽²⁾, para

(1) Filha segunda do falecido, e célebre, actor-empresário, «Sir» Gerald du Maurier, e neta paterna de George du Maurier, escritor e artista de nomeada, como adiante se verá. Casou com o Tenente-General «Sir» Frederick Browning, Comandante das Forças Aerotransportadas durante a Segunda Guerra Mundial. É, portanto, oficialmente, «Lady» Browning. Vive, no seu velho solar de Menabilly, na Cornualha.

(2) Em que expõe o que talvez seja a verdadeira origem da família Busson du Maurier.

citar apenas algumas das de maior renome, cuja leitura empolgante vem recreando os lazeres de muitos milhares de pessoas, entre as quais me incluo. O meu exemplar foi publicado em Paris, pelas «Éditions Albin Michel», no ano — já não muito próximo — de 1948.

Há tempo que desejo alinhar em letra de imprensa alguns reparos a *Les du Maurier*, mas tarefas mais instantes me têm impedido de o fazer. Aproveito, agora, o ensejo que se me depara, num momento de acalmia, para dar a conhecer as objecções em mim suscitadas pela leitura do volume surpreendente. Farei por arrancar de sobre a nudez fraca da verdade o manto opaco da fantasia... (Que a sombra benévola de Eça me perdoe a adaptação atrevida).

Antes de mais, é imperioso salientar que *Les du Maurier* não é apresentada como obra de ficção. A própria autora a apregoa como biografia, e a indigita como crónica, pretendendo convencer os leitores da veracidade do texto, graças a uma solene e afectuosa dedicatória inicial à parentela, reforçada com transcrições de documentos (em grande parte destituídos de crédito), e graças, também, à evocação final dos antepassados falecidos, e à exibição, fora do texto, de uma árvore genealógica da família du Maurier, a cuja pseudo-história dedica 347 páginas de prosa saborosa, por vezes picante.

Tenho para mim que Daphne du Maurier é uma das mais preñdadas escritoras contemporâneas de língua inglesa, e sinto por ela admiração verdadeira. Mas essa admiração, precisamente porque é sincera, não é incondicional, nem ilimitada, e assim, não pode ir, nem vai, ao ponto de pactuar com os processos levianos a que a novelista recorreu para a estruturação da obra em causa.

No campo da ficção literária, todos os voos da fantasia são admissíveis, e nenhuns obstáculos é lícito antepor-lhes. No terreno da história, da genealogia, e da biografia, em que, «sponte sua», a célebre «Miss» du

Maurier se colocou ao escrever e anunciar *The du Mauriers*, as coisas passam-se de modo bem diferente. Todo o rigor não é excessivo, a verdade é uma só, e nunca será demasiado respeitá-la.

Ora o que a novelista conta acerca do Duque de Palmela e das suas relações com a família du Maurier é, por assim dizer, cem por cento falso. Pertence aos domínios da imaginativa caprichosa, perfeitamente incompatível com o carácter sério de que a obra — por definição — se deveria ter revestido. E dá-me o direito de duvidar, muito a valer, da probidade historiográfica com que foram escritas as centenas de páginas dedicadas aos du Maurier propriamente ditos, e aos Clarke e Wallace, seus aliados pelo matrimónio.

Começarei por passar em revista o que sobre a «gens» dumauriana, e Palmela, nos diz a escritora — já que sem esse exame prévio seria impossível a explanação livre de uma crítica construtiva. Fique todavia registado — bem clara e expressamente — que as afirmações aduzidas nos dois capítulos seguintes não são da minha lavra. Ou são da autoria e responsabilidade exclusiva da novelista, ou foram por ela perfilhadas.

Depois, farei por repor a verdade, tão profunda e românticamente alterada pela escritora inglesa, que, em *The du Mauriers*, se apresenta como possível tetraneta, por varonia, de um inominado e obscuro fidalgo vidreiro francês, da era de setecentos.

*

A Monsenhor A. Dubois, Secretário do Arcebispado de Paris, à Senhora Dr.^a D. Maria José de Mendonça, e aos Senhores Dr. A. Ferrand de Almeida Fernandes, Henrique José de Melo Breyner Cardoso de Meneses (Margaride), Jorge Hofacker de Moser, Luís de Bivar Guerra,

D. Manuel de Portugal, Eng.º D. Manuel de Sousa e Holstein Beck (Palmela), A. G. Magno, L.^{da} e José de Castro Martins & Filho, L.^{da}, agradeço penhoradamente as informações prestadas.

*

Posto isto, tem a palavra «Miss» du Maurier.

OS DU MAURIER

Ouçamos, então, o que a novelista diz sobre os du Maurier, no quadro das suas relações com Palmela.

A família du Maurier, arreigadamente legitimista, oriunda dos confins da Bretanha e do Anjou, emigrou para Inglaterra, após a Revolução Francesa, na pessoa de Mathurin Robert ⁽³⁾ Busson du Maurier, filho de um suposto «gentilhomme verrier», e Senhor do mais ou menos duvidoso e antigo Castelo de Chenu, na Sarthe, e de alguns igualmente hipotéticos quilómetros de terreno situados em redor. Mathurin Robert casou, em Inglaterra, com Marie Bruaire, ou Bruère, também emigrada, e de origem bretã ⁽⁴⁾, de quem teve seis filhos nascidos em Londres. Ao voltar, sozinho, à pátria, Mathurin Robert levou uma vida miserável, diligenciando angariar, por aqui e por acolá, a subsistência da família. Veio a morrer, de desespero e privações, no cargo de mestre-escola, em

⁽³⁾ Em *The Glass-Blowers*, «Miss» du Maurier chama-lhe Robert Mathurin, e afirma que ele nasceu, no ano de 1749, numa quinta conhecida por «le Maurier», em Chérigny.

⁽⁴⁾ Em *The Glass-Blowers*, «Miss» du Maurier diz que ela se chamava Marie Françoise, e que nasceu em Doudan, foi educada num orfanato de Sévres, era filha de um pequeno comerciante, e sobrinha-neta materna do célebre corsário Jean Bart.

Tours. Contava, então, uns setenta e oito anos de idade ⁽⁵⁾. Após longo período de exílio, sua viúva regressou a França, no mês de Março de 1810, levando todos os filhos do casal à excepção do primogénito, Robert, que permaneceu em Londres. Marie passou a residir com os filhos em Paris, lutando com as maiores dificuldades.

Além de Robert, o casal Bruaire-du Maurier teve, por ordem de nascimento: Jacques, Louise, Louis Mathurin, Adélaïde e Guillaume.

Louise Busson du Maurier nasceu a 18-III-1795, e viveu em Londres durante os seus primeiros quinze anos. Em Paris, foi professora de inglês no colégio de Mme. Pousard. A título de recompensa pela dedicação de seu pai — Mathurin Robert — à causa da realza, Louis XVIII concedeu-lhe, a 10-V-1816, uma pensão anual módica, de 200 francos, com início em 1 de Janeiro daquele ano.

Foi amiga íntima e confidente de Eugénie de Saint-Just, a quem conheceu no colégio Pousard, e que viria a ser Duquesa de Palmela.

Louise casou, a 14-IV-1830, na Igreja Suíssa de Paris, com Godfrey Wallace, Secretário da Embaixada de Inglaterra em Paris, e tipo de «escroc» acabado, que faleceu, em precárias circunstâncias, no mês de Setembro de 1833.

A 15 desse mesmo mês, Louise, então em Portugal, acompanhou, numa carruagem florida, uma «grande procissão» através das ruas de Lisboa, perante um público entusiasmado, que agitava bandeiras e lançava flores.

Quanto a Louis Mathurin, que nasceu no ano de 1797 ⁽⁶⁾, foi cantor, cientista, inventor e astronauta em potência. Faleceu, em Londres, a 8-VI-1856, e jaz sepultado no Cemitério de Abney Park. Casou, na Embaixada de Inglaterra em Paris, com Ellen Jocelyn Clarke, que também

⁽⁵⁾ Em *The Glass-Blowers*, «Miss» du Maurier declara que ele faleceu a 2-VI-1811, contando, portanto, sessenta e dois anos de idade.

⁽⁶⁾ Em Novembro, segundo consta da obra *The Glass-Blowers*.

nasceu em 1797, filha de um indivíduo modesto e mal identificado, e de Mary Anne Clarke, nascida por volta de 1776, a célebre Mrs. Clarke, ex-amante escandalosíssima de Sua Alteza Real o Duque de York e Albany (7).

Louis Mathurin e sua mulher viveram em Paris e Londres, e tiveram os filhos seguintes: George Louis Palmela du Maurier, conhecido pelo diminutivo de «Kiky»; Alexandre Eugène du Maurier, que deu pelo «petit nom» de «Gigy», e Isabelle du Maurier, aliás «Isobel», ao gosto inglês.

«Kiky», nascido a 6-III-1834, fixou residência em Londres, onde foi caricaturista, pintor e escultor de nomeada, bem como homem de sociedade muito em vista. Entre outras, colaborou nas revistas *Once a Week*, *Cornhill*, *London Society* e *Punch*. Foi autor dos romances *Trilby* e *Peter Ibbetson*, que lhe valeram elogios ditirâmbicos da crítica inglesa.

«Gigy», que nasceu, em Bruxelas, a 9-II-1836, foi afilhado dos Duques de Palmela, e de sua tia paterna Louise. Não teve profissão estável.

Sucintamente, eis o que — relacionado com Palmela — «Miss» du Maurier diz sobre a gente de que provém.

PALMELA

Chegou a vez de escutar o que a escritora conta acerca do estadista ilustre que foi o 1.º Duque de Palmela.

Os Palmelas pertenciam a uma família católica fervorosa, e extremamente culta, há muitas gerações uma das primeiras famílias portuguesas. Nada tinham de comum com os judeus portugueses que se encontram nos bairros pobres de Paris.

(7) O Príncipe Frederick Augustus, filho do Rei George III de Inglaterra e da Rainha Sophie Charlotte von Mecklemburg, e, portanto, tio paterno da Rainha Victoria.



ENG. A. A. LITH.

PRINTED BY J. GRAY.

D. PEDRO DE SOUZA & HOLSTEIN
DUQUE DE PALMELLA.

O Duque de Palmela conheceu Eugénie de Sant-Just em Lisboa, no verão de 1829, segundo se depreende do texto. Apaixonaram-se um pelo outro, à primeira vista. Foi um autêntico «coup de foudre» recíproco. O seu noivado originou grande agitação no colégio de Mme. Pousard, em Paris, onde Eugénie estudava.

Belo homem, prometido a um futuro brilhante, e usando um nome conhecido nos círculos diplomáticos internacionais, Palmela, de natureza fria e reservada, mas sempre aristocrático, era um dos partidos mais ricos de Portugal.

Eugénie, embora pertencesse a uma família francesa muito antiga, não possuía grandes bens de fortuna.

O casamento foi marcado para Janeiro de 1830. No dia do enlace, os sinos de Notre-Dame repicavam gravemente. A cerimónia foi deslumbrante. Metade da nobreza de Paris parecia ter ali encontro marcado. Entre a assistência viam-se embaixadores, diversos diplomatas, a «entourage» da Embaixada de Portugal, e, até, alguns representantes da Corte. Noutra passagem, Daphne du Maurier contradiz-se, porém. Afirma, pela boca de uma das personagens, que a assistência ao casamento era constituída pela pequena nobreza, e que já não havia, então, aristocracia em França. Mas esta disparidade é de somenos importância...

Louise du Maurier figurava em lugar de honra, ao lado da noiva, perante quem altos dignitários e oficiais de grande uniforme se curvavam muito baixo. Ali conheceu Louise o futuro marido, Godfrey Wallace, «soi-disant» amigo íntimo de Palmela. Godfrey abandonou a mulher no dia do casamento e foi preso pela polícia francesa, acusado dos crimes de batota e roubo. Também falsificou documentos na Embaixada do seu país. Mais tarde, Palmela escreveu de Portugal, negando ter mantido relações de amizade com Godfrey, e dizendo que ele nunca tinha sido mais do que um simples conhecimento de café.

Em fins de Julho de 1830, Eugénie de Saint-Just, Duquesa de Palmela, escreveu de Lisboa à sua grande amiga Louise du Maurier, pedin-

do-lhe que viesse ter com ela a Portugal, para a acompanhar quando do nascimento de seu primeiro filho, em Outubro de 1830. Deu à luz, em devido tempo, uma filha. Em meados de Março de 1834, a Duquesa e os filhos encontravam-se em Lisboa. O Duque viajava.

Palmela serviu como Embaixador de Portugal em Bruxelas, para onde abalou, com a família, e Louise, em Junho de 1834. Louis Mathurin Busson du Maurier foi, até 1836, uma espécie de secretário particular de Palmela, na Corte do Rei Leopoldo da Bélgica. O Duque, embora não desempenhasse um papel de primeira categoria na política internacional, era, pelo menos, um fidalgo encantador e culto. A Duquesa era tão doce quanto graciosa. Os Palmelas deram mostras de muita generosidade para com Louis Mathurin, que pôde viver alguns meses à custa deles, sem importunar a mulher com pedidos de dinheiro ⁽⁸⁾.

Chamado a Lisboa no Outono de 1838, Palmela deixou de proteger Louis Mathurin. Despediram-se, e cada qual seguiu o seu rumo. Louise regressou a Lisboa, na qualidade de «gouvernante» das meninas Palmelas.

Tempos depois, o Duque, indo a Paris, visitou a casa de Louis Mathurin, no Faubourg Poissonnière, oferecendo livros ao afilhado, «Gigy».

Entretanto, Louise não se dava bem em Portugal, cujo ar era húmido e insalubre.

A Duquesa deu à luz um rapaz, antes do termo, a 13-III-1844. A 15, começou a enfraquecer, e faleceu a 19 (presume-se que na freguesia de São Mamede, onde Palmela morava). No seu canhenho, Louise descreve minuciosamente os últimos momentos da Duquesa, a que assistiu. Eugénie pediu-lhe, então, que escrevesse ao afilhado, Eugène, ou «Gigy», dizendo-lhe que rezasse pela madrinha Duquesa. Rogou, também, a Louise que se interessasse sempre pelo pequeno.

⁽⁸⁾ Mary Anne auxiliava Ellen Jocelyn com o rédito de uma pensão legada por Sua Alteza Real o Duque de York e Albany.

Eugénie foi sepultada em Lisboa, num grande túmulo negro, rodeada de todos os Duques já falecidos, e de gerações esquecidas de Palmelas. A portada da Sé cobrira-se de panejamentos violetas escuros e o sino grande dobrava a finados.

O recém-nascido não sobreviveu muito tempo à mãe, que, no testamento, legou à velha amiga Louise uma quantia assaz importante. No final do verão de 1844 ⁽⁹⁾, Louise regressou a França, instalando-se num convento de Versailles.

Numa carta para a tia Louise, «Gigy» pede-lhe que, se alguma vez voltar a Lisboa de visita ao seu (dele) padrinho, o leve consigo.

Numa outra carta, de Ellen Jocelyn Clarke du Maurier para a cunhada Louise, diz-se que o Duque não foi um padrinho muito generoso com Eugène, e que bem poderiam ter evitado o incómodo de pôr a «Kiky» o sobrenome de Palmela, em honra do titular português.

Os descendentes de Eugénie de Palmela vivem em Portugal, entre a alta aristocracia; é extremamente duvidoso que alguma vez ouvissem falar da família du Maurier, conquanto Louise tivesse sido a melhor amiga de sua bisavó.

Mais não diz sobre Palmela a historiógrafa improvisada. É pouco, e, como havemos de ver, não prima pela verdade.

A VERDADE

Para repor a verdade, tão gravemente maltratada, vou-me socorrer de argumentos baseados na cronologia, na história, e na genealogia, e — sobretudo — de três assentos paroquiais relativos ao 1.º Duque e à

⁽⁹⁾ Na saga *The Glass-Blowers* Louis Mathurin, em Junho de 1844, afirma que sua tia Louise se encontra em Lisboa, como dama de companhia de uma filha do Duque de Palmela. O que não deve andar muito longe da verdade.

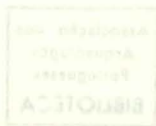
1.^a Duquesa de Palmela. Essas provas, por mim localizadas, e examinadas atentamente, constituem testemunhos de importância primordial, que, só por si, bastariam para botar abaixo e desmanchar o mal enfeitado trofeu da fantasia dumauriana. Fazem fé em juízo, até prova em contrário.

Temos pois que D. Pedro Maria de Sousa e Holstein, filho de D. Alexandre de Sousa e Holstein ⁽¹⁰⁾, Senhor da Casa dos Sousas chamados de Calhariz e Conde de Sanfré no Piemonte, e de sua primeira mulher a Condessa D. Isabel Juliana Bazelize José de Sousa Coutinho Monteiro Paim, «o Bichinho de Conta», descendia, por varonia, de D. Filipe de Sousa e de sua mulher D. Filipa da Silveira. D. Filipe era filho segundo do 1.^o Barão de Alvito, D. João Fernandes da Silveira, e de sua segunda mulher a Baronesa D. Maria de Sousa Lobo. Os Sousas Calharizes — de varonia Alvito — eram, pois, uma família muito antiga, muito ilustre, e muito fidalga (como soe dizer-se), que, em 1833, com a elevação de D. Pedro a Duque do Faial, passou a figurar entre as primeiras do reino.

★

O brasão de armas dos Sousas, de Calhariz, é o dos Sousas, de Arronches, a saber — Esquartelado: o I e IV de prata, cinco escudetes de azul em cruz, carregado cada um de cinco besantes do campo, borda-

(10) D. Alexandre de Sousa e Holstein casou em segundas núpcias com sua sobrinha D. Balbina Cândida de Sousa, filha ilegítima de seu irmão D. Filipe João de Sousa. C. G. Segundo averiguou o Sr. Luís de Bivar Guerra, D. Balbina Cândida de Sousa, que sobreviveu ao marido, reclamou o pagamento das rendas de suas arras, pelo rendimento do sequestro ao então Marquês de Palmela, seu primo e enteado. Cfr. *Sequestros e Heranças Jacentes — 1830*, nos Cartórios Avulsos, Arquivo do Tribunal de Contas.



dura de vermelho carregada de sete castelos de oiro, e por diferença um filete de negro sobreposto em barra; o II e III de vermelho, caderna de crescentes de prata. Timbre: um castelo de oiro.

Nas pedras de armas (muito sóbrias), e no serviço (magnífico) de porcelana francesa brasonada, dos Duques de Palmela — certamente por incúria de lavrantes e pintores — verificam-se dissemelhanças, que podem deixar perplexo o observador menos versado nas anomalias da ciência heráldica.

Os filetes do I e IV foram suprimidos, e o vermelho do II e III foi transformado, ora em púrpura, ora em verde, ora em azul.

A púrpura surge nos portões n.ºs 128, 140, e 213 do Palácio, e outros edifícios, da Rua da Escola Politécnica, em Lisboa, bem como no portão do «Chalet Faial» (actualmente do Duque de Palmela), em Cascais.

O verde aparece no portão do «Chalet da Duquesa» (hoje da Marquesa de Tancos), também naquela vila piscatória (e numa das fitas da divisa tauromáquica da Casa).

O azul apresenta-se na baixela de loiça armoriada.

Os filetes tampouco figuram nos escudos do portão do jazigo monumental na Rua E do Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, que, todavia, ostentam o II e III de vermelho, como é devido.

Por seu turno, em todas as espécies, os castelos foram substituídos por torres, erro vulgar na heráldica portuguesa dos séculos XVIII e XIX.

Crente no interesse que merecerão aos estudiosos da indumentária nacional, registarei as características essenciais das librés da Casa Palmela, autênticas marcas de posse, com valor heráldico apreciável, ainda não definidas em obras da especialidade. A falha não causará espanto se atentarmos na escassez de trabalhos referentes a fardas de casas fidalgas portuguesas.

I — *Libré de grande gala.*

Primeiramente, era toda vermelha, agaloada a prata. Depois, a

pedido de El-Rei D. Luís I, e a fim de evitar confusões com a libré correspondente da Casa Real (casaca e calção vermelhos, colete azul escuro), passou a ser constituída como segue:

Casaca — de fazenda de lã verde escura, com galões de prata;
Colete — de fazenda de lã vermelha, fina;
Calção — de fazenda de lã vermelha, fina, com galões de prata, presilha, e fivela de prata abaixo do joelho;
Colarinho — branco, engomado, com bicos;
Plastrão — branco, engomado;
Meias — de seda cor de rosa;
Sapatos — de entrada baixa, de polimento negro, com fivelas de prata;
Botões — de prata, ornamentados com o brasão de armas dos Souses de Arronches.

II — *Libré de meia gala.*

Casaca — de fazenda de lã verde escura, com punhos e gola de fazenda de lã vermelha, e galões de prata;
Colete — de fazenda de lã vermelha, fina, com galões de prata;
Calção — de pelúcia vermelha;
Meias — de seda cor de rosa;
Colarinho, plastrão, sapatos e botões — idênticos aos da libré de grande gala.

III — *Libré de uso ordinário.*

Casaca e colete — de fazenda de lã verde escura, avivada a vermelho;
Calção — de fazenda de lã verde escura, sem vivos;
Meias — de algodão negro;
Colarinho, plastrão, sapatos e botões — idênticos aos da libré de grande gala.

IV — «Jockey».

Boné — de seda verde;

Colete («casaque») — de seda vermelha, com pintas verdes;

Calção — de sarja branca;

Botas altas — de vitela negra, sem canhões.

Passando das fardas domésticas e de hipismo aos distintivos tauro-máquicos, que igualmente possuem significado heráldico, assinalo a divisa da ganadaria da Casa, constituída por uma fita verde e uma vermelha, e o ferro, composto de uma caderna de crescentes, encimada por um coronel de cinco pontas sem florões, tudo desenhado com singeleza adequada. Este arranjo, note-se, também é usado pelos Duques de Palmela, como emblema, na marcação de loiça a azul, e na timbragem de papel na mesma cor.

★

Encerrado o parêntese relativo a heráldica, librés, divisa, ferro, marca e timbre palmelianos, prosseguirei na reposição da verdade, tão grandemente desvirtuada pela castelã de Menabilly.

D. Pedro nasceu, em Turim, a 10-V-1781 ⁽¹¹⁾ e faleceu, em Lisboa,

(11) Foi baptizado, no mesmo dia, em casa, com a devida permissão, pelo Padre Lorenzo Gianolio, Reitor, sendo cumpridas as sagradas cerimónias a 6-V-1782, pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Monsenhor Frei Gioachino Domenico Radicati, Bispo d'Alghero. Por procuração, Sua Excelência o Senhor de Sá, Ministro de Sua Majestade Fidelíssima junto da Real Corte de Nápoles, em nome de Suas Majestades o Rei e a Rainha de Portugal.

A 4-VIII-1842, atestou estar inscrito nos livros de assentos baptismas da Igreja Paroquial de Santo Euzébio, em Turim, o Cura, Padre Crosa V. Cfr. o *Livro 1.º do Apontamento dos Nascimentos dos Dignos Pares do Reino e de seus descendentes*, a fls. 6 v.

a 12-X-1850 ⁽¹²⁾. Foi Conde de Sanfré, no Piemonte, 13.º Senhor dos Morgados de Calhariz, Monfalim, Santa Maria dos Olivais e Fonte do Anjo, Alcaide-Mor da Sertã, Comendador de Santa Maria de Belmonte e de São Salvador de Infesta, Moço Fidalgo e Fidalgo Escudeiro da Casa Real, 11.º Capitão Hereditário da Guarda Real dos Archeiros da Companhia Alemã, Marechal de Campo, Conselheiro de Estado Efectivo, Ministro e Secretário de Estado Honorário, Presidente da Câmara dos Dignos Pares do Reino, Enviado Especial e Ministro Plenipotenciário Honorário, Embaixador Extraordinário, Presidente da Junta da Regência na Ilha Terceira (Açores), Sócio Honorário e Vice-Presidente da Academia Real das Ciências de Lisboa, Grã-Cruz da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, Grã-Cruz da Ordem de Carlos III de Espanha, Grã-Cruz da Ordem da Legião de Honra de França, Grã-Cruz da Ordem de Santo Alexandre Newsky da Rússia, Cavaleiro da Insigne Ordem do Tosão de Oiro e Cavaleiro da Ordem Soberana de São João de Jerusalém (Malta). 1.º Conde de Palmela por Decreto de 11-IV-1812 e Carta de 12-VI-1812, 1.º Marquês de Palmela por Decreto de 3-VII-1823 e Carta de 2-X-1823, e 1.º Duque do Faial por Decreto de 4-IV-1833, foi agraciado com o título de Duque de Palmela (em substituição do título anterior) por Decreto de 13-VI-1833 e Carta de 24-X-1835. Com este último título passou à História, nela ocupando lugar de merecido relevo.

Na apreciação imparcial do historiador Dr. António Rodrigues Cavalheiro, Palmela possuiu raras faculdades de inteligência e de habili-

⁽¹²⁾ Pelas 17,30, na freguesia de São Mamede, e no seu palácio da Rua Direita da Fábrica da Seda. Contava sessenta e nove anos e meio. Cfr. o DOCUMENTO N.º 1, onde se declara, *bem expressamente*, que o 1.º Duque de Palmela faleceu viúvo em primeiras núpcias da 1.ª Duquesa Dona Eugénia. Por sua vez, a nota à margem do DOCUMENTO N.º 2 confirma que o estado civil de Palmela antes do seu casamento com aquela senhora era o de solteiro.

dade. Talvez mais à sua acção como diplomata do que à força das armas ficou D. Pedro de Bragança a dever o triunfo sobre o irmão, D. Miguel, a quem a quase totalidade do País dera o mais vibrante apoio ⁽¹³⁾.

Em 1829, Palmela não era ainda Duque, mas apenas Marquês. Contava então quarenta e oito anos de idade. No verão desse ano esteve em Paris; é possível que também tenha estado em Lisboa.

Não casou em Janeiro de 1830, e na Igreja de Notre-Dame de Paris, com Eugénie de Saint-Just, mas a 4-VI-1810, na Ermida do palácio dos Marqueses de Niza, freguesia de São Bartolomeu do Beato, de Lisboa, aos vinte e nove anos, com D. Eugénia Francisca Maria Ana Júlia Felizarda Apolónia Xavier Teles da Gama, que contava doze anos de idade, Dama de S. M. F. a Rainha Senhora D. Maria II, e Dama da Ordem de Santa Isabel Rainha de Portugal ⁽¹⁴⁾.

A Duquesa, que nasceu a 4-I-1798 (na freguesia de São Bartolomeu do Beato, de Lisboa ⁽¹⁵⁾), faleceu, a 20-IV-1848 — e não a 19-III-1844, como pretende «Miss» du Maurier — na freguesia de São Mamede, de Lisboa, no seu palácio da Rua Direita da Fábrica das Sedas ⁽¹⁶⁾. Por feminil pudor e humildade cristã ordenou que os seus restos mortais não fossem embalsamados ⁽¹⁷⁾. O *Livro de Óbitos* respectivo comprova que em Março de 1844 não faleceu nenhuma Eugénia na freguesia de São Mamede.

Após a leitura do assento de óbito da Duquesa D. Eugénia, a cena da morte da Duquesa Eugénie (narrada, pormenorizadamente, por

⁽¹³⁾ Cfr. *Elementos de História de Portugal*, por Alfredo Pimenta, Lisboa, 1934, p. 510.

⁽¹⁴⁾ Cfr. o DOCUMENTO N.º 2.

⁽¹⁵⁾ Cfr. o *Livro 3.º dos Assentos dos Baptismos* da freguesia de São Bartolomeu do Beato, de Lisboa, a fls. 45 v., Arquivo dos Registos Paroquiais, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁽¹⁶⁾ Cfr. DOCUMENTO N.º 3.

⁽¹⁷⁾ Cfr. *Memoria Historica da Excellentissima Duquesa de Palmella, etc.*, por J. B. d'Almeida-Garrett, Lisboa, 1848, p. 34.

Louise, no seu diário — com as frases proferidas pela ex-«demoiselle» de Saint-Just na agonia — e transcrita, «ipsis verbis», por «Miss» du Maurier, a págs. 156 e 158 do meu exemplar), surge-nos como paradigma de mistificação, que seria burlesca se não fosse macabra.

Num artigo necrológico intitulado *A Duquesa de Palmella morreu!*, o *Diário do Governo* n.º 97, Lisboa, 3.ª feira 25-IV-1848, proclama: «*Como Esposa, e como Mãe, foi um modelo inexcelável, raro de igualar; mas em virtudes que a natureza menos prescreve, e auxilia, excedeu quanto é dado conceber!*»

Nem sequer está certa a referência ao grandioso mausoléu palmeliano. Concluído em 1849 (ano inscrito na frontaria), só então ali foi sepultada a Duquesa D. Eugénia, que faleceu em 1848 e ficou provisoriamente em depósito na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação. A 19-III-1844, data da morte de Eugénie de Saint-Just, o Duque ainda não havia comprado o terreno a Henrique Manuel de Moraes de Mesquita Pimentel! A escritura, que existe no Arquivo da Casa Palmela, foi lavrada a 4-IX-1845.

A pincelada cenográfica, e convencionalmente medonha, da negrura de um jazigo... inexistente, é outro dos artificios a que «Miss» du Maurier recorreu para trazer à luz da ribalta literária a sua peça de magna fantasia histórica.

No jazigo, a «*petite Eugénie, Duchesse de Palmella*», nunca poderia ter ficado rodeada de todos os Duques já falecidos, e de gerações esquecidas de Palmelas, pela razão muito simples de que ela e o marido foram os 1.ºs Duques e os 1.ºs Palmelas da família.

«*Trifles, light as air*», talvez a novelista chame, indulgentemente, a estes deslises, citando Shakespeare em proveito próprio.

D. Eugénia era filha segunda dos nobilíssimos 7.ºs Marqueses de Niza, 11.ºs Condes da Vidigueira e 7.ºs Condes de Unhão, D. Domingos Xavier de Lima, e D. Eugénia Maria Josefa Xavier Teles de Castro da Gama Ataíde de Noronha Silveira e Sousa. A única afinidade entre

ela e Eugénie de Saint-Just, é, além da origem nobre, o nome recebido na pia baptismal.

Quanto ao primeiro rebento do matrimónio dos 1.^{os} Duques de Palmela, não foi uma filha, mas um filho. Chamou-se D. Alexandre, e nasceu, no mês de Março de 1812, em Cádiz, e não no de Outubro de 1830, em Lisboa, como afirma Daphne du Maurier.

Nenhum dos restantes filhos dos 1.^{os} Duques de Palmela nasceu em Lisboa, no dito mês de Outubro de 1830. Só D. Pedro, décimo segundo filho por ordem de nascimento, veio ao mundo naquele ano. Mas o feliz successo teve lugar em Paris, em vez de Lisboa, a 8 de Janeiro, e não em Outubro.

A *Chronica Constitucional de Lisboa*, sempre tagarela ao descrever, dia a dia, os acontecimentos de maior vulto ocorridos no País, não assinala qualquer «*grande procissão*» nas ruas lisboetas, a 15-IX-1833. Mas no seu n.º 52, de 3.^a feira 24-IX-1833, a páginas 273 e 274, relata — com grande cópia de pormenores — a recepção grandiosa da Rainha D. Maria II, que teve lugar na véspera.

Logo de manhã, Sua Majestade Imperial o Duque de Bragança dirigiu-se para bordo do vapor britânico *Soho*, surto no Tejo. Pouco depois, Suas Majestades Fidelíssimas e Imperiais desembarcaram e foram de galeota, pelo rio, até ao Terreiro do Paço. No Cais das Colunas, a Municipalidade apresentou-lhes cumprimentos. O Presidente da Comissão Municipal, Conde de Porto Santo, dirigiu-lhes discursos de homenagem e boas-vindas e ofereceu à Rainha as chaves da cidade. Sua Majestade Imperial o Duque de Bragança respondeu em nome de Sua Augusta Filha, e Sua Majestade Imperial a Duquesa de Bragança também respondeu, mas em seu nome pessoal.

D. Pedro, D. Maria e D. Amélia encaminharam-se, então, para uma «*Magnífica Barraca*» armada entre o cais e a estátua equestre. Uma vez ali, o Tenente-General Conde de Saldanha foi apresentado à Rainha, e logo despachado Marechal do Exército.

Do pavilhão, Suas Majestades, precedidas de autoridades militares e civis, designadamente Reis de Armas, Arautos e Passavantes — a cavallo — seguiram entre alas da Guarda Real dos Archeiros, num coche de gala puxado a oito ginetes, ricamente ajaezados, pelas Ruas Augusta, dos Retrozeiros, e da Madalena, até à Igreja Patriarcal da Basílica de Santa Maria Maior da Assunção, ou Sé, onde foram recebidas pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, dignidades e eclesiásticos. Ali assistiram a um solene «Te Deum» e receberam a bênção do Santíssimo Sacramento, oficiando sempre o venerando Prelado.

Terminadas essas solenidades, Suas Majestades saíram do templo, e, «*no meio de nunca d'antes visto concurso de Povo*», regressaram, pelo mesmo caminho, à Rua Augusta, que percorreram até à Praça do Rocio. Rodeando esta, foram, depois, pela Rua Áurea, até à Rua do Arsenal e, de aí, até ao Real Paço das Necessidades, «*nunca interrompidos os Vivas, nem os outros espontaneos signaes de cordeal satisfação e prazer*».

Uma vez no Paço, deram audiência ao Cardeal Patriarca de Lisboa, ao Duque da Terceira, a grande número de oficiais generais e oficiais superiores do Exército e da Armada, e a outras pessoas distintas.

Terá sido a estas cerimónias imponentes que Louise du Maurier chamou «*grande procissão*»? O seu programa minucioso foi publicado pela Mordomia Mor da Casa Real, na *Chronica Constitucional*, n.º 45, de 2.ª feira 16-IX-1833, a páginas 235 e 236.

Palmela não foi Embaixador de Portugal na Bélgica desde Junho de 1834 até Outubro de 1838, pois de 24-IX-1834 a 28-IV-1835 presidiu ao primeiro ministério do reinado de D. Maria II, e ainda em 1835 foi Ministro dos Negócios Estrangeiros no ministério constituído por Saldanha, a 27 de Maio. A 9-IV-1836, data da chegada a Lisboa do futuro Rei D. Fernando II, já Palmela não era Ministro da Rainha. Nessa altura, uma grave doença e a consequente convalescença retiveram-no em casa por mais de três meses. Quando da Revolução de Setembro de 1836,

Palmela estava em Lisboa, tendo emigrado, em seguida, para Inglaterra, e depois para França.

Por outro lado, o Encarregado de Negócios e Cônsul Geral (não Embaixador) de Portugal na Bélgica, desde 14-II-1834 até 7-XI-1835, foi Garrett⁽¹⁸⁾, a quem sucedeu o valido D. Luís Maria da Câmara, sobrinho de D. Leonor da Câmara, Marquesa de Ponta Delgada e preceptora da Rainha D. Maria II⁽¹⁹⁾.

Que Louis Mathurin não secretariou Palmela em Bruxelas, já nós sabemos perfeitamente. E que também não foi secretário de Garrett, é o próprio poeta quem no-lo afirma, ao lamentar-se, num ofício expedido da capital belga: «*Não dou de jantar, ando a pé, sou o meu proprio secretario, em muitas coisas o meu proprio creado*»⁽²⁰⁾.

A referência ao ar «*húmido e insalubre*» de Portugal não merece reparos. «No comments, Miss du Maurier».

À 1.^a Duquesa de Palmela não nasceu filho algum no ano de 1844. E a ilustre Senhora, conforme já provei, não faleceu a 19 de Março daquele ano, mas a 20-IV-1848, quinta-feira de Endoenças.

Segundo me declara categoricamente o actual Duque de Palmela, a 1.^a Duquesa morreu sem testamento, e não deixou qualquer lembrança a alguém que se chamasse Louise du Maurier.

Os quinze filhos dos 1.^{os} Duques de Palmela, por ordem de nascimento, foram:

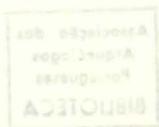
- 1.º — *D. Alexandre Domingos António Maria Bento Raimundo de Sousa e Holstein*, que nasceu em Cádiz, 1812, e faleceu na Ilha de São

⁽¹⁸⁾ Cfr. *Garrett Diplomata*, por Henrique Ferreira Lima, Gaia, 1932, p. 15 e 38. Coincidência notável: partiu, de facto, para a Bélgica em Junho de 1834 (no dia 27), a bordo do vapor *Royal Tar*, um diplomata português. Mas não foi Palmela, foi Garrett (*obr. cit.*, p. 19).

⁽¹⁹⁾ *Obr. cit.*, p. 28.

⁽²⁰⁾ *Obr. cit.*, p. 20.

- Miguel, Açores, 1832; foi o 1.º Conde de Calhariz, por Decreto de 3-VII-1823, e Carta de 2-X-1823.
- 2.º — *D. Eugénia Maria Antónia Domingas Francisca José Colecta de Sousa e Holstein*, que nasceu em Lisboa, 1813, e faleceu em Lisboa; foi Marquesa das Minas, pelo seu casamento.
- 3.º — *D. Isabel Leopoldina Eugénia Antónia Domingas Martinha José Francisco de Sousa e Holstein*, que nasceu em Lisboa, 1816, e faleceu em Lisboa, 1817.
- 4.º — *D. Domingos António Maria Pedro de Sousa e Holstein*, que nasceu em Londres, 1818, e faleceu em Lisboa, 1864; foi o 1.º Marquês do Faial, de juro e herdade, por Decreto de 1-XII-1834 e Carta de 24-X-1835, e o 2.º Duque de Palmela.
- 5.º — *D. Manuel Vicente Maria António Domingos Francisco de Sousa e Holstein*, que nasceu em Londres, 1819, e faleceu em Lisboa, 1837.
- 6.º — *D. Maria Ana da Anunciação Josefa Francisco de Assis de Sales Xavier Antónia Domingas de Sousa e Holstein*, que nasceu em Lisboa, 1821, e faleceu em Lisboa, 1844; foi Marquesa de Terena, pelo seu casamento. A ela me hei-de referir adiante, com mais pormenor, pelo seu interesse dumaauriano.
- 7.º — *D. Maria José de Sousa e Holstein*, que nasceu em Belém (Lisboa), 1822, e faleceu em 1834.
- 8.º — *D. Tereza Maria da Conceição Antónia Domingas José de Sousa e Holstein*, que nasceu em Lisboa, 1823, e faleceu em 1865; foi Condessa das Alcáçovas, pelo seu casamento.
- 9.º — *D. Rodrigo Maria José da Conceição da Rocha António Domingos Francisco de Santa Luzia de Sousa e Holstein*, que nasceu em Lisboa, 1824, e faleceu em Lisboa, 1840; foi Marquês Honorário.
- 10.º — *D. Catarina Maria da Assunção Antónia Francisca Domingas Josefa de Sousa e Holstein*, que nasceu em Londres, 1826, e faleceu em Cascais, 1885; foi Condessa das Galveias, pelo seu casamento.



- 11.º — *D. Ana Rosa do Santíssimo Sacramento de Sousa e Holstein*, que nasceu em Londres, 1828, e faleceu em Lisboa, 1864.
- 12.º — *D. Pedro Maria de Sousa e Holstein*, que nasceu, e faleceu, em Paris, 1830.
- 13.º — *D. Francisco de Borja Pedro Maria António de Sousa e Holstein*, que nasceu em Paris, 1838, e faleceu em Carnide, 1878; foi o 1.º Marquês de Sousa e Holstein, por Decreto de 3-IX-1855.
- 14.º — *D. Tomás de Sousa e Holstein Beck*, que nasceu em Lisboa, 1839, e faleceu em 1887; foi o 1.º Marquês de Sesimbra, por Decreto de 3-II-1864.
- 15.º — *D. Filipe Maria José Pedro Estêvão João Evangelista Francisco de Sales Xavier de Assis de Borja de Paula de Sousa e Holstein*, que nasceu em Lisboa, 1841, e faleceu na Ilha da Madeira, 1884; foi Marquês Honorário, por Decreto de 8-VIII-1860, e 1.º Marquês de Monfelim, por Decreto de 9-VIII-1861.

Como se verifica pelo exame desta relação, e contrariamente ao que afirma Daphne du Maurier, nenhum dos filhos varões da 1.ª Duquesa de Palmela faleceu pouco após a morte da mãe, ocorrida em 1848. Os filhos que faleceram mais próximo foram D. Domingos e D. Ana, dezasseis anos depois, em 1864.

Estou plenamente convencido de que Eugénie de Saint-Just nunca existiu, e, portanto, de que não deixou descendentes vivendo no seio da nossa alta sociedade.

Relativamente aos du Maurier, o actual Duque de Palmela, D. Domingos, proprietário esclarecido do precioso arquivo da Casa, garante-me que apenas conhece daquela família anglo-francesa o nome e as obras da escritora que em tão fantásticos alicerces pretendeu assentar a crónica da sua grei.

Quem terão sido, na vida real, as figuras que — de certo modo — enformaram as personagens de Eugénie de Saint-Just, e de seu último filho?

O palpite feliz é a «bonne fortune» do investigador. Um palpite feliz me levou a procurá-las no círculo familiar dos 1.^{os} Duques de Palmela. Ali deparei com sua filha (n.º 6) D. Maria Ana, e com o filho desta, José Maria Pedro Francisco de Assis Paula Sales Borgia Roger Bernardo Benedita Rafael Raimundo Filomena Sancha Luís Gonzaga Estalishau Rostela Simão da Rocha — que assim é chamado no respectivo assento de baptismo. Ou me engano muito, ou foram eles os inspiradores da fantasia de «Miss» du Maurier.

Com efeito, D. Maria Ana, nasceu, em Lisboa, a 25-III-1821, casou em França, numa Igreja de São Filipe de Néri, a 10-IX-1838, com o 2.º Marquês de Terena (Luiz Brandão de Melo Cogominho Correia de Sá Pereira de Lacerda e Figueiroa), e faleceu nova, em Lisboa, a 20-III-1844, na freguesia de São Mamede, deixando dois filhos menores: D. Eugénia Maria Filomena Brandão de Melo Cogominho Correia de Sá Pereira do Lago Bezêrra e Figueiroa, que nasceu no ano de 1841, e veio a ser 3.^a Marquesa de Terena; e José Maria, que nasceu, na dita freguesia de São Mamede, a 13-III-1844, e morreu menino.

«Miss» du Maurier afirma que Eugénie, tendo casado em Paris, faleceu nova, a 19-III-1844, presume-se que na freguesia de São Mamede; e mais declara que ela deu à luz uma filha, em 1830, e que o filho, nascido a 13-III-1844, não lhe sobreviveu muito tempo.

As coincidências são flagrantes, e, para mim, convincentes. Os cépticos poderão verificá-las no assento de óbito de D. Maria Ana (*Livro 4.º de Óbitos* da freguesia de São Mamede, de Lisboa, a fls. 80, na 7.^a Conservatória do Registo Civil de Lisboa), e no de baptismo de José Maria

(Livro 6.º de Baptizados da freguesia de São Mamede, de Lisboa, a fls. 322, no Arquivo de Registos Paroquiais, Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

*

Antes de terminar, seja-me permitido sugerir à novelista que refunda inteiramente a obra instigadora destes reparos, e a limpe das fantasias, erros, e deturpações de que está repleta, transformando-a num trabalho digno de fé, no âmbito da pequena história e da genealogia. Mas se não quizer proceder a essa faina exaustiva e meritória, então limite-se a retirar o ténue «camouflage» de seriedade com que — um tanto ingenuamente — julgou valorizar a obra, e apresente-a como ela, em essência, é: um trabalho de ficção, curioso, glosando as origens e a ascensão, os anseios, as grandezas e as misérias da, por mais de um título, notável família du Maurier.

Ao público, e a si própria, a escritora deve uma reparação.

E já agora, para concluir com fleuma inglesa estes reparos feitos com sinceridade portuguesa, «no bad feelings, I trust».

DOCUMENTO N.º 1

(Transcrição diplomática)

«Aos doze de Outubro de mil e oito centos e cincoenta, nesta Parochial de S. Mamede, e no seu Palacio na rua direita da Fabrica da seda, pelas cinco horas e meia da tarde, falleceu, com todos os Sacramentos, o Excellentissimo Dom Pedro de Souza Holstein, primeiro Duque, primeiro Marquez, e primeiro Conde de Palmella, Conde de Sanfré, no Piemonte, decimo terceiro Senhor dos Morgados de Calhariz, Monfalim, Fonte do Anjo, e outros, Conselheiro de Estado, Presidente da Camara dos Dignos Pares do Reino, e Ministro de Estado Honorario, Capitão da Guarda Real dos Archeiros, Vice Presidente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Grão Cruz das Ordens de Christo e Torre e Espada; Cavalleiro de Malta, da insigne ordem do Tosão de Ouro, e Grão Cruz das de Carlos terceiro em Hespanha, da Legião de Honra em França, e de Santo Alexandre de Neuski na Russia; foi casado, e era viuvo — em primeiras nupcias, com a Excellentissima Duquesa de Palmella

Dona Eugenia Francisca de Assiz Xavier Telles da Gama, de cujo matrimonio lhe ficarão oito filhos, tres dos quaes são menores. Não fez testamento. Seu cadaver foi enbalsamado, e fechado em caixão de chumbo, estando eu presente, e foi conduzido por mim á Igreja da Encarnação aonde se lhe fizeram todos os officios, depois dos quaes o acompanhei ao Jazigo de sua familia, no cemiterio dos Praseres, no dia quinze dos mesmos mez e anno. Parochial de S. Mamede de Lisboa era ut supra. O Prior Luiz Augusto Teixeira Neto de Mello e Vasconcellos.»

A margem:

«Ex.^{mo} Duque de Palmella D. Pedro de Souza Holstein, V.^o da Ex.^{ma} Duqueza do mesmo Titulo.»

Cfr. Livro 4.^o de Óbitos da freguesia de São Mamede, de Lisboa, a fls. 115 e 115 v., na 7.^a Conservatória do Registo Civil, de Lisboa.

DOCUMENTO N.^o 2

(Transcrição diplomática)

«Em quatro de Junho de mil, oito centos, e dez de tarde na Ermida do Palacio da Ex.^{ma} Marquessa de Niza, no destrito desta Freguezia, em virtude de hũa Concessão do Ex.^{mo} Senhor Bispo Patriarcha Eleito, e Vigario Capitular, pela qual auctoriza ao Ex.^{mo} Principal Silva para que na mesma, e na minha presença, e das Testemunhas abaixo assignadas os Ex.^{mos} Fernando Telles da Silva, Dom Luis de Sousa Coutinho, Conde d'Alva, possa assestir a este Matrimonio, dispençando igualmente os proclamas da naturalidade, e da auzencia em Hespanha ao Ex.^{mo} Contrahente, e o lapso do tempo; e promptos os mais papeis do estillo, que ficão no Cartorio desta Igreja com hũa Alvará do Principe Regente meu Senhor, pelo qual há por bem approvar, e conceder licença para este Casamento, se receberão por marido, e mulher com palavras de presente na forma que ordena o Concilio Tridentino, e Constituições deste Patriarchado os Ex.^{mos} Dom Pedro Maria de Sousa, e Holestem, filho legitimo dos Ex.^{mos} Dom Alexandre de Sousa, e Holestem, e Donna Izabel Julianna de Sousa Coutinho, já falecidos, natural, e baptizado na Freguezia de Santo Eusebio de Turim, e morador na de São Pedro em Alcantra desta Corte, onde cumpriu os preceitos Quaresmaes os annos do estillo, e Dona Eugenia Francisca Maria Anna Julia Felizarda Appollonia Xavier Telles, filha legitima dos Ex.^{mos} Marquezes de Niza Dom Domingos de Lima, já falecido, e Donna Eugenia Xavier Telles, natural, baptizada, e moradora nesta Freguezia de São Bartholomeu de Lisboa, onde cumpriu os preceitos Quaresmaes, os annos do estillo, e para constar fis este assento, que todos os mencionados supra assignamos, dia, mez e anno, ut supra.»

O Par.^o Ant.^o Joze da Fonca Barros
Principal Silva
Fernando Telles da Silva
D. Luis de Souza Coutinho Conde d'Alva»

A margem:

«Ex.^{mos} D. Pedro M.^a com D. Eugénia

S.^{as}»

Repare-se no curioso aportuguesamento do apelido germânico Holstein em Holestem.

Cfr. Livro 3.^o de Casamentos da freguesia de São Bartolomeu do Beato, de Lisboa, a fls. 106, no Arquivo dos Registos Paroquiais, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Numa certidão existente no Arquivo da Casa Palmela, passada, a 18-XII-1845, pelo Padre António da Soledade Estevéns, Prior Colado na dita freguesia de São Bartolomeu do Beato, e da qual possui fotocópia (amavelmente oferecida pelo actual Duque), há um averbamento que diz ter essa certidão sido registada no Livro 1.^o dos Assentamentos dos cazamentos dos Dignos Pares e seus descendentes, a fls. 1, e sob o N.^o 1. O averbamento foi feito na Secretaria da Câmara dos Dignos Pares do Reino, a 23-III-1846, por Diogo Augusto de Castro Constancio, «Off.^{al} M.^{or} e Director». O sinal do Padre Estevéns foi reconhecido, no próprio dia 18-XII-1845, pelo Notário António Simão de Noronha.

A título de mera curiosidade, consultei o Secretário do Arcebispado de Paris, Monsenhor A. Dubois, sobre se no livro de assentos de casamentos da freguesia de Notre-Dame, referente ao ano de 1830, haveria qualquer registo em que figurasse o nome de Eugénie de Saint-Just. Foi-me respondido (por carta de 6-VII-1965): «*nous archives de cette paroisse sont postérieures à cette date. Il n'est donc pas possible malheu-*

reusement de vous donner satisfaction.» Caso existisse, nunca poderia ser o do seu casamento com Palmela, pois o Duque só casou uma vez, e com D. Eugénia Teles da Gama — como ficou exuberantemente provado.

DOCUMENTO N.º 3

(Transcrição diplomática)

«No dia vinte de Abril de mil oito centos quarenta e oito, nesta Parochial de S. Mamede, às seis horas da tarde, falleceu com todos os Sacramentos a Ex.^{ma} Duqueza de Palmella D. Eugenia Francisca Maria Anna Julia Felizarda Apolonia Xavier Telles da Gama, de idade de tres mezes e dezesseis dias, digo, de idade de cincoenta annos tres mezes e dezesseis dias, Cazada com o Ex.^{mo} Duque de Palmella D. Pedro de Souza Holstein, moradora no seu Palacio na Rua Direita da Fabrica das Sedas, forão recebidos na freguezia de S. Bartholomeu desta Cidade, ficarão-lhe sette filhos, digo oito filhos, foi depositada na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, e trasladada para o Jazigo da Caza no Cemiterio dos Prazeres. De que fiz este Assento que assignei. Declaro que lhe ficarão oito filhos.

O Prior Antonio Teixeira Salgueiro.»

A margem:

«Ex.^{ma} D. Eugenia, Duqueza de Palmella, Caz.^{da} com o Ex.^{mo} Duque de Palmella.»

Cfr. Livro 4.º de Óbitos da freguesia de São Mamede, de Lisboa, a fls. 101 v., na 7.ª Conservatória do Registo Civil, de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

A

- ALBANO DA SILVEIRA PINTO E VISCONDE DE SANCHES DE BAENA, *Resenha das Familias Titulares e Grandes de Portugal*, Lisboa, 1883.
- ALFREDO PIMENTA, *Elementos de História de Portugal*, Lisboa, 1934.
- Annuario Portuguez Historico Biographico e Diplomatico*, Lisboa, 1855.
- ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Armaria Portuguesa*, Lisboa, 1908.
- Arquivo da Ex.^{ma} Casa Palmela.*
- Arquivo da freguesia de Notre-Dame*, do Arcebispado de Paris.
- Arquivo dos Registos Paroquiais*, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Arquivo Geral e Biblioteca*, do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

C

Chronica Constitucional de Lisboa n.º 45, de 2.ª-feira 16-IX-1833, e n.º 52, de 3.ª-feira 24-IX-1833.

D

DAPHNE DU MAURIER, *Les du Maurier*, Paris, 1948; *The Glass-Blowers*, Harmondsworth, 1966.

Diario do Governo, n.º 97, Lisboa, 3.ª-feira 25-IV-1848.

DOMINGOS DE ARAUJO AFFONSO E RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ, *Livro de Oiro da Nobreza*, Braga, 1932.

H

HENRIQUE FERREIRA LIMA, *Garrett Diplomata*, Gaia, 1932.

J

J. B. D'ALMEIDA-GARRETT, *Memoria Historica da Excellentissima Duqueza de Palmella D. Eugenia Francisca Xavier Telles da Gama*, Lisboa, 1848.

JOAO CARLOS FEO CARDOZO DE CASTELLO BRANCO E TORRES E VISCONDE DE SANCHES DE BAENA, *Memorias Historico-Genealogicas dos Duques Portuguezes*, Lisboa, 1883.

L

LUIZ TEIXEIRA DE SAMPAYO, *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Coimbra, 1926.

M

MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO, *Vida do Duque de Palmella D. Pedro de Souza e Holstein*, Lisboa, 1898.

N

Nobreza de Portugal, Lisboa, 1960.



R

ROSCOE MONGAN, B. A., *The Oxford & Cambridge English History*, Londres, s. d.

S

Sequestros e Heranças Jacentes — 1830, em Cartórios Avulsos, no Arquivo do Tribunal de Contas.

Sétima Conservatória do Registo Civil, de Lisboa.

FINIS LAVS DEO

PARA A HISTÓRIA DE OEIRAS

Notas epigráficas

pelo

sócio efectivo

Rogério de Figueiroa Rego

PARA A HISTÓRIA DE OEIRAS

Notas epigráficas

AS inscrições cuja leitura damos seguidamente, já foram publicadas in-*Revista de Arqueologia*, Vol. III, a primeira pelo seu ilustre director e eminente epigrafista Senhor José Maria Cordeiro de Sousa e a outra por seu pai o grande polígrafo Luciano Cordeiro, mas em condições que se nos afigura necessária a sua revisão e comento; acresce a circunstância de não ter sido dada a versão das mesmas.

I

D. O. M.

ET DIVE EJUS PARAENTI IN SUAE PURIFICATIONIS VE
NERATIONEM REGNATE IN LUSITANIA JOANNE V
AUGUSTO PIO FELICI ULYSSIPONE ECCLESIAE MODERA
TE THOMA I. PATRIARCHA S. R. E. CARDINALI CURAM
OPERIS HABENTE ANTONIO REBELLO DE ANDRADE
CHRISTI MILITIAE EQUITE HOC TEMPLO EREXIT ET DE
DICAVIT UNIVERSUS POPULUS OEIRENSIS ANNO
DOMINI M.DCC.XL.IV

Caracteres capitais romanos. Encontra-se na fachada da igreja matriz, «que é das mais amplas e formosas dos arredores de Lisboa. É mesmo um interessante exemplar architectónico» (1).

É evidente que a legenda está errada, ou por insuficiente conhecimento da língua do Lácio, de quem quer que a redigiu, ou por lapso do artista que a gravou. Aquele «*divus ejus paraenti*» não pode deixar de ser «*divae ejus parenti*»: *divus*, a , um — divino; e «*parens, tis*» — pai, mãe. O «*ecclesiae*» deve estar no acusativo: *ecclesiam*.

Esta inscrição, pois, em linguagem vulgar deve ler-se: «No ano do Senhor de 1744, reinando na Lusitania o Augusto, Pio e Feliz D. João V, governando a Igreja em Lisboa Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal Patriarca D. Tomás I e tendo dirigido as obras António Rebelo de Andrade, cavaleiro da Ordem de Cristo, foi este Templo erigido e dedicado por todo o povo de Oeiras, a Deus Omnipotente e Misericordioso e a sua Divina Mãe em homenagem à sua Purificação».

II

ANTONIO REBELLO ANDRADIO
EQUITI ORDINIS CHRISTI
PRAEFECTO AERARI
BULLAE CRUCIATAE
QUOD CONDENDO HUIC TEMPLO
MULTAM PECUNIAM
ORNANDO MULTAM SUPELLECTILEM
DE SUO CONTULIT
CONJUGI DULCISSIMO
UXOR MAESTISSIMA

(1) Luciano Cordeiro, *loc. cit.*

FRANCISCA ASSISIA SEXIA

FECIT ET SIBI ET FILIIS

POSTERISQUE EORUM

AN. M.DCC.LXV

Também aqui há alguns erros de construção e de escrita, designadamente aquele *maestissima* — vocábulo que não existe — e deve ler-se *moestissima*, de *moestus*, *a um* — triste, desolado.

Teremos, então, em vulgar: «*A seu querido marido António Rebelo de Andrade, cavaleiro da Ordem de Cristo, administrador do erário da Bula da Santa Cruzada, por isso que, para a fabrica deste Templo contribuiu de seu bolso com muito dinheiro e muitas alfaias, sua desoladíssima mulher Francisca de Assis e Seixas, fez este para si, para seus filhos e seus vindouros no ano de 1765*».

Vale a pena dizer alguma coisa da personagem citada nestas duas inscrições, pois se trata de um dos mais ilustres filhos desta terra; certamente aquele que, depois do célebre ministro de D. José, mais serviços lhe prestou. Era bem digna a sua memória de ter a consagração pública do seu nome num dos novos arruamentos da progressiva vila. À consideração dos oeirenses, designadamente à sua ilustre edilidade, pomos esta desinteressada sugestão, convencidos de que ela não será despreciada.

António Rebelo de Andrade, além de cavaleiro da Ordem de Cristo e de administrador do tesouro da Bula da Santa Cruzada, foi Meirinho do Santo Ofício, na Inquisição de Lisboa, como já o havia sido seu pai.

Faleceu em Lisboa, na freguesia de Santa Isabel, onde morava ao tempo, tendo vindo a sepultar na Igreja de Oeiras, aos 21 de Setembro

de 1763, como se vê do Livro dos Óbitos dos anos de 1740 a 1763, a fls. 118 verso, no assento seguinte:

«Aos vinte, e hũ dias do mes de Setembro de mil, sete centos sessenta, e tres veio a depositar nesta Parochial Igreja de N. Sr.^a da Purificação da Villa de Oeiras, o corpo de Antonio Rebello de Andrade, casado com D. Francisca de Assis, e Seyxas, morador na freguezia de S.^{ta} Isabel da Cidade de Lisboa, e no dia vinte, e dois do dito mes se sepultou na cova da parte do Evangelho, que está na entrada da Capella mor, de que fis este assento dia ut supra. O par.^{co} Franc.^{co} dos S.^{tos} Pra.^a».

Sua mulher D. Francisca de Assis e Seixas, a quem o Santo Officio fez inquirições de limpeza de sangue, como consta do *Maço 1, Diligencia 1392*, era natural da vila da Batalha e filha de João de Seixas Cerqueira e de sua mulher D. Joana Tomásia de Vargas e irmã inteira de D. Maria Inácia de Seixas, mulher de João Eufrásio de Figueiroa, que foi também Familiar do Santo Officio e muito dado aos estudos genealógicos.

António Rebelo de Andrade era filho de João Rebelo de Andrade e de sua mulher D. Paula da Mata Henriques, filha legítima do capitão Luís Nunes da Mata e de D. Isabel Henriques de Pedrosa, moradores na vila de Oeiras.

João Rebelo de Andrade, como atrás dissemos, foi Meirinho da Inquisição de Lisboa e por este facto o Santo Officio tirou informação da limpeza de sangue e costumes de sua mulher D. Paula, como se colhe do respectivo processo, *Maço 29, Dilig. 711*.

Rebelo de Andrade possuía grandes bens vinculados na vila de Oeiras, entre eles a quinta e palácio ao de trás da Igreja paroquial, com capela anexa, da invocação de Nossa Senhora do Egipto. Da quinta e da capela nada hoje resta. No palácio onde, curiosa coincidência,



Igreja matriz de Oeiras.

viveu durante anos o ilustre architecto e nosso querido amigo Senhor Guilherme Rebelo de Andrade, que julgo nada tem com a família do seu fundador, estão actualmente instalados vários serviços.

Esta quinta e palácio onde se admiravam belos azulejos policromos do século XVIII, foi comprada, há muitos anos já, pelo Dr. Francisco Pinto Coelho, que foi presidente da Câmara Municipal, se não estamos em erro, e a quem a vila ficou devendo muitos melhoramentos. Passou depois à posse de Álvaro António dos Santos, rico comerciante e proprietário, benfeitor de quase todas as instituições locais de beneficência, designadamente da Casa da Misericórdia, de que foi um dos fundadores, o qual apeou a capela e vendeu a quinta em talhões, dando assim origem ao actual Bairro do Egipto. O palácio ainda hoje pertence aos seus herdeiros. Logo após a sua morte, a Câmara Municipal, por nossa sugestão, deu o seu nome a um dos arruamentos da vila.

Da família de António Rebelo de Andrade, não existe, presentemente, ninguém na vila de Oeiras, sua terra natal, em cuja matriz, que com tanto carinho e devoção ajudou a erigir, se mandou sepultar.

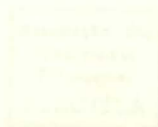
António Rebelo de Andrade e sua mulher D. Francisca de Assis e Seixas, também possuíam avultados bens de raiz, no concelho da Chamusca, cujo casco era a *quinta do Arrepiado*, que instituíram em vínculo por escrituras de 3 de Fevereiro e 12 de Março de 1757 — *Vinculos Portugueses*, por Alfredo Pimenta, Coimbra, 1932, pág. 63.

A GRANDE IMPORTÂNCIA DOS PÓLENS NO ESTUDO DA PRÉ-HISTÓRIA

pelo

sócio correspondente

Octávio da Veiga Ferreira



A GRANDE IMPORTÂNCIA DOS PÓLENS NO ESTUDO DA PRÉ-HISTÓRIA

A medida que a investigação científica se desenvolve, a ciência pré-histórica é cada vez mais complexa.

Longe vão os tempos em que o arqueólogo, o amador da arqueologia ou o das velharias do passado, se contentava em recolher, de qualquer modo, o que haviam deixado os nossos antepassados, quer em locais de *habitat*, quer em locais onde piedosamente depositavam os seus mortos.

Não é admissível, hoje, fazer-se uma exploração arqueológica conveniente sem, além das técnicas empregadas na própria escavação, que demanda a autoridade de especialistas e não de meros amadores, recolher o material necessário para diversas análises que, uma vez feitas, virão trazer o seu concurso, por vezes decisivo, à determinação da cronologia da jazida explorada.

Ultimamente, pelo menos nos países de mais recursos, passou-se a colher, com o máximo cuidado, em cada escavação pré-histórica, o material necessário para a pesquisa de pólenes. Os resultados, como procuraremos demonstrar nesta simples nota, têm sido extraordinários.

Graças às análises dos pólenes fósseis é hoje possível, por exemplo, reconstituir seguramente a vegetação e o clima da longínqua pré-história. Parece mentira como esta espécie de poeira de flores frágeis

pôde conservar-se, ser reconhecida e determinada, milhares de anos depois da morte dessas singelas flores!!!

Há uma explicação para o facto de os minúsculos grãos de pólen terem vindo até nós: a enorme abundância da produção de pólen. Tem-se, por exemplo, contado sobre um estame de freixo 12 500 grãos de pólen; para o castanheiro 42 000. Para certas coníferas chega-se a atingir 1 480 000 grãos, como no caso do pinheiro negro.

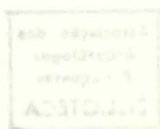
Chega, portanto, ao solo uma verdadeira chuva de pólen cuja espessura de sedimentação, se assim se pode chamar, é susceptível de ser calculada.

Seja qual for o resultado desta chuva de pólen podemos afirmar que, nos estudos actuais, ela constitui uma dádiva da natureza para a arqueologia pré-histórica.

Muito embora o pólen, como toda a matéria viva que cai ao solo, acabe por ser integrada nele, esta produção maciça de pólen permite, ao fim e ao cabo, a sua conservação. Além da resistência extraordinária dos grãos microscópicos de pólen, um meio muito pobre em oxigénio e ao abrigo da luz, confere-lhe todas as probabilidades de uma boa fossilização. É por isso que as vasas lacustres, os lignitos e os carvões são ricos em pólen. Pode-se também encontrar com facilidade nas argilas, em certos xistos de grão muito fino, nas margas, e nos calcários margosos. Podem-se, ainda, conservar, perfeitamente, em solos húmidos, como nos abrigos sob rocha e nas grutas.

De entre todas as matérias de origem vegetal é o pólen que, de longe, melhor se conserva. Vamos a ver porquê.

As análises químicas mostram que os pólenes têm substâncias irreductíveis. Uma delas, a mais importante, chama-se *sporonine* ou *sporopollenine*. Esta substância é formada por um conjunto de elementos químicos muito polimerizados, agrupados em unidades cuja fórmula bruta seria $C_{90}H_{29}O_{12}(OH)_{15}$. Estas unidades estariam unidas por grupos de cerca de 50. São estes grupos que formam os grânulos



visíveis ao microscópico electrónico e que constituem as camadas de *exina*. Sabendo-se que estes elementos apresentam, quase sempre, uma estrutura lamelar concêntrica compreende-se melhor a extraordinária capacidade de conservação dos esporos e dos pólen.

Na verdade, o que constituiu um quebra cabeças para os químicos, tornou-se providencial para o arqueólogo e, particularmente, para o palinologista especializado na investigação pré-histórica.

Para se aquilatar da resistência extraordinária dos grãos de pólen basta ver que tratados com ácidos clorídrico ou fluorídrico, todos os compostos que acompanham os pólen são atacados ou dissolvidos, mas os grãos de pólen ficam intactos.

É, de facto, extraordinário que passados milhares de anos estes pequenos grânulos dêem indicação do grupo vegetal a que pertenceram.

Muito embora, hoje, para os pólen actuais haja uma classificação bastante segura e determinada, o mesmo não sucede para os pólen pré-históricos.

Apesar da sua resistência ao tempo e ao meio, causas desconhecidas podem deteriorar os grãos de pólen e então as determinações tornam-se difíceis e, por vezes, até impossíveis.

M.^{me} Leroi-Gourhan, a grande especialista deste género de estudos, declara que muitas vezes é possível a determinação dos géneros e outras até a determinação das espécies.

Tem de fazer-se uma colheita muito cuidadosa para se poder determinar, pelo estudo dos pólen, uma dada época. Suponhamos que se quer apreciar uma dada paisagem vegetal numa determinada época pré-histórica. Faremos uma amostragem nível por nível. Isto permite, depois das análises polínicas, estabelecer um diagrama do conjunto do local arqueológico explorado, ver como evoluiu, no tempo, a representação dos diferentes grupos vegetais e se, do nível I ao nível II, por exemplo, houve aumento ou diminuição de árvores em relação às ervas, do castanheiro em relação ao pinheiro, etc.

Nas turfeiras, por excelência, todos os meios de conservação encontram condições mais favoráveis. Tudo ali se conserva incluindo tecidos, o corpo humano, madeiras, etc. As turfeiras da Dinamarca deram, pelo estudo dos pólen, importantes diagramas. Assim pode dizer-se que, à volta dos 5000 anos a. C., a espécie vegetal mais espalhada era a nogueira. Nessa época, portanto, vivia-se num período de pouca chuva e temperatura relativamente amena. A riqueza de pólen nas turfeiras permite estabelecer diagramas de grande precisão. Numa dada região, pode mesmo estabelecer-se uma verdadeira estratigrafia botânica. São muito numerosos os locais arqueológicos que, seguramente, podem ser datados por este meio. Pode citar-se, como exemplo, a descoberta do esqueleto de Koebjerg, na Dinamarca. Fez-se o exame polínico da terra que estava no interior de um osso o que permitiu situá-lo no diagrama obtido para o conjunto vegetal da turfeira e assim se determinou rigorosamente o clima e a época em que foi ali depositado o corpo.

As indicações dadas pelas turfeiras, no entanto, não alcançam mais de 15 000 anos, isto é, dão uma ideia fiel da paisagem vegetal e do clima depois dos gelos terem recuado.

Para a época dos grandes glaciares há que recorrer a outras comparações; têm-se utilizado as grutas habitadas pelo Homem paleolítico que ali se refugiou para fugir às inclemências do tempo. Com efeito a maior parte dos documentos pertencentes aos tempos paleolíticos encontram-se em locais onde a riqueza dos pólen é muito inferior à que se observa nas turfeiras.

Daí resultou a maioria dos investigadores ter abandonado o estudo dos pólen nas grutas pré-históricas. Porém, M.^{me} Leroi-Gourhan não desistiu e, pelo contrário, viu enorme interesse no pólen das grutas para o conhecimento dos climas do Paleolítico. E assim, por exemplo, foi-lhe possível demonstrar que o Homem do Cro-Magnon, o célebre velho, havia vivido numa paisagem de tundra ártica, no meio das neves e na proximidade de glaciares.

No fim da última glaciação, a do Würm, sabe-se que os homens dessa época não habitavam as regiões próximas dos glaciares, mas antes regiões cobertas de vegetação.

A volta dos 28 000 anos a. C., num nível aurinhacense, encontraram-se pólenes de castanheiros, de tília, de freixos etc., que bem demonstram a amenidade do clima de então.

Na Gruta de Isturitz, o nível gravetense, datado pelo rádio-carbono 14, de 21 000 anos a. C., deu 2262 pólenes e, entre eles, havia somente 6 pólenes de árvores. Devia tratar-se, portanto, de uma paisagem desoladora. Sob um céu frio e seco, apenas com algumas fracas zonas de pinheiros ou em locais mais abrigados, aveleiras, estendia-se a campina branca, espécie de estepe onde campeava a raposa branca ou antílope saiga.

No Solutrense a paisagem de Isturitz é intermédia do ponto de vista climático. A proporção de árvores é de 3,2 % encontrando-se a aveleira, o álamo e, até mesmo, o castanheiro. Ao lado destas árvores, e sob elas, desenvolvem-se os fetos e plantas de água, umbelíferas e mesmo uma espécie de groselha.

Outros níveis revelam um clima, pela análise dos pólenes, onde há predominância de plantas de paúl, com o pinheiro e o álamo a orná-lo.

M.^{me} Leroi-Gourhan encontrou várias fases de clima em Lascaux algumas quentes e húmidas. Em Lascaux as análises de rádio-carbono 14 deram uma época de 15 000 anos a. C. onde se notam fases alternadas de clima frio e de clima temperado.

A análise polínica permitiu ir mais longe, no tempo, atingindo o período interglaciar que precedeu a última glaciação. Passando mesmo sobre a época do Homem de Neanderthal ou do Mustierense e indo ao período acheulense.

Acompanhemos, por exemplo, M.^{me} Leroi-Gourhan na visão da paisagem à volta dos 90 000 anos no momento onde terminava a glaciação do Riss. Os mais antigos (destes homens) estavam rodeados duma estepe entrecortada de algumas clareiras de álamos; muita erva «...Tinha

de haver forçosamente uma certa humidade pois os fetos e as plantas de água estavam representados».

«No Acheulense superior o clima teria aquecido visto que os castanheiros, as tílias e outras árvores de grande porte dominavam nitidamente a paisagem. O solo estava atapetado de grandes fetos e nas clareiras crescia a avelaira, como outras árvores de frutos selvagens. Assim nos é dado, de certo modo, entrever a vida cotidiana dos homens acheulenses em Jersey, por exemplo. No que toca à alimentação vegetal estes homens tinham à mão um grande número de produtos de colheita. Além de bolbos e outras plantas comestíveis abundavam as avelãs, as groselhas, bagas diversas e, talvez mesmo, algumas ameixas ou cerejas selvagens.»

Ao estudo dos pólenes devemos todas estas informações.

A reconstituição duma dada paisagem vegetal implica necessariamente o estudo do clima e o da temperatura. Desta forma é hoje possível responder com uma certa precisão à pergunta premente que sempre se tem feito: qual seria pois o género de frio dos tempos glaciares? A mesma autora de que nos socorremos para a apresentação desta modesta nota diz-nos, «no momento dos maiores frios da glaciação do Würm, a última glaciação, aquela que o pólen fornece mais dados, no massiço do Quénia, por exemplo, na África Oriental, a temperatura média anual era então, a 2900 m de altitude, de 5 graus inferior à temperatura actual. Na Europa, nos países nórdicos, a temperatura anual, nessa época, era 14 graus inferior à de hoje!».

Como se vê, muito embora as temperaturas fossem baixas, era, sobretudo, a extrema secura do clima que devia torná-lo deveras insuportável, transformando as planícies em verdadeiras estepes geladas.

Em Portugal pouco ou nada se tem feito neste capítulo. Não podemos deixar de citar, no entanto, o que já se fez. Assim na jazida da Mealhada, jazida com *Elephas antiquus*, foram identificados os pólenes seguintes: *Pinus* (50 %, duas espécies; *P. silvestris* e *P. cembra*); *Eri-*

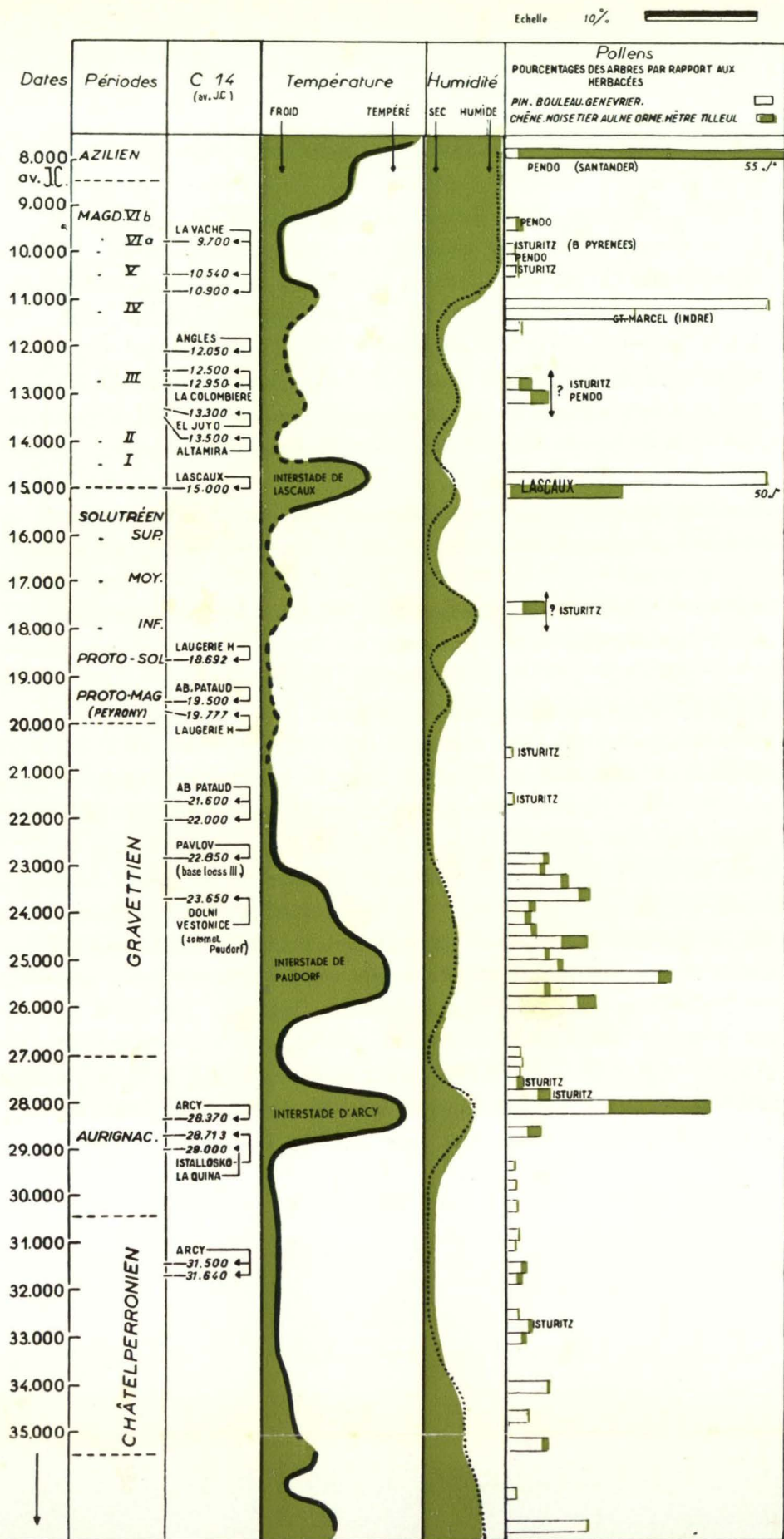


Fig. 1 — Quadro elaborado pela especialista francesa M.^{me} A. Leroi-Gourhan para as análises polínicas feitas em estações pré-históricas francesas com estratigrafia e onde previamente se fizeram também análises de rádio-carbono 14. (Science et Avenir)

cacea 37 % quase tudo *Rhododendron*; *Quercus* 6 %; *Salix* 3 %; *Betula* 2 % e *Ulmus* 2 %.

Os depósitos de Estarreja deram: *Betula* 20 %, *Ericacea* e *Herbaceae* 80 a 100 %, *Pinus* e *Castanea*, *Caluna* etc., várias percentagens.

No Rio Antuã podemos indicar pólenes de *Pinus*, *Alnus*, *Quercus*, *Acer*, *Erica*, *Herbacea*, *Rhododendron*, *Graminae*, etc.

A Sul de S. Pedro de Muel podemos indicar, na praia quaternária, os seguintes pólenes: *Pinus pinaster*, *Betula*, *Corylus*, *Ericacea*, com *Rhododendron ponticum*, *Rhus* e compostas do tipo *Carduus*. Em Alpiarça, nos níveis do Acheulense, encontraram-se os seguintes pólenes: *Pinus* e *Ericacea*.

Na praia de S. Torpes, num terraço do Tirreneano II, assinalaram-se os pólenes de *Pinus* 40 %, de *Pinus pinaster*, *Betula*, *Alnus*, *Quercus*, *Ericacea*, etc.

Ao Norte do Cabo Sines, na embocadura da Ribeira de Provença, encontraram-se os seguintes pólenes: *Ericacea* com *Rhododendron*, *Pinus*, *Betula*, *Ulmus*, *Castanea*, *Alnus*, *Salix*, etc.

Com estes dados é possível, pelo menos, formar uma ideia do clima do Quaternário em Portugal. O nosso País encontrava-se numa zona de grande humidade. O clima wurmiano da Serra da Estrela deveria ser comparável ao do Norte da Escócia.

No litoral do Norte de Portugal o inverno devia ser comparável, durante o Würm, ao inverno da Guarda de hoje, região que se situa a cerca de 1000 m de altitude.

As precipitações anuais deveriam ser muito mais abundantes que actualmente e distribuídas duma maneira mais uniforme por todo o ano.

No Norte de Portugal, nas montanhas para cima dos 850 m de altitude, não havia florestas. Pelo contrário, para o Sul, o limite das florestas andaria pela altitude de cerca de 1000 m.

As zonas mais altas do que aqueles limites deveriam estar cobertas de ervas baixas e rasas, com núcleos de pequenos arbustos.

Todo o resto do País, a cotas inferiores, era coberto de floresta. Podemos citar como elementos das florestas, quer nos pontos elevados, quer nas zonas mais baixas: *Pinus silvestris*, *Fagus sylvatica*, os dois de climas mais frios e de maior altitude, *Quercus robur*, *Taxus baccata*, *Ilex aquifolium*, *Betula verrucosa*, *Acer montana*, *Crateagus monogyna*, *Sorvus aucuparia*, *Cornus sanguinea*, *Corylus avelana*, etc., etc.

No período interglaciar o clima tornou-se muito mais quente e húmido, assemelhando-se aos climas actuais do Mediterrâneo e ao da África do Norte, quer dizer, mais quente que o clima actual.

Por esta razão encontrava-se então o território nacional coberto de florestas, subindo estas até os planaltos mais elevados da Serra da Estrela. Entre as espécies vegetais de clima mais quente citamos uma espécie de palmeira *Chamaerops humilis* assim como *Adiantum reniforme*.

A presença de tufo calcários nos vales das antigas ribeiras, dando lugar hoje a cascatas e pequenas falésias, revelam um clima sub-tropical marítimo de tipo mediterrânico.

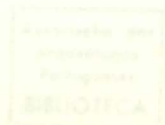
Durante os períodos interglaciares o mar penetrou profundamente no interior dos estuários dos principais rios de Portugal.

E é tudo o que se sabe. A partir do Quaternário antigo, praticamente, nada há feito em Portugal. Nada se sabe do clima ou da flora a partir do mustierense e, mesmo neste período, nada há feito em abrigos ou em grutas.

Estes singelos apontamentos que aqui deixamos talvez possam servir, ao menos, para entusiasmar os novos que se interessam pelas ciências naturais, a começarem a investigar um campo quase virgem em Portugal: o estudo dos pólenes pré-históricos.

BIBLIOGRAFIA

- A. LEROI-GOURHAN, *Comunicação apresentada ao Congresso da Soc. Pré-histórica Francesa em 1949, sobre as análises polínicas na pré-história.*
- H. DE SAINT-BLANQUAT, *Quel temps faisait-il il y a 30 000 ans?* «Science et Avenir», n.º 213, 1964.
- H. LAUTENSACH, *Estudo dos glaciares na Serra da Estrela.* «Memórias e Notícias», n.º 6, Coimbra, 1932.
- C. ROMARIZ, *Contribuição da análise polínica no estudo da vegetação primitiva da Serra da Estrela.* «C. R. Cong. Int. Geografia de Lisboa», T. II, Lisboa, 1949.
- G. ZBYSZEWSKI, *Le Quaternaire du Portugal.* «Bol. Soc. Geol. de Portugal», vol. XIII, fasc. I e II, Lisboa, 1958.



UM TEMPLO VISIGÓTICO EM S. GIÃO (FAMALICÃO DA NAZARÉ) — ESTREMADURA

pelo

sócio efectivo

Eduíno Borges Garcia

Comunicação ao XXVII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso
das Ciências (7.ª Secção), Bilbao, 1964

UM TEMPLO VISIGÓTICO EM S. GIÃO (FAMALICÃO DA NAZARÉ)¹ — ESTREMADURA

1. *S. Gião: Situação Geográfica*

S. Gião é uma antiga quinta que fica situada entre a Serra das Pescarias e o mar (a 600 metros do mar). O carreiro que lá conduz desemboca na estrada, a meia distância entre a aldeia de Famalicão e a Nazaré, junto à Ponte da Barca. Fica a uns 110 quilómetros a norte de Lisboa.

2. Numa comunicação que fiz na cidade do Porto há dois anos ao XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, referi-me a alguns elementos inéditos de S. Gião: um túmulo (romano?), um capitel «com folhas de acanto» e uma porta interior «com arco ultra-semicircular» que então supusera árabe.

Já este ano, em fins de Maio, dei notícia ao III Colóquio Portuense de Arqueologia de novos elementos e de novas conclusões a que tinha chegado.

Depois do III Colóquio Portuense de Arqueologia, tive o ensejo de voltar por alguns dias a S. Gião e aproveitei por um lado a oportunidade de ser necessário consolidar as paredes vetustas e por outro lado aproveitar da cava dos terrenos adjacentes, para prosseguir as minhas sondagens.

Voltei a S. Gião para examinar os vetustos casarões e sondar o seu mistério. Um exame minucioso e o estudo comparativo com outros monumentos, sobretudo portugueses (S. Pedro de Balsemão) e espanhóis (S. Juan de Baños) permitiram-me congeminar a hipótese que me afoito a expor. Mas antes disso, permitam-me que lhes fale nos

3. *Antecedentes Históricos e Arqueológicos*

A referência mais antiga que conheço data de 1597 (Monarchia Lusytana, de Frei Bernardo de Brito, livro 3.º, Cap. XI, 244, Alcobaça, 1597):

«E como no ano de noventa e quatro me mandasse o reverendo Padre Frei Francisco de Santa Clara, dom Abade de Alcobaça e Geral da nossa ordem, ver as antiguidades e letreiros que havia nesta capela, de quatro que achei de modo de se poderem ler, foi um nas costas da Igreja em uma pedra comprida, e bem lavrada que como cousa desestimada jazia entre uns silvados e tirando fielmente as letras diante de alguma gente, que ia em minha companhia, vi que diziam deste modo:

N EP.T. SAC R

H. SACEL D. D. D.I V N. BR V T.

COS. OB. BEL. F.G ES TV M. A D

VOR S.E B VRO BRI C. ET MO N T.

AUX ILI A RES. SER V AT.Q. MIL

IN VL TIM IST E R. O RIS.

Cuja significação é a seguinte:

«Dom consagrado a Neptuno. Esta capela dedicou Decio Junio Bruto sendo consul, pela felicidade com que acabou a guerra contra os moradores de Eburobrício, e os montanhesees que lhe vieram em

socorro, e também por respeito de lhe serem guardados sem perigo seus soldados nestes últimos fins da terra».

No século XVII, Manuel Brito Alam (*Antiguidade da Sagrada Imagem de Nossa Senhora da Nazareth*, 184, Lx. 1684) escreveu: «algũas pessoas me quizerão affirmar que neste sítio houve hũa povoação grande, persuadindo-se a isso de algũas letras, que virão, e acharão em pedras grandes, que parecião ser do tempo dos Romanos».

Um quarto de século depois, o Padre António Carvalho da Costa (*Chorographia Portuguesa*, 2.^a ed., Tomo III, 97, Braga 1869) ⁽¹⁾, escreve: «Para o Sul tem a Serra das Pescarias que terá quinze vizinhos com uma Ermida dedicada a S. Julião, fabrico antigo, e com vários letreiros de letras Góticas, que foi do tempo do famoso Viriato, e depois Mesquita de Mouros».

As «Memórias Paroquiais de 1758» («Extractos Arqueológicos das Memórias Paroquiais de 1758» — no *Arq. Port.*, IV, 153, Lx. 1898) citam a descrição que transcrevi na *Monarchia Lusytana* e ajuntam: «E, neste próprio lugar estão mais duas pedras compridas metidas no chão como marcos, que se diz serem supulturas de mouros, cujas letras ainda se divisam claramente».

É muito possível que M. Vieira Natividade se tenha baseado na leitura destas «Memórias Paroquiais» e na notícia oral da existência dum arco em ferradura numa porta interior dum dos casarões da Quinta para escrever: «Se porém dermos crédito à existência dum ermitério cristão nas terras de Alcobaça em pleno domínio mourisco (S. Gião) torna-se possível a permanência de povos cristãos no tempo da conquista». (M. Vieira Natividade — «Mosteiro e Coutos de Alcobaça», 26, Alcobaça 1960).

(1) A 1.^a edição é de 1708.

Vieira Natividade, que foi o grande investigador histórico e o arqueólogo dos coutos de Alcobaça, não deu porém grande crédito às palavras do Padre Carvalho Costa sobre os «vários letreiros de letras góticas» pois que escreveu em 1885:

«Quando D. Afonso Henriques tomou aos mouros as terras de Alcobaça, foi encontrada próximo de Aljubarrota uma capela arruinada, que nós podemos talvez acreditar do tempo do domínio Godo. Supomos até que em todas as terras dos coutos é o único vestígio daquelas épocas, assim como a única mouraria era em Aljubarrota, com a denominação de «Hajama». (M. Vieira Natividade — «O Mosteiro de Alcobaça», 28 — Coimbra 1885).

4. *Elementos que apresentei até esta data:*

- Túmulo monolítico (romano?) (6).
- Coluna com «capitel com folhas de acanto» (6).
- Ábaco de mármore em forma de tronco de pirâmide de contornos boleados (Quadro V, a).
- Dois arcos redondos que se apoiam sobre este ábaco (Quadro I).
- Arco peraltado (interior) (Quadro I).
- Grande arco redondo, embebido na parede do fundo (abertura de abside?) (Quadro I).
- Imposta-ábaco com três cruzeiros de braços iguais (duas impostas no arco peraltado). (6) e (Quadro V c_1 c_2).
- *Opus signinum* e fragmentos de *tegula* e de *imbrex*, marcados com sulcos digitais (foto 25).

5. Apraz-me agora trazer à vossa apreciação novos e importantes documentos arqueológicos colhidos em S. Gião:

a) Grande pedra lavrada, de calcáreo (fracturada), servindo de cunhal na esquina por debaixo da escada exterior. (Pilastra?)

Desenho: arquinhos ultrapassados (ver quadro I e foto 19).

Medidas: $70 \times 40 \times 50$ cm (ver detalhes no quadro I h).

b) Duas impostas-ábaco de calcáreo com desenhos em bisel de quadrifólios formados por losangos arqueados, encimados por uma faixa contínua de SS imperfeitos (foto 7).

Medidas: Ver quadro V b_1 , b_2 .

c) Imposta (?) ou Capitel (?) rectangular, de calcáreo branco, com rosetas quadrifoliadas inscritas em círculos, esculpidas em bisel (quadro V).

Medidas: Quadro V h.

d) Imposta (?) com ornamentação formada por uma fila de losangos arqueados, inscritos em círculos. Existe um segundo losango dentro de cada losango maior (quadro V e fotos 10 e 11).

Medidas: Quadro V g.

e) Pedra de calcáreo branco (possível fragmento de friso), com duas palmetas recortadas em bisel (muito danificadas), encimadas por um friso de nervuras oblíquas, em dente de serra (foto 18).

Medidas: Quadro V e.

f) Pedra de calcáreo com um pentafólio inscrito num círculo (fracturada e muito danificada). (Quadro V i e fotos 13, 14).

g) Tijolo de coluna laterícia (fracturado) (Foto 24).

h) Ara romana (fotos 21 a 23).

Medidas: Quadro V f.

i) Dois grandes ábacos em mármore, donde arranca o grande arco redondo embebido na parede do fundo (foto 17).

6. *Estudo dos arcos*

Já em 1928 Virgílio Correia escrevia que o que diferenciava o arco visigótico do arco muçulmano era a sua abertura: «sendo o primeiro normalmente ultrapassado na curva dos extremos sòmente um terço do raio, o segundo metade».

Medindo os arcos de S. Gião, concluí que todos os seus arcos eram ultrapassados. (Ver Quadro I).

Observando o quadro I comprovamos o seguinte:

- Arco interior peraltado — ultrapassado de $1/2$ do raio.
- Dois arcos de ligação da nave central (apoiados na coluna) — ultrapassados de $1/4$ do raio.
- Grande arco do fundo (abside?) — ultrapassado de $1/4$ do raio.
- Arquinhos da pedra que serve de cunhal — ultrapassados de $5/7$ do raio.

Parafraseando Emílio Camps (7) o prolongamento *tipo* oscila à roda de $1/3$ do raio. Mas é este mesmo autor que nos mostra oscilações que atingem $1/4$ do raio e até valores menores.

E assim temos:

- *Santa Comba de Bande*: com prolongamentos de $1/4$ e $2/7$ do raio.
- *San Pedro de la Nave*: $1/4$.
- *Quintanilha de Viñas*: $1/4$ e $4/9$.

D. Fernando de Almeida (8) mediu na sua EGITANIA vários arcos e «mandou fazer um apontamento» ao que lhe pareceu de maior evidência. O arco era ultrapassado de $1/4$ do raio.

Pode portanto concluir-se que todos os arcos de S. Gião são arcos ultrapassados e que as suas aberturas estão dentro dos limites da arquitectura visigótica, embora não exista o arco *tipo* ultrapassado de $\frac{1}{3}$ do raio.

7. *Estudo da planta dos edificios*

Os casarões da quinta de S. Gião, a que se referem os encontros que venho citando neste trabalho, constituem dois corpos: um, o mais antigo, de forma alongada, rectangular, com telhado de duas águas (nave central primitiva); o outro, de construção mais recente, sensivelmente quadrangular, com escadaria exterior alpendrada e telhado de quatro águas (quadros III e IV).

No interior, à direita do arco peraltado, abriu-se, naturalmente, uma brecha, que foi tomando a forma arredondada com aspecto semelhante ao arco central. Isto leva-me a supor que inicialmente deveriam existir nesta parede três arcos e não um só arco central peraltado.

Se assim for, teremos três arcos, abrindo-se numa *iconostase*, o que não é comum na arquitectura das igrejas peninsulares desta época e representa um incontestável elemento bizantino (foto 15).

O que sugerem as medidas:

Sòmente chamo a vossa atenção para algumas medidas de S. Gião que fomos levados a relacionar com as de S. Pedro de Balsemão (ver quadro II):

Comprimento: 9,40 m. (Balsemão: 7,30 m).

Largura:

— *Nave Central:* 3,95 m. (Balsemão: 4 m).

— *Naves Laterais:* 1,90 m. (Balsemão: 2,11 m).

Altura: 5,30 m. (Balsemão: 5,24 m).

Espessura do arco central: 0,62 m. (Balsemão: 0,42 m, arco triunfal).

Cobertura da Nave Central: 2 águas (Balsemão: 2 águas).

Não podem considerar-se obra do acaso tais semelhanças!

8. *Uma sondagem recente*

A necessidade de consolidar as paredes arruinadas de S. Gião permitiram-me um exame mais cuidado do capitel, a que venho designando por «capitel com folhas de acanto». Pude agora fotografar com melhores resultados esta evidência (fotos 6 e 9).

O recorte da base desta coluna é idêntico a um dos dois tipos de base das colunas de S. Juan de Baños (fotos 6 e 8).

Também me foi possível agora abrir uma trincheira perpendicular à parede lateral, do que considero a nave central, a fim de procurar os vestígios da parede da nave lateral. Segundo a previsão, a parede deveria aparecer à volta dos 2,10 m — 2,20 m (ver quadro II e foto 12).

Realmente a cerca de 2 metros apareceu um conjunto de pedras derrubadas com cerca de 40 cm de espessura. Este encontro, que requer aliás confirmação, viria comprovar as minhas suspeitas de se tratar dum templo em forma de basílica com três naves.

9. *Cronologia*

Lamperez y Romea classificava os templos visigodos segundo uma chave muito simples e que correspondia ao pouco que se conhecia então do período visigótico. Para Lamperez y Romea, S. Gião pertenceria certamente à Escola Latina (edifícios de planta rectangular, conjunto prismático alongado, armação de madeira: S. Juan de Baños).

Seguindo a divisão de Emílio Camps, temos 5 focos: Levantino-Andaluz, Cordovês, Emeritense, Toledano e Castelhana-Leonês.

Nesta classificação onde caberia S. Gião? No foco Castelhanoleones ou no Emeritense?

Aceitemos com Matilde Lopes Serrano (11) o critério da cronologia baseada nos estilos das formas ornamentais (3 fases). E aceitemos também que se trata de Architectura Visigótica do séc. VII. Temos então S. Gião na 1.^a fase: ornamentação geométrica, talha em bisel (656-665); S. Juan de Baños (661); S. Fructuoso de Montélios (656-665).

S. Gião durante o período visigótico tinha acesso por mar ou pela vereda da Serra das Pescarias. A *iconostase* denota influência bizantina, influência essa que os outros templos visigóticos citados não receberam. Teriam vindo por mar os construtores do glorioso templo?

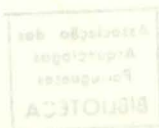
Fico com a impressão de que o encontro das ruínas deste templo pode vir a modificar a consagrada ideia de *ermo* que os historiadores têm feito da faixa central do país, nos primórdios da nacionalidade.

Do ponto de vista arqueológico é com o maior orgulho que apresento esta rara jóia da architectura visigótica, talvez única em todo o sul de Portugal! (2)

(2) Desejo agradecer aos proprietários da Quinta de S. Gião, na pessoa da Ex.^{ma} Senhora D. Maria Emília de Almeida, todas as facilidades concedidas. Ao bom amigo Eurico Castro e Silva, da Nazaré, os nossos agradecimentos pela preciosa e desinteressada ajuda nos trabalhos de campo. Ao Prof. D. Fernando de Almeida, da Faculdade de Letras de Lisboa, e ao Prof. Dr. Pedro de Palol, da Universidade de Valladolid, a minha gratidão pelos sábios comentários que este meu trabalho lhes mereceu e pelos conselhos e sugestões práticas para o prosseguimento do estudo de S. Gião.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- (1) — ABEL VIANA, *Suevos e Visigodos no Baixo Alentejo*, Braga, 1960.
- (2) — AARÃO DE LACERDA, *História da Arte em Portugal*, vol. I, Porto.
- (3) — *Arqueólogo Português (O)*, vol. IV, Lx., 1898.
- (4) — BERNARDO DE BRITO (FREI), *Monarchia Lusytana*, livro 3.º, cap. XI, Alcobaça, 1597.
- (5) — BRITO ALAM, *Antiguidade da Sagrada Imagem de N. Senhora da Nazareth*, Lx., 1684.
- (6) — BORGES GARCIA (E.), *Achados Arqueológicos em Famalicão da Nazaré*, Porto, 1962.
- «Notícia Sobre um Templo Pré-Românico na Região dos Coutos de Alcobaça» (Comunicação ao III Colóquio Portuense de Arqueologia, 295, 1965).
- (7) — EMÍLIO CAMPS CAZORLA, *El Arte Hispanovisigodo*, in «Historia de España», Tomo III, España Visigoda, 2.ª ed., Madrid, 1963.
- (8) — D. FERNANDO DE ALMEIDA, *Egitânia*, «História e Arqueologia», ed. Faculdade de Letras de Lisboa, 1956.
- *Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar*, Lx., 1954.
- (9) — JOAQUIM DE VASCONCELOS e MARQUES DE ABREU, *Ensaio Sobre a Arqueologia Românica em Portugal — S. Pedro de Balsemão*, in *Arte*, n.º 39, 40 e 48, Porto, 1908.
- (10) — D. JOSÉ PESSANHA, *S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa*, «Imprensa da Universidade», Coimbra, 1927.
- (11) — MATILDE LOPES SERRANO, *Arte Visigodo: Arquitectura y Escultura, Artes Decorativas de la Epoca Visigoda (Adiciones)* in «Historia de España de Menendez Pidal», Tomo III, 739, Madrid, 1963 (2.ª edição).
- (12) — M. VIEIRA NATIVIDADE, *Mosteiro e Coutos de Alcobaça*, Alcobaça, 1960.
- *O Mosteiro de Alcobaça*, Coimbra, 1885.
- (13) — NEWTON DE MACEDO, *O Domínio Germânico*, in «História de Portugal», ed. Barcelos, vol. I, 1928.
- (14) — OLIVEIRA MARTINS, *História da Civilização Ibérica*.
- (15) — PADRE ANTÓNIO CARVALHO COSTA, *Chorographia Portuguesa*, Braga, 1869.
- (16) — VICENTE LAMPEREZ Y ROMEA, *S. Pedro de Balsemão* — transcrição dum artigo publicado no *Boletim de la Sociedad Castellana de Excursiones* — in «Arte», n.º 84, Porto, 1911.
- (17) — VIRGÍLIO CORREIA, *A Arte Visigótica*, in «História de Portugal», ed. Barcelos, vol. I, 1928.



RESUMO

Na Quinta de S. Gião, a 600 metros do mar e a uma centena de quilómetros ao norte de Lisboa, o autor encontrou as ruínas dum templo cristão visigodo.

O estudo está baseado na análise:

- da planta arquitectónica
- dos motivos decorativos
- e na medição dos arcos ultrapassados.

Antes duma investigação a fundo, que requer escavação e o levantamento sistemático dos rebocos, o autor encontrou analogias entre este precioso documento e S. Pedro de Balsemão (Lamego) e S. Juan de Baños (Espanha).

O autor é de opinião que este achado representa um novo passo no estudo da nossa Architectura Visigótica. Pensa também que a partir deste pequeno estudo, podem surgir novas perspectivas para a revisão do conceito de «ermo» que os historiadores têm feito da faixa central de Portugal, desde a invasão árabe até aos primórdios da nacionalidade.

RÉSUMÉ

Dans le domaine de S. Gião, a 600 mètres de la mer et a une centaine de kilomètres au Nord de Lisbonne, l'auteur a trouvé les ruines d'un temple Chrétien-visigoth.

L'étude est basée sur l'analyse:

- du plan architectonique
- des motifs décoratifs
- et de la mesure des arcs-boutants.

Avant une recherche plus approfondie qui demande des fouilles et la restauration systématique des fondations, l'auteur a trouvé des analogies entre ce précieux documents et S. Pedro de Balsemão (Lamego) et S. Juan de Baños (Espagne).

L'auteur est d'opinion que cette découverte représente un nouveau pas dans l'étude de notre architecture visigothique. L'auteur pense aussi qu'a partir de cette petite étude peuvent surgir de nouvelles perspectives pour la révision du concept de «ermo» que les historiens ont fait de la région centrale du Portugal depuis l'invasion árabe jusqu'aux débuts de la nationalité.

RÉSUMÉ

In Quinta de S. Glão, 600 metres distance from the sea and one hundred kilometres north of Lisbon, the author discovered the ruins of a Visigothic Christian temple.

The study is based on an analysis of the:

- architectural plan
- decorative motifs
- measurement of the arcading.

Before initiating a concentrated research, which required excavation and the systematic stripping of the plaster, the author found analogies between this interesting discovery and S. Pedro de Balsemão (Lamego) and S. Juan de Baños (Spain).

The author is of the opinion that this find represents a new step towards the study of our Visigothic Architecture, and that from this discovery new perspectives may come to light which will revoke the «barren» concept of historians concerning the central strip of Portugal, since the Arab invasion up to the beginnings of Portugal's nationality.

ZUSAMMENFASSUNG

Auf dem Landgut S. Glão, 600 m vom Meer und ca. 100 km von Lissabon entfernt entdeckte der Verfasser die Ruinen eines westgotischen, christlichen Tempels.

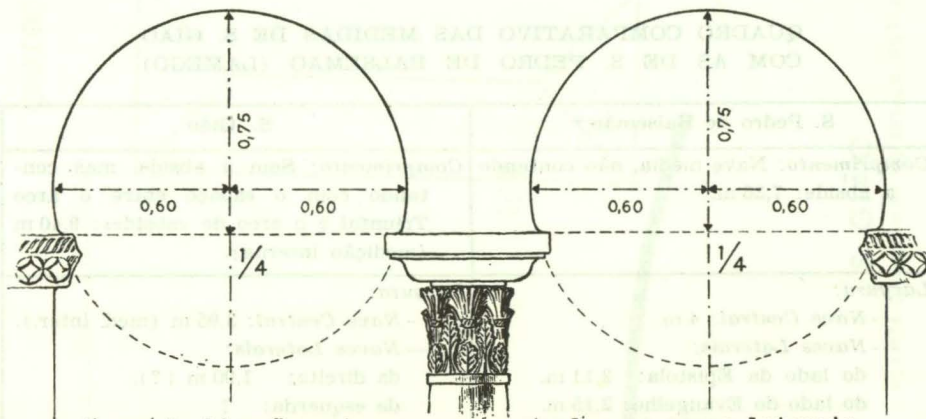
Die Arbeit beruht auf folgenden Untersuchungen:

- dem architektonischen Grundriss
- den dekorativen Motiven
- der Bemessung der Bögen.

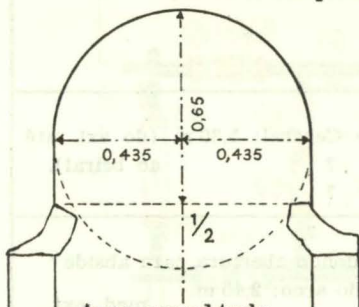
Bevor eine gründlichere Untersuchung unternommen wird, welche weitere Ausgrabungen und ein planmässiges Entfernen des Putzes erfordern ist der Verfasser jetzt schon überzeugt, dass zwischen diesem wertvollen Dokument und S. Pedro de Balsemão (Lamego) und S. Juan de Baños (Spanien) Analogien festzustellen sind.

Der Verfasser ist der Ansicht, dass dieser Fund einem grossen Fortschritt für die Kenntnisse unserer westgotischen Architektur entspricht. Ebenfalls glaubt er, dass aus dieser bescheidenen Forschung neue Möglichkeiten für die Überprüfung der Grundsätze «Einöde» entstehen auf welche sich die Geschichtsschreiber bezüglich des Mittelstreifen Portugals seit der arabischen Eroberung bis zu dem Ursprung der Nationalität beziehen.

QUADRO I

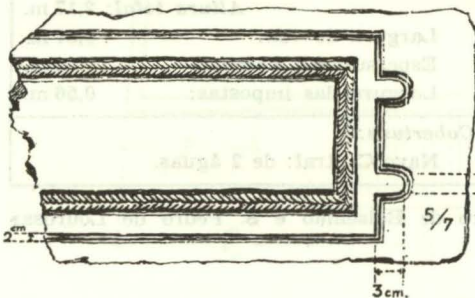
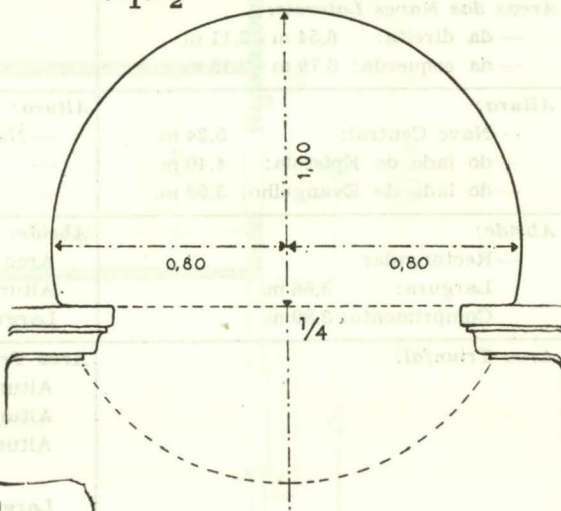


Arcos de ligação entre a nave central e as naves laterais
(Ver quadro III: a, b₁, b₂ e a foto 5)



Arco peraltado
(Arco triunfal - Ver quadro III: c₁, c₂ e foto 15).

Grande arco da abside
(Ver quadro III: d₁, d₂ e foto 4)



(h)

S. GIÃO

ESTUDO DOS ARCOS

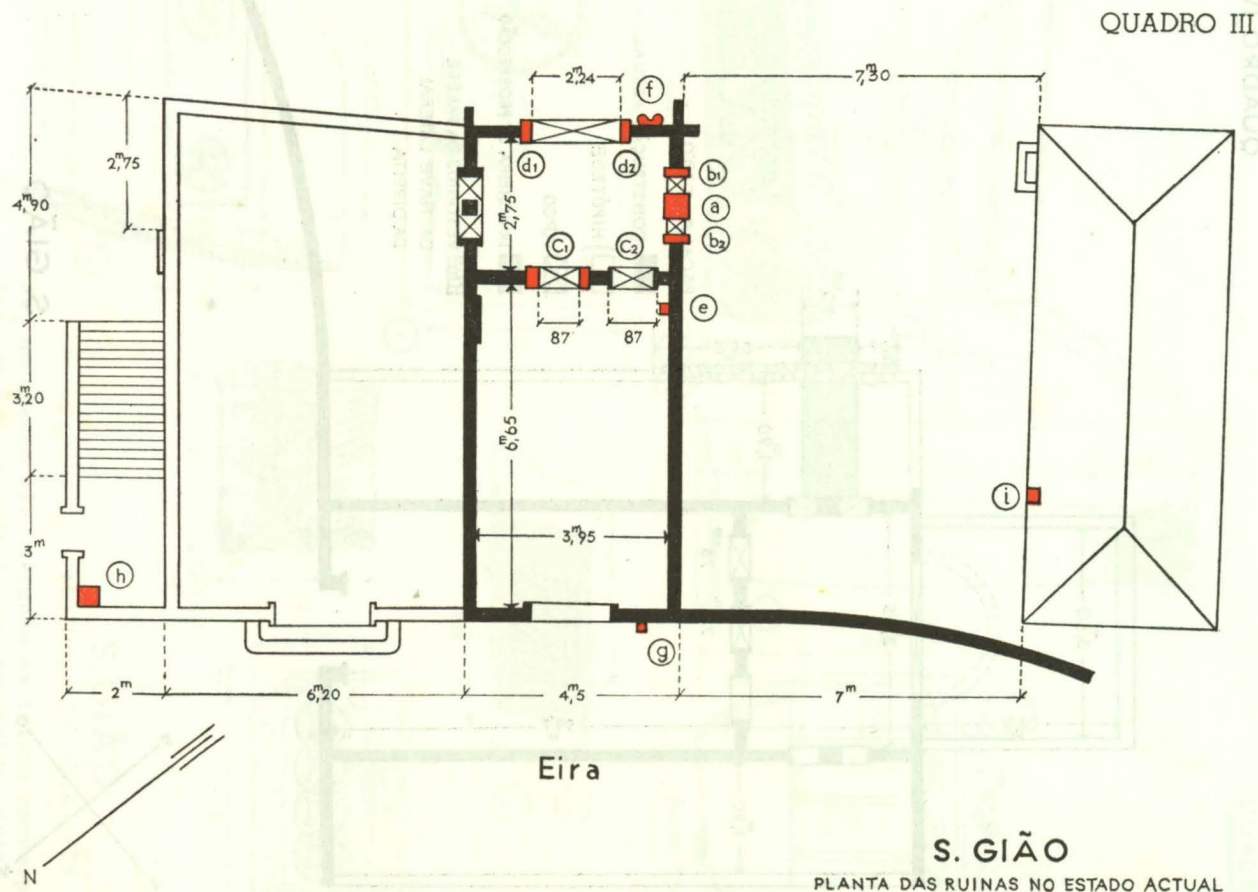
Arquinhos peraltados - provável pilastra, servindo actualmente de cunhal (Ver quadro III h e foto 19)

QUADRO II

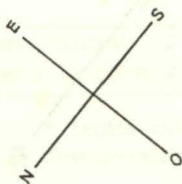
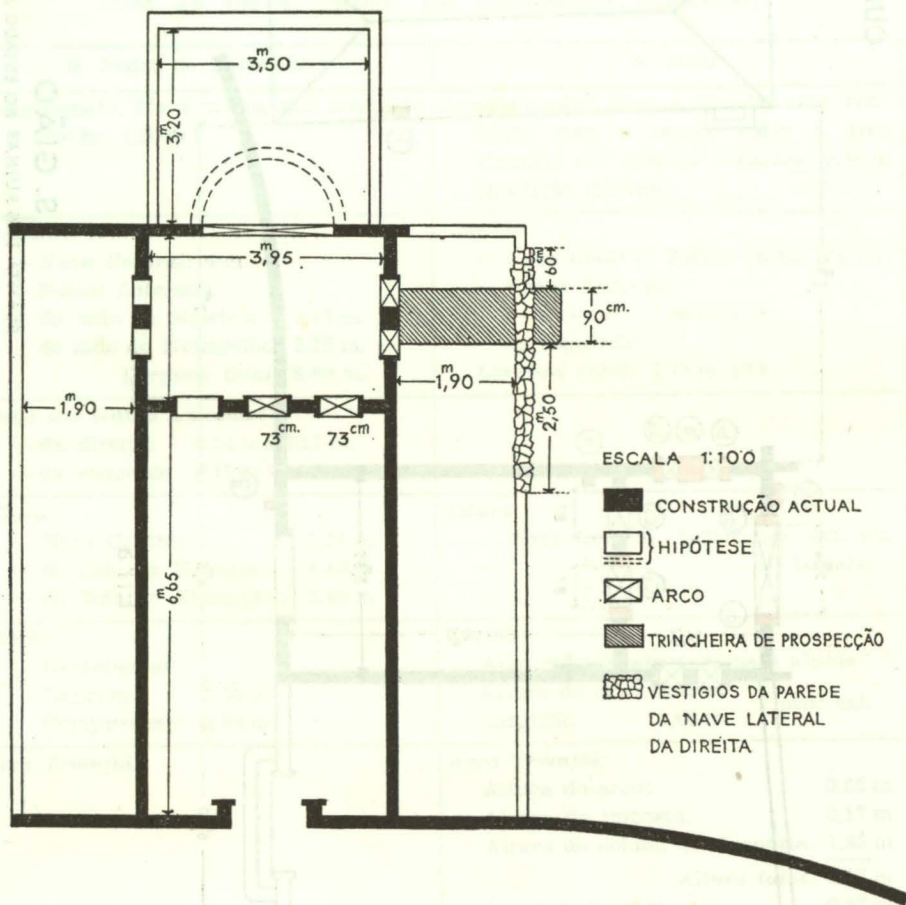
QUADRO COMPARATIVO DAS MEDIDAS DE S. GÍLIO
COM AS DE S. PEDRO DE BALSEMÃO (LAMEGO)

S. Pedro de Balsemão *	S. Gilão
<i>Comprimento:</i> Nave média, não contando a abside: 7,30 m.	<i>Comprimento:</i> Sem a abside, mas contando com o espaço entre o arco Triunfal e o arco de «abside»: 9,40 m (medição interna).
<i>Largura:</i> — Nave Central: 4 m. — Naves Laterais: do lado da Epístola: 2,11 m. do lado do Evangelho: 2,15 m. <i>Largura total:</i> 8,66 m.	<i>Largura:</i> — Nave Central: 3,95 m (med. inter.). — Naves Laterais: da direita: 1,90 m (?). da esquerda: ? <i>Largura total:</i> 7,75 m (?).
<i>Áreas das Naves Laterais:</i> — da direita: 6,54 m × 2,11 m. — da esquerda: 6,79 m × 2,15 m.	?
<i>Altura:</i> — Nave Central: 5,24 m. — do lado da Epístola: 4,40 m. — do lado do Evangelho: 3,98 m.	<i>Altura:</i> — Nave Central: 5,30 m (do ext. até ao beiral). — ? — ?
<i>Abside:</i> — Rectangular Largura: 3,66 m. Comprimento: 3,89 m.	<i>Abside:</i> ? Arco redondo-abertura para abside? Altura do arco: 2,45 m. Largura: 1,60 m. med. ext.
<i>Arco Triunfal:</i> Espessura do arco: 0,43 m.	<i>Arco Triunfal:</i> Altura do arco: 0,65 m. Altura da imposta: 0,17 m. Altura da coluna de alvenaria: 1,35 m. <i>Altura total:</i> 2,17 m. Largura do vão: 0,87 m. Espessura da parede: 0,62 m. Largura das impostas: 0,56 m.
Nave Central: 2 águas. Naves Laterais: 2 águas.	<i>Cobertura:</i> Nave Central: de 2 águas.

* Dados colhidos na obra «S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa» de D. José Pessanha (10).



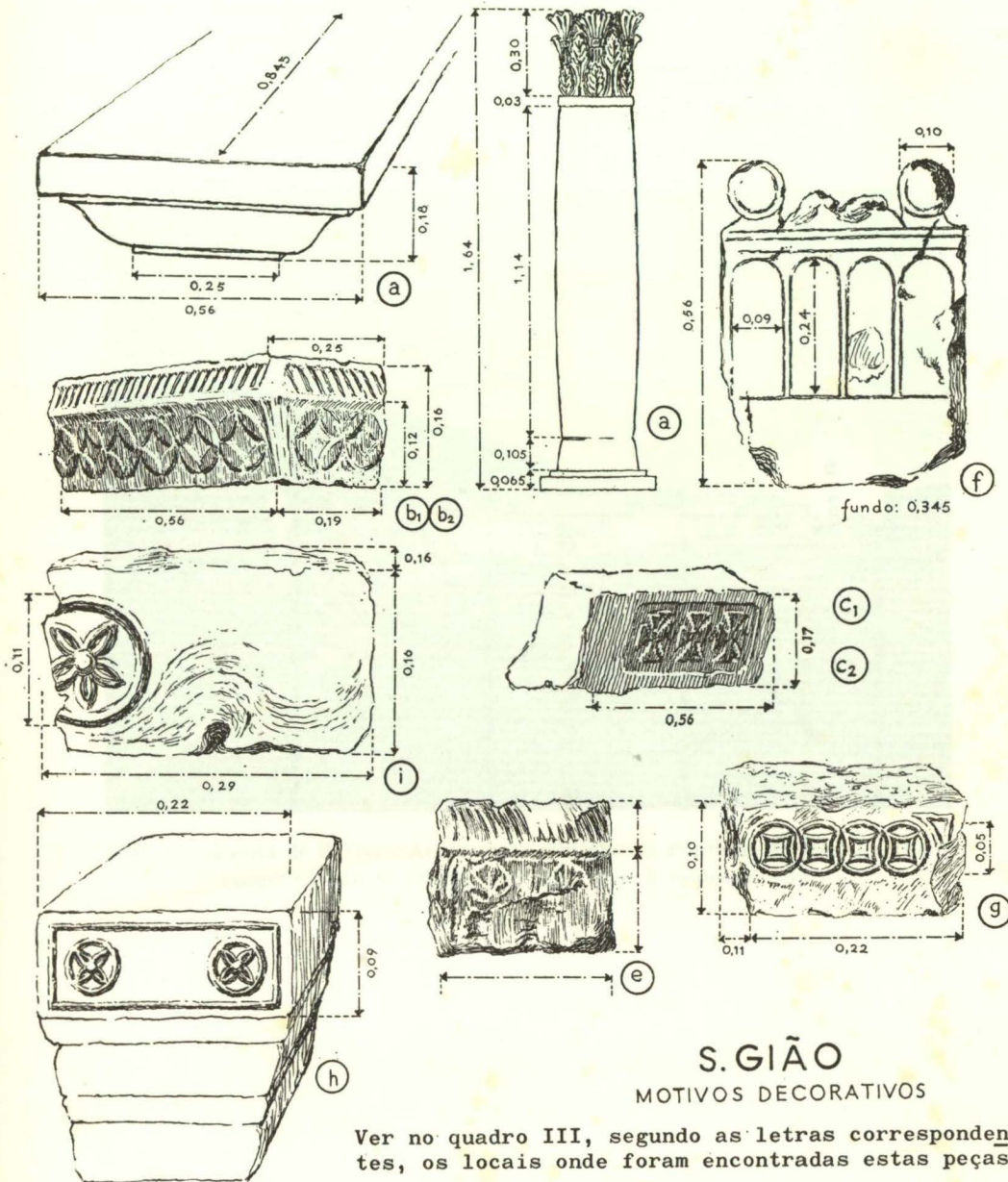
QUADRO IV



S. JOÃO

HIPÓTESE DO TEMPLO PRIMITIVO

QUADRO V



S. GIÃO

MOTIVOS DECORATIVOS

Ver no quadro III, segundo as letras correspondentes, os locais onde foram encontradas estas peças



Foto 1 — Quinta de S. Gião. Acesso pelo caminho da Ponte da Barca. O edifício visigótico não se avista, pois fica mais à esquerda (Sul).

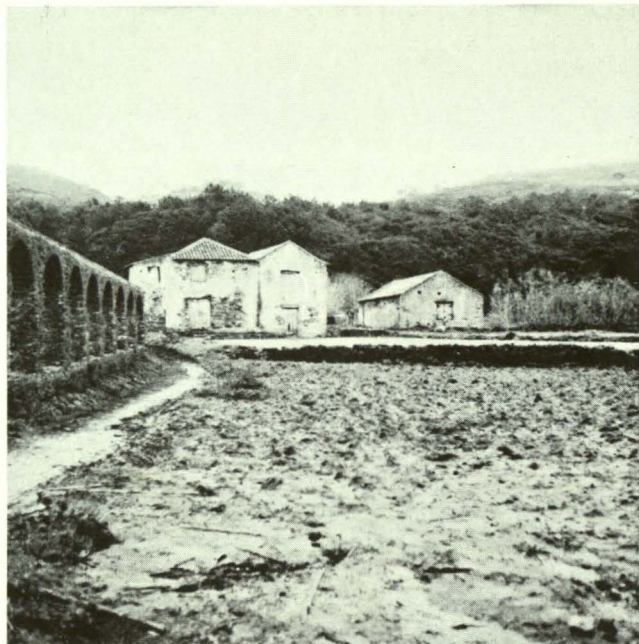


Foto 2 — Um pardieiro que guarda segredos de séculos. Ao que parece foi templo romano dedicado a Neptuno e depois templo cristão-visigodo dedicado a S. Gião.



Foto 3 — O corpo alongado do edifício com telhado de duas águas, que supponho ter sido a nave central duma igreja cristã-visigoda.



Foto 4 — A retaguarda do edifício, voltada à Serra das Pescarias, vendo-se a *dentação* duma muito provável abside. Percebe-se também a *dentação* correspondente ao prolongamento da nave lateral.



Foto 5 — Dois arcos ultrapassados fazem a comunicação entre a nave central e cada uma das naves laterais. Distinguem-se as impostas-ábaco de calcáreo donde arrancam os arcos (ver também foto 7). Ao centro a coluna monolítica (ver fotos 6, 7 e 9).



Foto 6 — Coluna monolítica com capitel visigótico insculpido. Sobre a coluna apoia-se uma imposta de mármore de recorte boleado que parece material romano de aproveitamento.

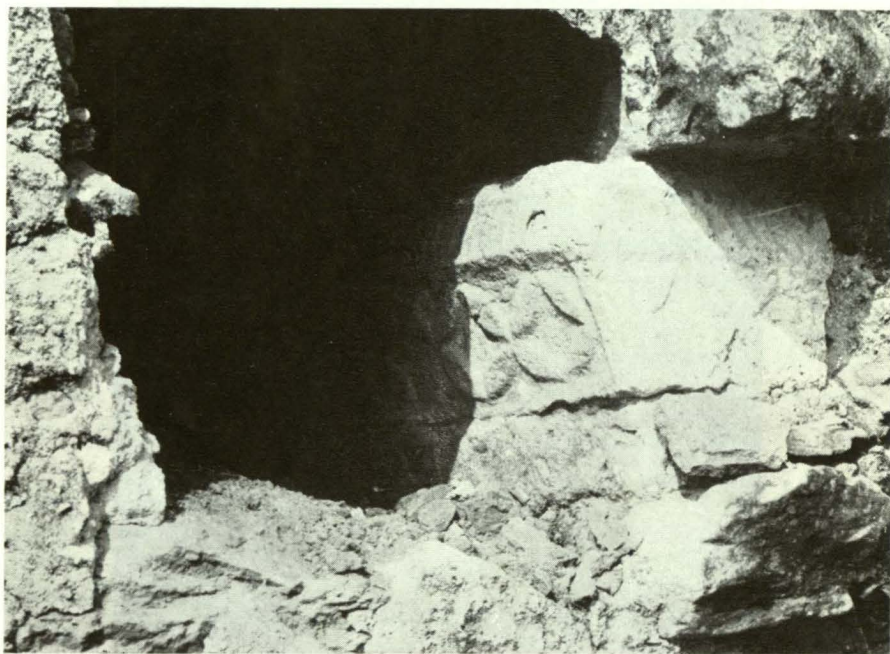


Foto 7 — Imposta-ábaco com quadrifólios (resultantes duma série de losangos arqueados inscritos em círculos) e um friso de SS, de tradição castreja.



Foto 8 — Repare-se no extremo inferior do fuste: uma *cintura* do tipo da das colunas de S. Juan de Baños.



Foto 9 — Capitel onde se pode observar com certo detalhe o recorte das palmetas tipicamente visigóticas.



Foto 10 — Imposta (?) com ornamentação formada por uma fiada de duplos losangos arqueados, inscritos em círculos.



Foto 11 — A peça foi encontrada enchendo a parede da frente da *nave central*. Estava colocada de topo.



Foto 12 — O que nos parece ser os restos da parede
duma das naves laterais, já desaparecidas.



Foto 13 — Peça de calcáreo ornamentada com pentafólios inscritos em círculos de execução grosseira.



Foto 14— A mesma peça. Pode ver-se as duas faces ornamentadas. Muito fracturada e danificada (o calcáreo é mole e friável), foi encontrada enchendo uma parede de construção mais recente na Quinta de S. Gião.



Foto 15 — Arco peraltado no interior da *nave central*. Repare-se no esboço dum arco semelhante, à direita. *Iconostase?*

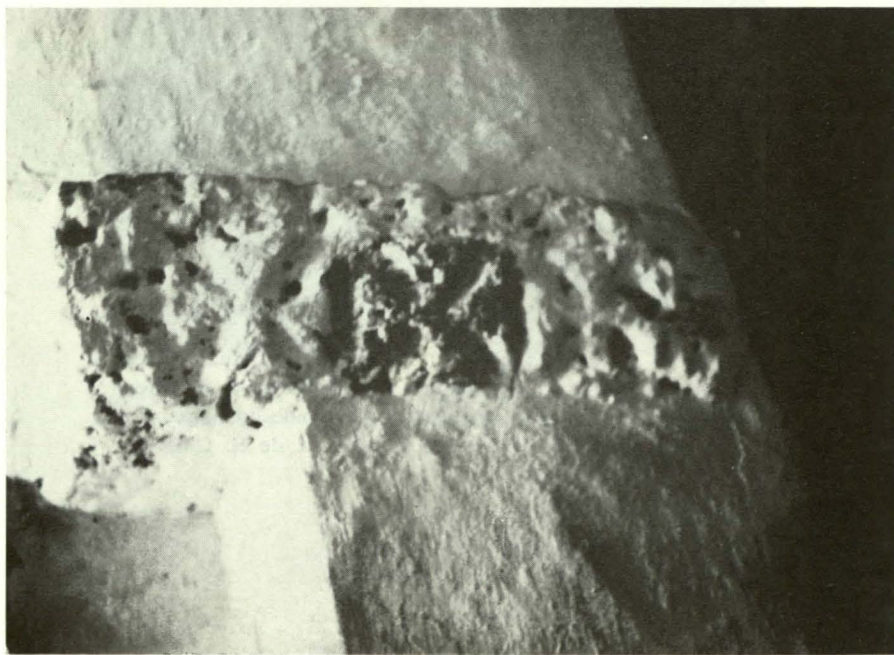


Foto 16 — O arco peraltado apoia-se sobre impostas-ábaco «de gosto ravenence»: três cruces de braços iguais e triangulares (a cruz do centro foi limpa das espessas camadas de cal que a cobriam).



Foto 17 — Grande imposta donde arranca o arco da abside (?). É de mármore e parece material romano de aproveitamento.



Foto 18 — Na *nave central*, numa parede não longe do arco peraltado, surgiu esta pedra de calcáreo mole, que nos parece um pedaço de friso. Motivos decorativos: palmetas encimadas por uma gola saliente donde saem *dentes de serra*. A peça está muito danificada.

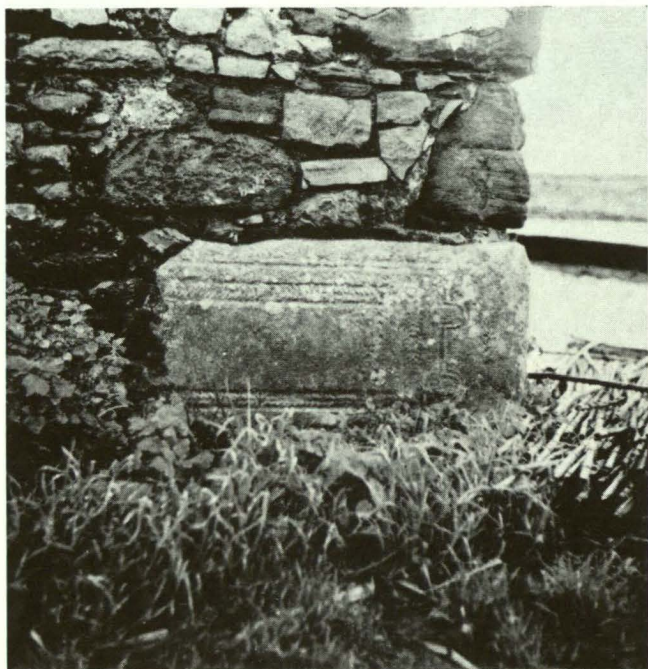


Foto 19 — Uma pedra visigótica, servindo de cunhal a construção mais recente. Arquinhos ultrapassados e uma faixa rectangular em espinha de peixe, motivo decorativo que bem pode ter origem na nossa tradição castreja. A peça está fracturada.



Foto 20 — Pedra de aproveitamento num batente de porta de palheiro da Quinta. Cipo funerário?



Foto 21 — Fazendo parte do entulho que foi aproveitado para encher a parede da rectaguarda (arco de abside?), via-se esta peça que nos parecia um fragmento de caleira...



Foto 22



Foto 23

... Ao retirarmos o «fragmento de caleira», vimos com surpresa que se tratava duma ara romana, anepígrafa.



Foto 24 — Fragmento de coluna laterítica romana, encontrado embutido sob a soleira duma das portas da construção mais recente.

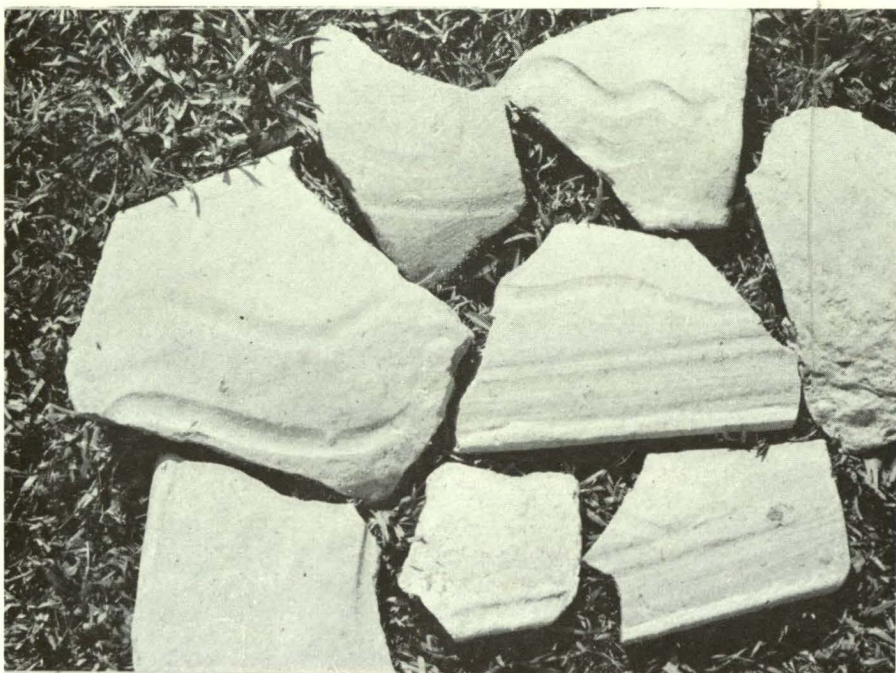


Foto 25 — Pedacos de *tegula* e *imbrex* com sulcos digitais. Material encontrado superficialmente, junto ao pardiêiro.

RELATÓRIO DAS ESCAVAÇÕES FEITAS NA ESTAÇÃO
NEO-ENEOLÍTICA DE MONTES-CLAROS POR ALU-
NOS DO LICEU DE GIL VICENTE, DE 25 DE FEVE-
REIRO DE 1959 A 8 DE JANEIRO DE 1964, SEMPRE
PRESENCIADAS E DIRIGIDAS PELO SEU PROFESSOR
LEONEL RIBEIRO

pelo
sócio efectivo
Leonel Ribeiro

RELATÓRIO DAS ESCAVAÇÕES FEITAS NA ESTAÇÃO NEO-ENEOLÍTICA DE MONTES-CLAROS POR ALU- NOS DO LICEU DE GIL VICENTE, DE 25 DE FEVE- REIRO DE 1959 A 8 DE JANEIRO DE 1964, SEMPRE PRESENCIADAS E DIRIGIDAS PELO SEU PROFESSOR LEONEL RIBEIRO

I — *Descobrimiento da Estação e primeira fase de Escavações*

NA *Revista Municipal* (Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, n.ºs 20 e 21 (1.º e 2.º trimestre de 1944), a páginas 17, e sob o título **ESTAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DE MONTES-CLAROS**, Monsanto, lê-se o seguinte:

«Em fins de Abril de 1943, andando em digressão pelo miradouro de Montes-Claros e suas imediações, ao examinar um dos signatários deste trabalho (Dr. Leonel Ribeiro), as terras revolvidas pela abertura de arruamentos do Parque Florestal, deparou com alguns fragmentos de cerâmica pré-histórica, um dos quais com ornamentação ponteadada, do mesmo tipo da que se encontra ordinariamente na cultura do vaso campaniforme.»

«Poucos dias depois o caso era comunicado ao digníssimo Director dos Serviços Centrais da Câmara Municipal Dr. Jaime Lopes Dias, e aos outros dois signatários, ficando desde logo projectada uma visita ao

local, para dele se fazer um mais amplo reconhecimento.» E, mais abaixo:

«Satisfeitos com tão importantes achados, pusemo-los logo em conhecimento do Dr. Jaime Lopes Dias, que na tarde seguinte, com alguns dos signatários visitou Montes-Claros, combinando-se para o dia 27 (de Janeiro de 1944) um reconhecimento mais aprofundado do que já se nos afigurava uma importante estação arqueológica.»

«Fizeram-se depois as indispensáveis comunicações à Junta Nacional da Educação, e, obtidas as licenças necessárias, iniciou-se a primeira fase de trabalhos dêste ano, com algumas intermitências é certo, e que consistia na escolha das terras removidas dos caboucos e pavimento da edificação acima referida (o pavilhão para recolha de cavalos), operação que foi suspensa em 23 de Maio, por se haverem esgotado as disponibilidades financeiras que a subsidiavam, e mesmo por serem necessários para trabalhos imprescindíveis do Parque os operários distraídos nas pesquisas arqueológicas.»

«Montes-Claros despertou a maior curiosidade e interesse, pois parece tratar-se de uma das mais importantes povoações pré-históricas até hoje identificadas dentro dos limites da actual urbe ulissiponense.»

«Em 10 de Fevereiro reuniu no local a secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e às 10,30 da manhã de 11 de Março recebíamos na estação os membros da Comissão de Arte e Arqueologia da cidade.»

«A visita a Lisboa do professor da Universidade de Madrid Dr. Julio Martinez Santa-Olalla, não podia deixar de incluir uma ida a Monsanto, e assim, na tarde de 23 de Abril, depois de um exame ao espólio de lá retirado e conservado no Palácio das Galveias, aquele professor foi a Montes-Claros, acompanhando-o, além do seu colaborador D. Bernardo Sáez, várias individualidades do Município de Lisboa, como os Drs. Lopes Dias e Silva Pinto, e D. Julieta Ferrão, o Director dos Monumentos Nacionais arq. Baltasar de Castro e os signatários.»

«As condições geológicas da estação e o seu estudo não foram descurados e para isso acompanhou-nos ao local em 20 de Maio o Dr. Georges Zbyszewski dos Serviços Geológicos de Portugal.»

«Antes de terminar êste pequeno preâmbulo seja-nos permitido o nosso agradecimento às entidades camarárias com quem mantivemos maior contacto, como: Drs. Jaime Lopes Dias e Silva Pinto, respectivamente directores dos Serviços Centrais e Serviços Culturais, engenheiros silvicultores Pulido Garcia e *Cardoso Rodrigo*, dos Serviços de Jardins e Parque Florestal de Monsanto, pelas facilidades concedidas, acompanhando-nos, adquirindo materiais e facultando pessoal, reveladores do carinho que lhes merecem as coisas do espírito, a ponto de, espontaneamente, terem procedido à instalação de uma secção de pré-história no Museu da Cidade.»

*

*

*

«A abertura de uma pequena estrada que contorna a Leste o terreno onde está a estrebaria, foi a causa remota do encontro de uma importante estação arqueológica, *como atrás se referiu.*»

«A área desta não está, ainda bem definida. Para a sua delimitação seria necessaria a abertura de algumas trincheiras, trabalho que a seu tempo se realizará sob os auspícios da Câmara Municipal de Lisboa.»

«Pode-se contudo dizer por agora, de uma maneira geral, que ela ocupa o terreno entre a referida estrada, a edificação, e um grande fôssco que lhe fica a Norte.» Presumimos que se alargue para o outro lado da via, onde alguns elementos pré-históricos já se recolheram, faltando-nos porém, um reconhecimento com abertura de vala, para conscientemente nos pronunciarmos sobre o assunto.»

.....

E, a páginas 26: «Resta-nos agora dizer algumas palavras acêrca dos objectos recolhidos em Monsanto. No estado actual dos trabalhos arqueológicos, não podemos fazer grandes conjecturas, nem tirar conclusões definitivas. Ao contrário, teremos de proceder com a maior prudência. *Ê que parece surgir diante de nós qualquer coisa de novo na arqueologia portuguesa.* Pelo menos, consultando as nossas publicações científicas, não encontramos nenhuma estação que a esta se assemelhe.»

E, a findar o artigo, a páginas 28: «Esperamos apenas, como se disse, abrir algumas valas de reconhecimento, para sôbre todos estes assuntos possuir bases mais seguras de identificação. Só assim nos abalancaremos a publicar, sôbre a estação de Montes-Claros o estudo desenvolvido e pormenorizado que ela merece e há-de ter». (Assinados: EUGÊNIO JALHAY. AFONSO DO PAÇO. LEONEL RIBEIRO).

*

*

*

Foi feita uma Separata do artigo da Revista Municipal que, em parte, acabamos de transcrever; o signatário teve a honra de oferecer um dos exemplares a Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional, Professor Doutor Galvão Teles.

*

*

*

A páginas 51 do volume LISBOA E SEU TERMO, Estudos e documentos, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, MCMXLVII, sob o título «LISBOA HÁ 4000 ANOS» — A Estação Pré-Histórica de Montes Claros (Monsanto) —, deram conta Eugénio Jalhay

e Afonso do Paço da 2.^a campanha de escavações, que começou na segunda-feira de Páscoa, 22 de Abril de 1946, e terminou na sexta-feira seguinte, 26 de Abril.

Aí se diz, completando a notícia já transcrita, que nas escavações de 1944 apenas se tinha escavado uma faixa de terreno de 5 metros de comprimento por três ou quatro de largura. E acrescentam: «Deu-se início à 2.^a campanha de escavações no mesmo local que tínhamos começado a explorar em 1944, isto é, a Nordeste da cavaleriça edificada junto à pergola do Miradouro de Montes Claros. Com uma equipa de nove trabalhadores começámos a prolongar para Oeste a pequena vala aberta dois anos antes, mas logo às primeiras enxadadas apareceu tal abundância de instrumentos de sílex e sobretudo fragmentos de cerâmica ornamentada, que nos vimos obrigados a proceder com grande cautela e lentidão. Nessa mesma direcção continuamos a trabalhar nos dias seguintes até sexta-feira, 26 de Abril, dia em que, voltando atrás, deliberámos alargar um pouco para a esquerda a dita vala, junto à abertura feita em 1944».

O signatário participou nestas escavações do primeiro ao último dia, o que se pode ver nas fotografias do local que acompanham o artigo que se está transcrevendo.

Em 1954 publicaram o Sr. Tenente-Coronel Afonso do Paço e a Dr.^a D. Maria de Lourdes Bártholo um Opúsculo sob o título *Considerações acerca da estação arqueológica de Montes Claros (Monsanto) e da sua cerâmica campaniforme, como desenvolvimento de uma comunicação apresentada ao «IV Congresso Internacional das Ciências Pré-históricas e Proto-históricas (Madrid, 1954)» com o título: Notice sur la station archéologique de Montes Claros (Monsanto) et son campaniforme*. (Separata da Revista Broteria, Vol. LIX (1954), p. 200-203).

Em 1959 fez o autor referências a Montes Claros a páginas 387 e 389 do seu trabalho *História das Letras e dos Algarismos*, Lisboa, 1959.

Em 1962, no volume História e Arqueologia da Secção VII do XXVI Congresso Luso-espanhol reunido no Porto, a páginas 289-293 também os mesmos autores Afonso do Paço e Maria de Lourdes Bártholo inserem uma «Nota acerca de uma escudela do povoado do Bronze I de Montes Claros» (Monsanto, Lisboa). Aí se repete (p. 290) que a estação foi descoberta pelo signatário e aí se referem as duas campanhas de escavações já indicadas e, bem assim, alguma da bibliografia que se ocupa de Montes Claros. A páginas 291, voltam os autores a pugnar por «uma escavação rigorosa e metódica», depois de terem feito referência ao parecer do falecido professor Gordon Childe, «de que uma escavação cuidada é ali absolutamente necessária, para se colherem elementos, certamente preciosos, para o estudo dos problemas campaniformes da foz do Tejo».

Tudo isto, que fica para a história da estação de Montes Claros, contribuirá para se poder apreciar melhor o valor e a importância dos trabalhos realizados na

3.ª fase de escavações

Finda, como se disse, a 2.ª fase de escavações em 26 de Abril de 1946 (e não em 1947 como, por lapso, algures se disse) não se fizeram mais escavações em Montes Claros até ao dia 25 de Fevereiro de 1959.

Vários foram os motivos dessa tão grande interrupção:

Dum lado as obrigações militares e profissionais, reduzindo muito o tempo livre dos responsáveis; por outro, a continuação das escavações em Vila Nova de S. Pedro e na Citânia de Sanfins, assim como muitos estudos feitos pelo Rev.º Padre Jalhay sobre numerosos achados que então foram feitos.

Mas o que mais e acima de tudo contribuiu para esta grande interrupção foi, em primeiro lugar, a morte prematura do nosso grande

Amigo Rev.º Padre Eugénio Jalhay, em 30 de Novembro de 1950, deixando nos seus companheiros de trabalho uma saudade e uma falta que não mais puderam desaparecer.

Com este triste acontecimento coincidira, também, a ausência de Lisboa do signatário que, por obrigações da sua vida profissional teve de passar por Faro, Santarém e Oeiras, donde só regressou a Lisboa, para o seu Liceu de Gil Vicente, em Outubro de 1958. Foi este regresso a causa próxima da

3.ª fase de escavações

A estação de Montes Claros não estava esquecida: Afonso do Paço, em homenagem à memória do Rev.º P. Jalhay (Arqueologia e História, V, ps. 29 a 66), escreveu a ps. 54: «A importante estação de Montes Claros, fundamental para o conhecimento das populações pré-históricas de Lisboa e do seu termo, não se encontra eliminada dos nossos programas arqueológicos. Aguarda apenas uma aberta na nossa vida militar, conscientes, como estamos, de que a municipalidade não nos faltará, na devida altura, com o auxílio necessário».

Na sequência deste propósito o signatário tratou de visitar a sua estação logo que passou a viver em Lisboa. Chegado a Montes Claros, notou o estado de grande abandono em que o local da estação se encontrava: o arvoredo, de plantação que era, tornara-se uma floresta frondosa e a vegetação herbácea, muito densa e desenvolvida, tornavam quase impossível o reconhecimento da estação.

Das escavações anteriores apenas restava um pequeno amontoado de terras e um ligeiro rebaixo, de pouco mais de um metro de comprimento e alguns centímetros de profundidade que, com a prática que tínhamos do local, nos indicava ter sido ali um dos extremos da escavação antiga. Sobre o terreno, mas só com muita atenção, viam-se

muitos fragmentos de cerâmica e muitos ornamentados encontrou o signatário antes, mesmo, de fazer no terreno a mais pequena escavação.

Decidido a continuar as escavações, e como o maior obstáculo era a falta de verbas para os respectivos trabalhos, pensou utilizar nelas os seus próprios alunos, como já fizera em Faro e em Santarém com óptimos resultados. Para isso tratou de expor o projecto ao seu Ex.^{mo} Reitor, que o recebeu com entusiasmo, e procurou o Ex.^{mo} Sr. Dr. Jaime Lopes Dias que, como atrás se disse, acompanhara os assuntos referentes a esta estação desde o seu descobrimento. Etnólogo de grande valor e Académico hoje, o Sr. Dr. Lopes Dias também acolheu o projecto com grande simpatia, tanto pelo seu aspecto educativo e científico, como e principalmente porque, por então, não era necessário tratar desde logo da obtenção de verbas junto da Câmara Municipal.

Seguro do caminho, e depois de tudo tratado, o signatário enviou à Câmara Municipal de Lisboa, em 23 de Fevereiro de 1959 o ofício de que guardou cópia e que passa a transcrever:

«Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Em seguimento de uma troca de impressões com o Ex.^{mo} Senhor Dr. Lopes Dias venho junto de V. Ex.^a, na qualidade de descobridor e explorador da Estação Eneolítica de Montes Claros, pedir à Ex.^{ma} Câmara da Presidência de V. Ex.^a a renovação das facilidades que nos foram concedidas para as anteriores escavações para o prosseguimento destas, agora sem despesas para esse Corpo Administrativo por isso que as escavações serão feitas, lenta, mas metódica e cientificamente, por alunos meus do Liceu de Gil Vicente, já devidamente autorizados para o efeito, sob a minha direcção e responsabilidade. Se V. Ex.^a e os respectivos serviços não vissem nisso inconveniente de maior eu começaria os trabalhos de reconhecimento e instrução dos alunos na próxima quarta-feira, a partir das 15 horas. Sem outro assunto, por agora, apresento a V. Ex.^a os meus melhores cumprimentos e subscrevo-me,

com a maior consideração e reconhecimento, A Bem da Nação e da Cidade de Lisboa, Lisboa, 23 de Fevereiro de 1959.» Ass. Leonel Ribeiro.

Nos dias seguintes recebeu-se no Liceu o officio de resposta e que, infelizmente se não encontra, nem nos arquivos do Liceu, nem nos próprios, parecendo ter-se extraviado. A Câmara entusiasmara-se com a ideia e, dando logo todas as facilidades pedidas, fez dar ordens para Montes Claros no sentido de avisar do facto todo o pessoal do Parque e de ordenar ao Chefe dos Guardas, Sr. Martins, para nos receber e coadjuvar. De facto, quando cerca das 15 horas da quarta-feira seguinte, dia 25 de Fevereiro de 1959, com o signatário chegou ao local o primeiro grupo de alunos, já ali nos aguardavam os guardas e pessoal do Parque, assim cumprindo ordens nesse sentido recebidas. Depois de ter falado com o Chefe dos Guardas do Parque, este senhor, que sempre se mostrou muito interessado e dedicado aos nossos trabalhos, mandou depois procurar os antigos crivos que fez transportar ao local da estação, juntamente com pás e picaretas e ainda uma série de pequenas estacas destinadas a referenciar as medidas e a planta da estação.

1.º dia de escavações — 4.ª-feira, 25 de Fevereiro de 1959.

Estiveram comigo em Montes Claros os seguintes alunos:

V ano, T. A,

N.º 22 — José Joaquim Cardoso Borges, aluno de Quadro de Honra,
que reservei para meu ajudante;

III ano, T. B,

N.º 2 — Álvaro Amado Bordalo Ventura,

» 7 — António José Xavier da Cunha,

» 12 — Carlos Alberto da Silva de Araújo Sequeira,

» 25 — José Manuel Tatá Alves da Fonseca,

» 37 — Manuel Henriques Martins de Campos,

N.º 40 — Rubens António Marruáz Seixas, e
» 42 — Victor Manuel Rodrigues Pestana.

III ano, T. C,

N.º 33 — José Maria Nunes Marques,

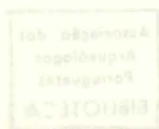
» 34 — José Teresa Lopes, e

» 36 — Luís Filipe Nogueira Biscaia.

A chuva interrompeu os trabalhos que quase se limitaram a limpar as terras de ervas e de pedras, a tirar medidas do terreno e a espetar estacas de referência. Tomaram-se, como base de referência para a planta do terreno, as paredes SE e NE do abrigo dos cavalos, dando ao respectivo cunhal ou canto o valor 100 NE e 100 SE. Pudemos assim fixar algumas medidas fundamentais e, bem assim, os locais precisos onde foram encontrados alguns objectos mais importantes. Apesar da chuva, o grupo da T.^a B pôde ainda fazer seis desenhos, 5 de sílices e 2 de cerâmica, um deles ornamentado. O grupo da T.^a C desenhou quatro fragmentos ornamentados e dois sílices. Deste modo os apontamentos do dia registam a colheita de, pelo menos, 12 sílices, 6 frag. ornam., alguns ossos de veado e mais de duas dezenas de frag. cerâmicos.

Os alunos da T.^a C deram à estação 1 cordel, 9 estacas, 2 crivos pequenos e algumas tabuletas tendo, dum lado CML (Câmara Municipal de Lisboa, e do outro LGV (Liceu de Gil Vicente) que, assim, ficaram a referenciar o terreno e as entidades que patrocinavam as escavações, estacas estas e outras posteriores que se conservaram na estação até este ano.

Como as escavações só podiam ser feitas nas tardes livres das quartas e dos sábados e como, dada a natureza muito argilosa do terreno, não era possível fazer escavações com o terreno húmido, só pudemos lá voltar a 8 de Abril. Acompanhado de seus filhos esteve o signatário a fazer medições dos terrenos da Estação nos dias 20 e 23 de Março.



2.º dia de escavações — 4.ª-feira, 8 de Abril de 1959.

Estiveram comigo em Montes Claros os seguintes alunos:

do III-B:

- N.º 5 — António Carlos Pinto Ferreira,
- » 13 — Carlos Alexandre A. Valente Coutinho,
- » 18 — Fernando José Fradique Ribeiro,
- » 21 — Franklim Augusto S. Correia da Silva,
- » 24 — Jorge Joaquim Pacheco Coelho de Oliveira,
- » 38 — Manuel José Ferreira de Sousa,
- » 39 — Nuno Álvares Santos Silva,
- » 42 — Victor Manuel Rodrigues Pestana, e
- » 43 — António Fernando Fradique Ribeiro.

do III-C os alunos:

- N.º 8 — Eduardo Artur Oliveira de Passos Parente,
- » 24 — José António Alves dos Santos,
- » 25 — José António Cardoso da Mata, e
- » 34 — José Teresa Lopes.

Fizeram-se escavações nos metros 116/134 e 116/135. Foi um dia muitíssimo proveitoso porque a camada arqueológica era pouco espessa — menos de 50 cm — sendo facilímo reconhecer o solo virgem, nunca mexido. Por isso foi fácil registar as aberturas ou buracos que este solo virgem apresentava: um oval de 37 por 23 cm e 30 cm de profundidade; outro quase circular, a 35 cm do anterior, medindo 30×22 cm e 25 cm de profundidade e um terceiro, mais pequeno, quase circular, mas de paredes muito apumadas que tinha, em média, 25 cm de diâmetro e cerca de 35 de profundidade. Tivemos bem a impressão de que seriam aberturas contemporâneas das pessoas que habitaram na estação feitas para nelas serem fixados paus para suporte de tectos de cabana ou para segurar as paredes. Dentro do primeiro, na parte superior, havia alguns pedaços de cerâmica ornamentada e muitos sem ornamentação; dentro do ter-

ceiro e a 10 cm da boca, estava o frag. dum grande bordo de campaniforme, ornamentado com três faixas tracejadas verticalmente, tendo a antepenúltima uma série de pontos. A terra virgem é de tufo basáltico, compacto, mas facilmente desagregável. Apresenta uma inclinação para NE de 5 cm/metro. Depois de medidos e referenciados na planta estes buracos foram cuidadosamente cobertos com pedras planas para não serem estragados. Porém, quando no ano seguinte lá voltamos, verificamos que os jardineiros haviam lá ido carregar a terra remexida, e que se destinava a ser crivada na devida oportunidade e, ao mesmo tempo, tinham atirado com terra e materiais mais grossos para cima dos buracos! Como se isto fosse ainda pouco, os trabalhadores do Parque vieram abrir uma cova por cima daquele aterro e plantaram um cedro que já vai estando grande e cujas raízes devem estar a começar a destruição daqueles importantes documentos (!). A camada arqueológica sobre a linha 116, que passa meio metro a SO dos buracos, tinha apenas uma espessura de 25 a 28 cm. As escavações deste dia deram mais de uma dúzia de ornamentados, muita cerâmica sem ornatos e bastantes sílices sem significado especial. Dentro dos buracos do tufo estavam várias pedras de basalto em forma de cunhas planas que, pela posição e pelas dimensões, davam perfeitamente a ideia de terem servido para «calçar» os esteios que ali teriam sido colocados. O facto de se encontrarem dentro fragmentos de vasos ornamentados de tipo campaniforme sugere com bastante evidência que todo o conjunto — buracos, pedras-cunhas, cerâmica campaniforme e possíveis esteios, seja contemporâneo.

A natureza do terreno, muito argiloso, como se disse, e a grande abundância de espólio fizeram com que desde o princípio se pusesse de parte toda e qualquer ferramenta grande, a não ser a pá, tendo-se utilizado apenas ferramentas de mão, como sachos de jardim, pequenas colheres de pedreiro ou de estucador com lâminas em bico agudo de 4 × 10 cm, chaves de parafusos e picaretas de mão, muito pequenos,

sendo os maiores os de campismo da Mocidade Portuguesa, estes só utilizados para remover as pedras maiores.

Deste modo, era sempre muito pequena a extensão de terreno revolvida, mas a que se fazia ficava praticamente limpa de espólio e tendo separadas as pedras da terra, de maneira que seria sempre fácil crivar essa terra já explorada. O pior foi que, quando em Outubro voltámos à Estação, tivemos o desgosto de verificar, como já se disse, que *a maior parte dessa terra destinada ao crivo havia sido levada para jardins (!)*, ficando tudo remexido e, em parte, *estragado o importante conjunto arqueológico constituído pelo grupo de buracos!* E isto apesar de terem sido constantes as nossas recomendações ao pessoal de que não se mexesse, nem se deixasse mexer! Todo o pessoal cumpriu, menos os dos jardins, porque esses nunca tinham contactado connosco.

O mau tempo primeiro e, depois, a época de exames, não permitiram que voltássemos lá até ao fim do ano lectivo, 1958/59.

Ano lectivo de 1959/1960

Durante o primeiro período de 1959-1960 não foi possível ir a Montes Claros devido ao estado do terreno, sempre encharcado e lamacento.

Passadas as férias do Natal e com o terreno já suficientemente enxuto foi então possível voltar à Estação e fazer o

3.º dia de escavações — quarta-feira, 13 de Janeiro de 1960.

Estiveram comigo na Estação, escavando, recolhendo espólio e apresentando os respectivos desenhos os seguintes alunos do IV ano, turma B:

N.º 6 — Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho,

» 7 — Carlos Guilherme Barros Marques,

» 11 — Francisco Manuel Cardador de Aguiar,

» 16 — José Joaquim Pacheco Coelho de Oliveira,

- N.º 20 — José António Maria Cardoso da Mata,
» 29 — José dos Santos Ferreira Ladeira,
» 30 — José Teresa Lopes e
» 40 — Vasco Manuel Centeno Lourenço Barata.

Estes alunos estiveram distribuídos pelos m² 117/134, 117/135, 117/136 e 117/137. Fez-se uma importantíssima colheita de fragmentos cerâmicos de tipo campaniforme, muito ornamentados, merecendo especial menção os fragmentos de um grande vaso de massa escura, muito pulido no interior e com grandes faixas incisadas no exterior, formando xadrês. Meses mais tarde vieram a encontrar-se mais fragmentos do mesmo vaso. Continuaram a ser encontrados muitos sílices e muitíssimos fragmentos de cerâmica não ornamentada, assim como alguns ossos de animais muito partidos. Todos os fragmentos ornamentados foram desenhados e estão guardados os desenhos na respectiva carteira.

Entretanto, voltava o signatário à estação, em 27 de Maio, unicamente para corrigir as medidas feitas com base na casa-abrigo dos cavalos, tendo achado:

- a) Na linha 100 SE (parede da traseira) até à estrada, 40 m;
- b) Determinação dum ângulo recto, no ponto 135 m desta linha;
- c) Marcação do ponto 135/115 m no colo do «Cedro do casaco», alinhamento a NE do pé do cedro;

d) Determinação dum ângulo recto por esse ponto e alinhamento subsequente até junto do «Cedro alto da estrada» (alinhamento por SO do pé do cedro); ao cedro alto, marca, 141,4 m; até à berma da estrada, 146 m.

- e) Na linha 135 NE, do «Cedro do casaco» ao «Cedro grande dos Cactos» 20,4 — total 135,40 m; até ao fosso mais 12 m, total 147,40 m.

Todos estes dados passaram ao papel milimétrico e, com outros já tomados, ficou concluída a rede cartográfica-base para a planta da estação e referências a fazer nela.

Daí em diante todos os trabalhos de escavação de Montes Claros passaram a ser referenciados com base numa rede de metros quadrados que, nas plantas em papel milimétrico e a partir de estacas fixas no solo, permitia referenciar qualquer ponto com aproximação em centímetros.

*

* *

4.º dia de escavações — Sábado, 4 de Junho de 1960.

Neste dia estiveram comigo nas escavações, recolhendo abundante espólio e entregando-me dias depois muitos dos respectivos desenhos, os meus seguintes alunos:

do IV ano, turma B:

- N.º 2 — António José Xavier e Cunha,
- » 6 — Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho,
- » 7 — Carlos Guilherme Barros Marques,
- » 9 — Eduardo António Parra Veloso,
- » 10 — Eduardo Artur Oliveira de Passos Parente,
- » 15 — Joaquim Fernandes Roque,
- » 16 — Jorge Joaquim Pacheco Coelho de Oliveira,
- » 21 — José Cabeçadas Ataíde Ferreira,
- » 29 — José dos Santos Ferreira Ladeira,
- » 32 — Manuel João Ferreira de Sousa,
- » 33 — Manuel Pinto Nunes,
- » 35 — Nuno Álvaro dos Santos Silva,
- » 40 — Vasco Manuel Centeno Lourenço Barata e
- » 42 — Jorge Manuel Prazeres Escalço Valada.

e do IV ano, turma C:

- N.º 25 — José Alberto Ferreira Nunes Barata e
- » 42 — Vasco Luís Teixeira Rebelo da Silva.

Estes alunos fizeram escavações nos metros quadrados 115/136, 115/137, 115/138; e 116/136 e 116/138.

Além dalguns que eu próprio encontrei, foram achados dez fragmentos ornamentados, três pelo n.º 10, quatro pelo 40, e um por cada um dos n.ºs 16, 42 B e 42 C. De todos esses fragmentos fizeram desenhos, que se guardaram.

No cruzamento 116/138 foi encontrado um lindo percutor escuro, bem pulido, de faces planas, sub-trapezoidal, com a base maior, ligeiramente côncava, destinada à percussão. Foi desenhado pelo n.º 16 do IV B, Jorge Oliveira que fez muitos outros desenhos.

Aos 116,30 cm da linha 139 encontrou-se um machado cinzento, bem pulido, sub-comprido, de secção quase elíptica, a uns 20 cm da superfície e junto com um grupo de sílices grandes dando-me a impressão de que todo o conjunto ali fora deposto ao mesmo tempo. Muitos dos fragmentos ornamentados, ou não, acusam o tipo da cerâmica campaniforme. O restante espólio continua como os anteriores, mas sempre muito abundante.

*
* *

5.º dia de escavações — 6.ª-feira, 13 de Junho de 1960.

Por serem as chamadas «férias de ponto», intervalo entre o fecho das aulas e o começo dos exames, pudemos aproveitar outros dias além das quartas e sábados (tardes livres).

Neste dia estiveram comigo em Montes Claros os seguintes alunos: do IV B:

- N.º 6 — Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho,
- » 10 — Eduardo Artur Oliveira de Passos Parente,
- » 21 — José Cabeçadas Ataíde Ferreira,
- » 33 — Manuel Pinto Nunes, e

N.º 37 — Rogério Beltrão de Oliveira Coelho.
e do IV C:

N.º 25 — José Alberto Ferreira Nunes Barata.

Os alunos 1.º e 2.º recolheram, cada um, dois fragmentos cerâmicos ornamentados; os restantes alunos recolheram um cada um. Total dos ornamentados, com os recolhidos por mim, doze, dos quais dois de bordos. Estas escavações foram feitas nos m² 116/136 e 116/137. Todos estes alunos levaram a suas casas os «seus ornamentados», lavaram-nos e devolveram-nos com os respectivos desenhos.

*

*

*

6.º *dia de escavações* — Domingo de manhã, 15 de Junho de 1960.

Estiveram comigo na estação os dois seguintes alunos do IV B:

N.º 33 — Manuel Pinto Nunes, e

» 40 — Vasco Manuel Centeno Nunes Barata.

Além das medidas sobre o terreno, os três fizemos escavações no m² n.º 115/137.

Neste dia encontrámos uns dez fragmentos de cerâmica ornamentada, entre os quais vários bordos de vasos muito finos, (dois a três mm de espessura e com incisões muitíssimo finas e delicadas). Estavam imediatamente por cima e nos intervalos do que nós chamamos «as pedras da calçada» pois, embora não se tratasse duma calçada propriamente dita como as nossas, a disposição duma série de pedras de tamanhos aproximados e dando ideia mais ou menos duma arrumação propositada, levou-nos àquela designação. A densidade e a disposição de tais pedras, assim como o espólio que lá encontrámos deram-nos a impressão segura de não terem sido mexidas em trabalhos agrícolas recentes.

Nesse mesmo m² encontrámos também muitos sílices e um cutelo de sílex. Os fragmentos, como a superfície superior da «calçada» estavam a uma profundidade entre 20 cm e 25 cm.

*
* *

7.º dia de escavações — 2.ª-feira, 16 de Junho de 1960.

Nesta data, que era dia de Corpo de Deus, estiveram comigo em Montes Claros, a partir das 11 horas, os seguintes alunos:

do IV A:

N.º 24 — Franklim Augusto Sousa Correia da Silva.

do IV B:

N.º 6 — Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho,

» 9 — Eduardo António Parra Veloso, e

» 11 — Francisco Manuel Cardador de Aguiar.

do III B:

N.º 9 — Carlos Aguiar (por ser irmão do anterior).

Fizeram-se escavações nos m² n.ºs 115/137, 115/138, 115/139 e 116/139. Ao canto do cruzamento 116/139 encontraram-se dois sílex juntos, com a aparência de raspadores, a 20 cm da superfície. Aos 115/137, 80 cm e a 5 cm da superfície estava um bordo de grande taça ornamentada. Tudo o mais sem nada de especial.

Além dos alunos citados que, por serem do IV ano iam por si próprios estiveram na estação, precedendo autorização por escrito das famílias os seguintes alunos de I ano:

da Turma F:

N.º 1 — Abílio Manso Ribeiro do Ó,

» 3 — Adelino Manuel Martins da Silva Tavares,

N.º 33 — Rui Carlos Correia da Silva.
da Turma E:

N.º 1 — Aires Henriques Fernandes,

» 3 — Alberto Fernandes Alves,

» 22 — João Gaspar Ferreira Pires e

» 24 — Jorge Antunes dos Santos e alguns mais, e, ainda,

» 7 — António Augusto de Oliveira Alves.

Assim terminaram os nossos trabalhos no ano lectivo de 1959/1960, pois, com as férias, foi total a interrupção deles.

Ano lectivo de 1960/1961

Só voltei à estação, para reconhecer o estado do terreno, em 1 de Novembro de 1960.

Notei que o pessoal do Parque havia aberto algumas covas para árvores, nos dias anteriores, em toda a borda da estrada dos peões que margina a estação e cuja abertura tinha sido a causa do seu descobrimento. O tempo estava de chuva e não se podia mexer na terra. Apanhei, contudo, alguns sílices e fragmentos de vasos ornamentados grandes que estavam à vista na terra da cova que veio depois a ter o n.º 6, situada no m² n.º 91/129.

*

*

*

8.º dia de escavações — 4.º-feira, 9 de Novembro de 1960.

Na quarta-feira seguinte, 9 de Novembro, voltei à estação, acompanhado dos quatro alunos seguintes:
Do V-E (antigos IV B e IV C):

N.º 20 — José Alberto Ferreira Nunes Barata,

» 23 — José Cabeçadas Ataíde Ferreira,

N.º 28 — José Pedro Nery Rodrigues de Azevedo, e

» 32 — Manuel Pinto Nunes.

Passei a fazer medições para referenciar as covas na planta da estação, numerando todas e tomando notas sobre o aspecto e o conteúdo das respectivas terras.

Aqueles alunos, entretanto, estiveram algum tempo na escavação e retiraram dela cinco fragmentos de cerâmica ornamentada, devolvendo-mos mais tarde com os respectivos desenhos. Também me ajudaram naquelas medições. Fez-se pouco porque o tempo e as terras estavam maus e em mau estado.

A 12 de Novembro voltei à estação, sem companhia, e continuei com o trabalho de medições e de referência das covas, recolhendo sempre muitos sílices e fragmentos de cerâmica, alguns ornamentados.

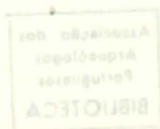
*
* *

9.º dia de escavações — Quarta-feira, 16 de Novembro de 1960.

Voltei à estação com os mesmos alunos do dia 9 e com mais os N.º 16 — Joaquim Fernandes Roque, e

» 39 — Victor Duarte Tavares.

Voltámos à cova n.º 6, que alargámos e aprofundámos até ao solo virgem (60 cm), tendo encontrado mais alguns fragmentos relativamente grandes, ornamentados com incisões paralelas de linhas curvas, com asas já largas, dum tipo completamente diferente dos tipos ornamentados das escavações que distavam desta cova 25 a 30 metros. Além desta cerâmica de tipo especial havia também muitos sílices, parecendo-me que os da camada mais profunda, mais abundantes, eram mais antigos



por apresentarem uma coloração mais carregada e mais avermelhada. As terras desta cova e as que delas tirámos eram muitíssimo ricas em espólio de sílex e de cerâmica sem ornamentos. Essas terras foram tão escolhidas quanto possível sem crivo, que o estado lamacento não permitia utilizar e continuaram a ser observadas até à altura da plantação em que, mais uma árvore e arrasado o terreno, se deixou do caso uma simples referência na planta, à espera do dia em que ali há-de chegar a devida escavação.

O mesmo sucedeu, quanto a riqueza de espólio, escolha das terras, plantação e paragem referenciada, com as covas n.º 8, 10, 11, 45, 51, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 64, 65 e 66. V. plantas.

*

*

*

10.º dia de escavações — Quarta-feira, 23 de Novembro de 1960. Por estar mau tempo resolvi não deixar ir alunos à estação. Fui eu só e ocupei-me a pesquisar as terras das covas n.ºs 7 e 9. As covas 7 e 8 tinham sido abertas junto ao talude da estrada dos peões e próximas dum pinheiro manso que marca uma superfície duns quatro a cinco metros quadrados muito rica em cerâmica dum *tipo diferente* dos já encontrados. As terras retiradas da limpeza das respectivas valetas pelo pessoal do Parque permitiram-me recolher, junto daquele pinheiro, uns sete ou oito fragmentos desse novo tipo.

A cova n.º 7 e a sua área situavam-se nos m² 95/138, 94/138 e 93/138. A cova estava junto ao talude da estrada a um metro da valeta e a dois do «macadame». Tinha 70 cm por 60 cm; a profundidade total, tudo terreno arqueológico, era de 60 cm do lado da floresta e de 40 cm do lado da estrada. No topo de Leste o terreno virgem faz uma cova de 10 cm, na qual estavam seis ou sete sílex trabalhados, mesmo contra o fundo de terra virgem como, aliás, sucede noutros lados.

A cova deu pouca cerâmica, mas muitos sílices; no fundo estava a pedra azul, e nele não havia pedras maiores do que ela.

A cova n.º 9, abrange parte da área dos m² 98/139, 98/140, 99/139 e 99/140. Estava a 1 metro da valeta e a dois do cascalho da estrada. Media 70 cm por 60 cm e tinha de altura 65 cm do lado de dentro e 40 cm do lado da estrada. O fundo virgem é constituído por nódulos de basalto encaixados em tufo basáltico. Por cima do fundo virgem é tudo terreno arqueológico que deu bastantes sílices, alguns extraí mesmo do fundo, dando a impressão que estiveram ali desde a ocupação do povoado eneolítico. Alguns fragmentos dispersos de cerâmica não ornamentada. Junto da cova há dois cedros grandes de forcas baixas.

*

*

*

10.º dia de escavações — Domingo, 4 de Dezembro de 1960.

Aproveitei a tarde livre de domingo para continuar a fazer mediadas e referências, primeiro sobre a linha 135 NE e, depois, referenciando melhor e examinando as terras das covas n.ºs 1 a 15. Coloquei uma estaca de referência no ponto 80/135, na estrada dos peões, entre ela e a berma Leste. Tomei, sobre as covas, as seguintes notas:

1.ª cova: estava no m² 84/131, a 1 metro da estrada. Continha muitos sílices e cerâmica. A terra virgem estava uns centímetros abaixo do fundo de 40 cm.

2.ª cova: estava situada no m² 88/183, a 1 metro da berma da mesma estrada. O tufo basáltico virgem estava a 35 cm, de modo que a abertura da cova ainda cortou, nesse tufo virgem uns 10 cm. Deu cerâmica e muitos sílices.

3.ª cova: foi aberta no m² 87/129, a 4 metros da estrada; o fundo virgem estava a 40 cm e é de tufo e com nódulos grandes; a terra deu sílices, cerâmica ornamentada e ossos.

4.^a cova: foi aberta no m² 89/131, a 4 metros da estrada. Apresentava o fundo virgem de tufo e nódulos a 30 cm; a terra continha muitos sílices e cerâmica. Não apresentava sinais de «calçada».

5.^a cova: foi aberta a 8 m da estrada. Tinha o fundo virgem a 50 cm; deu muita cerâmica e sílices. Aberta aos m² 90/126.

6.^a cova: foi aberta no m² 94/129, também a 8 m da estrada. Já a referimos no 8.º dia. Os trabalhadores do Parque, ao abrirem a cova, trouxeram com a terra fragmentos de vasos com asas e do vaso grande canelado, já referido. A cova foi aprofundada e encontrou-se o fundo virgem a 60 cm, formando uma cova profunda 20 cm mais funda que o resto da camada virgem, e no meio de pedras grandes (30 × 30 cm) onde se encontravam os pedaços com restos de asas e outros do vaso canelado. O fundo virgem estava sobreposto por uma série de pedras quase formando uma «calçada» de 20/30 cm de face plana mais ou menos horizontal. Como já se disse, a cova foi alargada aos m² 95/129, alargamento esse que pouco mais deu além dos sílices que toda a superfície escavada tinha.

7.^a cova: foi aberta no m² 96/137, a um metro da berma. A cova foi toda limpa até ao fundo virgem de tufo com nódulos, a 50 cm da superfície média; mas a NE da cova o fundo estava 10 cm mais abaixo, talvez devido a uma cova antiga. Foi desta berma que o pessoal do Parque tirou, como lixo, os pedaços do vaso bem cosido, em curvas caneladas, já referido. Toda a berma que vai pelos m² 89/135, 90/136, 91/137, 92/137, 93/138, 94/138, 95/139, 96/139, 97/140, 98/140 e 99/140 está hoje, sensivelmente no fundo virgem, junto ao qual se tem encontrado grande quantidade de sílices (grandes discos, facas e muita cerâmica), que, com a limpeza da valeta, o pessoal vai deitando para o talude onde nós os fomos encontrar. A parte mais profunda da área desta 7.^a cova apresenta mais sílices «antiquados» e mais pedras «quase calçada».

8.^a cova: foi aberta no m² 100/139, a 1 metro da berma. Foi limpa até ao fundo virgem de tufo e nódulos que estava a 50 cm de profundidade média. Deu muitos sílices e cerâmica, alguma ornamentada. Devido a este achado, abriu-se a cova até à estrada, fazendo uma pequena vala ao longo do m² 99/139 e 99/140, de maneira a ficarmos com uma vala estreita de 1,5 m de comprimento, a partir da valeta. No primeiro meio metro o fundo estava cerca de 20 cm mais baixo que o fundo da valeta, estando esta também cerca de 20 cm abaixo do nível do cascalho da estrada. Para Oeste o nível virgem sobe rapidamente e, para o fim da vala, já está uns 30 cm mais alto do que no princípio desta, no fundo da valeta. Esta pequena vala, juntamente com a cova que aí fora aberta, deu muitos sílices, mas a quantidade destes diminuía com a menor profundidade do tufo virgem.

9.^a cova: foi aberta no m² 101/133, a uns 7 m da valeta. As suas terras deram cerâmica e muitos sílices. Não foi possível aprofundá-la, nesta ocasião.

10.^a cova: foi aberta no m² 109/143 e 110/143, a 1 metro da berma. Foi limpa até ao fundo virgem que estava a 50 cm de profundidade média e é de tufo e nódulos. Deu cerâmica e sílices; não apresentava «pedras em calçada».

11.^a cova: foi aberta no m² 112/144, a 1 metro da berma. Não foi possível limpá-la nessa ocasião.

12.^a cova: foi aberta ao m² 113/138, a 1,5 m das escavações em curso. Deu vários fragmentos ornamentados e muitos sílices. Tinha pedras grandes a 20 cm de profundidade.

13.^a cova: foi aberta no m² 114/145, a 1 metro da berma, no cômodo de limpeza da valeta. Não se pôde limpar.

14.^a cova: foi aberta aos m² 115-116/133-134, no monte de terras já escavado e que se destinava ao crivo, na devida oportunidade.

15.^a cova: foi aberta nos m² 117-118/134-135, justamente no golpe da escavação, de maneira que o trabalhador que a abriu cortou terreno

na parte já escavada e na parte por escavar, o que nos permitiu observar o terreno arqueológico para aquele lado, e verificar que a escavação de 1946 não tinha atingido aquele local.

*
* *
*

11.º dia de escavações — Sábado, 10 de Dezembro de 1960.

Estive na estação com três ou quatro alunos de que não tomei o nome. Continuámos a fazer medições na estação, a partir do cruzamento 110/135. Notei que a escavação tinha chegado ao m² 114,2/135. Aos 115 o «cedro do casaco» e aos 118 o fim da parte já por nós escavada.

16.ª cova: foi aberta ao m² 122,8-123,4/134,5-135, já fora da parte escavada. Tinha 45 cm de prof. e estava quase cheia de água. A terra extraída da cova apresentava tufo virgem e entulho recente, parecendo ter pouco de arqueológico.

17.ª cova: foi aberta aos m² 127,2-127,8/134,6-135,3. Estava com água, tinha 50 cm de prof. e as suas terras continham tufo virgem, pedras e fragmentos de telhas recentes. Não dava indícios de terreno arqueológico.

18.ª cova: foi aberta nos m² 130,3-130,9/135,4-136, com 45 cm de profundidade. As suas terras apresentam muitas pedras e entulho recente com telhas fragmentadas. Não tem vestígios arqueológicos.

19.ª cova: foi aberta nos m² 133-133,6/134-134,7, com 50 cm de profundidade sem que se veja o fundo virgem, como também a anterior. A terra da cova continha cerâmica e sílices. Sobre a linha 135 NE está o cedro do poço entre 135,5 e 135,7; aos 137 a vedação antiga dos cactos e aos 147,5 m a escarpa do barranco.

20.ª cova: foi aberta aos m² 128,8-129,5/127,8-128,5. Era uma cova no terraço antigo, de 40 cm de profundidade. A sua terra era arqueoló-

gica, negra, com muito entulho recente misturado com cerâmica antiga grossa e fina. Nela recolhi um fragmento de amoladeira.

21.^o cova: foi aberta aos m² 128,9-129,5/127,8-128,5. Tinha um pouco mais de 50 cm de profundidade, mas esta não atingia o terreno virgem. Deu um bordo de vaso ornamentado.

22.^a cova: foi aberta aos m² 130,5-131/129,8-130,4. Ficava por baixo da calçada. Apresentava tufo e entulho recente, com telhas pintadas e sem vestígios arqueológicos.

23.^a cova: foi aberta aos m² 129,7-130,4/129,8-130,4. Tinha entulho recente e, por baixo deste, cerâmica, sílices e nela achei um grande fragmento ornamentado preto e grosso.

24.^a cova: foi aberta aos m² 135/132,3, por baixo da antiga calçada da moradia. Tinha uma profundidade de 50 cm e as suas terras continham entulho, tufo, cerâmica e sílices. Estava a 1 metro do talude que segura o terraço; este vai para NE, dos m² 132 aos 137. Nele foram feitas algumas covas que deram cerâmica, alguma ornamentada, e sílices.

25.^a cova: foi aberta aos m² 132,9-133,5/131,2-131,8. Estava a 1 metro da antiga vedação dos cactos. A escavação apresentava 30 cm de entulho estéril e 20 cm de tufo virgem.

*

*

*

12.^o dia de escavações — Domingo, 11 de Dezembro de 1960.

Voltei a Montes Claros para continuar com o estudo, anotação e análise das terras das covas.

26.^a cova: foi aberta aos m² 122,5-123,2/128,3-129. Era uma cova de 45 cm de profundidade aberta em entulho quase estéril.

27.^a cova: foi aberta aos m² 123,7-124,4/130,1-130,5. Estava no terraço inferior, tinha 40 cm de fundo, dando terras de entulho e pedras

grandes no fundo (calçada recente). Por baixo calcáreo margoso, amarelo, quase estéril.

28.^a cova: foi também aberta no terraço inferior aos m² 124,7-125,3/133,1-133,7. Entulho até 20 cm e tufo para baixo, entremeado com calcário amarelo, estéril.

29.^a cova: foi aberta no sopé do talude do terraço, aos m² 126,6-127,2/129,4-130. Apresentava terra mexida e entulho, tudo estéril.

30.^a cova: foi aberta também no sopé do talude, aos m² 128-128,7/131,6-132,2. A abertura tirou pedras de calçada recente a 30 cm e por cima do tufo virgem. Tufo e calcário tudo parece estéril.

31.^a cova: foi aberta aos m² 124,3-125/138,9-139,5, quase toda em tufo virgem, estéril.

32.^a cova: foi aberta aos m² 147,9-148,4/125,1-125,8; a 80 cm da berma da estrada e no entulho desta. Não atingiu o fundo virgem e mostrava poucos sinais de arqueológico. Sobre a linha 130 SE a berma está aos 149,1; o cascalho da estrada dos 149,9 aos 153,1 e o fim da outra berma aos 154,30 m.

33.^a cova: foi aberta aos m² 127,5-128,1/137,1-137,9. As suas terras apresentavam muita pedra calcária amarela branda, com alguns sílices. Estava com água e o seu fundo era muito irregular apresentando tufo com nódulos a 20 cm do lado Norte e ao Sul um buraco de 40 cm.

34.^a cova: foi aberta aos m² 130,3-130,9/140-140,6 com 55 cm de profundidade, com o fundo virgem à vista e calcário quase estéril.

35.^a cova: foi aberta aos m² 128,8-129,4/120,5-121 quase toda em terreno virgem de basalto decomposto e tufo. Achei nela um pequeno fragmento de cerâmica mas mostrava-se estéril.

36.^a cova: foi aberta aos m² 130-130,6/119,8-120,4 no tufo superficial inteiramente estéril.

37.^a cova: foi aberta aos m² 127,4-128/143,2-143,8 na terra arável com «calçada» a 35 cm e muitos sílices.

38.^a cova: foi aberta aos m² 127-127,6/146,3-147 no terreno arável com pedras a 35 cm, muitas pedras pequenas e grande quantidade de cerâmica e de grande sílices. Estava a três metros da berma.

39.^a cova: foi aberta aos m² 129,4-130/145-145,6 em terreno com muitas pedras e entulho com pouca coisa de cerâmica.

40.^a cova: foi aberta aos m² 129,1-129,8/147,3-148 a 1,5 da berma da estrada. As suas terras tinham entulho com sílices.

41.^a cova: foi aberta aos m² 131,2-131,8/148-148,6, a 1 metro da berma com entulho e alguns sílices.

42.^a cova: foi aberta aos m² 132,7-133,3/143-143,6 em terreno arável mas com terra muito negra e grande quantidade de sílices.

12.^o dia de medições — Quarta-feira, 14 de Dezembro de 1960.

Medições auxiliadas por alguns alunos, sobre a linha 100 SE. A escavação já feita estava ao metro 138,65; a berma a 140,30; o cascalho da estrada aos 141,15 até aos 144,30 e a berma oposta à primeira a 144,40. A linha 100 passa no cedro duplo aos 153,70-154; dos 163 aos 164,20 o talude antigo com cerca de 1 metro de desnível, depois a estrada da cascalho, antiga até 168,20; aos 173,60 o talude berma até 175. Nesse talude berma havia cerâmica (canelados curvos) e sílices. A estrada dos cavalos está a 178,50 m, a respectiva berma até aos 178,40 (179,4) com o meio do «cedro grande» a 179,45; segue o talude da estrada aos 182,20, a valeta da calçada aos 183,60; a estrada asfaltada dali até aos 193,40 e, por fim, a valeta da calçada e a floresta.

43.^a cova: foi aberta aos m² 120-120,7/136,3-136,9 num terreno que parece estar no limite entre o morro da escavação antiga e a parte NE não escavada ainda; das suas terras nada concluí.

44.^a cova: foi aberta aos m² 119,7-130,3/140-140,7 no morro da escavação antiga; as suas terras nada acusavam.

45.^a cova: foi aberta sobre a linha 120 SE dos 147 aos 147,90; junto à berma num talude com um metro de desnível; a berma-valeta

vai até aos 148,7, o cascalho da estrada daqui aos 151,9, seguindo-se a outra berma até aos 152,90.

Ainda sobre a mesma linha 120 SE um talude dos 165 aos 166,6; o talude forma ali com aquela linha um ângulo de cerca de 45°; aos 170,8 o meio dum cedro que fica junto à estrada dos cavalos e quase em frente do poste de cimento da estrada asfaltada; dos 171,7 aos 171,8, com um metro de desnível, o talude da estrada dos cavalos; segue a respectiva berma até ao 172,3, a estrada dos cavalos daqui até 175,90; berma seguinte daqui até 177; o talude da estrada asfaltada vai de 179,8 a 180,8; segue o asfalto. O posto alto de cimento para luz está por 121,1-121,4/180,3-180,70.

46.^a cova: foi aberta aos m² 121-121,7/178,2-178,7 sobre o talude e a um metro e meio do poste. Tinha 20 cm de profundidade e só apresentava entulho recente.

13.^o dia de medições — Terça-feira, 20 de Dezembro de 1960.

Por terem acabado as aulas foram a Montes Claros quatro alunos meus que me ajudaram a prosseguir nas medições das covas.

47.^a cova: foi aberta aos m² 139,8-140,4/132,8-133,50; parecia que não tinha chegado ao fundo virgem por toda a parte e as suas terras nada apresentavam de arqueológico.

48.^a cova: foi aberta aos m² 135-135,4/138,5-139,10 a um metro do canto do terraço superior; apresentava entulho barrento até 30 cm e o resto era de tufo virgem sem nada de arqueológico.

49.^a cova: foi aberta aos m² 135,3-135,9/140,3-140,9 em terreno de entulho com muitas pedras e que não atingiu o fundo virgem. Nada continha de arqueológico.

50.^a cova: foi aberta aos m² 133,6-134,3/142-142,7 por entre entulho de basalto e de calcário, tendo no fundo uma pedra calcária de 30 por 30 cm que parecia mó de moinho.

51.^a cova: foi aberta aos m² 133,6-134,1/149,3-149,9 em entulho de pedras de basalto. Tinha apenas 30 cm de funda e não atingiu o terreno virgem.

52.^a cova: foi aberta aos m² 136,3-137/148,5-149,2 a 1,10 m da berma, em terreno com muito entulho e sem espólio arqueológico.

53.^a cova: foi aberta aos m² 148,3-149/142,5-143,20 a romper uma camada de calcário amarelo à superfície seguido de entulho de basalto com telhas partidas, tudo estéril.

Os alunos que me ajudaram foram os seguintes:
do IV ano A:

N.º 24 — José Manuel Figueira;

do V ano A:

N.º 38 — Pedro Manuel Cordeiro de Sousa Santos, e

» 39 — Rafael João do Vale Alves Pereira;

do V ano B:

N.º 39 — Victor Duarte Tavares, sub-chefe da turma.

Sobre a linha 110 SE a estrada dos cavalos está aos 175 m.

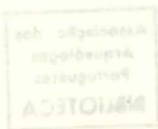
14.^o dia — *Só medições* — Sexta-feira, 23 de Dezembro de 1960.

Fiz medições em Montes Claros, ajudado pelo guarda da cavalaria. Para determinar o começo do barranco que a NE limita a estação, achei as marcas seguintes (m²):

130/85; 133/90; 135/95; 136/100; 137,8/105; 138/110; 139/115; 140/120; 142,5/125; 144,4/130; 147,5/135; e 149/139.

A linha 116 NE, de 130 a 140, vai dos cactos, atravessa uma cova de 4 m por 2 m de fundo e sobe no resto.

Sobre a linha 120 NE, de 130 a 140 o declive é regular, subindo um metro até à borda do barranco. A antiga estrema dos cactos vai pela linha 130 SE do m 115 ao m 123; aqui está um pinheiro manso (123/131). Sobre a linha 130 NE os cactos estão entre os m 133 e 134, estando o bordo do barranco aos 144,4, como se disse. Neste ponto



o terreno entre os cactos e o barranco é regular e quase horizontal. Para E-NE, junto ao bordo do barranco há um troço de calçada recente. Não fizeram covas nesta parte.

A extrema antiga dos cactos vai pelos seguintes m²:

122/85; 125/90; 126,8/95; 127/100; 128/105; 131/123; 136/130; 138/134; 138,5/135; 141/144; 142,8/147; 145/148,5 e a berma da estrada dos peões a 145/150.

O pinheiro manso acima referido (123/131), marca o fim NO do terraço superior.

No dia 20 (13.º dia), com o Tavares e os outros foram limpas e alargadas as covas n.ºs 21.^a e 23.^a que deram mais sílices e cerâmica. O fundo da cova n.º 21.^a vai de 40 a 60 cm NE-SO e assenta no tufo virgem; como em muitos outros lados, a maior quantidade de sílices está perto do fundo virgem. A cova 23.^a tem o fundo mais horizontal, mas as suas terras são mais misturadas com entulhos recentes.

Coloquei uma estaca no ponto 150/155, berma da estrada.

A seguir fizeram-se as seguintes medidas para a determinação das estradas atinentes à estação:

Sobre a linha 130 SE:

Talude aos 149,2; berma de 149,8 a 150,8; cascalho da estrada dos peões, de 150,8 a 153,8; berma seguinte até 155; trilho dos cavalos, de 170,5 a 175; berma seguinte até 176,2; depois um talude, a berma da estrada de 180,2 a 181,7 e o asfalto desde aqui até 190, mais 1 metro de berma calçada e, a seguir, a floresta SE.

Sobre a linha 140 SE:

Berma a 150,3; cascalho dos peões de 150,3 a 154,5; trilho dos cavalos, de 169,7 a 173,7; estrada asfaltada a 179,5.

Sobre a linha 145 SE:

Talude a 149; berma a 150; cascalho, de 150,8 a 154.

Sobre a linha 150 SE:

Talude a 148,5; berma a 149,5; cascalho dos peões, de 150,5 a 153,40; trilho dos cavalos, de 167,5 a 171,20; asfalto, de 177,2 a 185.

Sobre a linha 160 SE:

Berma a 146,5; cascalho dos peões, de 147,2 a 151; trilho dos cavalos, de 165,5 a 169,2 e asfalto a 174,5.

Covas abertas entre a estrada dos Peões e o trilho dos cavalos:

54.^a cova: foi aberta aos m² 131,5-132,2/156,2-156,9 a um metro da berma da estrada dos peões para SE. Tinha 40 cm de funda e atingiu o fundo virgem. Tinha sílices e cerâmica antiga. Apresentava entulho recente misturado com terra arqueológica até ao fundo que se baixou a 50 cm.

55.^a cova: foi aberta aos m² 136,9-137,6/166-156,8 a 70 cm da mesma berma e em entulho de tufo basáltico que parecia estéril. Tinha apenas 30 cm de profundidade.

56.^a cova: foi aberta aos m² 137,3-138/160-160,7 a meio metro da raiz dum cedro caído e cortado. Deu muitos sílices e cerâmica, alguma ornamentada. Apresentava o tufo basáltico virgem a 35 cm de prof. e mais 10 cm cavados no tufo virgem. A camada arqueológica tem muita argila e apresenta espólio arqueológico misturado com entulho recente de telhas fragmentadas. Junto à raiz do cedro caído havia muitos sílices, repetidas vezes encontrados.

57.^a cova: foi aberta aos m² 136-136,6/164-164,7 na terra arável, com 50 cm de profundidade. Tinha alguns sílices pequenos e não encontrei cerâmica nas suas terras.

58.^a cova: foi aberta aos m² 138,2-139/163,3-164 na mesma terra arável e a dois metros do cedro caído. Deu cerâmica ornamentada grossa e preta e muitos sílices; não se pôde limpar.

59.^a cova: foi aberta aos m² 141,3-142/156,3-156,9 ao descer da berma SE, apresentando 30 cm de entulho e 10 cm de terreno virgem. Tinha alguma cerâmica, mas rara.

60.^a cova: foi aberta aos m² 145,1-145,8/165,9-166,5 a um metro do talude do trilho dos cavalos no terreno que fora agricultado. Deu muita cerâmica e sílices, mas não se pôde fazer a limpeza nem o alargamento que se impunham.

61.^a cova: foi aberta aos m² 145,5-146,1/163,4-163,9 na terra argilosa arável e deu muita cerâmica ornamentada e sílices, mas não se pôde limpar nem alargar.

62.^a cova: foi aberta aos m² 151,5-152/162,8-163,5 e a três metros do trilho dos cavalos na mesma argila arável. Deu muitos sílices e cerâmica e uma amoladeira de quartzito. Carecia de limpeza que não se pôde fazer.

63.^a cova: foi aberta aos m² 152,8-153,4/165-165,4 a 90 cm da berma do trilho dos cavalos e na mesma argila arável. Media 40 cm de profundidade e tinha entulhos diferentes, por cima recentes e, no fundo, arqueológicos, com alguma cerâmica.

64.^a cova: foi aberta aos m² 152,3-153/159,3-160 na mesma argila arável e apresentava muita cerâmica e sílices. Não pôde ser limpa nem alargada como postulava o seu espólio.

65.^a cova: foi aberta aos m² 154,8-155,4/161-161,6 na mesma terra arável. Deu muita cerâmica ornamentada e outra, muitos sílices, um percursor esférico de sílex e um fragmento de amoladeira. Carecia de ser alargada, mas não o consegui fazer por falta de tempo.

66.^a cova: foi aberta aos m² 156-156,8, depois de alargada, por 157-158,4, por ter dado um espólio riquíssimo de cerâmica, muita ornamentada, e sílices. Notei que precisava de alargamento, limpeza e maior profundidade, mas nada se pôde fazer.

67.^a cova: foi aberta aos m² 157,3-158,1/153,4-154,2 na mesma terra arável mas apenas a 60 cm da berma dos peões e na descida dum talude baixo. As suas terras eram só de entulho recente.

68.^a cova: foi aberta aos m² 161,2-161,7/156,3-156,8 na terra arável, também com entulho e basalto. Deu alguma cerâmica.

69.^a cova: foi aberta na mesma terra arável aos m² 163,5-164/155,9-156,5. Tinha terreno arqueologicamente já mais pobre, mas não pôde ser limpa.

70.^a cova: foi aberta aos m² 164,7-165,4/171-171,7 e a dois metros do talude da berma dos cavalos. Tinha o terreno virgem a 60 cm e não encontrei espólio nas suas terras.

Finalmente, fizeram-se mais algumas medições para completar a planta da estação.

15.^o dia — *Só medições* — Quinta-feira, 29 de Dezembro de 1960.

Voltei a Montes Claros para fazer uma longa série de medições para a planta que devia abranger toda a nova área da estação dada a conhecer pelas terras tiradas pela abertura das covas. As medições foram feitas sobre as linhas 130 SE; 140 SE; 150 SE; 160 SE; 170 SE e 190 SE, todas desde o barranco até à estrada asfaltada.

* * *

* * *

* * *

16.^o dia de escavações — Quarta-feira, 19 de Abril de 1961.

O mau tempo e o estado do terreno não permitiram que voltássemos à estação mais cedo. Entretanto novas árvores haviam sido plantadas nas covas que foram examinadas e referenciadas, como já se disse, de maneira que essa tão rica fonte de informação desapareceu totalmente, *apenas tendo ficado a respectiva planta a dizer o que se passara.*

Neste dia foram comigo à estação os seguintes alunos:

Da turma A do V ano:

N.^o 4 — António Carlos Pinto Ferreira,

» 5 — António Eduardo Vieira de Sousa Monteiro,

» 19 — Duarte Manuel dos Santos Couto,

» 23 — Fernando Pereira Ribeiro Alves e

» 40 — Tito Graça Cardoso Barata.

Da turma B do V ano:

- N.º 2 — Américo José dos Santos,
- » 3 — António Carlos de Carvalho Nunes,
- » 7 — Carlos Alberto Godinho Bonina Moreno,
- » 18 — Jorge Joaquim Pacheco Coelho de Oliveira e
- » 22 — José Augusto dos Santos Rosário Simões.

Estes alunos foram divididos em dois grupos, por turmas, e postos a escavar nos m² 118/140 e 119/140. Além dos que eu próprio encontrei, o primeiro grupo encontrou quatro fragmentos ornamentados e o segundo 5, os quais todos me foram entregues com os respectivos desenhos. O local da escavação fora escolhido para determinar onde havia chegado a escavação antiga, mas tudo estava por escavar. A zona passou a ser muito rica em bordos de taças ornamentadas.

* * *

17.º dia de escavações — Quarta-feira, 10 de Maio de 1961.

Estiveram comigo em Montes Claros os seguintes alunos:
do IV ano A:

N.º 24 — José Manuel Figueira;

do V ano A:

N.º 4 — António Carlos Pinto Ferreira,

» 38 — Pedro Manuel Cordeiro de Sousa Santos e

» 39 — Rafael João do Vale Alves Pereira.

do V ano B:

N.º 39 — Victor Duarte Tavares.

Fizeram-se escavações nos mesmos m² da semana anterior. O terreno arqueológico passou a ser mais fundo, 60 a 70 cm até à camada

de solo virgem e esta apresenta-se muito menos diferenciada que para o Oeste da escavação onde estavam os buracos mais fundos e a cerâmica mais fina. Sobretudo a parte mais profunda, junto ao solo virgem, tornava-se muito difícil de distinguir deste e apresentava muitos sílices com *aspecto de maior antiguidade*. O conjunto tinha pedras de tamanho variável, algumas muito grandes, o que mais vinha complicar a interpretação. Encontraram-se mais fragmentos ornamentados de que me foram entregues os desenhos.

Estes alguns foram divididos em dois grupos: o primeiro grupo encontra-se junto ao solo virgem e o segundo grupo encontra-se junto ao solo argiloso. Os desenhos dos dois grupos são os seguintes:

18.º dia de escavações — Quinta-feira, 29 de Junho de 1961.

Estive sozinho na estação a regularizar o trabalho deixado pelos alunos que nem sempre faziam uma escavação perfeita até ao terreno virgem, na ânsia de encontrar mais «ornamentados».

Além daquela regularização escavei ainda uma pequena faixa nos m² 119/141 e 120/141, tendo encontrado alguns fragmentos ornamentados de bordos e entre estes uns três de taças grandes muito perto da superfície, dando-me a impressão de que o respectivo terreno havia sido muito remexido, talvez em trabalhos agrícolas ou devido às plantações. A confirmar isto havia o facto de aparecerem grandes pedras misturadas com o resto e que, pelo seu tamanho, não poderiam ter sido removidas por trabalhos agrícolas. Os problemas que este conjunto nos pôs procurávamos nós resolvê-los, justamente, quando uma ordem insólita e incompreensível e uma intromissão do pessoal dos jardins que, sem saberem o que faziam, estragaram por completo os arranjos e as preparações para fotografia — o único conjunto donde talvez se pudesse concluir uma estratigrafia. Para ser um pouco de arqueólogo em Portugal é precisa, na verdade, «paciência de santo»!

*

19.º dia de escavações — Sábado, 1 de Julho de 1961.

Aproveitei a tarde de sábado para ir a Montes Claros continuar a exploração da nova zona que, ao contrário do que se tinha julgado, não fora ainda escavada e tinha dado, entre outras coisas interessantes, o bordo furado ornamentado, com o cone típico do seu tempo.

Apareceu-me o Sr. Guarda Martins que me acompanhou nas escavações e na conversa até à hora de saída, 17 horas. Regularizámos e escavámos uma faixa de cerca de dez centímetros de largo por dois e meio metros de comprido nos m² 117/140, 118/140, 118/141 e 119/141, tendo encontrado, além doutra cerâmica, um interessante campaniforme curvo muito ornamentado.

*
*
*

20.º dia de escavações — Terça-feira, 4 de Julho de 1961.

Voltei a Montes Claros, à tarde e sem alunos por não ser dia livre. Continuei o trabalho do sábado anterior nos m² 119/141 e 120/141, tendo encontrado muita cerâmica e, entre ela, um bordo fendido e um fragmento grande e grosso, ornamentado. Verifiquei que a espessura da camada arqueológica vai diminuindo para NE, não sendo superior a 50 cm no m² 120/141. Aqui também o solo virgem continua sendo de tufo basáltico, com alguns nódulos mais rijos, geralmente de dimensões não superiores a 20 cm de diâmetro.

*
*
*

21.º dia de escavações — Quarta-feira, 5 de Julho de 1961.

Estiveram comigo em Montes Claros os alunos do III-C:

N.º 8 — Fernando Levy Cruz e

» 27 — Manuel Serafim Pontes dos Santos Pinto.

Continuámos a escavação anterior nos m² 118/141 e 119/141. Neste local a espessura da camada arqueológica continuou a ser maior, com muitas pedras, algumas muito grandes, mas sem indicações de colocação ordenada. O espólio de cerâmica ornamentada era rico (15 fragmentos) e a parte inferior, ainda difícil de distinguir da camada de solo virgem, continuava a dar impressão de diferente e de maior antiguidade devido à coloração diferente dos sílices, menos cerâmica ornamentada de tipo campaniforme e, sobretudo, de mais cerâmica grosseira e muito mal cosida, alguma até com aspecto de falta de cosedura, pois se desagrega na água e com caracteres muito semelhantes às dos vasos de S. Pedro do Estoril que se derreteram por terem ficado em água dum dia para outro (Eng.º Abreu Nunes).

*

*

22.º dia de escavações — Quinta-feira, 13 de Julho de 1961.

Voltei a Montes Claros, agora sem alunos por haver findado o ano lectivo. Regularizei e ampliei a escavação de 1960, numa faixa de cerca de meio metro por dois de comprimento nos m² 114/139, 115/139, 116/140 e 115/140. Era uma região nitidamente mais pobre em espólio que deu colheita insignificante e nada significativa.

Ano lectivo de 1961-1962

No primeiro período deste ano lectivo não houve quaisquer actividades em Montes Claros. Passei a colaborar mais activamente com a Mocidade Portuguesa e preparei uma conferência sobre Espeleologia, que proferi quando da abertura das respectivas actividades.

Organizou-se uma Secção de Arqueologia no Centro n.º 24 (Liceu de Gil Vicente) e fizeram-se planos para o período seguinte.

23.º dia de escavações — Quarta-feira, 24 de Janeiro de 1962.

O Centro da M. P. n.º 24 tomou conta das presenças e organização dos alunos. O signatário sòmente dirigiu os trabalhos.

Estiveram em Montes Claros os seguintes alunos:

Do III, turma A:

- N.º 1 — António José Damas Mora Genes,
- » 5 — Carlos Alberto Cáceres Monteiro,
- » 22 — Jorge Daniel Ferreira Gonçalves dos Santos,
- » 26 — José António Malhado,
- » 34 — Luís Manuel de Almeida Martins, e
- » 40 — Victor Manuel Marques Campos.

Do III, turma B:

- N.º 12 — Fernando Inocêncio Jerónimo Correia,
- » 14 — Fernando Manuel Caratão de Campos,
- » 17 — Jaime Edmundo Nóboa da Fonseca,
- » 38 — Nelson dos Santos Moura Portelinha, e
- » 40 — Rui Vasco Correia Bugalho Louro.

Do III, turma C:

- N.º 9 — Filipe Manuel Cunha da Cruz,
- » 16 — Jorge Manuel de Jesus Guerra,
- » 36 — Virgílio David da Silva Faustino, e
- » 40 — Victor Manuel da Silva Frias.

Do III, turma D:

- N.º 1 — Abílio Manso Ribeiro do Ô,
- » 24 — José Manuel Neto Rebelo.

Do III, turma E, que não eram meus:

Os números 1, 2, 3, 10, 11 e 15.

Do V, turma B, que não eram meus:

Os números 11, 22, 28, 32, 33 e 40.

Fizeram-se escavações nos m² 115/132, 115/133, 115/134, 116/132, 116/133, 117/133, 118/133, 118/134, 118/135 e 118/136.

Recolheu-se bastante espólio, embora menos que nos outros dias porque se tratou, principalmente, dum dia de aprendizagem e iniciação para muitos alunos, nomeadamente os que não eram meus. Mas ainda se recolheram muitos fragmentos ornamentados, um percutor de sílex e outros objectos, muitos dos quais foram desenhados, tendo-me sido entregues os respectivos desenhos.

Como eram muitos alunos trabalhou-se principalmente em limpar e regularizar todo o corte ou golpe da escavação.

Os m² da linha 115 SE continuaram a dar cerâmica ornamentada muito fina e o terreno, com apenas 40 a 45 cm de espessura, dava a ideia de que tinha, na parte inferior, um esboço de calçada feita com pedras pequenas, mais ou menos ajeitadas.

24.º dia de escavações — Quarta-feira, 14 de Fevereiro de 1962.

Continuou a colaboração com o Centro da M. P.

Estiveram em Montes Claros os seguintes alunos:

Do III ano, turma A:

N.º 1 — António José Damas Mora Genes,

» 5 — Carlos Alberto Cáceres Monteiro,

» 15 — Fernando Monteiro Valdez,

» 22 — Jorge Manuel Ferreira Gonçalves dos Santos,

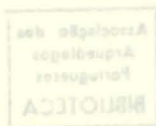
» 26 — José António Malhado,

» 34 — Luís Manuel de Almeida Martins, e

» 39 — Pedro Jorge Rebelo Luís de Castro.

Do III ano, turma B:

N.º 12 — Fernando Inocência Jerónimo Correia,



- N.º 14 — Fernando Manuel Caratão de Campos,
 » 17 — Jaime Eduardo Nóboa da Fonseca,
 » 38 — Nelson dos Santos Moura Portelinha, e
 » 40 — Rui Vasco Correia Bugalho Louro.

Do III ano, turma C:

- N.º 23 — Luís Adriano dos Santos Bicho,
 » 36 — Vergílio Davide da Silva Faustino,
 » 38 — Victor Manuel Guerreiro de Vasconcelos Magalhães, e
 » 40 — Victor Manuel da Silva Frias.

Do III ano, turma E, que não eram meus, os seguintes alunos:

Números 1, 2, 3, 8, 10, 15 e 23.

Do V ano, turma B, o n.º 28.

De todos estes alunos, encontraram fragmentos cerâmicos ornamentados, cujos desenhos fizeram e me entregaram, os seguintes:

N.º 26 do II A, 38 e 40 do III C, e 2 e 3 do III E.

Fizeram-se escavações nos m², sobre a linha 112 SE, 113/134, 113/135, 113/136, 113/137, 113/138, 113/139 e 113/140; e ainda nos m² 115/141 e 116/141. Recolheram-se mais de 20 fragmentos cerâmicos ornamentados. A maior parte foi recolhida sobre a faixa 115-116 NE, onde o terreno arqueológico continuava a ser mais profundo, cerca de 60 a 70 cm, com grandes pedregulhos até ao fundo do terreno remexido. Na faixa 113-114 SE passou a haver menor profundidade e menos espólio sem, contudo, desaparecer de todo. Procurou-se fazer um corte apurado sobre a linha 113 SE, para se anotar o respectivo perfil de superfície e de fundo.

*

*

*

25.º dia de escavações — Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 1962.

Continuou a colaboração com o Centro 24 da M. P. e, por isso,

estiveram na estação alunos que não pertenciam às minhas turmas. Anotou-se a presença, em Montes Claros, dos seguintes alunos:

Do III ano, turma A:

- N.º 15 — Fernando Monteiro Valdez (recolheu 3 fr. ornam.),
- » 17 — João António Bana e Costa,
- » 31 — Luís Augusto Vasconcelos Leal,
- » 34 — Luís Manuel de Almeida Martins (recolheu 2 fr. ornam.),
- » 39 — Pedro Jorge Rebelo Luís de Castro (1 ornam.), e
- » 40 — Victor Manuel Marques Campos (recolheu 1 fr. ornam.).

Do III ano, turma B:

- N.º 7 — Carlos Alberto Costa Cruz,
- » 14 — Fernando Manuel Caratão de Campos (rec. 1 fr. ornam.).

Do III ano, turma C:

- N.º 9 — Filipe Manuel Cunha da Cruz,
- » 20 — José Manuel Nogueira Pacheco (rec. 1 orn. e 1 lança),
- » 23 — Luís Adriano dos Santos Bicho,
- » 36 — Vergílio Davide da Silva Faustino, e
- » 40 — Victor Manuel da Silva Frias.

Do III ano, turma E, que não eram meus:

Números 1, 2, 3, 11, 15 e 23;

Do IV ano, turma E, que não era minha, o n.º 41;

Do V ano, turma B, que também não era minha, o n.º 28, que recolheu um fragmento cerâmico ornamentado.

Fizeram-se escavações nos m², sobretudo na faixa 133-134 NE, 114/132, 114/133, 114/134; 115/133; 116/133; 117/133 e 118/133. Este dispositivo de trabalho teve por objectivo obter um corte aprumado sobre a linha 133 NE para se poder fazer o respectivo estudo e perfil. Os trabalhos acusaram uma zona relativamente pouco rendosa e baixa, 40 a 50 cm de espessura o máximo, excepto na parte final, junto à linha 119 SE, que começou a dar cerâmica ornamentada e bordos em grande

número e junto ao pé dum cedro enraizado, que se não quis cortar, o que impediu uma exploração total.

Os resultados do dia foram muito animadores e, com eles, pude fazer uma ideia mais precisa e completa daquela parte da estação. Nos dias 23 e 25 seguintes voltei à estação para regularizar e observar melhor os trabalhos feitos, tendo recolhido, além de muito outro espólio, uns 12 fragmentos cerâmicos ornamentados.

Entretanto as escavações em Montes Claros eram praticamente suspensas, primeiro por me ter ausentado para tomar parte num Congresso em Évora, depois por ter descoberto uma nova estação perto do esteiro da Comporta, ao Sado e, depois, por ter feito um estudo das grutas da Columbeira, Bombarral, que foi apresentado à respectiva Câmara Municipal e publicado no semanário local, assim tendo terminado o ano lectivo sem se ter voltado a Montes Claros.

Ano lectivo de 1962/1963

26.º dia de escavações — Quarta-feira, 14 de Novembro de 1962.

Pude finalmente voltar a Montes Claros, desta vez apenas com alunos escolhidos para preparar trabalhos e regularizar a escavação que apresentava cada vez maiores dificuldades quanto à remoção das terras escavadas.

Estiveram presentes os seguintes alunos do IV ano, turma C:

N.º 20 — Helder Alves e Pinho,

» 36 — Manuel Serafim Fontes Santos Pinto e

» 39 — Rogério Murraças Meca Bombas.

Avançámos e aprumámos o corte da escavação sobre a linha 113 SE nos m² 141 e 142; alargámos a cova n.º 11 que estava junto à valeta

no m² 112/144 e aprofundámos o seu terreno escavando tudo até à referida valeta. Desta forma obtivemos uma vala de 60 cm de largura a partir da estrada e em direcção à escavação que se vinha fazendo. Verificou-se, então, que a valeta estava uns dez cm acima do solo virgem e que a camada arqueológica que lhe ficava por cima era muito rica de sílices com aspecto de mais antigos e com cerâmica grosseira e alguns fragmentos mal cosidos ou talvez mesmo só secos ao Sol, pois se dissolviam na água. Normalmente, era por cima desta camada de 10 a 15 cm que se encontrava a cerâmica de tipo campaniforme, embora não se pudesse observar o que se pode chamar «estratigrafia».

Nesta escavação da antiga cova recolhemos três fragmentos ornamentados, sendo um deles de bordo ornamentado.

27.º dia de escavações — Quarta-feira, 12 de Dezembro de 1962.

Estive na estação com os alunos do IVC Helder e Santos Pinto. Continuámos a abertura da vala, um de cada lado, nos m² 113/143 e 114/142 até que pudemos fazer a respectiva comunicação com a grande vantagem de se passar a fazer o enxugo e a drenagem das águas que se acumulavam na escavação e que, desde aquele momento passavam a correr para a valeta. Recolhemos alguns ornamentados e pudemos observar que neste ponto, e ao contrário do que sucedia noutros, passava a ser extremamente difícil determinar a separação entre a terra arqueológica antiga e o solo virgem, enganando-nos por vezes e acabando por encontrar sílices trabalhados em pontos que já nos pareciam de solo virgem. Embora a cerâmica, neste nível, fosse predominantemente grosseira, sucedeu mais de uma vez encontrarem-se fragmentos ornamentados tipicamente de campaniformes, mesmo no nível mais profundo, o que, como se disse, impedia qualquer generalização sobre estratigrafia.

Ainda no mesmo mês de Dezembro voltei ali a regularizar a escavação da vala e a escavar com o maior cuidado a parte onde começava a notar-se o raizado do cedro afilhado, de maneira que a árvore não sofresse com as escavações, embora sacrificando espólio certo, como realmente nada sofreu, pois continuou a vegetar perfeitamente depois de se ter examinado, daquela maneira, toda a terra à sua volta.

*

*

*

Fizemos escavações lentas e cuidadas nos m² 113/142 e 113/143 por causa do raizado do respectivo cedro. Continuámos a encontrar bastante cerâmica e, entre ela, alguns fragmentos ornamentados, assim como muitos sílices. No fundo estavam algumas pedras muito grandes que não puderam ser removidas em virtude da proximidade da árvore.

*

*

*

28.º dia de escavações — Quarta-feira, 9 de Janeiro de 1963.

Os mesmos em Montes Claros, não podendo ir mais por causa da delicadeza dos trabalhos. Continuou a escavação nos m² 113/143 e 113/144, mesmo junto ao cedro afilhado que está pelos m² 114/143,4. Continuou a aparecer cerâmica, mesmo ornamentada e até se encontrou um bordo ornamentado. Não foi possível examinar a parte mais profunda.

*

*

*

29.º dia de escavações — Quarta-feira, 23 de Janeiro de 1963.

Com os mesmos alunos, voltei a Montes Claros para continuar as escavações à volta do cedro afilhado, desta vez mais a O nos m² 114/

/141 e 114/142, à volta do cedro alto da estrada que está por 115/141,4. A área é muito rica em cerâmica ornamentada na parte média do terreno arqueológico, encontrando-se muita, também, mesmo ao nível do terreno, certamente devido às remoções de que foi objecto. A espessura da camada arqueológica é maior aqui, uns 70 cm, e o fundo continua a mostrar cerâmica de tipo antigo, grosseira e mal cosida, por baixo de grandes pedras, algumas das quais foram removidas.

*

30.º dia de escavações — Quarta-feira, 6 de Fevereiro de 1963.

Impedido à última hora de comparecer em Montes Claros, lá estiveram os mesmos dois alunos fazendo escavações nos m² 113/142 e 114/142, na área compreendida entre os dois cedros. Levaram-me para o Liceu uma boa quantidade de cerâmica e sílices, três deles com ornamentos. Descavaram duas grandes pedras que deixaram preparadas para serem removidas quando eu estivesse presente.

*

31.º dia de escavações — Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 1963.

Com os mesmos alunos, escavámos o possível em redor do cedro alto da estrada e fomos passando para lá dele nos m² 115/141, 115/142, 116/141 e 116/142. À medida que íamos afastando a escavação do raizado da árvore íamo-la aprofundando até ao terreno virgem que continuava fundo a 70 e a mais centímetros. O espólio continuava a ser mais ou menos o mesmo, embora em menor abundância. Passou-se a aprumar

o corte quanto possível, mas com grande dificuldade em virtude do grande tamanho de algumas pedras e da dificuldade na remoção das terras. Foi nesta altura e devido a estas dificuldades que resolvi adoptar o sistema de atirar para longe, em direcção ao barranco, todas as pedras, de qualquer tamanho, encontradas na escavação. A solução deu um resultado óptimo porque as terras, por serem poucas, já tinham mais espaço para depósito e, além disso, ficavam mais ajeitadas para uma peneiração que possivelmente viria a ser feita.

*
* *

32.º *dia de escavações* — Sábado, 4 de Maio de 1963.

O mau tempo, o estado lamacento do terreno e outras actividades que me chamaram a outros lugares não permitiram que se voltasse mais cedo a Montes Claros. Lá estiveram os mesmos alunos, com uma autorização especial minha, por escrito e que, conforme as minhas indicações escavaram nos m² 114/142 e 114/143, tendo-me trazido para o Liceu bastante espólio. No dia seguinte, domingo, fui ver o seu trabalho, regularizá-lo e anotar os resultados. Era uma área a NE do cedro afilhado, a profundidade continuava a ser grande, mas o exame das camadas do fundo continuava pouco acessível, bastante difícil e mesmo complicado. Pedras enormes, duas delas que só muito mais tarde puderam ser removidas também impediam e contrariavam uma boa observação.

*
* *

33.º *dia de escavações* — Quarta-feira, 8 de Maio de 1963.

Voltámos os três à mesma zona, nos m² 115/142 e 115/143, agora

já em área mais desimpedida das árvores. Começou-se então um trabalho lento mas metódico, todo com o fito de obter um corte recto e apurado para tentar esclarecer os problemas daqueles fundos arqueológicos, sempre tão confusos. Retiraram-se algumas grandes pedras para fora da escavação. Um corte assim obtido de cerca de 1,5 metros no sentido N-S não nos trouxe os esclarecimentos que se esperavam: continuava a predominância de materiais antiquados no nível mais fundo mas nada apareceu donde se pudesse concluir uma separação de camadas. Por outro lado o contacto com o terreno virgem continuava confuso e dando lugar a enganos: quando julgávamos ter atingido aquela camada virgem, surgiam-nos novos sílices e fragmentos cerâmicos!

*
* *

34.º *dia de escavações* — Sábado, 11 de Maio de 1963.

Autorizei os mesmos alunos a continuarem os trabalhos da semana e fui examinar a estação na manhã seguinte. Continuávamos nos m² 115/142 e 115/143, numa progressão muito lenta. Para o lado da estrada, começava agora a tornar-se mais densa a colheita de cerâmica «nova» e de fragmentos ornamentados de tipo campaniforme. Para o fundo, uma densidade cada vez maior de cerâmica «antiga» e mal cosida, que se desfazia ao menor contacto. O fundo, de tufo basáltico com muitos nódulos concêntricos continuava difícil de determinar.

*
* *

35.º *dia de escavações* — Sábado, 8 de Junho de 1963.

Voltámos a Montes Claros com os mesmos alunos. Fizeram-se escavações nos m² 114/143 e 114/144, continuando-se com a abertura

dum corte recto perpendicular à estrada e já para além do cedro afilhado. Encontraram-se algumas pedras que, pelo seu tamanho, não era fácil que tivessem sido removidas por trabalhos agrícolas. Essas grandes pedras foram depois removidas por ferramentas de maior tamanho, com o auxílio dum guarda. Havia pequenas áreas onde a posição de algumas pedras de tamanho médio, 20 a 40 cm de largura, dava a impressão de terem sido arrumadas com uma face para cima e por entre as pedras maiores. Era nas fendas entre elas que mais cerâmica havia, principalmente ornamentada.

36.º *dia de escavações* — Sábado, 15 de Junho de 1963.

37.º *dia de escavações* — Segunda-feira, 17 de Junho de 1963.

38.º *dia de escavações* — Terça-feira, 18 de Junho de 1963.

Em todos estes dias foram à estação os dois alunos Helder e Santos Pinto, sempre a alargar a vala em curso e que abrangia a cova n.º 13, cuja área foi toda escavada. Limitaram-se, conforme as ordens recebidas, a aprumar a escavação já feita e a procurar espólio nas terras já remexidas. Por fim estive eu lá no domingo seguinte regularizando tudo, tendo ficado a referida vala aberta, formando um corte aprumado na diagonal 116/143 a 114/146. Apesar de todo o nosso esforço não consegui obter uma estratigrafia. O terreno arqueológico continuava profundo, mas a parte inferior não apresentava aspectos diferentes senão, muito no fundo, uma certa variação na cerâmica, sempre mais grosseira e crua. Junto da valeta e por cima desta, indo para debaixo do cascalho da estrada passou a notar-se uma densidade muito maior de fragmentos ornamentados, alguns finos, e pedaços muito maiores de cerâmica não ornamentada. Merece a pena notar, desde já, que foi justamente na direcção do corte aberto e na valeta do outro lado da estrada, tirado desta pelo pessoal de limpeza que por tal não deu, que eu encontrei o estranho e ímpar fragmento de vaso ornamentado que foi

a nossa admiração e, bem assim, a do professor Sangmeister que, com toda a sua grande especialização na cerâmica campaniforme, nunca tinha visto coisa parecida! Disto, de muitos outros fragmentos tirados da valeta e dum fragmento dum lindíssimo vaso de bordo ornamentado conclui que está, sob o cascalho daquela estrada de peões, nesta área, um dos mais ricos espólios da estação.

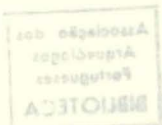
Depois de tudo muito arrumado e regularizado, com muitas medidas feitas, deixei a estação até ao próximo ano lectivo.

Ano lectivo de 1963/1964

Em Outubro-Novembro de 1963 foi várias vezes à estação, sempre só, para procurar tirar conclusões sobre os problemas cronológicos da estação. O tempo estava muito irregular, o terreno não se prestava a escavações com alunos, mas eu podia prosseguir lentamente com aquele trabalho que me interessava vivamente. Escavei assim uma faixa de cerca de meio metro para diante, removendo terras e deixando a vala cada vez mais larga. A espessura arqueológica começou a estar abaixo do nível da valeta uns dez centímetros, que foram escavados até mesmo ao cascalho, continuando a mostrar uma densidade extraordinária de cerâmica lisa e ornada, sílices e ossos.

39.º dia de escavações — Quarta-feira, 11 de Dezembro de 1963.

Os alunos Helder e Santos Pinto puderam voltar a Montes Claros, fazendo escavações nos m² 115/144 e 114/145. Ao fim da tarde estive na estação para vigiar e anotar o trabalho dos alunos que recolheram algum material significativo. Deixaram à vista mais duas pedras grandes que escavaram na medida do possível. Nesse dia não se tocou no fundo da escavação.



Novas medições:

No dia 21 de Dezembro de 1963, um sábado já em férias, voltei à estação com um ajudante para tomar uma série de medidas para referenciar, na respectiva carta, o estado da escavação nessa altura. Essas medições deram:

Linha 115	/131,3	118	/137,2
» 116	/131	117	/138,2
» 117	/132	116,2/137,1	(o cedro novo)
» 118	/132,3	116,5/139	
» 119	/133,3	117	/140
» 119,2/133,5	(o cedro das estacas)		
» 119,7/134		117,4/141	
» 119,3/136		116,9/142	
» 119	/136,7 (começa o monte antigo)		
		116,3/143	
		115,6/144	
» 115	/145		
» 146	/115 a berma da valeta muito rica.		

No dia 23 de Dezembro de 1963, uma segunda-feira, voltei à estação para colocar uma série de estacas de referência, como preparação para futuras escavações com a M. Port. Essas estacas foram colocadas de metro a metro nas linhas 113 e 116.

No dia seguinte, terça-feira, 24 de Dezembro de 1963, voltei à estação para deixar regularizada a valeta, tendo recolhido ali, 115/145, um belo percutor trapezoidal, 1 bordo ornamentado de taça e mais quatro fragmentos ornamentados.

No dia 30 de Dezembro de 1963, de manhã, voltei a Montes Claros, continuando a limpeza da vala nos m² 115/146 e 115/145. Recolhi muitos fragmentos ornamentados mesmo do chão da valeta, cada vez mais rico

e comecei a preparar um corte pela linha 115,8. No dia 5 de Janeiro de 1964, um domingo, de manhã, fui a Montes Claros aprumar o corte já referido, do cedro alto até à valeta tendo deixado o conjunto já com probabilidades de fazer fotografias, apesar das dificuldades criadas pelas raízes do cedro que fiz o possível por não inutilizar. Recolhi ali, então, seis fragmentos de cerâmica ornamentada.

Pela primeira vez, ao fim de tantos dias de esforços e de expectativa, pareceu-me poder, finalmente, achar e documentar um pouco de estratigrafia e vim disposto a preparar as coisas para tal fim. Falei aos alunos e preparei uma espécie de «equipe» que devia tirar fotografias, medidas e notas. O conjunto da estação, naquela borda de estrada, estava bonito mas com o mau aspecto de apresentar à vista algumas raízes grandes do cedro da estrada.

* * *

40.º dia de escavações (que não chegaram a ser feitas!) — Quarta-feira, 8 de Janeiro de 1964.

Depois de bastante preparação de projecto nos dias anteriores, compareceram em Montes Claros os seguintes meus alunos:

Do V ano, turma C:

N.º 10 — António José Pinto Loureiro da Fonseca,

» 21 — Helder Alves e Pinho,

» 29 — José Miguel Fonseca Frazão,

» 33 — Manuel Serafim Santos Pinto, e

» 36 — Rogério Murraças Meca Bombas.

Do V ano, turma D, o

N.º 5 — António Manuel Varela Afonso.

Tinha-se marcado o início dos trabalhos às 15 horas e, como estes alunos me tivessem precedido, foram abordados por um dos guardas do Parque que lhes disse «que havia ordem para não se mexer na estação e que se pedia a minha presença no Pavilhão do Sr. Engenheiro Rodrigo.

Tendo chegado logo de seguida, encontrei os rapazes alvoroçados e descoroçados, recebi o recado e notei, *com surpresa e não menor desgosto que se havia entulhado impiedosamente toda a vala que tantos dias de trabalho havia custado, com isso se tendo estragado e inutilizado, com uma inconsciência que arripia, a possibilidade dum documento, talvez único, na história destas escavações!* E isto mesmo nas «barbas» desta Lisboa que, às vezes, se quer apresentar com pruridos de civilizada!

Deixei os rapazes boquiabertos e espantados com o desprestígio que os atingia e ao seu Liceu e fui a encontrar-me com o Senhor Engenheiro Rodrigo com o qual, diga-se de passagem, eu conversara várias vezes nos anos anteriores acerca das escavações e que me tinha até oferecido um exemplar do mapa do Parque a 1/5000 e que, diante da minha estranheza, me informou de que, tempos antes e a uma pergunta dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, comunicara «que não havia escavações em Montes Claros», resposta essa que, possivelmente, havia levado àquela estranhíssima ordem de suspensão!

Expliquei-lhe o que havia, de facto e de Direito e, no dia seguinte, voltei a encontrar-me com ele, mostrando-lhe as publicações da Câmara Municipal de Lisboa donde constava que eu fora o descobridor da Estação e que fora superiormente autorizado a fazer ali escavações arqueológicas com o Rev.^o Padre Eugénio Jalhay e o então Capitão Afonso do Paço, com subsídios concedidos pela mesma Câmara Municipal. Mais lhe pedi que informasse que era eu quem estava fazendo as escavações, agora perfeitamente oficializadas pela Câmara pois ele próprio recebera ordens nesse sentido e com efeito ordenara ao pessoal seu subordinado que me recebessem e auxiliassem, como de facto fizeram.

Na verdade, é mais que evidente, e com uma clareza de luz meridiana, que estas escavações, feitas sempre sob a minha vigilância, direcção e responsabilidade, por muitas dezenas de alunos do Liceu Nacional de Gil Vicente durante quase cinco anos (para os completar faltavam apenas dezasseis dias), assistidas e auxiliadas sempre pelo pessoal do Parque a começar pelo Chefe dos Guardas, senhor Martins, os guardas da cavalaria e o pessoal de limpeza, presenciadas por centenas de pessoas que passaram pela estrada e que de nós receberam todas as explicações pedidas, as próprias famílias dos alunos, pais e mães que chegaram a experimentar o prazer de escavar — que estas escavações, repito, não podiam fazer-se às escondidas ou com qualquer parcela ou aspecto de clandestinidade mas sim com uma consciência perfeita e tranquila de que se estava na posse de todas as autorizações legais necessárias e que os seus trabalhos estavam sendo inteiramente oficializados, tanto pela Câmara Municipal de Lisboa, como pelo Ministério da Educação Nacional através do Liceu Nacional de Gil Vicente.

Não é connosco, realmente, o descuido de pessoas e de Serviços responsáveis prestando informações erradas ou não se dignando colher informes seguros de tudo o que se estava passando; não é connosco, certamente, que entidades responsáveis tomem atitudes e prestem informações às entidades superiores *em completo alheamento dos factos e inteiramente contraditórias com eles*.

O feliz descobridor da Estação n.º 1 do Eneolítico português, das estações S. Pedro do Estoril-Murtal e da Comporta, o professor condecorado e o estudioso dos alfabetos e das Inscrições Lusitanas, tem o seu tempo curto de mais, e um passado, uma experiência e uma autoridade científicas suficientemente conscientes para se dar ao incómodo ou ao luxo de «brincar às escavações», ou de tocar nalguma coisa sem crer que tem, para isso, o direito suficiente.

Para mais, não será despidendo notar que essas escavações liceais de cinco anos que, como se vai ver, tão magníficos resultados produ-

ziram, foram fruto só de dedicações, de renúncia a merecidos descansos e proveitos, de intenso e continuado esforço educativo, ao mesmo tempo que de sério, rigoroso e metódico procedimento científico porquanto, além do mais, elas não custaram um tostão que fosse, tanto à Câmara Municipal de Lisboa, como ao Liceu Nacional de Gil Vicente — *tudo foi despesa e sacrifício de cada um e absolutamente voluntário*. — Só lá foi quem quis ir, mas foram muitíssimos os não autorizados, tanto por motivos pedagógicos e de comportamento, como por falta de idade ou de autorização familiar.

Por outro lado, como se pode compreender que os alunos do Liceu Nacional de Gil Vicente fossem fazer escavações a Montes Claros durante cinco anos, *oficialmente*, sem, para tal, possuírem as devidas autorizações do seu próprio Ministério? Alguma vez algum professor pôde ir com grupos de alunos a qualquer parte, representando o seu Liceu, sem que tudo esteja legalmente autorizado?

A admitir respostas afirmativas, teríamos que entrar, forçosamente, em contradições dentro dos próprios Serviços o que, de modo algum, é de admitir.

Os cinco anos de escavações liceais em Montes Claros e os seus magníficos resultados

I

O novo reconhecimento da estação

Segundo se deixou dito a fls. 4 e 6, nunca se pôde chegar a fazer, na 1.^a fase das escavações, qualquer reconhecimento que desse uma ideia completa da estação. Ao terminar essa 1.^a fase, Abril de 1946, apenas se conhecia, como área arqueológica, o pequeno espaço onde se haviam

feito as primeiras escavações, uns dez ou doze metros quadrados que nunca se puderam precisar bem, e uma pequena área a SE do edifício «Abrigo dos Cavalos». Em rigor, nada mais se sabia.

Na fase liceal que estamos descrevendo, graças à observação metódica e rigorosa das terras das covas abertas para novas plantas, e em consequência duma tão rigorosa referenciação dos terrenos que é possível registar a localização de qualquer objecto com aproximação a centímetros, acompanhada duma série de medições de níveis e de traçados de perfis, está hoje determinada uma área arqueológica da estação superior a dezasseis mil metros quadrados, da qual as escavações do Liceu apenas atingiram uns 75 m², ou seja menos de meio por cento da área total já referenciada nas respectivas cartas.

Por outro lado conhece-se hoje, em muitas dezenas de pontos e nalgumas linhas, a espessura da camada arqueológica, o aspecto do terreno virgem subjacente, a composição dos vários entulhos, a densidade maior ou menor dos materiais arqueológicos e, acima de tudo pela sua grande importância, a área duma cerâmica completamente diferente da do tipo campaniforme, a cerâmica canelada em grandes vasos que muito virá, certamente, ajudar a resolver os grandes problemas do nosso eneolítico.

Com esses e outros dados levantaram-se plantas gerais da estação a 1/20, a 1/100 e a 1/500, susceptíveis, como se disse, de registar o mais pequeno pormenor e dispuseram-se os trabalhos de modo a poder continuar-se a exploração da estação dentro do mesmo método e rigor científicos. Só esses levantamentos, com as respectivas cartas, e a referenciação sistemática e precisa das setenta covas que foram observadas, medidas e anotadas quanto ao conteúdo arqueológico, a ser pago e a ser feito por pessoa competente teria custado uma quantia não pequena. Como nada custou a não ser esforço e devoção, é ela mais uma achega,

talvez de grande valia, que temos o prazer de trazer ao Património científico nacional.

II

Material recolhido durante esta fase de escavações

Este material, que é muito valioso, tem duas origens inteiramente diferentes: uma parte, a maior, foi recolhida pelos grupos do Liceu, naqueles quarenta e tantos dias de presença nas escavações; outra parte, ainda muito importante, foi recolhida pelo signatário e por alguns alunos da simples superfície do solo da estação, e das terras retiradas das valetas pelo pessoal de limpeza do Parque. Assim, o fragmento, fora de série, que é o fundo (?) duma taça de pé ou coisa parecida, todo inciso e que foi um motivo de grande admiração para o especialista Professor Sangmeister, foi por mim encontrado nas terras tiradas duma valeta, ⁽¹⁾. O mesmo sucedeu com os dois fragmentos mais belos de taças ornamentadas. São sem conta os sílices, até percutores esféricos e uma folha de lança, notabilíssima, que encontrei à superfície, disseminados pelo solo extenso da estação.

A) CERÂMICA

A cerâmica de Montes Claros, de tipo campaniforme, mesmo só a proveniente desta fase das escavações do Liceu Gil Vicente, é já mais que suficiente para pôr Montes Claros à frente de todas as nossas estações desta época, eneolítica com predominância de tipos campaniformes. Assim temos só desta segunda fase:

Vasos de bordo superior ornamentado, com espessuras no bordo que vão do máximo de 35,6 mm ao mínimo de 9,5 mm e com diâmetros

(1) Este relatório é de 1964. Em 1966 soubemos que aquele fragmento «fora de série» é o resto de asa de bojo de um vaso semelhante aos da Costa Levantina. V. «La Cueva de La Sarsa», de J. S. V. Aparisi, Lam. IX, 4.

presumíveis que vão dum máximo de 52 cm a um mínimo de 5 cm... Montes Claros, 2.^a fase, 50 (Palmela 20, Alapraia, 17).

Além da superioridade em número, há ainda a superioridade em diâmetros e em espessura do bordo ornamentado (M. Cl. 52 cm, 41 mm; Alapraia 50 cm, 29; com muitas a mais de 46 cm enquanto em Alapraia a 2.^a é de 42,4 cm.

Vasos ornamentados identificados e determinados pelos bordos: Montes Claros, 2.^a fase: 215 (Palmela 53, Alapraia, 50).

Dentre estes, também os vasos ornamentados a pontilhado, picotado ou carimbado Montes Claros, 2.^a fase, deixa as outras estações a perder de vista:

Montes Claros, 2.^a fase, picotados 41, (Alapraia 21).

Mas naquilo em que Montes Claros deixa as suas congêneres a perder de vista é na finura de vasos e de ornamentação de grande número de exemplares nos quais a estação, só com esta fase (o Rev.^o Padre E. Jalhay já havia anotado o mesmo quanto aos materiais recolhidos na primeira fase de escavações) parece ser única no mundo. Na verdade, enquanto A. do Paço, maravilhado com a pureza, o colorido e a elegância da Taça n.^o 3 da Gruta II de Alapraia a considerava uma obra-prima daquela necrópole e «uma peça de importação», os muitos vazinhos de Montes Claros, absolutamente «fora de série» em finura, em perfeição e em esmero de trabalho, pelo seu número, pela sua evidente ligação com os demais menos finos e pelas variações de composição das suas pastas extra-finas, levam a pôr de parte toda e qualquer ideia de importação, tanto mais que não se conhece, em todo o mundo, qualquer estação que possua cerâmica desta finura, pelo menos em qualidade e quantidade tais que pudessem ser exportadas.

Só vazinhos espessos de menos de 5 mm recolhemos já mais de 35 e bem mais de 40 com espessura menor que 7 mm, finuras de porcelana. Destes vasos especialíssimos temos alguns campaniformes que são verdadeiras obras de arte pré-histórica, com diâmetros que vão de 60 mm

a 110 mm e com intervalos nos fios de ornamentação a três por milímetro ou seja a 0,3 mm dum a outro!

Por outro lado, os bordos lisos de vasos diferentes, ou tidos como tais, são mais de setecentos, sendo de muitas centenas os fragmentos grandes ou grossos já significativos e estando em depósito mais de cinquenta quilos de fragmentos diversos de menor importância!

E não é tudo quanto a cerâmica: como já se disse, apareceu numa área reconhecida pela abertura duma cova, a cova n.º 6, 20 m a SO da escavação, uma cerâmica completamente diferente com ornamentação incisa mais grosseira, de traços paralelos, quase canelada sem o ser, com vasos grandes e de grandes asas e que merece na primeira ocasião um reconhecimento mais amplo, pois não se chegou a escavar um metro quadrado em alargamento da cova que hoje tem uma árvore.

SÍLEX

Os instrumentos de sílex são também numerosíssimos, sobretudo furadores e raspadores que se contam em centenas; só fragmentos de facas, característicos, de perfis trapezoidais e triangulares, se contam mais de cem, havendo uma dezena de serrinhas finas, faquinhas diminutas, com perfil de 6×2 mm, etc. Mas, nisto, tem a estação uma particularidade única, até agora: não se encontraram pontas de seta, nem machados de guerra! Quanto a pontas encontraram-se apenas duas pontas de lança, uma, partida, na própria escavação e outra, quase inteira, de aspecto mesolítico, que estava à superfície a N do Abrigo dos Cavalos. Relativamente a machados apenas se encontrou um, junto de uns seis ou sete sílex grandes, dando a ideia dum esconderijo. Foi Montes Claros, no local escavado, apenas povoação de gente pacífica, em sociedade bem diferenciada, onde não havia armas de guerra? Se não foi assim, dá-nos, pelo menos, ideia disso.

PERCUTORES

É, nestes instrumentos, uma estação riquíssima: temos uma dúzia de percutores de sílex, com diâmetros entre 5,5 e 10 cm, dois percutores subovais de quartzites duras e outros, trapezoidais, de diorite ou afim e muitos fragmentos de percutores de sílex e de quartzite. As lascas de sílex e restos de obra são tantos que enchem um caixote de quase 20 dec. cúbicos.

OSSOS

Apareceram muitos ossos fragmentados e praticamente inidentificáveis salvo alguns que pelo aspecto e dureza se vê serem de cervídeos; há muitos dentes de equídeos e outros. A colheita já atinge mais de seis decímetros cúbicos de ossos.

AMOLADEIRAS

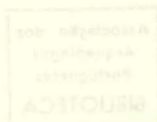
Também se encontraram algumas quartzites em forma de tartaruga, planas de um lado e em calote esférica do outro, com diâmetros entre quinze e vinte cm que nos parecem amoladeiras ou pequenas mós para triturar coisas duras ou grãos.

*

*

*

Ao darmos por findo este sucinto relatório, cujo rico espólio temos a peito descrever científica e pormenorizadamente na oportunidade de tempo que se nos depare, cremos ter dado uma ideia do que foram, no campo científico e no campo educativo, as escavações que com os alunos



do meu Liceu de Gil Vicente pudemos levar a efeito na estação de Montes Claros, com pleno assentimento e auxílio dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, através do Senhor Dr. Lopes Dias e seus subordinados e do meu Ex.^{mo} Reitor que, do facto, seguramente informou também os seus superiores.

Como já fiz notar, todos os trabalhos e, portanto, a colheita de materiais que temos vindo a descrever, foram feitos só em regime *de voluntariedade*, cada um tendo pago à sua custa os respectivos transportes de maneira tal que aquele espólio, que noutras circunstâncias ou regime teria custado dezenas de contos, nada custou, absolutamente nada, como aliás eu havia prometido na carta que escrevi à Câmara M. de Lisboa, nem a essa mesma Câmara Municipal, nem ao Liceu, nem ao Estado! Tudo foi dedicação, trabalho, rigoroso método científico e alto espírito educativo. — «O seu a seu dono».

Permitimo-nos sublinhar: uma obra destas, com tal seriedade, com tal duração e com tais resultados, não pode ter sido, realmente, nem uma aventura de quem quer escavar «clandestinamente» meia dúzia de centímetros, nem uma ousadia de quem não se sentisse perfeitamente à vontade, à face da lei e dos regulamentos disciplinares, para assim proceder durante cinco anos!

A nossa consciência moral, profissional e científica, está, felizmente, inteiramente tranquila!

VASES CAMPANIFORMES DECORÉS A LA CORDELETTE DANS LE SUD DE LA FRANCE

pelo

sócio correspondente

Jean Guilaine

VASES CAMPANIFORMES DECORÉS A LA CORDELETTE DANS LE SUD DE LA FRANCE

L'ÉTUDE de la céramique campaniforme dans le groupe pyrénéen orientale français progresse peu à peu. A chaque saison de fouilles de nouveaux sites se signalent à notre attention et viennent allonger nos répertoires en même temps qu'ils apportent des données non négligeables à notre connaissance typologique de la céramique campaniforme et de son contexte archéologique.

Nôtre travail s'effectue essentiellement dans le cadre géographique pyrénéen-nord, c'est-à-dire le versant français, et plus particulièrement la zone méditerranéenne où abondent les trouvailles. A ce titre le bassin de l'Aude peut être considéré comme l'une des plus denses zones françaises en poterie de style campaniforme, ne le cédant en richesse qu'au littoral morbihannais (¹).

L'un des derniers enseignements apportés par l'examen de ce type céramique dans la région considérée est la nette présence d'exemplaires décorés «à la cordelette». L'existence de ce motif, lié d'ailleurs à une morphologie assez stricte, a été longtemps mise en doute ou a été assez peu entrevue (²). En effet ne tranchaient sur l'abondant matériel mis au jour que, d'une part, les exemplaires de style «international» (ou «maritime» de Del Castillo ou «pan-européen» de Childe), d'autre part les styles pyrénéens à la décoration et à la surcharge excessives: scalariformes, portées de musique, triangles roulettés ou incisés, fermetures-

-éclair ou pseudo-excisé, etc.... Par contre le motif traité à la corde, bien présent dans la Péninsule Ibérique, ne s'était que timidement manifesté jusqu'ici en France méridionale. Il convient donc de reconsidérer cette question à la lueur de découvertes et de mises au point récentes. Tel est le but de cette note qui se propose de définir rapidement le type envisagé, de faire un tour d'horizon des exemplaires décorés à la cordelette du cadre étudié, enfin d'analyser, à l'examen des contextes, les enseignements que l'on peut en tirer dans le cadre général des travaux sur le Chalcolithique.

*

*

*

Morphologie et technique décorative:

Le type morphologique sur lequel est appliqué le décor à la cordelette («*de cuerdas*» selon l'expression de nos collègues espagnols, mieux que «*cordé*» qui, en dépit de l'exactitude du terme, peut prêter à confusion avec la *Schnurkeramik*) présente certaines constantes qu'il est bon de souligner dès l'abord: bien calibrés, ces vases sont presque toujours évasés avec une panse carénée vive, bien accusée, par rapport aux formes lourdes des gobelets pyrénéens, plus mous dans l'ensemble.

Le décor le plus simple s'effectue à l'aide d'une cordelette disposée à l'horizontale autour du vase et laissant sur la pâte fraîche une impression circulaire. Cette expérience est répétée sur tout la surface visible de sorte que le motif finit par recouvrir tout l'extérieur du vase selon de courts intervalles réguliers distants de 3 à 5 mm. Evidemment c'est là l'intervalle le plus courant mais il existe plusieurs variantes et les lignes sont parfois groupées de façon à former de véritables bandes avec espaces vierges les séparant.

A propos des lignes imprimées elles-mêmes, il arrive fréquemment que ces lignes soient doublées ou même triplées (Niaux), ce motif

pouvant être obtenu à l'aide de deux cordelettes accolées, voire dans certains cas avec des chainettes tricotées (procédé mis en évidence par E. Gersbach) ⁽³⁾. L'ornementation de deux lignes accolées évoque souvent le thème dit «en arête de poisson» parce que les impressions sont convergentes vers une ligne virtuelle intermédiaire.

*

*

*

Les campaniformes cordés du groupe pyrénéen français:

Nous donnons ci-après la liste des gisements du groupe pyrénéen français ayant livré des spécimens du type étudié (Fig. 1):

Monument mégalithique de la Halliade (Cne de Bartrès, Hautes-Pyrénées) — Ce site a livré un beau campaniforme décoré à la corde. Rappelons que deux magnifiques campaniformes de style international voisinaient cet exemplaire. Une «chambre» adjacente a livré une fine lamelle d'or biforée et un collier de perles en callaïs (fouilles Piette; Musée des Antiquités Nationales) ⁽⁴⁾ (Fig. 2).

Petite grotte de Niaux (Cne de Niaux, Ariège) — Un rebord de vase beige, bien lissé, bien cuit, à dégraissant très fin, et décoré de lignes circulaires à la corde groupées selon deux lignes très espacées;

— Un rebord de vase de couleur beige terne, à dégraissant calcaire relativement grossier. Le décor consiste en lignes disposées deux à deux. Trois tessons appartiennent à ce vase et peut-être un quatrième décoré selon la même technique mais à bandes vierges plus lâches. Le rebord mentionné ci-dessus possède la particularité d'être orné sur la lèvre interne de quatre bandes de deux lignes chacune (fouilles et collection Hélène, Narbonne) ⁽⁵⁾ (Fig. 3).

Dolmen de Monze (Cne de Monze, Aude) — Un tesson de campaniforme cordé associé à plusieurs tessons de style international (fouilles Guilaine, Carcassonne) ⁽⁶⁾.

Dolmen de Saint-Eugène (Cne de Laure-Minervois, Aude) — Restes d'un vase à décor cordé de couleur beige, bien lissé (fouilles Sicard; fouilles Guilaine, Carcassonne) ⁽⁷⁾ (Fig. 4).

Dolmen des Fades ou «Palet de Roland» (Cne de Pépieux, Aude) — Eléments de plusieurs vases décorés à la ficelle; association avec des tessons ornés dans le style pan-européen tout comme dans le dolmen précédemment cité (fouilles Guilaine, Carcassonne) ⁽⁸⁾.

Grotte de la Treille (Cne de Mailhac, Aude) — Restes d'un vase cordé à col bien évasé et carène anguleuse (fouilles Martin-Granel-Tafanel; Musée de Mailhac) ⁽⁹⁾ (Fig. 5).

Grotte de Bize (Cne de Bize, Aude) — Les restes d'un vase campaniforme beige-marron, avec carène accusée de type rhénan et décor de lignes doubles «en arête de poisson»;

— Les éléments d'un campaniforme marron-beige orné à la ficelle de lignes simples (3 tessons);

— Les restes (2 tessons) d'un vase orné de lignes triplées; couleur beige-brune à l'extérieur, brune sur la surface interne (fouilles et collection Hélène, Narbonne) ⁽¹⁰⁾ (Fig. 6).

Grande grotte du Rec de las Balmos (Cne de Félines, Hérault) — Dans la partie sud-ouest de l'Hérault, la seule qui nous intéresse dans le cadre de cette étude, nous signalerons la découverte d'un tesson cordé de lignes doublées à impressions convergentes (fouilles Guilaine, Carcassonne) ⁽¹¹⁾.

Les enseignements de ce premier tour d'horizon sont nombreux et leur portée dépasse largement le cadre régional.

— Nous remarquerons d'abord la solidarité archéologique entre ce style et le style international (monument de la Halliade, dolmens

de Saint-Eugène, de Pépieux, de Monze, petites grottes de Niaux, de Bize, etc....). Il s'agit là pour nous d'une *indication de contemporanéité* probable. Cette solidarité dans l'espace et aussi certainement dans le temps est un acquis digne d'intérêt. Elle se manifeste d'ailleurs à plusieurs reprises par des interférences décoratives entre ces deux styles: ainsi il peut arriver que les deux lignes enserrant une bande ouvragée oblique faite au peigne soient traitées à la cordelette.

Ajoutons à cette première remarque une deuxième observation intéressante: le décor cordé reste *toujours pur*, en ce sens qu'il ne se mélange pas aux styles locaux par opposition à son voisin international qui se combine parfois aux motifs pyrénéiques (par exemple sur un vase de l'hypogée du Castellet à Arles). Des notions indirectes sur la chronologie du décor cordé pourront donc être déduites des diverses «alliances» décoratives de son frère-jumeau.

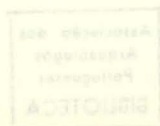
— Nous noterons également la prédilection de ces deux styles pour les monuments mégalithiques de grande envergure: Saint-Eugène, Pépieux, Monze, la Halliade,... Remarquerons aussi l'absence (provisoire?) de ce style en Roussillon, et une faible remontée vers la montagne ariégeoise (Niaux) ou haute-pyrénéenne (La Halliade). La zone de concentration est le bassin de l'Aude. Malgré que la recherche y ait été et y soit plus poussée que dans les autres secteurs, il semble qu'il y ait là un impératif géographique lié à une grande voie naturelle de pénétration (couloir Aude-Garonne ou mieux Méditerranée-Atlantique par le seuil de Naurouze). C'est la région des monuments de grande envergure: Saint-Eugène mesure 15 m de long tandis que le «Palet de Roland» atteignait avec son tumulus un développement supérieur original, sans parallèle avec les monuments à couloir de largeur limitée du Languedoc oriental (type Lamalou).

— Autre remarque, les formes de ces vases, lorsqu'elles sont reconstituables — ce qui est rare car la plupart des trouvailles se réduisent à de simples tessons —, sont très pures de lignes: comme nous l'avons

dit plus haut, bords évasés et carènes relativement vives, par opposition aux formes locales pyrénéennes à carènes douces comme les jattes, voire les globelets eux-mêmes. C'est incontestablement le signe d'une pureté complémentaire de celle observée dans le décor. Tant par leur forme que par leur décor ces vases font figure d'objets importés, répandus dans un milieu indigène réceptif dans lequel ils apportent une note exotique. Faut-il ajouter, pour corroborer cette hypothèse, que les tessons du vase du dolmen de Saint-Eugène brillent encore d'un vernis tout particulier signant obligatoirement l'article colporté, par opposition à l'engobe vulgaire — et la pâte — des copies locales ornées de décors typiquement pyrénéens?

— D'où venaient ces vases? Après le succès de la théorie Schmidt-Bosch-Del Castillo ⁽¹²⁾, nous assistons à un bouleversement de la conjoncture et l'hypothèse Willmott-Sangmeister ⁽¹³⁾ fait actuellement chaque jour plus d'adeptes. A une origine sud-ibérique de nos pots se substitue une hypothèse plus vraisemblable fondée sur une origine centro-européenne. Il est incontestable que notre groupe possède d'étroites parentés avec les pots du groupe rhénan. Par ailleurs des exemplaires campaniformes cordés sont connus en Bourgogne (tumulus I de Vertempierre à Chagny, où un exemplaire-cordé est, bien que traité au peigne, d'allure très centro-européenne), ainsi que sur les franges du couloir rhodanien (Cranves) et en Italie du Nord (Santa Cristina) avec, dans ces deux derniers cas, la présence voisine du style international, ce qui confirme les fortes présomptions de contemporanéité de ces deux styles déjà signalées plus haut. A propos de ce dernier style, ajoutons que sa présence dans la vallée du Rhône est plus largement assurée (Sérézin, Isère; grotte des Frères, Gard; ...).

Une origine rhénane des pots décorés à la ficelle du groupe audois-catalan (transmise directement par le couloir rhodanien ou par un relai encore ignoré, ce qui est moins sûr) ne saurait donc être tenue pour impossible. Que convient-il par ailleurs de penser de l'hypothèse



accordant une origine galicienne (depuis le Portugal) aux vases de la Halliade, via la Bretagne? Bien des auteurs, se basant sur une morphologie identique des pots, se sont fait les champions de cette thèse. Ne conviendrait-il pas de la reconsidérer, étant donné, comme nous nous en rendons compte chaque jour davantage, que ces théories de courants migrants sont perpétuellement sujettes à discussion et sans cesse bouleversées?

— A propos de la chronologie inter-styles, P. Bosch-Gimpera considère les motifs international et «de cuerdas» comme relativement récents (type III de cet auteur) et s'étant divulgués dans des groupes campaniformes déjà existants (types I et II). D'autres chercheurs ont par contre défendu une chronologie ancienne pour les premiers vases qui auraient en quelque sorte procédé à une européanisation des campaniformes lesquels devaient ensuite se morceler en groupes régionaux.

En ce qui concerne les vases décorés à la ficelle cette deuxième façon de voir paraît davantage conforme aux recherches en cours. C'est ainsi qu'aux Pays-Bas la pénétration des campaniformes décorés à la ficelle a pu être datée au Carbone 14 des environs de 2300 B. P. (H. T. Waterbolk). C'est aux alentours de cette date qu'il faut, pensons-nous, situer la large répartition de ce style et de l'international en Europe, cette expansion ayant dû être relativement brève autant qu'étendue. Nous nous empressons d'ajouter que le type international s'étant par la suite régionalisé et abâtardi au contact de styles locaux, les vases à décor mixte (pan-européen et estampé par exemple) n'ont pas à entrer dans ces considérations chronologiques.

Cette ancienneté (?) des deux styles considérés prend une certaine importance pour la datation des grands dolmens de la France méridionale. Des observations réalisées au dolmen des Fades ou «Palet de Roland» à Pépieux (Aude) ainsi qu'au dolmen de Boun-Marcou (Mailhac, Aude) semblent démontrer que ces monuments ont été érigés par des ethnies indigènes de culture néolithique attardée, au cours du

III^{ème} millénaire. Confirmation de cette chronologie haute est apportée par les considérations énoncées ci-dessus puisque les styles campaniformes relativement anciens sont déjà présents dans tous les monuments de grande envergure: la Halliade, Monze, Moure, Pépieux, Saint-Eugène, etc.

— Nous ne terminerons pas sans signaler la fréquente association des styles cordé et international avec les boutons perforés en V de forme hémisphérique (Monze, Moure). Nous pensons que ce type d'applique est assez ancien tandis que les boutons perforés en V prismatiques pourraient être plus récents si l'on prend en considération certains ensembles homogènes tardifs (grotte des Châtaigners à Vingrau, Pyrénées-Orientales). Ajoutons toutefois que nous croyons le V-bouton rond davantage solidaire du style international que du cordé proprement dit.

Ce premier exposé nous a permis de faire un certain nombre de mises au point que nous résumerons ainsi:

— Les vases campaniformes décorés à la cordelette sont nombreux dans le sud de la France;

— Ils conservent une morphologie pure, proche des exemplaires des bords du Rhin, région d'où ils proviennent probablement;

— Ils sont associés fréquemment au style pan-européen qu'ils influencent mais ont eu sans doute une durée plus brève que les vases décorés de cette dernière façon, lesquels se sont largement combinés à d'autres thèmes;

— Ils ont été déposés, sans doute vers la fin du III^{ème} millénaire, dans les grands monuments du bassin de l'Aude, construits par des ethnies indigènes quelques siècles auparavant.

NOTES

- (1) — J. GUILAINE, *Le vase campaniforme dans le groupe pyrénéique catalan français*, «Palas, Annales de la Faculté des Lettres de Toulouse», 1959, p. 33-40; *Où en est l'étude des vases campaniformes en France?* «Bulletin de la Société Préhistorique Française», 1958, fas. 9, p. 462-464.
- (2) — Par exemple dans notre synthèse, R. RIQUET, J. GUILAINE, A. COFFYN, *Les Campaniformes Français*, «Gallia-Préhistoire», 1963, p. 63-128.
- (3) — E. GERSBACH, *Schnur — und Häkelmaschenverzierung auf westeuropäischen Glockenbechern*, «Jahrbuch der Schweizerischen Gesellschaft für Urgeschichte», 1957 (1958), p. 1-12. (Tirage-à-part).
- (4) — E. PIETTE, *Note sur les tumulus de Bartrès et d'Ossun*, «Matériaux», 1881, p. 522-540.
- (5) — J. GUILAINE et P. HÉLENA, *Matériaux pour servir à l'étude du Néolithique et de l'Age du Bronze*, «Bulletin de la Société Préhistorique de l'Ariège», 1964, p. 65-87.
- (6) — Inédit.
- (7) — J. GUILAINE, *Recherches sur la céramique campaniforme des Pyrénées Françaises*, à paraître in «Revue d'Etudes Ligures».
- (8) — O. et J. TAFFANEL, H. MARTIN, J. ARNAL, *La cueva de la Treille*, «Ampurias», 1949.
- (9) — Voir note 7.
- (10) — Inédit.
- (11) — Inédit.
- (12) — Théorie classique exposée dans A. DEL CASTILLO, *La Cultura del vaso campaniforme*, Barcelona, 1928, empruntée en grande partie aux idées de H. SCHMIDT et P. BOSCH-GIMPERA; parmi les plus récents travaux de ce dernier: *L'expansion du vase campaniforme*, «Munera Archaeologica Iosepho Kostrzewski», «Nadbika», Poznan, 1963, p. 103-116; *El vaso campaniforme de la cultura pirenaica*, «Munibe», 1962, fasc. 3-4, p. 3-16.
- (13) — E. SANGMEISTER, *La Civilisation du Vase Campaniforme*, «Actes du 1^{er} Colloque Atlantique», Rennes, 1963, p. 25-56.

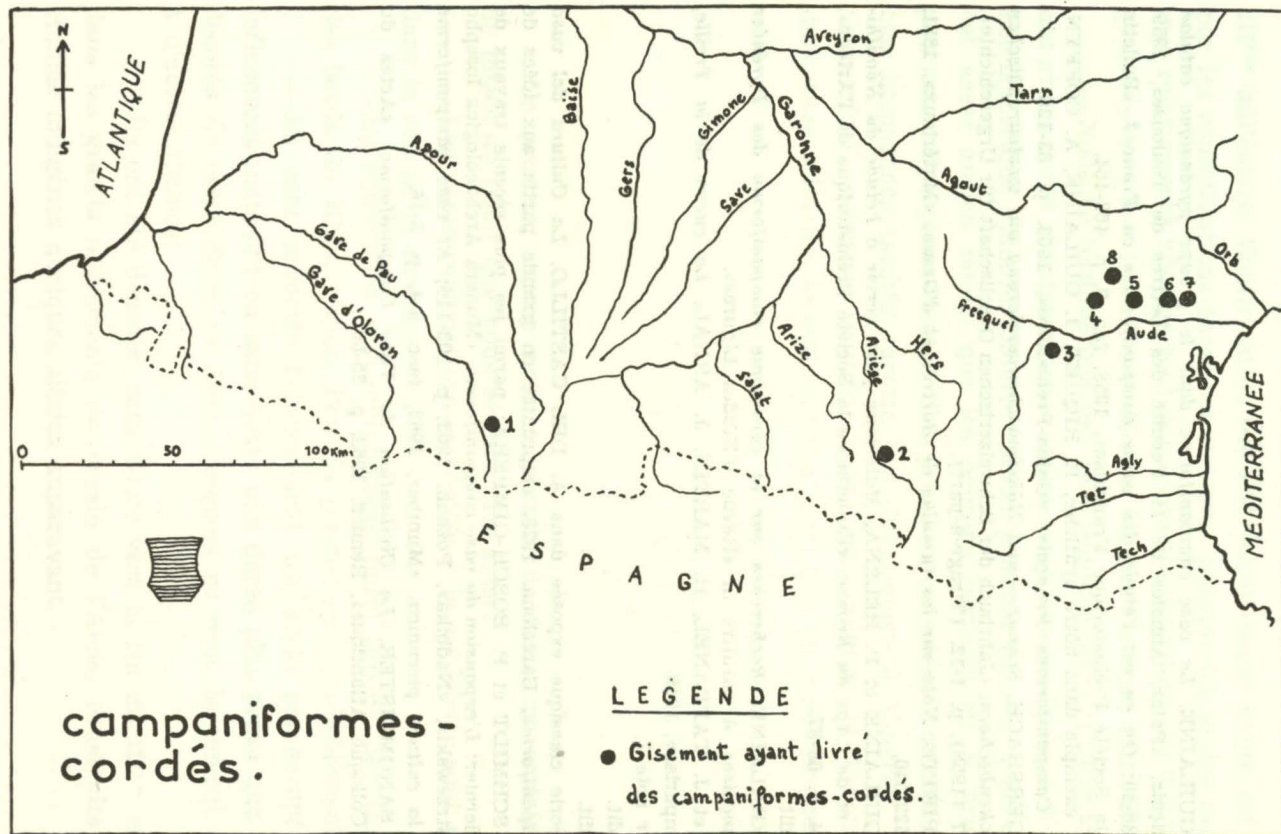


Fig. 1 — Carte de répartition des gisements des Pyrénées Françaises ayant livré des vases campaniformes décorés à la cordelette: 1. Monument mégalithique de la Halliade; 2. Petite grotte de Niaux;; 3. Dolmen de Monze; 4. Dolmen de Saint-Eugène; 5. Dolmen des Fades ou «Palet de Roland» à Pepieux; 6. Grotte de la Treille à Mailhac; 7. Petite grotte de Bize; 8. Grande grotte du Rec de las Balmos à Félines-Minervois.

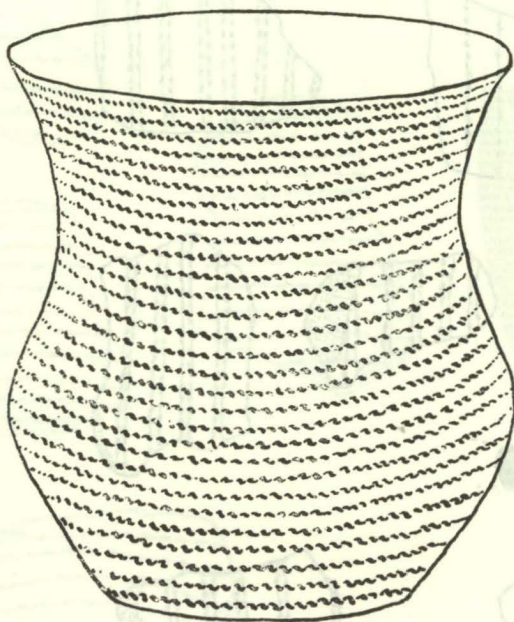


Fig. 2 — Vase campaniforme décoré à la cordelette de l'«allée-couverte» de la Halliade (Commune de Bartrès, Hautes-Pyrénées). D'après Piette.

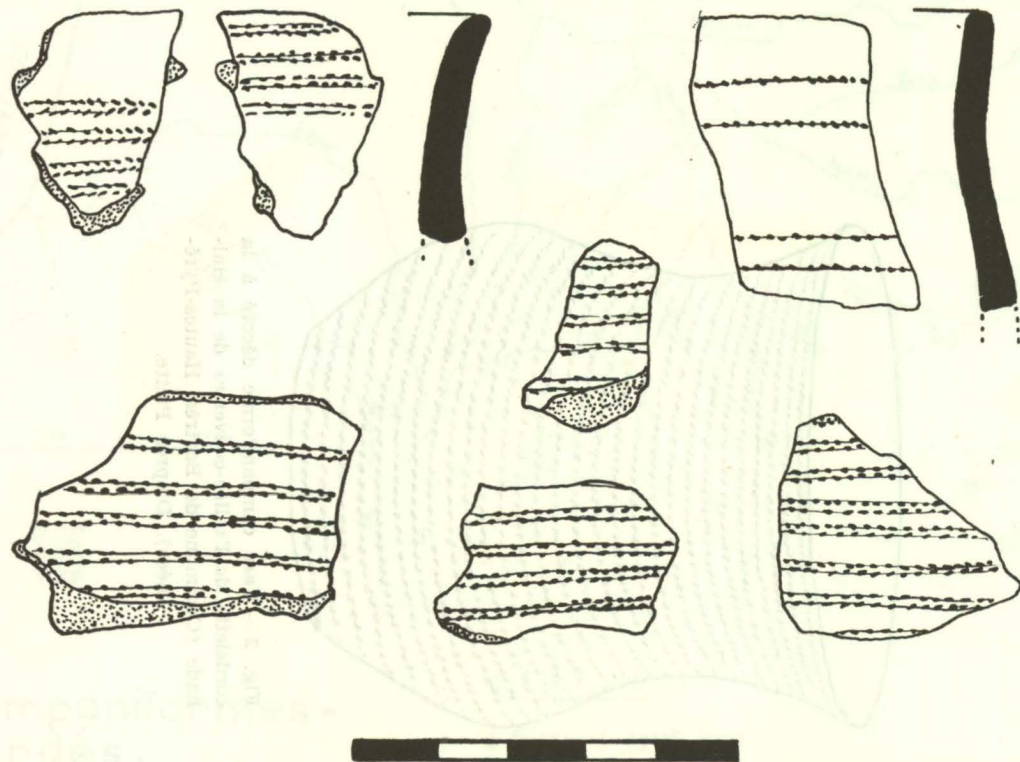


Fig. 3 — Fragments de vases campaniformes de la petite grotte de Niaux (Ariège). Le premier rebord voit son motif répété sur 4 lignes doublées de la lèvre interne ce qui est très rare en France. Le deuxième rebord comprend un thème de lignes espacées. Les autres tessons appartiennent probablement au même vase que le premier rebord figuré.

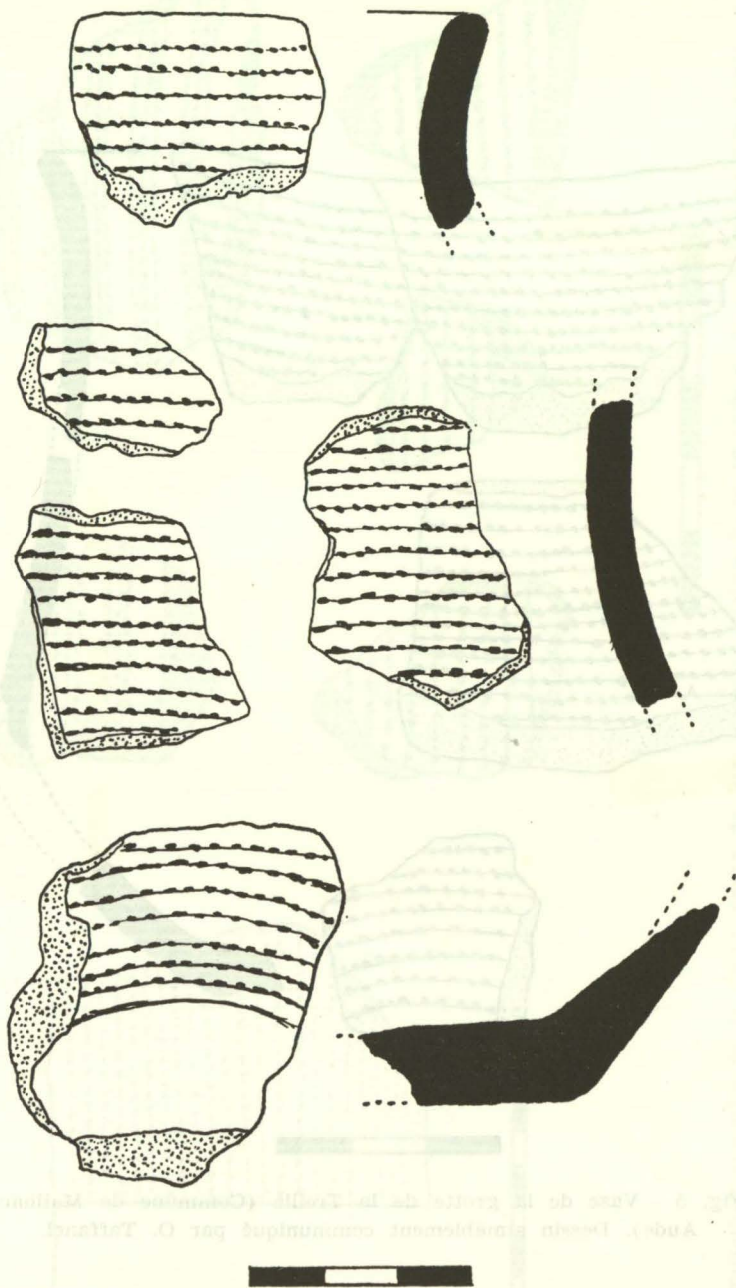


Fig. 4 — Fragments d'un même vase campaniforme-cordé provenant du dolmen de Saint-Eugène (Commune de Laure-Minervois, Aude). Le rebord doit être peut-être figuré plus éversé.

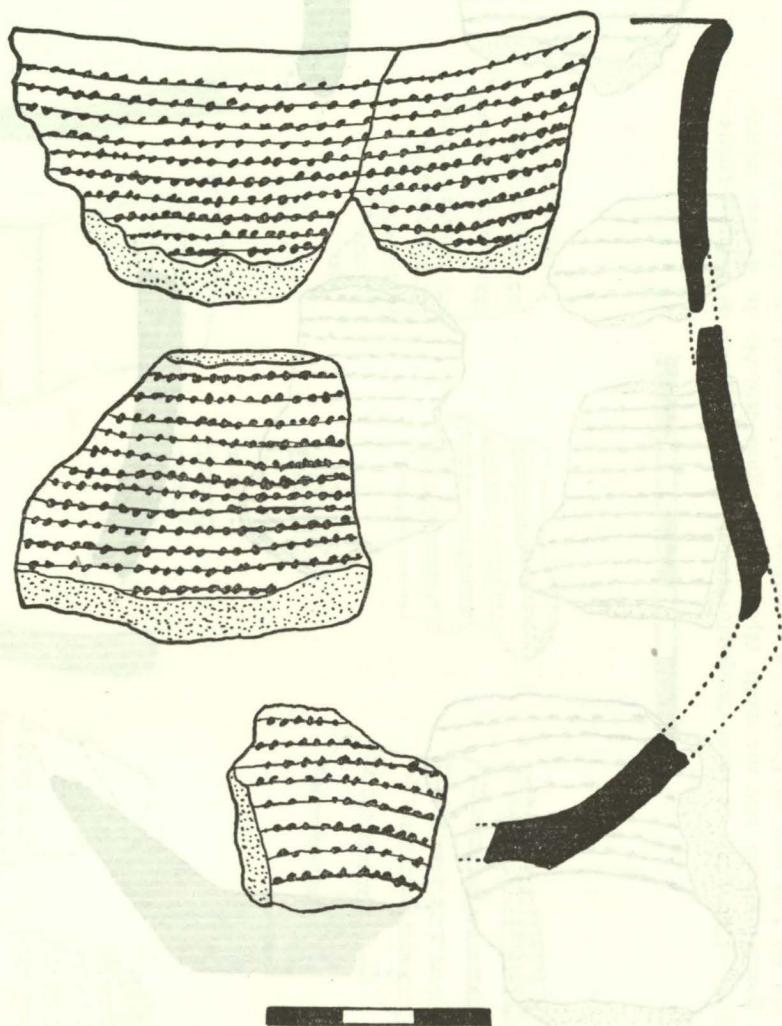


Fig. 5—Vase de la grotte de la Treille (Commune de Mailhac, Aude). Dessin aimablement communiqué par O. Taffanel.

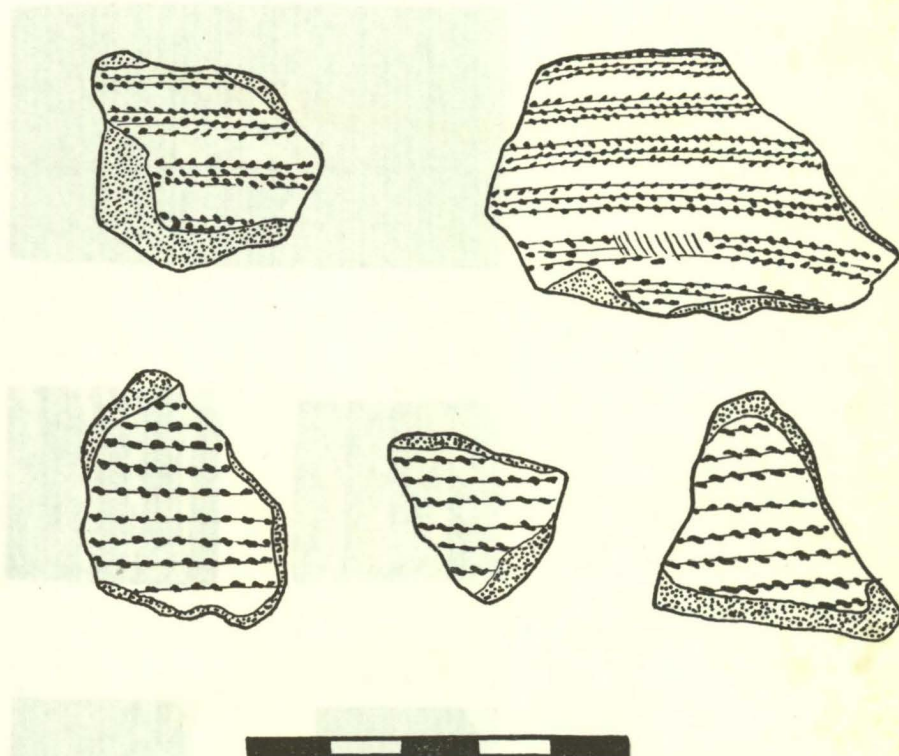
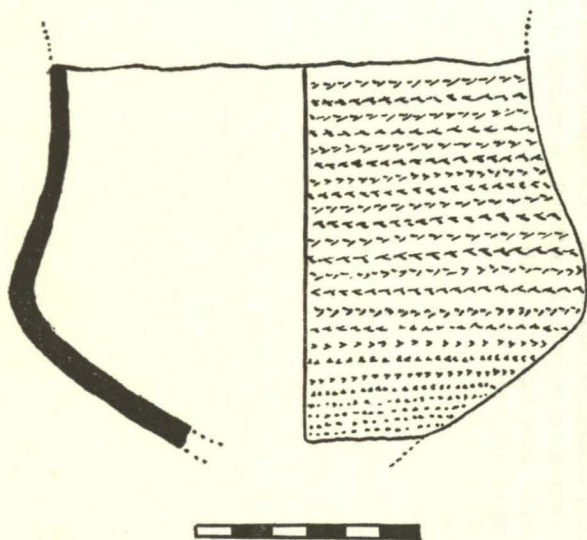


Fig. 6—Vases campaniformes-cordés de la petite grotte de Bize (Aude): 1. Vase de profil rhénan; 2. et 3. tessons appartenant à un même vase orné de lignes triplées; 4., 5. et 6. fragments d'un même pot entièrement décoré de lignes simples.

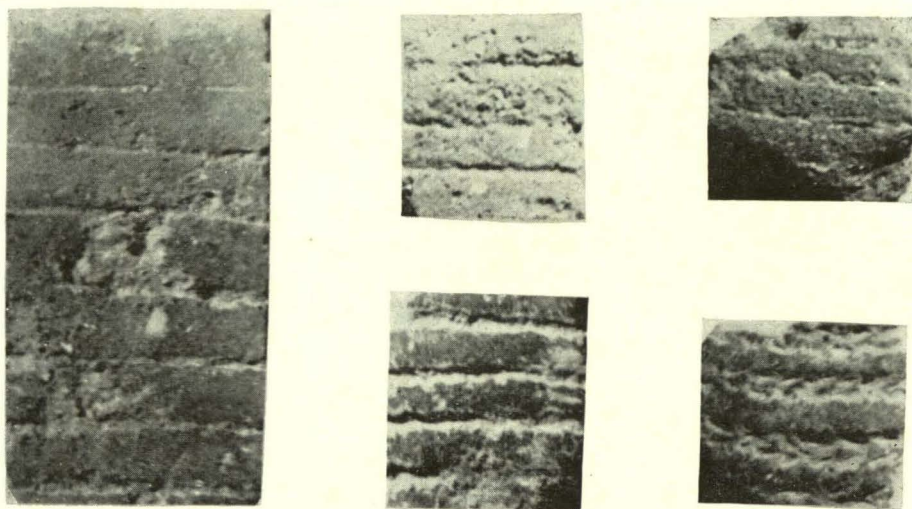


Fig. 7 — Détails des impressions sur vases campaniformes décorés à la cordelette de la France méridionale. Ces divers exemplaires proviennent du bassin de l'Aude: 1. et 4. dolmen de Pépieux; 2. dolmen de Monze; 3. dolmen de Saint-Eugène; 5. grande grotte de las Balmos. Il s'agit pour la plupart de cordés simples sauf le n°. 5. qui possède un motif «en arête de poisson» de sens alterné.

A ARTE RUPESTRE NA PROVÍNCIA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE

pelo

sócio correspondente

Octávio Roza de Oliveira

As pinturas rupestres foram conhecidas pela primeira vez de
Alentejo, por uma repentina expedição, feita pelo tal Marquês
Dante, foram descobertas e estudadas pelo arqueólogo G. W. Stow
e, mais as pinturas de Alentejo, como as ruínas, haviam sido
citadas por um Príncipe de Moçambique, em 1721, em ordem 158, anos
antes da descoberta de Alentejo, quando, depois de feita a Lisboa,
pela Academia Real Portuguesa de História, falou de cachorros, cães
e outros animais pintados nas rochas.

A ARTE RUPESTRE NA PROVÍNCIA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE

ENQUANTO as pinturas rupestres do Levante Espanhol, da França, da África do Sul e estados vizinhos têm sido divulgadas, as existentes em Moçambique mantêm-se dispersas em meios especializados, sem que tenham tido a necessária propalação. É mesmo vulgar encontrarmos nos livros editados em Lisboa e no Porto, para estudo dos nossos estudantes dos cursos secundários, desenhos com as pinturas espanholas e francesas, provavelmente devido à pouca divulgação que o património científico moçambicano tem tido, embora não faltem em Moçambique valores intelectuais com capacidade para levarem a efeito esse trabalho. É que a maioria das pessoas estão familiarizadas com a arte rupestre das cavernas europeias, que tem sido profusamente documentada e ilustrada por entusiásticos prehistoriadores como o saudoso Abade Henri Edouard Prosper Breuil e outros.

As pinturas sul-africanas, cem anos antes da descoberta das de Altamira, por uma rapariguinha espanhola, filha dum tal Marcelino Santuola, foram laboriosamente copiadas pelo arqueólogo G. W. Strow e, tanto as pinturas moçambicanas como as sul-africanas haviam sido citadas por um Prelado de Moçambique, em 1721, ou sejam 158 anos antes da descoberta de Altamira, quando, numa consulta feita de Lisboa, pela Academia Real Portuguesa de História, falou de *cachorros, camelos e outros animais pintados nas rochas*.

Está comumente aceite pela Ciência que a arte rupestre sul-africana, rodesiana e, neste nosso estudo, a moçambicana, tem estreita ligação com as extraordinárias pinturas do Sáara Central e do Norte de África. Na Tanzânia foram descobertas ricas pinturas rupestres com estreita ligação com as existentes na Abissínia. A arte rupestre de Siskino, na Ásia Norte-Oriental, como a da cultura de Serovo, estudada pelo arqueólogo A. P. Okladnikov tem, também, estreita ligação com a arte rupestre moçambicana e sul-africana.

As pinturas rupestres do Levante Espanhol e as extremamente semelhantes da África do Sul e de Moçambique têm ligação, conforme aventam vários cientistas; contudo, o Abade Breuil, que foi a primeira entidade em arte rupestre, embora confirme esta hipótese, exclui a arte rupestre dos Aurignacianos e dos Madgdalianos da França, por ser muito diferente, podendo somente ter dado inspiração à arte rupestre espanhola.

De facto, a arte rupestre espanhola com representação de figuras humanas estilizadas, activamente ocupadas na caça, com arcos e com flechas, deve estar intimamente ligada à arte dos Capsianos do Norte de África, posto que está cientificamente provado, pela maioria dos arqueólogos, que os caçadores-artistas, com o mesmo equipamento e filosofia se estenderam desde o Mediterrâneo até ao Cabo da Boa Esperança, atravessando o deserto Sáara e os tandos da África Oriental, evitando as densas florestas do Congo.

Justamente por os Bosquímanos terem sido surpreendidos pelos primeiros europeus chegados, a pintarem nas rochas, pensou-se que eles eram os únicos responsáveis pela arte rupestre encontrada. Posteriormente, o arqueólogo Burkitt, em 1928, chegou à conclusão de que as pinturas rupestres sul-africanas eram, algumas, anteriores à instalação dos Bosquímanos naquela região.

Entretanto, com a recente descoberta de restos osteológicos bosquimanóides na África do Sul, alguns deles associados em camadas arqueológicas sucessivas com as culturas africanas Wiltoniana, Mago-

siana, Stilbaiana, proto-stilbaiana e Sanguana, estratigrafia esta também encontrada nas caves da montanha Matopo, na Rodésia do Sul, tornou-se provável a possibilidade que existe dos artistas bosquímanos terem continuado uma tradição que lhes foi legada pelos seus antecessores através de milénios.

A cronologia das pinturas africanas é mais difícil de determinar do que a das europeias, por várias razões, sobretudo devido às intensas flutuações climáticas, em que parte da fauna ali então existente se extinguiu com uma rapidez quase dramática, como o mamute e o rinoceronte, equipados para resistirem aos rigores do glaciário Wurm e, como não puderam competir com um clima mais quente, desapareceram.

Assim, quando encontramos uma pintura retratando um destes animais numa caverna francesa, sabemos logo que foi executada provavelmente 23 000 anos antes do presente. Na África, a extinção dos animais é dificilmente prevista e até às vezes os tipos zoológicos pintados já não têm o seu *habitat* naquela região. Por exemplo, na maioria dos animais pintados no Sáhara, como elefantes, rinocerontes e avestruzes, indicam-nos que migraram para o Sul, devido ao aumento das secas no Neolítico. No Norte Espanhol e em França, as melhores pinturas rupestres conhecidas encontram-se em cavernas e em abrigos sub-rochas, perfeitamente conservadas, enquanto o clima mais quente e húmido de África bem como a raridade de rochas de origem calcária obrigaram os povos nómadas a viverem em tандos e em montes rochosos basálticos, tendo ficado a sua arte mais exposta às intempéries, embora também tenha resistido de maneira extraordinária até aos nossos dias.

Por escavações efectuadas na Europa e na Ásia-Norte-Oriental apareceram indústrias líticas associadas com fragmentos de utensílios utilizados pelos artistas nas pinturas, o que tornou possível atribuir datas a algumas. Em África também já se obtiveram cronologias de pinturas rupestres, como nas existentes nas cavernas de Bambata e no abrigo sub-rochoso do Monte Matopo, que deram à Ciência bastante

espólio lítico. Pela sobreposição de estilos e coloração das pinturas, não somente porque as rochas lisas não são muito abundantes, também se têm dado cronologias. Isto tendo em consideração os locais onde se encontram as pinturas rupestres terem sido ocupados por longos períodos, adquirindo significado provavelmente religioso ou de magia, em que gerações e gerações de artistas usaram a mesma rocha sobrepondo pinturas, umas por cima das outras, como autênticos palimpsestos.

Se num refúgio rochoso africano encontramos figuras humanas estilizadas, pintadas em castanho, animais naturais de cor de vinho sobrepostos sobre animais de linhas grosseiras em amarelo, é-nos fácil classificar que os desenhos em amarelo são os mais antigos, seguindo-se-lhes depois os das cores de vinho e os castanhos, por ordem de antiguidade; contudo, não podemos saber se estas sobreposições estão distanciadas em meses, anos ou mesmo séculos se não obtivermos junto das pinturas rupestres a estratigrafia, contendo restos de utensílios líticos nas várias camadas arqueológicas, que serviram para pintar os frescos, com aderência dos pigmentos que utilizaram para o acto pictórico. No entanto, quando se encontram estilos e cores semelhantes, pela mesma ordem numa grande área e em diversos locais, podemos aliar essas pinturas a uma cultura humana, que completa uma época e não a um génio individual dum limitado grupo. Então, neste caso, pode prever-se que um grande espaço de tempo existiu entre os diversos estilos.

Os animais representados nas pinturas rupestres da África do Sul, incluindo as moçambicanas e rodesianas, são os elefantes, hipopótamos, rinocerontes, girafídeos, búfalos, gazelas do tipo «springbok», zebras, antílopes, macacos, bovídeos, avestruzes e outros pássaros, répteis (tartarugas, serpentes, etc.), plantas tais como as localizadas a és-nordeste de Vila Cabral, pelo nosso amigo François Balsan, sendo o homem muitas vezes figurado nu ou vestido, mascarado ou armado, participando frequentemente em cenas demonstrativas de beligerância com outros povos com características diferentes. Símbolos isotéricos arcaicos

também aparecem nas pinturas rupestres, como as águas primordiais, a representação da chuva, etc., etc.

Os saudosos arqueólogos Henri Breuil e Van Riet Lowe definiram da seguinte maneira as várias fases sucessivas das pinturas rupestres sul-africanas, fases estas em que podem ser incluídas as pinturas rupestres de Moçambique e da Rodésia do Sul:

PRIMEIRA — *Pré-Banta*:

A) Pinturas monocromáticas, onde as figuras são isoladas, mantendo a forma de pequenas silhuetas;

B) Pinturas bicromáticas, com representações de cenas com perspectiva;

C) Pinturas policromáticas;

i) Período das gazelas, em excelentes composições;

ii) Período dos grandes painéis, com predomínio de bom modelamento, evocando épocas de paz e de descanso.

SEGUNDA — *Invasão Banta*:

Pinturas onde aparecem os invasores ditos Bantos armados com lanças e com escudos, ao contrário dos Bosquímanos que sòmente usavam arcos e flechas. Este período mostra, todo ele, inquietação, guerra, agitação, roubo de gado e de mulheres.

Embora as primeiras invasões bantas estejam rodeadas dum ar de mistério, alguma coisa a Arqueologia está a fazer no sentido de estudar *in-situ* este importante tema, já com grande participação nos destinos das cidades mortas que jazem enterradas debaixo das florestas africanas.

Partindo da hipótese de que a invasão banta se processou por quatro avalanches ou mais, apesar das culturas associadas a estas fases

de ocupação sugerirem um certo número de pequenas subdivisões, as primeiras tribos bantas chegadas encontraram os povos de Wilton instalados. Os invasores vinham associados na cultura com os Soto-Tchuana, particularmente no que diz respeito à cerâmica, conforme concluiu Caton-Thompson, nas escavações que efectuou no Zimbábue grande, de Forte Vitória, nas caves de cultura de Wilton, nos montes Leopardo e Ziwa e noutros lugares. A chegada dos primeiros Sotos não pode ainda ser determinada, mas presume-se que procederam à construção das primeiras muralhas do Zimbábue grande, pelos utensílios recolhidos, como olaria persa do século XIII e vidro árabe dos séculos XII e XIV.

Cerca do ano 1400, os Sotos foram sucedidos pelos Macaranga que os subjugaram. Muitas tribos Sotos fugiram para a Bechuanalândia, Angola e Transval; outras ficaram a prestar vassalagem aos Macaranga e formaram o reino Butua-Torva. Durante sessenta anos o regime Butua-Torva esteve em paz. Entretanto, chegaram os Chona-Mbire, fundadores do Império do Monomotapa e, apesar do reino Butua-Torva continuar como potência rival até cerca do ano 1530, alguns Macaranga tornaram-se «Nhai» do Monomotapa.

Os recém-chegados trouxeram com eles uma cultura tão rica como ostensiva, em contraste com a primitiva cultura Soto, que era pobre, e as primeiras colheitas arqueológicas deste período levaram os primeiros investigadores a ligar a sua cultura ao Mediterrâneo.

Cada avalanche de Bantos que se sucedeu subjugou sempre os ocupantes anteriores, que empregavam como escravos, razão por que este período das pinturas rupestres apresenta sempre actos belicosos, agitação, roubo de gado e de mulheres.

A invasão banta processou-se de Norte para Sul, tendo os Bantos de influência hamítica atravessado o rio Zambeze provavelmente no ano 1000 da nossa era e os de influência semítica 500 anos antes destes.

Estes povos invasores guerrearam os Bosquímanos, obrigando-os a fugirem para locais pobres e áridos.

Por sua vez, a arte rupestre dos Bosquímanos é caracterizada por um dinamismo muito especial e inconfundível, representando toda ela cenas místicas e, embora alguns arqueólogos europeus aventem que este povo não usava nem arcos em flechas, mas sòmente mocas, em tal não acreditamos, atendendo a que no abrigo sub-rocha de Christol, em Ventersboek, no Estado Livre de Orange, que visitámos demoradamente, podemos ver ricas pinturas rupestres em que os Bosquímanos combatem com os povos ditos Bantos, usando arcos e flechas, vendo-se mesmo nessas pinturas as flechas a serem atiradas para o campo destes últimos.

Das dez fases sucessivas analisadas pelo Abade Henri Breuil, podemos usar as três applicadas à África do Sul e a Moçambique:

PRIMEIRA — *Esquemática:*

As figuras são pintadas em alaranjado e em vermelhão. Os homens são filiformes e, apesar de terem tendência esquemática, são cheias de movimento;

SEGUNDA — *Impressionista:*

As figuras são geralmente coloridas na cor de chocolate; são de pequeno tamanho, frequentemente inactivas, sendo o contorno das mesmas cheio de manchas coloridas;

TERCEIRA — *Naturalista:*

As pinturas são geralmente de cor branca e policromáticas. Os homens estão adornados com colares, pulseiras e braceletes, no pescoço, nos braços e nas pernas, vários outros ornamentos e vestidos com tangas e saiotos de origem vegetal.

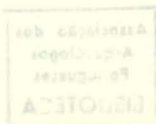
Como os artistas dependiam do meio que os cercava, usavam pigmentos minerais misturados com gorduras animais. O óxido de ferro

magnético aquecido a diferentes temperaturas dava cores desde o amarelo ao vermelho e ao chocolate, passando pelo encarnado-escuro. Os pigmentos a preto, quando aparecem nestas manifestações artísticas são provenientes do manganés ou do carvão vegetal. As pinturas em branco foram obtidas ou do caulino ou de excremento de aves. Os coloridos a verde e a azul, raríssimas vezes perduram, atendendo a que foram extraídos de matérias vegetais, arqueològicamente perecíveis.

Um observador dum primitivo Bosquímano, que pintava numa rocha, declarou que o viu afiar um osso de pássaro até obter uma espátula flexível, que molhava na tinta e pintava. Possivelmente também foram utilizados pincéis feitos de penas ou de pêlo de animais; no entanto, os próprios dedos foram pincéis mais elementares. Os actuais nativos da Tanzânia e da Austrália usam bater na extremidade dum pau até formarem um pincel, depois usado para os fins pictóricos.

É opinião comumente aceite por vários arqueólogos de que os homens começaram a decorar as paredes dos seus abrigos como meio de expressão, embelezando a sua «casa» ou apenas para passarem o tempo de repouso forçado. A significação da maioria das pinturas rupestres, embora algumas delas seja mais profunda, tem dado lugar às maiores controvérsias.

O arqueólogo Goodwin, em 1946, atribui-as a magia ou a intenções religiosas, em que desenhavam o que gostariam de obter, tanto numa caçada feliz, como gado gordo ou uma bonita rapariga; ou, então, estavam provavelmente convencidos de que um objecto podia ser obrigado a sentir ou a actuar em determinada maneira conforme a simpatia do artista pelo mesmo. O uso de se espetarem flechas nas esfinges de um animal, representava talvez a esperança de que acontecesse o mesmo na realidade. Este uso ainda hoje é praticado em diversas partes do mundo e também pode ser observado nas pinturas rupestres de Lascaux, em França. Do mesmo modo que o artista pintou uma gazela grande e gorda, cheia de flechas nos pontos críticos para matar,



tinha provavelmente esperança de fazer o mesmo num animal verdadeiro ou, então, servia-se deste processo como escola de caçadores a fim de mostrar aos principiantes os pontos em que as setas deviam ser atiradas para apanharem a caça mais rapidamente e com maior segurança.

Algumas pinturas rupestres são comemorativas de qualquer acontecimento anormal. Assim como presentemente usamos a máquina fotográfica e a de filmar para obtermos imagens de casamentos, baptizados ou mesmo de caçadas, do mesmo modo os primitivos artistas pintavam cenas de uma caçada, de uma cerimónia religiosa, de um feiticeiro a pedir a vinda da chuva para as sementeiras, ou dum acto de beligerância, pois é vulgar encontrar-se nestas manifestações artísticas a representação da chuva por meio de riscos pequenos. As últimas pinturas dos Bosquímanos da África do Sul representam bastantes vezes batalhas travadas entre eles e os povos Bantos invasores, que aparecem mais altos, com lanças e com escudos.

Não admira que a arte rupestre se perca pelos tempos, pelos milénios, não esquecendo as citações dos professores Julien Hexley e J. Bowen: o primeiro descreve um jovem gorila num jardim zoológico a traçar com um dedo o perfil da sua própria sombra numa parede e o segundo cita que viu um macaco, em Bombaim, a traçar o perfil das suas mãos no chão, usando um pequeno pau empunhado como se fosse um lápis.

Contudo, embora a arte rupestre se perca pelos tempos, ela veio até aos nossos dias, tendo em vista os primitivos-actuais da Austrália que ainda pintam em rochedos e as mais recentes pinturas rupestres sul-africanas, onde aparecem naus portuguesas e holandesas do século XVI, em Col Bokkeveld, no Cabo da Boa Esperança e em Olifants River, perto de Grootfontein e Kotzemaatskappy, na Baía Saldanha, estas últimas dadas como pintadas em meados do século XVII.

Entretanto, em Junction-Kei-Rivers, também no Cabo da Boa Esperança, aparecem boers a cavalo, alguns munidos com espingardas, pinturas estas atribuídas aos fins do século XIX.

Isto leva-nos a admitir que a arte rupestre jamais se extinguirá, pois tem vindo até aos nossos dias e continuará com os nossos subseqüentes.

Em Moçambique existem numerosas pinturas rupestres (fig. 1), umas já estudadas e outras por estudar ou por descobrir.

No distrito de Manica e Sofala, já estudámos duas estações de arte rupestre: uma num monólito gigante em Mavita e outra no monte Chinhamapere, pertencente ao contra-forte da vertente do planalto formado pela serra Vumba.

Pinturas rupestres de Mavita

Estas pinturas foram descobertas pelo Prof. Doutor J. M. Santos Júnior, da Universidade do Porto, quando esteve em Moçambique a chefiar a III Campanha da Missão Antropológica a esta Província.

Indo do Grémio do Instituto dos Cereais, da Rotanda para Mavita, pela estrada antiga, após passar-se por uma pensão-botequim e depois pelas ruínas de uma igreja depara-se, à esquerda, com um granito boleado, tendo no topo um fortim amuralhado da cultura Zimbábue-Monomotapa. Se o capim estiver queimado, logo à direita, a cerca de 250 metros, vê-se um curioso penedo com a inclinação de 40°, onde estão as pinturas rupestres antropomórficas. Se o capim estiver crescido aconselhamos a subida ao granito onde se encontra o fortim e, então, dali localiza-se imediatamente o penedo gigante, com a configuração monolítica. A subida ao granito do fortim é relativamente fácil, uma vez que se usem solas de borracha, atendendo a que o acidente orogénico é perigoso de subir devido à sua forma boleada.

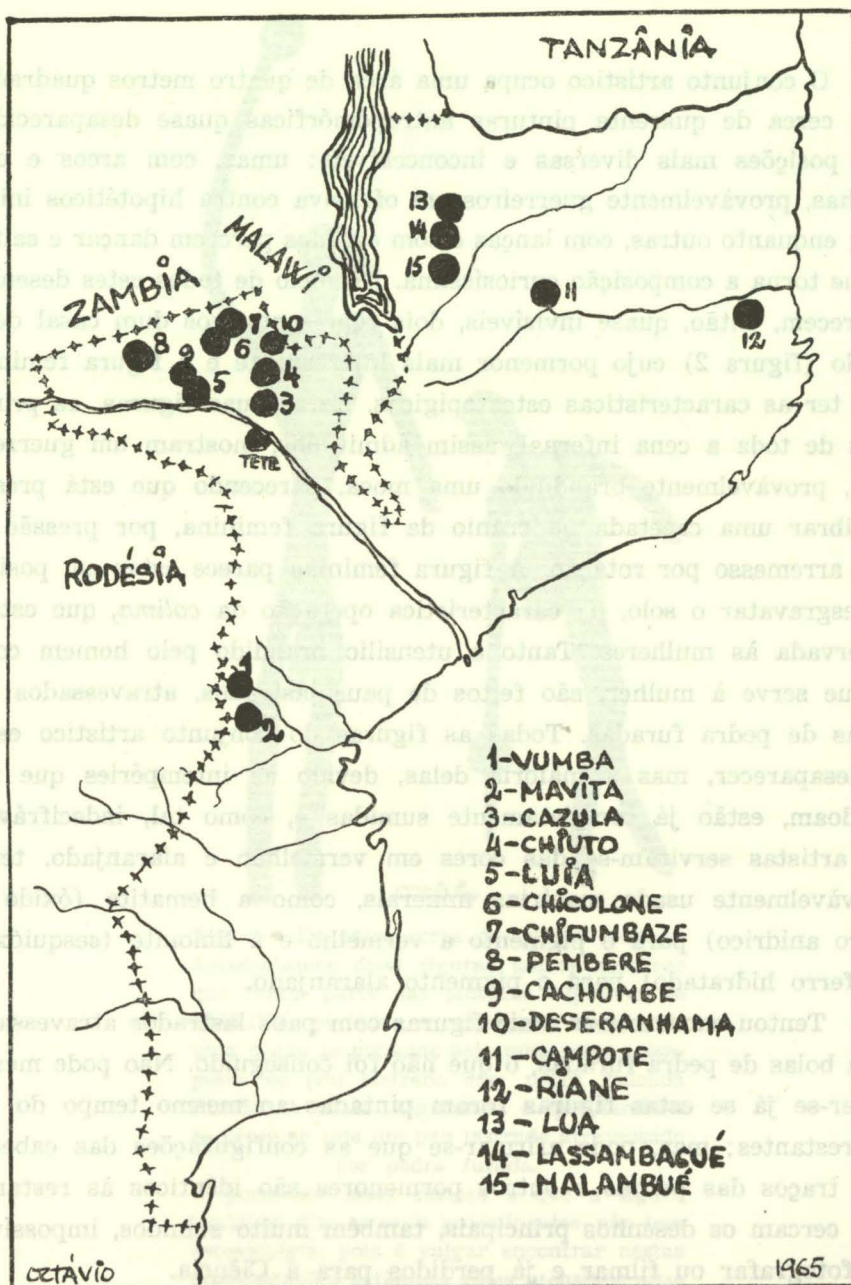


Fig. 1 — Mapa com a localização aproximada das estações de arte rupestre de Moçambique.

O conjunto artístico ocupa uma área de quatro metros quadrados, com cerca de quarenta pinturas antropomórficas quase desaparecidas, nas posições mais diversas e inconcebíveis: umas, com arcos e com flechas, provavelmente guerreiros em ofensiva contra hipotéticos inimigos; enquanto outras, com lanças e com escudos parecem dançar e saltar, o que torna a composição curiosíssima. No meio de todos estes desenhos aparecem, então, quase invisíveis, dois representativos dum casal desavindo (figura 2) cujo pormenor mais interessante é a figura feminina não ter as características esteatopígicas. Estas duas figuras, as principais de toda a cena infernal, assim admitimos, mostram um guerreiro alto, provavelmente brandindo uma moca, parecendo que está prestes a vibrar uma cacetada no crânio da figura feminina, por pressão ou por arremesso por rotação. A figura feminina parece estar em posição de esgravatar o solo, na característica operação da *colima*, que estava reservada às mulheres. Tanto o utensílio brandido pelo homem como o que serve à mulher, são feitos de paus lastrados, atravessados por bolas de pedra furadas. Todas as figuras do conjunto artístico estão a desaparecer, mas a maioria delas, devido às intempéries que não perdoam, estão já completamente sumidas e, como tal, indecifráveis. Os artistas serviram-se das cores em vermelhão e alaranjado, tendo provavelmente usado matérias minerais, como a hematite (óxido de ferro anídrico) para o pigmento a vermelho e a limonite (sesquióxido de ferro hidratado) para o pigmento alaranjado.

Tentou encontrar-se mais figuras com paus lastrados atravessados com bolas de pedra furadas, o que não foi conseguido. Não pode mesmo saber-se já se estas figuras foram pintadas ao mesmo tempo do que as restantes; mas, pode afirmar-se que as configurações das cabeças, dos traços das pernas e outros pormenores são idênticos às restantes que cercam os desenhos principais, também muito sumidos, impossíveis de fotografar ou filmar e já perdidos para a Ciência.



OCTÁVIO

Fig. 2 — De entre cerca de quatro dezenas, apresentamos duas figuras antropomórficas que fazem parte das pinturas rupestres de MAVITA, pintadas a vermelhão, segurando uma o que se presume seja uma moca, composta de pau lastrado com pedra redonda furada. A outra, segurando o que também se presume seja um pau lastrado atravessado por pedra furada.

O pormenor mais curioso é que a figura feminina, com os seios proeminentes, não tem esteatopígia, pois é vulgar encontrar nestas manifestações artísticas estes utensílios aliados aos povos Bosquímanos, que estão sempre pintados de maneira a mostrarem este lipoma fisiológico.

Podemos aventar que, provavelmente, estas duas figuras antropomórficas centrais foram o principal motivo de inspiração dos antigos artistas, representando as restantes a assistência sinistra ao acto espírito-sagrado ou crime passional, em que a principal figura do drama é o guerreiro a brandir a moca de pedra, sendo a vítima a mulher que está na *colima* do solo. Contudo, este nosso pensamento não pode passar de uma fantasia, posto que todo o amontoado de figuras pode representar muita coisa diferente e impossível de descrever, pela dificuldade de interpretação dos desenhos.

Mas a verdade, de toda esta mistura de desenhos diabólicos, é representada pela figura feminina que não apresenta esteatopigia, como já mencionámos, lipoma fisiológico este sempre aliado às mulheres representadas noutras pinturas rupestres, quando se servem de paus lastrados e das bolas de pedra furadas, pormenor este que reputamos de muito curioso e revolucionário no campo da Arqueologia e Antropologia africanas. Pode, também, tratar-se de outro povo não Bosquímano, que acidentalmente usou estes utensílios «*smithfieldianos*»; aparecendo, então, basbaques a rodear as figuras principais.

Embora não havendo naqueles distantes tempos os materiais para pintar que usamos no presente, como atrás dizemos, as penas e os pêlos de animais e mesmo paus batidos nas pontas serviam de excelentes pincéis.

Apareceram à superfície, não muito distante das pinturas, três bolas de pedra furadas e fragmentadas que podem ser aliadas à cultura africana do «*Smithfield*» (Later Stone Age), correspondente ao período geológico que Lereno Barradas situa no Epipleistoceno até aos nossos dias, praticamente coevo, relativo à fase climática do Makaliano, devido à sua pluviosidade, ou seja um «*Proto-Neolítico-Moçambicano*».

Para estudar convenientemente esta estação, tem de contar-se com os pormenores básicos que são necessários obter por meio de escavação sistemática e metódica, que só deve ser efectuada por quem conheça

bem a Arqueologia Africana; pois, é necessário saber planejar a escavação, executá-la com os respectivos desenhos e medidas elucidativas dos esquemas dos trabalhos, e a localização dos achados nas várias camadas estratigráficas.

O facto de terem sido encontrados três pedaços de bolas de pedra furadas, na área onde está o monólito gigante, não pode levar-nos a afirmar que possam ser aliadas às pinturas rupestres, embora duas figuras delas apresentem também estes utensílios. Isto porque estas bolas estavam dispersas à superfície, bem visíveis e presentemente ainda aparecem nativos, em locais distantes da civilização europeia, a utilizar este artesanato «*Smithfieldiano*», ou parecido. Pode estar-se na presença duma transmissão, de geração em geração, cujas enxadas de ferro que também encontrámos e as bolas de pedras furadas fossem utilizadas por povos recentes que, provavelmente, devido ao seu isolamento, ainda usassem este artesanato de época remota, mas praticamente coevo, como já foi mencionado; pois, as pátinas destas pedras não têm as características dos outros utensílios «*Smithfieldianos*» conhecidos, depositados nos museus da Rodésia e da África do Sul, que também podem apresentar a crosta amarelo-acastanhada devido a estarem dentro de vitrinhas que, com o tempo, tornam os objectos expostos muito semelhantes no seu exterior. Também, sem um estudo aprofundado, no auspicioso local, com a recolha metódica de material lítico, não poderá afirmar-se, de ânimo leve, se existiu continuidade de permanência do mesmo povo no mesmo local, sem se achar a cronologia relativa em camadas arqueológicas conhecidas já communmente aceites para a África Meridional. É trabalho para ser feito por um grupo de especializados, com permanência e demora necessárias a um estudo consciencioso e metódico, a exemplo de outros trabalhos desta natureza a que temos assistido, em território vizinho, como estudante; posto que, o amadorismo em trabalhos desta natureza é sempre prejudicial à Ciência e disso temos exemplos de várias entidades que têm executado escavações desorde-

nadas, que outra coisa não representam que ignorância, cuja responsabilidade cabe inteiramente a quem legalmente lhes deu um direito para que não estavam devidamente qualificados.

Assim, terá primeiro de proceder-se à avaliação ou confirmação do tipo de jazida arqueológica, trabalho esse que só pode ser feito por especializado. A seguir, terá de efectuar-se a escavação metódica e sistemática, que compreenderá opção de tipo e seu delineamento em planta previamente obtida por meio de desenho rigoroso; marcação do terreno com as medições correctas, escolhendo o sistema mais apropriado ao fim em vista e à disposição do monólito; peneiração bem como arrumação metódica das terras saídas da escavação; lavagem, estudo, classificação por meio de escrita no espólio recolhido, no próprio local, a tinta da China e, sobretudo ser rigoroso no desenho-esquema das localizações do espólio encontrado nas várias camadas estratigráficas. Isto porque, numa campanha como deve ser, em que pode haver perigo de estragar vestígios se não for bem feita, a área que a mesma ocupa é um autêntico laboratório, onde têm de aparecer bastantes conhecimentos.

Pinturas rupestres do monte Chinhamapere

Estas pinturas foram descobertas pelo Eng.º Pires de Carvalho e localizam-se num abrigo sub-rocha no monte Chinhamapere, pertencente ao contraforte da vertente do planalto formado pela serra Vumba, em Vila de Manica, antiga Macequece.

Este monte é bem visível da estrada internacional que liga Vila de Manica à cidade rodesiana de Umtali. Seguindo pela referida estrada, à esquerda, a cerca de 100 metros de distância, ergue-se o monte Chinhamapere. Entra-se por uma picada aberta à berma da estrada, que dá acesso a um carro e segue-se até uma pequena povoação nativa que fica mesmo no sopé do referido monte. A subida ao acidente orogénico é relativamente fácil até meia encosta, sendo mais difícil dali para cima.

Em cerca de meia hora de escalada, com três descansos, chega-se ao cimo do monte, deparando-se com o espectáculo maravilhoso, da rocha gigantesca onde se encontram as pinturas. Num abrigo sub-rocha, na parte lisa, numa área de três metros quadrados, enquadra-se o conjunto artístico, com duas sobreposições distintas, assim admitimos, referentes a duas das fases mencionadas por Breuil.

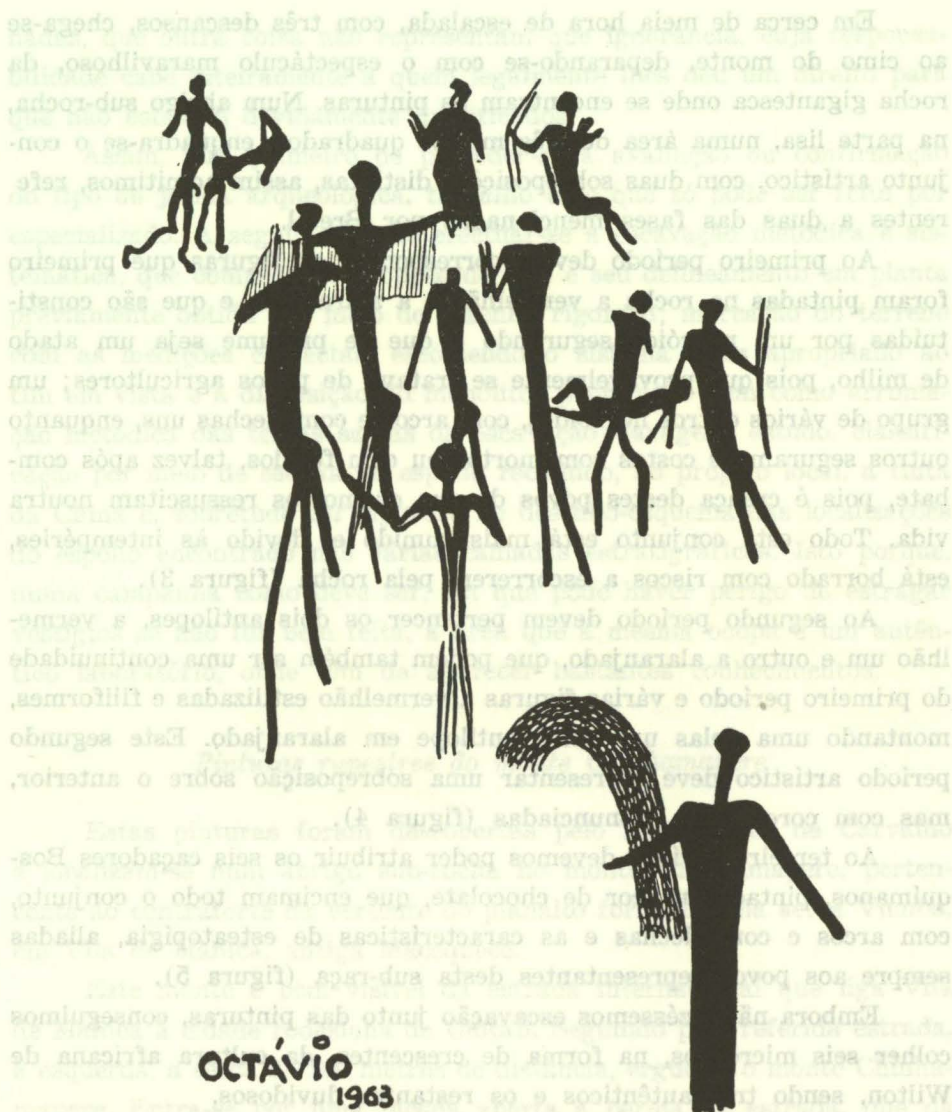
Ao primeiro período devem corresponder as figuras que primeiro foram pintadas na rocha a vermelhão e a alaranjado e que são constituídas por um negróide segurando o que se presume seja um atado de milho, pois que provavelmente se tratava de povos agricultores; um grupo de vários outros negróides, com arcos e com flechas uns, enquanto outros seguram às costas com mortos ou com feridos, talvez após combate, pois é crença destes povos de que os mortos ressuscitam noutra vida. Todo este conjunto está mais sumido e, devido às intempéries, está borrado com riscos a escorrerem pela rocha (figura 3).

Ao segundo período devem pertencer os dois antílopes, a vermelhão um e outro a alaranjado, que podem também ser uma continuidade do primeiro período e várias figuras a vermelhão estilizadas e filiformes, montando uma delas um outro antílope em alaranjado. Este segundo período artístico deve representar uma sobreposição sobre o anterior, mas com cores mais pronunciadas (figura 4).

Ao terceiro período devemos poder atribuir os seis caçadores Bosquímanos, pintados na cor de chocolate, que encimam todo o conjunto, com arcos e com flechas e as características de esteatopígia, aliadas sempre aos povos representantes desta sub-raça (figura 5).

Embora não fizéssemos escavação junto das pinturas, conseguimos colher seis micrólitos, na forma de crescentes, da cultura africana de Wilton, sendo três autênticos e os restantes duvidosos.

Pelas várias fases apresentadas por Breuil e pelos instrumentos líticos recolhidos, cremos poder corresponder o primeiro período destas manifestações artísticas ao Paleolítico africano e o segundo e terceiro



OCTÁVIO
1963

Fig. 3 — Pinturas rupestres do Monte Chinnamapere, pintadas a vermelho (primeiro período).



Fig. 4 — Pinturas rupestres do Monte Chinchamapere, pintadas a vermelho e alaranjado (2.º período — primeira sobreposição)

períodos entre o Mesolítico e o Neolítico, praticamente coevos estes dois últimos, com possibilidade de aliança com a cultura de Wilton (*Later Stone Age*), relativa ao período geológico do Epipleistoceno, da fase climática do Makaliano que, pela sua aridez e pluviosidade, deu os



OCTÁVIO 1963

Fig. 5 — Pinturas rupestres do Monte Chinhamapere, pintadas a cores de chocolate (3.º período — segunda sobreposição)

movimentos eustáticos da V transgressão acompanhada da respectiva regressão.

Quanto aos executantes destas pinturas, não nos repugna admitir a possibilidade de terem sido povos Bosquímanos.

No distrito de Tete, a região mais rica em arte rupestre de toda a Província de Moçambique, conhecem-se pinturas rupestres em Cazula, Chiuto, Luia, Chicolone, Chifumbaze, Pembere, Cachombo, Deseranhama e noutros locais impossíveis de determinar sem um estudo aprofundado.

Pinturas rupestres de Chifumbaze

Estas pinturas, já estudadas pelo Prof. Doutor Santos Júnior, localizam-se num abrigo sub-rochoso de quartzite, existente no topo

dum monte cujo nome ignoramos, distante cerca de 3 a 4 quilómetros do Chifumbaze, na circunscrição civil da Macanga, em Tete.

Segundo Santos Júnior, este abrigo sub-rochoso é protegido por ressaltos sucessivos de rocha, estendendo-se as pinturas irregular e descontinuadamente dum ao outro lado do abrigo, numa extensão de cerca de dez metros, estando a pintura mais alta a quatro metros do solo. As cores destas manifestações artísticas são o vermelhão, alaranjado, cor de tijolo, cor de borra de vinho e branco.

São inúmeros os sinais que ali descobriu Santos Júnior, todos eles do tipo esquemático.

Santos Júnior menciona, no seu livro «*Pré-história de Moçambique*», onde fomos colher estes elementos, por desconhecermos pessoalmente as pinturas, a existência de muitos sinais pectiniformes que constituem



Fig. 6 — Pinturas rupestres esquemáticas de Chifumbaze, em Moçambique, estudadas pelo Prof. Doutor Santos Júnior.

o tipo denominante; barras paralelas, escalariformes e arborescentes; alguns sinais delidos, que não são de fácil compreensão devido aos seus contornos imprecisos.

Nestas pinturas existe a nota curiosa representativa de oito manchas circulares, com cerca de dois centímetros de diâmetro cada uma,

pintadas a vermelhão e carregadas de pequenos círculos regulares da cor branca.

Santos Júnior considerou estas pinturas com a predominância de sinais pectiniformes, aventando a possibilidade de um deles poder representar a tentativa grosseira dum animal de pequeno porte, talvez cão (figura 6).

Pinturas rupestres de Chicolone

Como as pinturas anteriores, não visitámos esta estação, pelo que, ainda baseados em Santos Júnior, as vamos descrever.

Chicolone é uma serra que fica a uns quarenta quilómetros a noroeste do Chifumbaze e a uns sete quilómetros do rio Vúbuè que, naquele ponto, corre entre as serras Dzidui e Sampande, esta última em parte interposta entre a rocha com as pinturas e o citado rio.

Todo o conjunto artístico, pintado a vermelhão, de tons diferentes, numa superfície lisa, com mais de dez metros de comprimento por seis a sete metros de altura, apresenta dois grandes escalariformes colocados horizontalmente, muitas impressões de mãos espalmadas, umas mais apagadas e outras mais perceptíveis, semelhantes às pintadas no abrigo sub-rochoso existente na Província do Cabo da Boa Esperança, perto de Riversdale, conhecido por «*Cave of Hands*», estudado por Burkitt.

O painel mostra sinais em forma de xadrês, círculos concêntricos punctiformes e outros sinais mais ou menos complexos (figura 7).

No alto, um pouco à esquerda e abaixo dum grupo de dois sinais rectangulares, existe um desenho com parecenças antropomórficas.

Santos Júnior colheu junto das pinturas alguns instrumentos microlíticos, de quartzo hialino, pontas de seta, uma faquinha e raspadores, que aliou à cultura de Wilton.

Das restantes pinturas rupestres de Tete, nada mais conhecemos, embora tenhamos uma colecção de fotografias que não sabemos clas-

sificar, pelas várias opiniões que delas temos colhido e por as pessoas que as tiraram já não saberem bem dos locais onde as obtiveram.

Sòmente na figura 8 apresentamos um desenho das pinturas rupestres de Cachombo, apresentado por Santos Júnior no seu livro a *Pré-*



Fig. 7 — Pinturas rupestres de Chicolone (Manu).

Fig. 8 — Pinturas rupestres de Cachombo.

-história de Moçambique, e citado por Staudinger, em *Funde und abbidungen von felzeichnungen aus den alten goldgebieten von Portugiesich-Sudostafrika*, publicado em *Zeitschrift fuer Ethnologie*, Berlim, 1911.

Pinturas rupestres de Campote

Segundo o administrador Soares de Castro, com elementos colhidos pelos seus colegas Mendes Godinho e Santos Alberto, a estação de arte rupestre de Campote fica situada num abrigo sub-rocha, no sopé da serra do mesmo nome, em terras do chefado Cueliua, área da regedoria Metarica, circunscrição de Amaramba, distrito do Niassa.

A sede desta regedoria encontra-se ao lado esquerdo da estrada Nova-Freixo-Maúa e dista uns dez quilómetros da serra Campote, que

é um monólito de grandes dimensões, rodeado de vegetação luxuriante. O abrigo sub-rochoso está voltado para o Norte. Na parede do fundo, a cerca de dois metros e meio do solo, começa o painel de arte rupestre, com aproximadamente trinta e cinco metros de comprimento por setenta metros de altura, com sinais esquemáticos de difícil interpretação, uns rabiscados, outros desenhados, provavelmente com o auxílio dos dedos, a vermelhão e alaranjado, que podem representar um imperativo espírito-sagrado ou somente uma manifestação artística.

Os Achirimas, que são os nativos fixados naquela região, há cerca de sessenta a setenta anos, segundo Soares de Castro, recordam que as terras pertenceram em tempos ao régulo Megumba, da tribo Ajaua. Por motivos que ignoram, Megumba emigrou com toda a sua gente para a Niassalândia, actual Malawi, muito antes deles terem chegado. As pinturas rupestres poderiam ter sido executadas possivelmente pelos Amaxêpua, seus antecessores folclóricos, que eram pigmeus-negróides com grandes barbas, ora homens truculentos, ora espíritos malfazejos, que ainda hoje habitam no abrigo sub-rocha, segundo a tradição, de onde, de vez em quando, fazem ouvir os seus batuques sinistros. Daqui vem, talvez, o receio colectivo pelo local, em que não convém falar senão em ocasiões muito especiais.

Certos nativos velhos do ramo Ajaua, adeptos do maometanismo, estão convencidos de que se trata de uma escrita usada pelos antigos habitantes do Continente Asiático.

Todo o conjunto artístico, segundo Soares de Castro, é representado também por plantas, folhas, símbolos solares, etc., etc.

Pinturas rupestres de Riane

Esta estação de arte rupestre ocupa o interior de uma pequena gruta alcandorada, no cume da serra Riane, na face voltada a Nascente.

A serra Riane é um majestoso monólito, existente na circunscrição do Eráti, no distrito de Moçambique, com cerca de quatrocentos metros de altitude e a sua gruta, situada entre despenhadeiros abruptos, torna-se de difícil e perigoso acesso. No entanto, o administrador Mendes Godinho, segundo Soares de Castro, conseguiu fotografar as pinturas de vários ângulos, dando uma ideia bastante nítida do conjunto artístico.

Pelo que disse Mendes Godinho, parece que as pinturas foram feitas de fora para dentro, antes de o piso baixar, devido à erosão, por indivíduos em pé, talvez com os dedos, servindo-se de tintas em que predomina o vermelhão, na superfície clara de uma crustação de rocha reintrante, de natureza diferente da que a envolve. A rocha apresenta configuração sensivelmente circular, com cerca de sete metros de diâmetro e o painel com as pinturas ocupa apenas o pequeno espaço que a acção das chuvas clarificou.

Trata-se de uma composição mural, não isenta de uma certa harmonia de conjunto, embora a técnica do desenho nem sempre possa ser considerada perfeita, em que se destacam vinte e cinco figuras inteiras de animais — aves e antílopes — algumas repetidas, outras sobrepostas e quase todas cheias de tintas a cores mais ou menos carregadas, tendo por fundo linhas geométricas pontuadas e sinais circulares que lembram motivos ornamentais.

No centro de todo o conjunto artístico, em primeiro plano, depara-se com uma grande ave de contornos perfeitos, parada, com o bico semi-aberto, a cauda semelhante à de certas gazelas e o esboço de um antílope também parado, em atitude perscrutadora. Entre ambos, um pouco mais abaixo, está outro esboço que parece outra ave. As aves são, de resto, a preocupação dominantes dos artísticos que executaram estas pinturas rupestres murais.

É de assinalar, também, o esboço estilizado de uma gazela em fuga, admirável de movimento, que se vê debaixo dum símbolo circular, ao alto, à direita. À primeira vista dá a impressão de que ela se afastou

do carreiro traçado por cima e corre a grande velocidade na direcção de uma seta.

Os nativos Lómòes, do grupo Eráti, atribuem origem sobrenatural a este conjunto artístico. Para eles, tal como para os Achirimas, de Amaramba, as pinturas rupestres de Riane foram feitas pelos seus antepassados folclóricos Amaxêpua.

No distrito do Niassa, existem três ricas pinturas rupestres, nos montes Malambuê, Lussambaguê e Lua, a és-nordeste de Vila Cabral, descobertas e estudadas pelo cientista francês François Balsan, que delas fala no livro *Terres Vierges au Mozambique* e num artigo que intitulou *Les Yao de la zone inexplorée du Nord-Mozambique*, publicado no boletim de 1961, da «Société d'Ethnographie de Paris».

Pinturas rupestres de Malambuê

No monte Malambuê existe uma rica pintura rupestre pintada a branco (caulino) e a vermelhão, com vinte metros de comprimento, em que os motivos pintados a branco encimam, por sobreposição, os pintados a vermelhão.

Balsan, mostrou-as ao Abade Breuil que, antes de ter falecido, formulou a sua opinião sobre os desenhos representados.

Os motivos pintados a branco, são realistas e provavelmente foram executados pelos primeiros negróides chegados a estas paragens, há cerca de sete ou oito séculos, que tentaram imitar os seus antecedentes, atendendo a que as imagens antropomórficas estão reduzidas a uma coluna vertebral, à aduela dos ombros e a dois membros inferiores curtos, do mesmo modo de que os animais esboçados a traços mais grossos, deviam ter sido feito pelos ocupantes precedentes.

Este conjunto artístico é, segundo Balsan, maravilhoso, posto que apresenta árvores, pedras furadas para lastrar os paus para a «colima»



Fig. 9 — Painel das pinturas naturalistas existentes no Monte Malambuê, a es-nordeste de Vila Cabral, em Moçambique. Estão pintadas a vermelhão. O painel tem 4,35 metros de altura por 15,30 metros de comprimento. Foram descobertas pelo cientista francês Eng. François Balsan. As pinturas apresentadas no desenho da figura 10 sobrepõem estas e são pintadas a branco, a caulino.

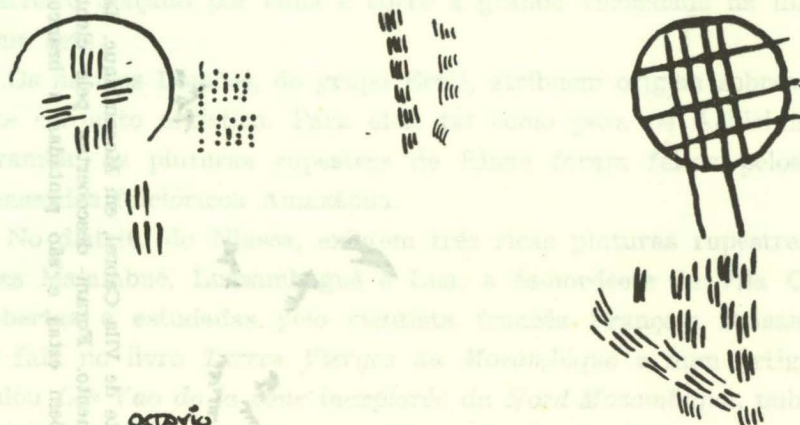


Fig. 10 — Pinturas rupestres esquemáticas existentes no Monte Malambuê, a es-nordeste de Vila Cabral, em Moçambique. Estão pintadas a branco, tendo os artistas usado caulino. Encimam as pinturas apresentadas na figura n.º 9, em vermelhão. Foram descobertas por François Balsan.

do solo ou as mocas, traços verticais pontuados, demonstrativos de súplica de chuva ou de caminhos para animais caírem em emboscada, como se isso fosse possível pedir à Divindade (figuras 9 e 10).

Pinturas rupestres de Lussambagué

Neste conjunto, depara-se com pegadas de animais, por meio de traços pontuados, que seguem vários destinos. O círculo fechado numa elipse, pode representar um morto sepultado na posição fetal e os restantes traços e riscos outros motivos impossíveis de decifrar (figura 11).

Pinturas rupestres de Lua

Neste conjunto, depara-se com uma meia elipse contendo cinco pontos (os cinco dedos de uma mão), prolongada por oito linhas pon-

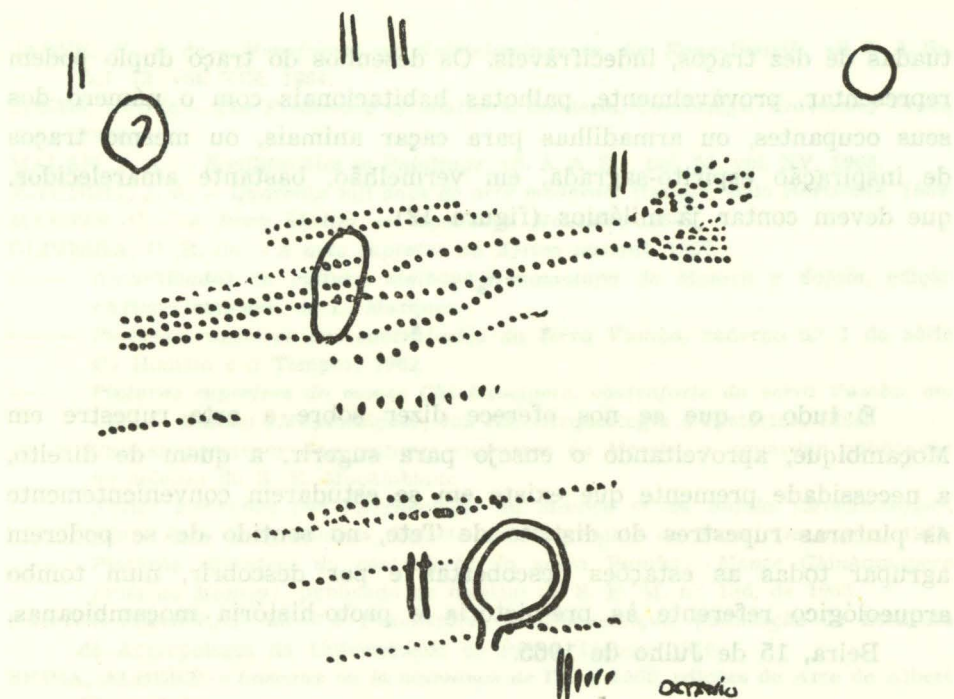


Fig. 11 — Pinturas rupestres esquemáticas existentes no Monte Lussambagué, a es-nordeste de Vila Cabral, em Moçambique. Estão pintadas a caulino. Foram descobertas por François Balsan.

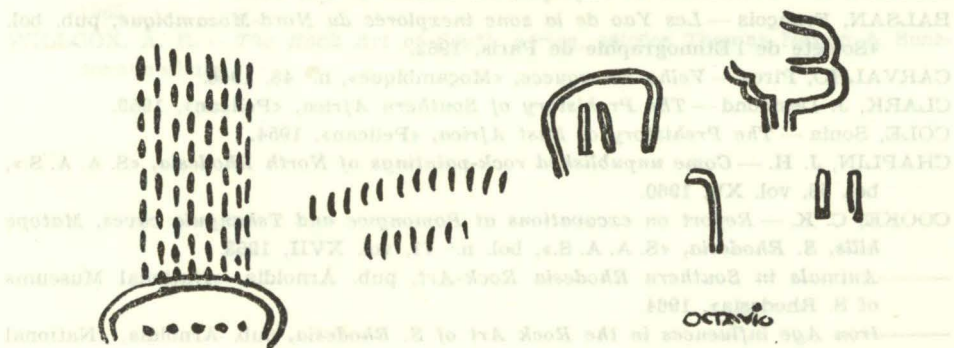


Fig. 12 — Pinturas rupestres esquemáticas existentes no Monte Lua, a es-nordeste de Vila Cabral, em Moçambique. Estão pintadas a caulino. São semelhantes às pinturas da gruta de «Fort de Gaume», na França. Foram descobertas por François Balsan.

tuadas de dez traços, indecifráveis. Os desenhos do traço duplo podem representar, provavelmente, palhotas habitacionais com o número dos seus ocupantes, ou armadilhas para caçar animais, ou mesmo traços de inspiração espírito-sagrada, em vermelho, bastante amarelados, que devem contar já milénios (figura 12).



É tudo o que se nos oferece dizer sobre a arte rupestre em Moçambique, aproveitando o ensejo para sugerir, a quem de direito, a necessidade premente que existe em se estudarem convenientemente as pinturas rupestres do distrito de Tete, no sentido de se poderem agrupar todas as estações descobertas e por descobrir, num tombo arqueológico referente às pré-história e proto-história moçambicanas.

Beira, 15 de Julho de 1965.

BIBLIOGRAFIA

- ALIMEN, H — *Prehistoire de l'Afrique*, ed. Boubée & Cie, 1955.
- BALSAN, François — *Les Yao de la zone inexplorée du Nord-Mozambique*, pub. bol. «Société de l'Ethnographie de Paris, 1962.
- CARVALHO, Pires — *Velha Macequece*, «Moçambique», n.º 48, 1946.
- CLARK, J. Desmond — *The Prehistory of Southern Africa*, «Pelican», 1959.
- COLE, Sonia — *The Prehistory of East Africa*, «Pelican», 1954.
- CHAPLIN, J. H. — *Come unpublished rock-paintings of North Rhodesia*, «S. A. A. S.», bol. 58, vol. XV, 1960.
- COOKE, C. K. — *Report on excavations at Pomongwe and Tshangula caves, Matope hills, S. Rhodesia*, «S. A. A. S.», bol. n.º 71, vol. XVII, 1963.
- *Animals in Southern Rhodesia Rock-Art*, pub. Arnoldia, «National Museums of S. Rhodesia», 1964.
- *Iron Age influences in the Rock Art of S. Rhodesia*, pub. Arnoldia, «National Museums of S. Rhodesia», 1964.
- DART, Raymond — *Paintings that link South with North Africa*, «S. A. A. S.», bol. 69, vol. XVIII, 1963.

- JAGER, E. J. de — *Mensfigure op Rotstekeninge in die Roux-Distrik*, «S. A. A. S.», bol. 73, vol. XIX, 1964.
- JONES, Neville — *The Prehistory of Southern Rhodesia*, Cambridge, University Press, 1949.
- MALAN, J. A. — *Similarities in Paintings*, «S. A. A. S.», bol. 58, vol. XV, 1963.
- MAUDUIT, J. A. — *Quarenta mil anos de arte moderna*, Itatiaia, Belo Horizonte, 1959.
- MARTIN, C. — *A Rock Shelter on Nyazongo Mountain*, 1958.
- OLIVEIRA, O. R. de — *A arte rupestre na África austral*, 1957.
- *Amuralhados da cultura Zimbábue-Monomotapa de Manica e Sofala*, edição «Artes Gráficas», de L. Marques.
- *Pinturas rupestres dos contrafortes da serra Vumba*, caderno n.º 1 da série «O Homem e o Tempo», 1962.
- *Pinturas rupestres do monte Chinghamapere, contraforte da serra Vumba, em Vila de Manica (Moçambique)*, vol. XI, «Arqueologia e História», 1964.
- *Curioso pormenor das pinturas rupestres de Mavita*, a aguardar publicação no boletim da S. E. Moçambique.
- *Notice sommaire sur l'Archéologie du Manica et du Sofala (Mozambique)*, pub. «Acta Geographica», Société de Géographie de Paris, Dezembro, 1963.
- *Pinturas rupestres do contraforte da serra Vumba — Monte Chinghamapere (Vila de Manica)*, publicado no boletim da S. E. M. n.º 136, de 1963.
- SANTOS JÚNIOR, J. M. — *A Pré-história de Moçambique*, publicação do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, Lisboa, 1940.
- SKIRA, ALBERT — *Lascaux ou la naissance de l'Art*, 1955, edições de Arte de Albert Skira, Suíça.
- ROBINSON, K. R. — *Further excavations in the Iron Age deposits at the Funnel Site Gokomere Hill, S. Rhodesia*, «S. A. A. S.», vol. XVII, n.º 72, 1963.
- VINNICOMBE, Patricia — *Proposed scheme for standard representation of colours in black and white illustrations for publication*, «S. A. A. S.», n.º 70, vol. XVII, 1963.
- WILLCOX, A. R. — *The Rock Art of South Africa*, edições Thomas Nelson & Sons-Johannesburg.

S. GIÃO: DESCOBERTA E ESTUDO ARQUEOLÓGICO
DE UM TEMPLO CRISTÃO-VISIGÓTICO
NA REGIÃO DA NAZARÉ

pelos

sócios efectivos

D. Fernando de Almeida e Eduíno Borges Garcia

Conferência proferida em assembleia geral extraordinária
de 23 de Novembro de 1965

por

Eduíno Borges Garcia

S. GIÃO: DESCOBERTA E ESTUDO ARQUEOLÓGICO DE UM TEMPLO CRISTÃO-VISIGÓTICO NA REGIÃO DA NAZARÉ

ANTES de começar, desejamos agradecer à Fundação Calouste Gulbenkian a benemérita participação financeira, sem o que não teriam sido possíveis as sondagens no campo e o estudo efectuado este ano em S. Gião.

Também aos Srs. Eurico Castro e Silva e Jorge Monteiro, amigos aqui presentes, queremos públicamente manifestar o nosso reconhecimento pelo auxílio de toda a ordem que, desde a primeira hora, sempre nos prestaram. Aos proprietários da Quinta de S. Gião, Ex.^{ma} Senhora D. Maria Emília de Almeida e Ex.^{mo} Senhor Rodrigo Lopes Gomes, que todas as facilidades nos têm concedido e que tão carinhosamente nos têm acompanhado nas investigações, aqui expressamos os nossos sinceros agradecimentos.

O estudo arqueológico de S. Gião foi já apresentado a dois Congressos Luso-Espanhóis para o Progresso das Ciências (1), dois Colóquios Portuenses de Arqueologia (2), e um Congresso de Arqueologia Paleo-Cristã (3) e em Espanha, ao último Congresso Nacional de Arqueologia (4).

Embora seja um monumento de descoberta recente, temos diligenciado torná-lo conhecido, principalmente pelos especialistas.

Neste momento não pretendemos vir aqui falar de aspectos técnicos, mas sim dar a VV. Ex.^{as} uma ideia global do que conhecemos de S. Gião e das dúvidas e interrogações, que se nos levantam nesta data, sobre tão preciosa jóia da architectura cristã peninsular pré-românica.

A primeira visão global da Arte Visigótica no território português, foi apresentada por Virgílio Correia em 1928 (5). Passadas cerca de quatro décadas, em 1962, um de nós (6) publica a «Arte Visigótica em Portugal». Até ao aparecimento deste último trabalho estão pormenorizadamente estudadas as igrejas de S. Frutuoso de Montélios (perto de Braga) e a de S. Pedro de Balsemão (perto de Lamego) e apenas referidas as de Idanha-a-Velha e de Odeninhas.

Conheciam-se já muitas pedras dispersas por todo o território português, sobretudo no Sul (Alentejo e Algarve), mas, edifícios de pé, com a evidência de visigóticos, muito poucos ainda hoje se conhecem. Daí a redobrada importância e significado do pequeno templo de S. Gião.

Em 1961, um de nós suspeitou ter descoberto um templo visigodo, mas não conseguiu encontrar apoio nem ânimo para empreender o seu estudo (1a). Hoje, no nosso País, como aliás acontece um pouco por toda a parte, os arqueólogos preferem enveredar pela Pré-História, deixando a Arqueologia Clássica e Medieval para segundo plano.

Foram sobretudo os trabalhos de Camps Casorla e de H. Schlunk que nos abriram as portas à investigação da época visigótica na Península Ibérica.

Sem deslocar uma pedra, sem remover uma só colher de terra, um de nós conseguiu acumular uma imensidade de dados que permitiram apresentar em 1964 um estudo que comprovava a descoberta: A igreja visigótica de S. Gião, ali a dois passos da Nazaré, no sopé da Serra das Pescarias, a 600 metros do Mar! (7).

Era nosso desejo continuar a estudar S. Gião, glorioso monumento da nossa mais remota architectura pré-românica. Impunha-se efectuar

uma escavação *dentro e fora* do edifício, sem o que nunca seria possível resolver-se uma série de problemas.

Assim, em Agosto deste ano, a expensas da Fundação Calouste Gulbenkian, deu-se início a uma primeira fase de escavações.

Em primeiro lugar, procedeu-se à limpeza dos rebocos das paredes internas, do que pensamos seja a nave central. Esse trabalho permitiu que logo nos primeiros dias pusessemos a descoberto dois novos motivos decorativos insculpidos em impostas.

Depois, e como já tinha sido previsto por um de nós (7), surgiram dois novos vãos de arco que, com o já existente, definiram uma *iconostase* (foto 8). A *iconostase* é de origem bizantina e aparece com frequência nas igrejas paleo-cristãs do Egipto Copta. Não conhecemos, porém, nenhuma igreja paleo-cristã ou visigótica da Península que apresente *iconostase*. É incontestável a importância desta descoberta, que vai certamente obrigar a uma revisão do estudo das influências bizantinas e outras, sofridas pelas populações da costa atlântica, durante a dominação visigótica.

O trabalho prosseguiu com a desobstrução, primeiro, do arco maior (altar) (fotos 1 a 4). Surgiu aqui um curiosíssimo e bem delineado motivo: três palmas ou ciprestes cortados em bisel. O material onde aparece este motivo é de calcário muito duro, serve de arranque ao arco maior e é material de aproveitamento romano (foto 9).

Depois desobstruíram-se os dois arcos laterais (fotos 5, 6).

Começou agora a escavar-se exteriormente, ao mesmo tempo que, muito cautelosamente, se «raspou» o interior da *nave central*. No que podemos chamar *cruzeiro*, nada de especial há a referir, a não ser que sobre um pavimento de *opus signinum* assentavam três camadas com um total de mais ou menos 60 cm de altura.

uma escavação lateral e fora do edifício sem o que nunca seria possível resolver-se uma série de problemas da fundação Colossal Gf-2. Assim, em Agosto de 1950, a expedição de escavações de Benkian, de 1948, não pôde fazer a mesma coisa. Em primeiro lugar, por interior, do que penetrassem que logo nos primeiros dias decorativos, nascidos em Depois, e como já vimos, dois novos vãos de 2,50 m de largura (foto 5). A frequência das igrejais, porém, nenhuma igreja, sempre com uma 2.ª incisão, certamente obrigou a e outras, cobrindo pelo não visível. O trabalho prosseguiu (altas) (foto 1 e 2). O motivo: três palmes aparece este motivo é maior e é material de Depois desobstruíram- Começou agora a escavar muito cuidadosamente, podemos chamar cruzado sobre um pavimento de um total de mais ou menos 60 cm.



Corte do depósito acumulado na área do cruzeiro.

A escavação da rectaguarda permitiu verificar que a abside tinha planta rectangular — muito provavelmente com abóbada de canhão, pois pode ainda ver-se a sua dentação, na parte exterior, sobre o arco (fotos 7, 13). Uma abside do tipo da de S. Juan de Baños e de outras igrejas espanholas.

A escavação da zona exterior lateral ensinou-nos que existiu uma parede (parede externa na nave lateral?) que limitava o chão de *opus* no exterior do *cruzeiro* (foto 11, Planta: 2).

Aparece ainda uma outra *sugestão* de parede perpendicular ao eixo da nave central. Falamos em *sugestão* porque estes indícios não mostram seguimento.

Surgiu também uma nova parede, com aspecto mais recente.

Essa parede ou alicerce parece definir uma outra construção independente (ver Planta: 4).

Por termos vislumbrado sinais de um arco na parede exterior, a certa altura do chão e abrindo para a «nave lateral», picou-se a parede e desobstruiu-se um nicho do tipo côncavo, sem decoração. Tem as seguintes dimensões:

Altura: 70 cm.

Largura: 58 cm.

Fundo (na base): 41 cm.

Este nicho pode observar-se na foto 12.

Para os lados da eira (ver Planta: 3), apareceu novo túmulo com um só esqueleto, sem espólio. É muito provável que o túmulo tenha sido violado, mas como o esqueleto tem aspecto de não ter sido mexido, aventamos a hipótese de se tratar de inumação suévica, pois que aos suevos, católicos, lhes era proibido o enterramento com adornos ou armas.

Interiormente continuámos a «raspar», agora o restante da nave central, aquém da *iconostase*.

Ao nível do pavimento de *opus signinum*, surge uma pedra saliente, que depois se define como o pé de uma estátua (foto 14).

O *opus* fora rasgado e a imagem intencionalmente introduzida na vala aberta. Ao lado desta, surge uma outra rotura mais extensa e profunda. Dela retirámos:

- Um cipo funerário fracturado e com a área epigráfica profundamente danificada (destruição intencional ?) (foto 15).
- Uma fracção de fuste de coluna de calcário (foto 16).
- Uma fracção de fuste e base de colunazinha que parece visigótica (foto 17).
- Outras pedras trabalhadas.

Cerâmica encontrada: Muitos pedaços de *tegula* e *imbrex* com sulcos digitais; alguns bordos, fundos e asas de vasilhas diversas.

Três fundos de vasos visigóticos (?) (foto 19).

Uma lucerna (com fractura): Cartaginesa? Árabe? Visigoda? Medieval? (foto 20).

Epigrafia: Além do cipo funerário citado, aparecem três pequenos pedaços de inscrições (gravura II).

Numismática: Das diversas moedas que apareceram, e ainda estão em estudo, destacam-se as seguintes (sujeitas a confirmação):

Dinheiro: D. Sancho I (1185-1211).

Dinheiro: D. Afonso II (1211-1223).

Real: D. João I (1385-1433).

Ceutil: D. Duarte (1433-1438).

Real preto: D. Afonso V (1433-1481).

Real e meio: D. João IV (1640-1656).

Praticamente, mostrámos a VV Ex.^{as} tudo o que encontrámos e sabemos da igrejainha visigótica da Quinta de S. Gião.

Vamos, agora, muito resumidamente, dizer-lhes também quais os problemas que se nos deparam e para os quais ainda não conseguimos resposta definitiva:

1.º Como seriam as naves laterais? — Largura? Comprimento?

2.º O corpo do edifício, cujo reboco levantámos, será realmente a nave central primitiva? Da primitiva não restará apenas o *cruzeiro*?

3.º As colunas que vimos assentam sobre um pavimento de laje de pedra, o qual foi posteriormente coberto por uma camada de *opus signinum*. Qual a explicação para esta sobreposição de pavimentos? Em que época teria sido feito o revestimento de *opus*?

4.º Apareceu diverso material romano mas que não chega para caracterizar ou datar a estação. Teria realmente existido neste local um templo romano dedicado a Neptuno? (7).

5.º A escultura de S. Sebastião e as moedas que foram encontradas na campanha deste ano provam que em épocas diferentes e consecutivas, pelo menos desde o séc. XII ao séc. XVII, o local foi frequentado. Pergunta-se:

— Em que data teria sido enterrada a imagem de S. Sebastião?

— Terá aqui existido uma povoação? Desde quando? E até que data?

6.º As três palmas esculpidas, S. Gião e a imagem de S. Sebastião não significarão que o templo está, desde longa data, relacionado com mártires?

É evidente o interesse que representa o templo de S. Gião, não só para a Ciência Arqueológica, como também para a História da Arquitectura Peninsular.

Com o espólio encontrado e com o que ainda há-de provavelmente vir a colher-se no futuro seria altamente oportuno organizar-se um museu monográfico nas dependências deste glorioso templo.

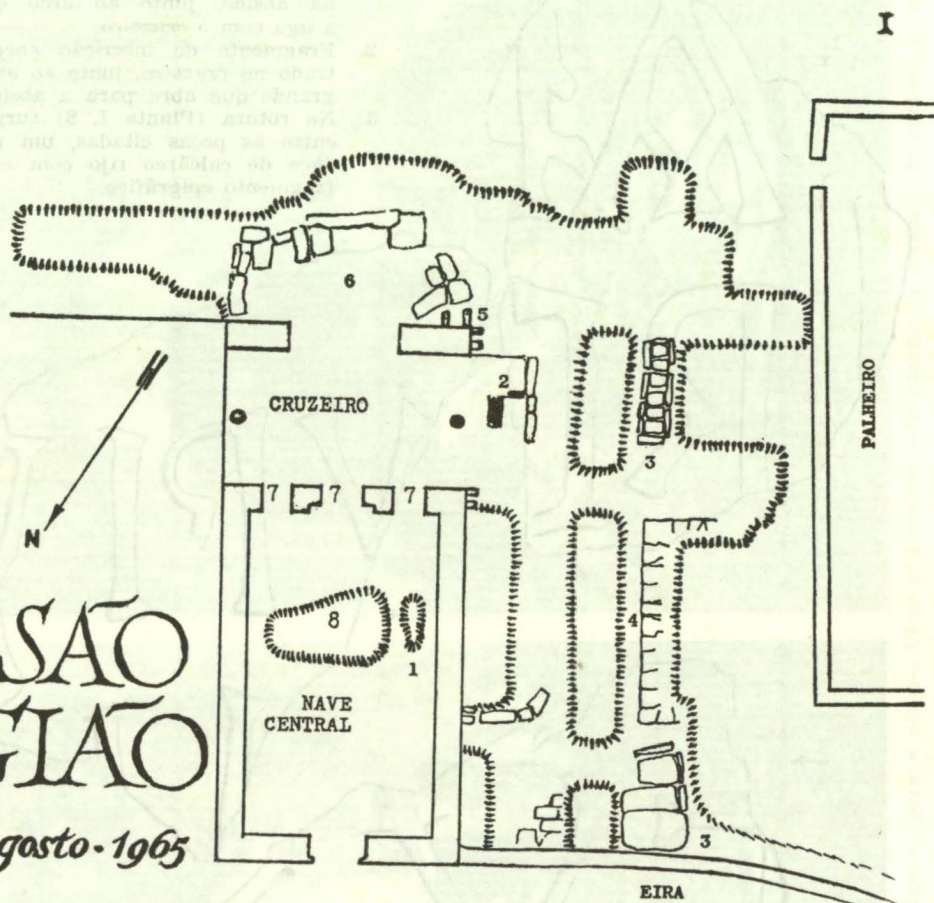
Mas, antes disso, impõe-se a construção de uma estrada desde a Ponte da Barca até à Quinta de S. Gião. O caminho existente é intransitável durante quase todo o ano. E mesmo no Verão, quem não quiser aventurar-se a fazer o percurso a pé, só poderá fazê-lo de «jeep» ou a cavalo.

BIBLIOGRAFIA E CITAÇÕES

1. EDUINO BORGES GRACIA — a) *Achados Arqueológicos em Famalicão da Nazaré*. Comunicação ao XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (7.ª Secção). Porto, 1962.
— b) *Um Templo Visigótico em S. Gião*. Comunicação ao XXVII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Bilbao, 1964. Neste número de *Arqueologia e História*.
2. EDUINO BORGES GARCIA — a) *Notícia sobre um Templo Pré-Românico na Região dos Coutos de Alcobaca*. Comunicação apresentada ao III Colóquio Portuense de Arqueologia. Porto, 1964. (Ed. 1965)
b) *Novos elementos sobre a Igreja Visigótica de S. Gião*. Comunicação ao IV Colóquio Portuense de Arqueologia. Porto, 1965. (Ed. 1966)
3. D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Urchristlicher Tempel*. Comunicação ao Congresso de Arqueologia Paleo-Cristã. Treve, Alemanha (Setembro, 1965).
4. D. FERNANDO DE ALMEIDA e EDUINO BORGES GARCIA — *Igreja Visigótica de S. Gião. Campanha de Escavações Durante Agosto de 1965*. Comunicação apresentada ao Congresso Arqueológico Nacional. Valladolid, 1965. (Ed. 1966)
5. VIRGILIO CORREIA — *Arte Visigótica em Portugal. História de Portugal*. Vol. I. Barcelos, 1928.
6. D. FERNANDO DE ALMEIRA — *Arte Visigótica em Portugal*. Lisboa, 1962.
7. EDUINO BORGES GARCIA — *Um Templo Visigótico em S. Gião*. Comunicação ao XXVII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (7.ª Secção). Bilbao, 1964. Neste número de *Arqueologia e História*.

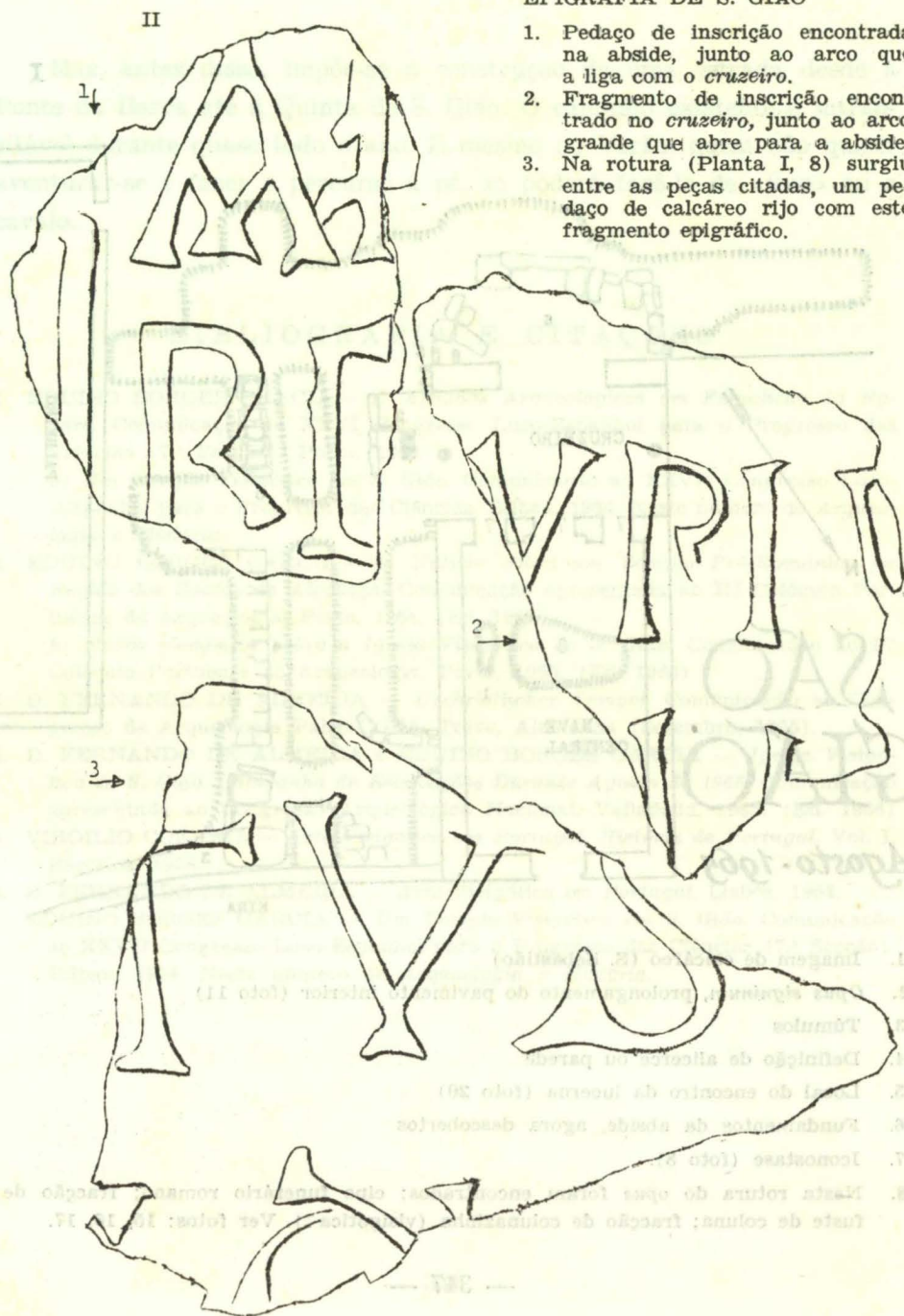
SÃO GLAÇO

Agosto-1965

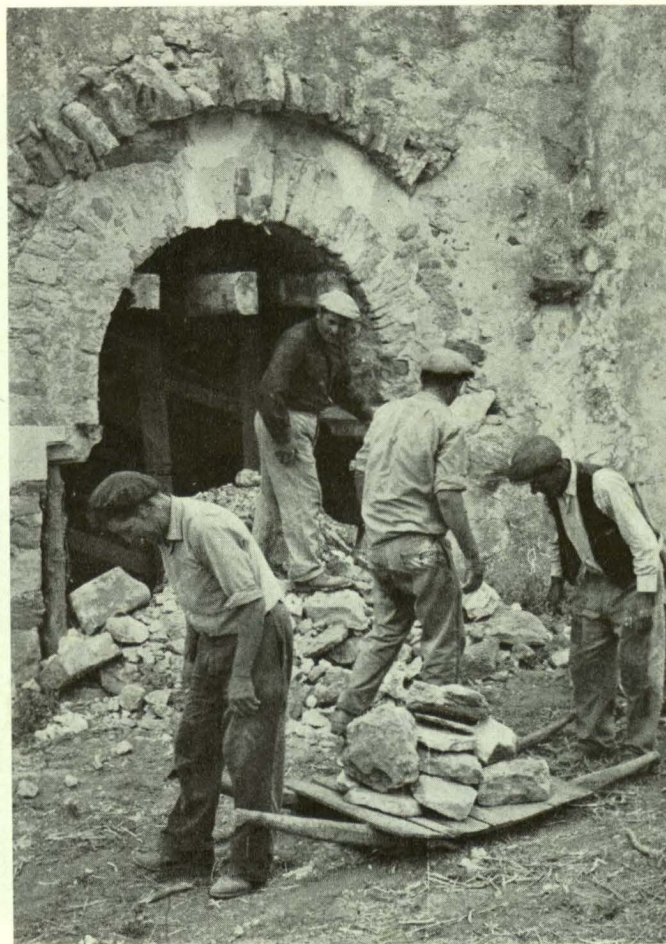


1. Imagem de calcáreo (S. Sebastião)
2. *Opus signinum*, prolongamento do pavimento interior (foto 11)
3. Túmulos
4. Definição de alicerce ou parede
5. Local do encontro da lucerna (foto 20)
6. Fundamentos da abside, agora descobertos
7. Iconostase (foto 8).
8. Nesta rotura do *opus* foram encontrados: cipo funerário romano; fracção de fuste de coluna; fracção de colunazinha (visigótica?). Ver fotos: 15, 16, 17.

EPIGRAFIA DE S. GIAO



1. Pedaco de inscrição encontrada na abside, junto ao arco que a liga com o *cruzeiro*.
2. Fragmento de inscrição encontrado no *cruzeiro*, junto ao arco grande que abre para a abside.
3. Na rotura (Planta I, 8) surgiu entre as peças citadas, um pedaco de calcáreo rijo com este fragmento epigráfico.



Fotos 1 e 2 — Arco que abria do cruzeiro para a abside. Vê-se nitidamente a dentação da abóbada de canhão da abside (observar na foto 13 os fundamentos da abside postos a descoberto nesta fase).



Foto 3



Foto 4



Fotos 5 e 6 — Arcos peraltados que ligariam o *cruzeiro* com uma das naves laterais. Os arcos são suportados no centro por uma coluna monolítica tipicamente visigótica. Os arranques laterais são impostas-ábaco com quadrifólios e SS. Duas fases da desobstrução.





Foto 7 — Vista geral dos arcos depois da sua desobstrução.



Foto 8 — Três arcos peraltados, assentes em impostas-ábaco com motivos visigóticos. Separam o *cruzeiro* da nave central, definindo uma *iconostase*.

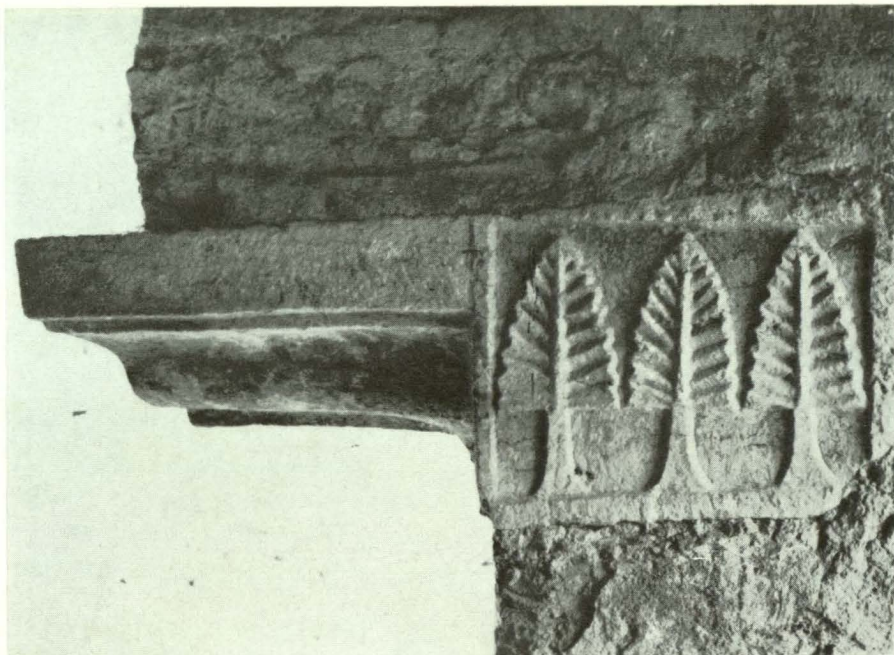


Foto 9—Três palmas (ou três ciprestes) que lembram martírio (palmas) ou enterramento (ciprestes). Lindo desenho talhado em bisel em material romano de aproveitamento.



Foto 10—Um dos motivos das impostas-ábaco dos arcos laterais (quadrifólios e SS).

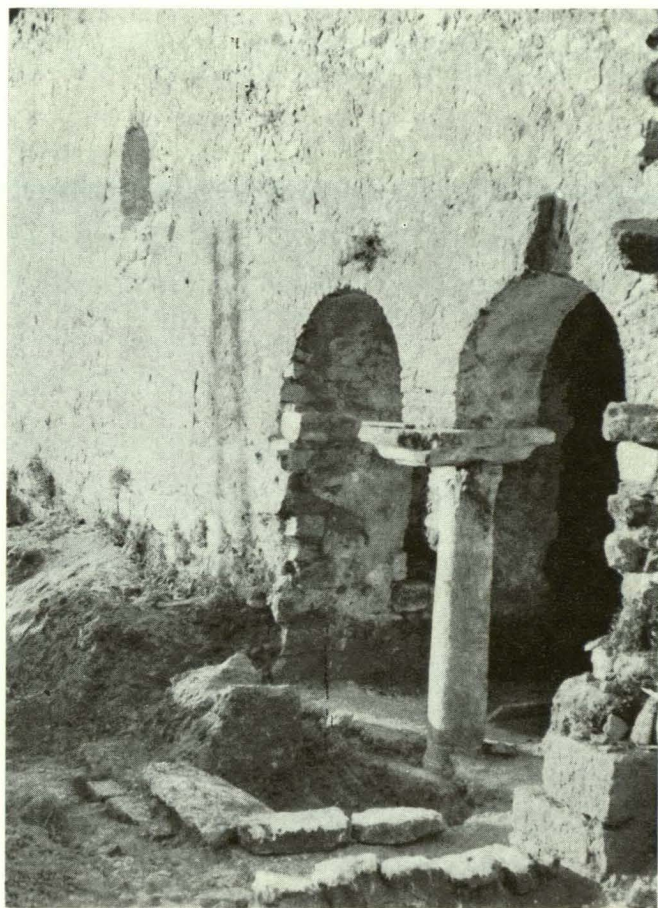


Foto 11 — O pavimento de *opus signinum* continua para o exterior do *cruzeiro*. Os limites (anterior e posterior) aparecem aqui protegidos com fiadas de pedras caiadas. Para melhor elucidação ver a Planta (zona demarcada com 2).



Foto 12 — Na parede voltada para uma das *naves laterais* surgiu um nicho de tipo côncavo.

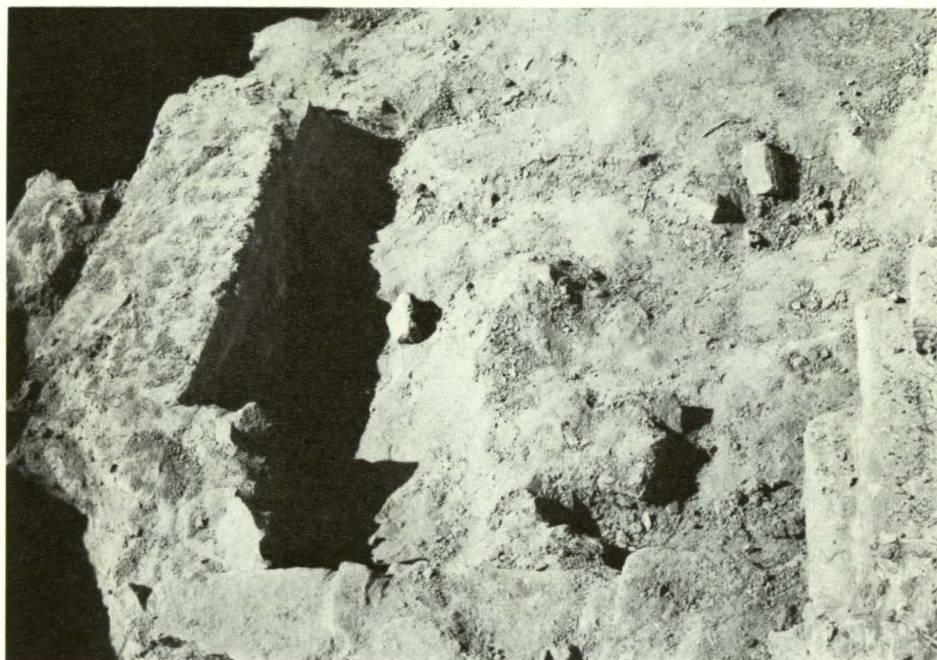


Foto 13 — Alicerce da abside posta a descoberto durante a escavação. Achado de importância pois define uma planta rectangular que ignorávamos.



Foto 14 — S. Sebastião de calcáreo, crivado de perfurações redondas. Encontrado numa vala aberta no centro da nave central. (Ver localização na Planta: 1).



Foto 15 — Cipo funerário. Apareceu fracturado em 2 metades com a área epigráfica profundamente danificada, supomos que intencionalmente.

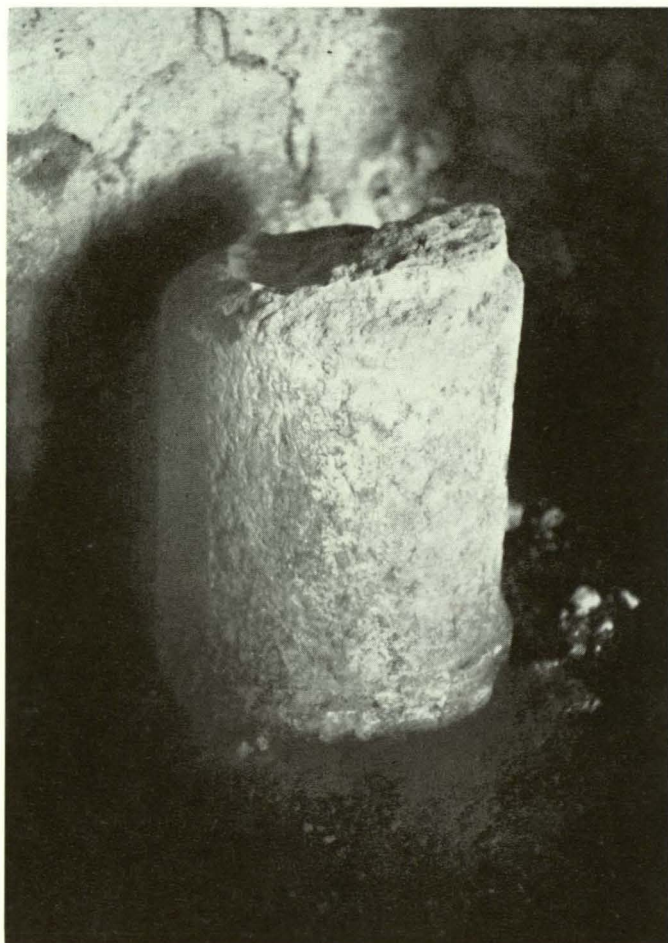


Foto 16 — Fracção da base de fuste de coluna de calcáreo, também encontrada na vala da nave central.



Foto 17 — Fracção de colunazinha que parece visigótica.

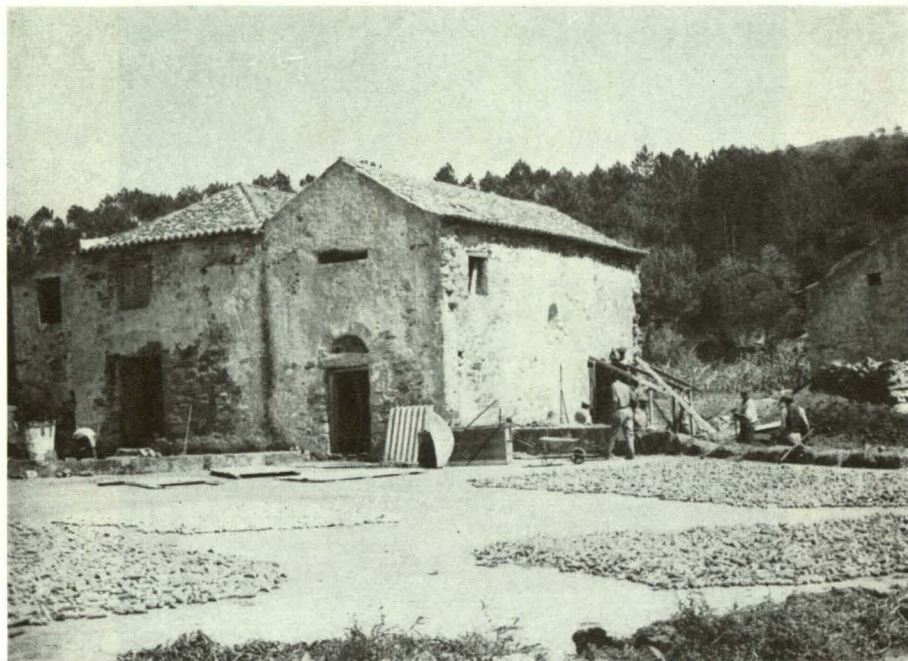


Foto 18 — Fase final dos trabalhos. Prepara-se uma protecção para a arcaria
posta a descoberto.

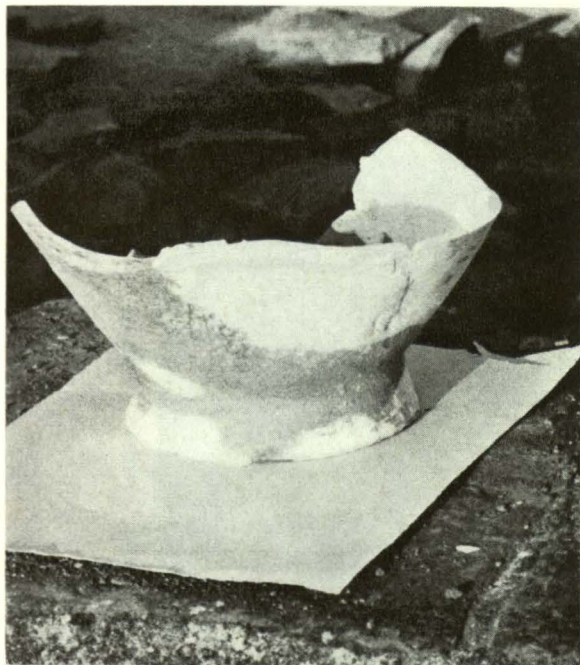


Foto 19 — Fundo de vaso visigótico, ou muito provavelmente mais recente.



Foto 20 — Lucerna de barro grosseiro com sinais de ter sido utilizada.



Foto 21 — Jorge Monteiro desenha a planta de S. Gião.

COMO LI HISTÓRIA DE PORTUGAL NOS HOMENS,
MONUMENTOS E PAISAGENS DO BRASIL

pelo

sócio efectivo

José Timóteo Montalvão Machado

Comunicação feita na Secção de História,
em 2 de Dezembro de 1965

NA CIDADE DA BAHIA

É na Cidade de Salvador da Bahia que nos encontramos mais
frequente e forte sempre mais evidentes da nossa presença na terra

— 23 —



COMO LI HISTÓRIA DE PORTUGAL NOS HOMENS, MONUMENTOS E PAISAGENS DO BRASIL

DUMA viagem, que recentemente fiz ao Brasil, trouxe inolvidáveis recordações, que aqui quero traduzir, uma vez que levei representação da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Quero acentuar desde já que muito me entusiasmarem as belezas naturais, a flora pujantíssima, os edificios gigantescos. Mas, para além dessas grandezas, naturais ou humanas, o que mais chamou a minha atenção, obrigando-me a meditar e a venerar, foi um vasto conjunto de lugares, monumentos e memórias, que representavam o folhear de muitas páginas da nossa História gloriosa. Pena tive de a minha estadia no Brasil não ir além de 12 dias e não ter tempo de visitar todos os seus Estados, porque, desde o equatorial Estado do Pará, onde há uma vila com o nome da minha terra — *Chaves* — na Ilha de Marajó, até às terras dos gaúchos, no Estado do Rio Grande do Sul, por toda a parte eu poderia encontrar lugares santificados pelo sangue de nossos avós, vincos imorredouros da passagem dos Portugueses.

A) NA CIDADE DA BAÍA

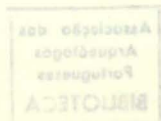
É na cidade de S. Salvador da Baía que nós encontramos mais frequentes e mais antigos sinais evidentes da nossa presença nas terras

de Santa Cruz. Estávamos à vista da Baía de Todos os Santos, magnífico e vasto porto, descoberto três anos depois do desembarque de Pedro Álvares Cabral em face do Monte Pascoal e perto de Porto Seguro.

Quando se desembarca na Baía e se topa numa praia com o padrão comemorativo do desembarque efectuado em 1503 por Cristovam Jaques; quando visitamos a Igreja de S. Francisco e nos dizem «naquele púlpito pregava os seus sermões o Padre António Vieira»; quando rodamos pela cidade velha e nos afirmam «aqui funcionou a Escola de Cirurgia da Baía», primeiro estabelecimento de ensino superior fundado no Brasil por D. João VI, em 1808; quando vagueamos pelas estreitas ruelas da velha cidade, tão semelhantes às da nossa Alfama, onde naturalmente portugueses e holandeses brigavam no tempo dos Filipes, não podemos deixar de sentir um estremecimento do corpo e da alma, por nos sentirmos tão perto de venerandas relíquias históricas.

Na Igreja dos Terceiros, ao lado da histórica Igreja de S. Francisco, encontrei um jovem sacerdote, que chamava as suas ovelhas a um cumprimento mais exacto dos seus deveres cristãos. Vi naquele padre, nitidamente vi, um discípulo do Padre Manuel da Nóbrega e dos Padres Navarro e Pires, que na Baía desembarcaram há mais de 400 anos, para aprenderem a língua do gentio, percorrerem os campos e as aldeias, afagarem as crianças, socorrerem os velhos e os enfermos, para enfim difundirem a Fé em Cristo e amalgamarem índios e portugueses.

Ainda naquela mesma cidade da Baía, desdobrada em cidade velha e cidade nova, em cidade histórica e cidade de moderno e arrojado urbanismo, quis o bom acaso que simpáticos compatriotas, dedicados à construção urbana, me mostrassem grandes imóveis, acabados de construir, segundo as mais exigentes determinações da segurança e da higiene. Ali não se vêem quartos de banho interiores, nem outras idênticas misérias, porque, em matéria de higiene, o Brasil continua dando lições ao Mundo. Mas, ainda aqui, eu encontrei um motivo de reflexão e meditação, porque estes nossos compatriotas não fazem mais do que conti-



nuar a actividade construtiva dos nossos avós, que fundaram as cidades da Baía, Rio de Janeiro, S. Paulo e tantas outras.

A Baía, antiga capital do Brasil, é a cidade por excelência cheia de tradições históricas, onde até a abundância de negros e mestiços nos atesta ainda hoje o esforço colonizador dos tempos de D. João III.

B) NA BAÍA DE GUANABARA

Quando se entra na Baía de Guanabara, a primeira impressão que se recebe é a do assombro, perante as alturas do Pão de Açúcar e do Corcovado, a vastidão da baía, os barcos que a sulcam, as cidades que a bordejam, as ilhas que emergem, o alcantilado dos montes, a pujança das matas. Certificamo-nos assim de que não houve exagero nas descrições que lemos sobre a Baía de Guanabara, porque de facto ela corresponde às retinas mais exigentes.

Mas, também aqui continuam a surgir os motivos de reflexão histórica. Foi aqui, junto à base deste alto cone do Pão de Açúcar, onde nos encontrávamos, que surgiu Estácio de Sá, há 400 anos, para perseguir os franceses de Villegaignon e fundar ali a cidade de S. Sebastião, depois mudada para o Morro do Castelo, com o nome de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Eis além a Ilha do Governador, último reduto dos franceses, quando foram definitivamente desalojados por Estácio de Sá, ao fim de 60 anos de lutas. Por toda esta vasta e belíssima baía não há certamente, nem uma ponta de terra, nem uma enseada de água, que, depois de exploradas, não tragam à nossa mente episódios vividos pelos Portugueses.

C) NA CASA DE TRÁS-OS-MONTES DO RIO DE JANEIRO

Encontramo-nos já na cidade do Rio de Janeiro e entregámo-nos aos dotes de cicerones dos nossos amigos da Casa de Trás-os-Montes

naquela grande metrópole. Não há palavras que traduzam a alegria, a estima, a bondade, a paciência com que os nossos compatriotas nos receberam e trataram, durante os dias que durou a nossa visita, levando-nos ali, acompanhado-nos além, na ânsia irreprimível de nos patentearem a sua simpatia.

Quando nos acompanhavam à cidade de Teresópolis a ali descortinámos um esbelto acidente orográfico, conhecido pelo nome de *Dedo de Deus*, nós pensávamos no esforço dos nossos bandeirantes, quando atravassavam rios, escalavam montes e percorriam os sertões, com o duplo fim meritório de ocupar as regiões e traçar os seus mapas geográficos. E quando, da mesma forma, passávamos em Petrópolis, em face do palácio, que ali mandou construir D. Pedro II, não pudemos deixar de pensar na sorte amarga do último Imperador do Brasil, filho do nosso dador da Carta Constitucional.

De resto, no Rio de Janeiro, a História de Portugal patenteia-se por toda a parte: são estátuas, como a de Pedro Álvares Cabral, o descobridor do Brasil, e a de D. João VI, o grande fomentador do Brasil moderno; edifícios, como o Hospital de Santa Casa da Misericórdia; bibliotecas, como o Gabinete Português de Leitura; igrejas, como as de S. Sebastião, S. Pedro e Senhora da Candelária.

Tudo isto nos dá uma noção de que nos encontramos em nossa casa, e esta intimidade de coisas prolonga-se numa familiaridade de pessoas, demonstrada hora a hora, nas circunstâncias mais inesperadas. Em certa noite, regressávamos do gigantesco Stádio de Maracanã e já não vínhamos muito tranquilos com a velocidade que o táxi adquirira. O motorista, um homem novo, percebendo que éramos portugueses, não se conteve, sem dizer:

— O meu pai também era português!

— Ah, sim, então de que região era ele?

— Era de Trás-os-Montes...

— E de que terra de Trás-os-Montes?

— Parece... que era... se não estou em erro... de Vilarinho de S. Bento...

Imagine-se a surpresa que eu senti, quando soube que o pai do simpático motorista era natural da aldeia onde também nasceu meu pai!...

Noutro dia, viajávamos por uma estrada nos subúrbios do Rio e detivemo-nos por momentos, junto a uma fonte, onde já se encontrava outra família. Momentos depois, uma senhora brasileira dizia que seu marido estava no Rio havia mais de 50 anos, mas era oriundo de Trás-os-Montes. A ele me dirigi nestes termos:

— Sei que o Senhor é de Trás-os-Montes. Em que terra nasceu?

— Olhe, eu fui criado em Carrazedo de Montenegro, até fazer exame de instrução primária. Mas eu nasci na Rua de St.º António, em Chaves...

Fui-me habituando a estas coincidências, sem necessidade de grandes exclamações, mas já agora não quero passar à frente sem referir um terceiro episódio.

Num jantar de festa, para que fora convidado, fiquei à esquerda duma senhora, que era esposa do deputado General Danilo Nunes. Vim a saber que se chamava Beatriz Montalvão e era sobrinha do meu parente, amigo e conterrâneo, o escritor Justino de Montalvão.

Etc., etc., etc.

Em tudo e por tudo, se verifica, momento a momento, que Portugal e Brasil são países de continentes diferentes, mas descobertos por irmãos, construídos por irmãos, habitados por irmãos.

D) NO PARQUE DAS LARANJEIRAS

No dia 25 de Agosto, Sua Excelência o Presidente da República, Marechal Castelo Branco, recebeu no Palácio das Laranjeiras a colónia portuguesa do Rio de Janeiro. A convite da Casa de Trás-os-Montes

da mesma cidade, associei-me aos cumprimentos ao Chefe do Estado, no aludido Palácio, situado no meio dum Parque maravilhoso.

Os antigos Presidentes da República residiam no Palácio de Catete, mas, desde que ali se suicidou o Presidente Vargas, os recentes Presidentes têm escolhido para sua residência no Rio o Palácio das Laranjeiras.

O Presidente Castelo Branco é um homem simpático, afável, conhecedor da história do seu País. Como um dos circunstantes se referisse à ascendência portuguesa de Sua Excelência o Presidente, logo o Marechal Castelo Branco entrou no descritivo de lutas que os portugueses houveram por vezes de sustentar contra o gentio e contra outros povos europeus.

Quando lhe apresentei os meus cumprimentos, disse que o fazia em nome da Associação dos Arqueólogos Portugueses e Sua Excelência disse que recebia esses cumprimentos com muito prazer, porque já lera alguns trabalhos da mesma Associação. É grato declarar que reconheci, como de aqui a pouco explanarei, que os brasileiros acompanham de perto o desenvolvimento da cultura em Portugal.

E) NO PALÁCIO TIRADENTES

O Palácio Tiradentes fica situado na parte central do Rio. O nome deste Palácio traz-nos à mente o nome do mártir Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o *Tiradentes*, o famoso alferes de cavalaria que foi enforcado, por ter sido um dos primeiros a revoltar-se a favor da independência do Brasil.

Ali se realizou a I Assembleia da Associação Médica da Língua Portuguesa e ali tive a honra de ler uma saudação do Professor Costa Sacadura, decano dos médicos portugueses, o qual, desde há 40 anos, se vinha batendo por uma aproximação dos médicos portugueses e brasileiros.

E ali levei também um trabalho ao Departamento da História da Medicina, a convite do Professor Ivolino de Vasconcellos, da Universidade do Brasil, subordinado ao título «Um transmontano na fundação do ensino médico no Brasil».

Devo acrescentar que trouxe de aquela Assembleia as mais gratas recordações, não somente pelo elevado nível científico manifestado, mas ainda e principalmente por verificar como os médicos brasileiros apreciavam as raízes lusitanas da medicina brasileira e continuam a conhecer a cultura dos portugueses. Eis aqui alguns factos, que me impressionaram bastante e aos quais não posso deixar de aludir, ainda que em rápidas palavras.

Não foi somente o Prof. Ivolino de Vasconcellos, o patrono da História da Medicina em terras do Brasil, o qual, com o brilho da sua palavra e o calor da sua alma, constantemente faria realçar o valor dos médicos portugueses de antanho. Admirável mineiro, que nunca esquece as raízes ancestrais da Ilha da Madeira!

O Dr. Divaldo Gaspar de Freitas, conhecia tão bem o meu conterrâneo Joaquim da Rocha Mazarém, professor fundador das escolas médicas do Rio e de Lisboa, que um dos assistentes convenceu-se de que o Dr. Divaldo era flaviense, retorquindo este último «que era flaviense por sentimentos históricos, mas de facto era brasileiro, nascido em Piracicaba, Estado de S. Paulo». Este simpático camarada arrolou e expôs à Assembleia 32 nomes de médicos portugueses, que no decurso dos séculos passados, foram exercer em terras de Santa Cruz a arte de Hipócrates.

O Dr. Carlos da Silva Araújo pôs em destaque a influência que Mazarém e outros portugueses exerceram sobre os Formulários estabelecidos no Brasil.

Os Drs. António Rezende de Castro Monteiro e Fernando Negrão do Prado referiram-se largamente à obra do nosso célebre hipnotizador Abade de Faria, que exerceu forte influência no desenvolvimento da

hipnoterápia no Brasil. Desta curiosa figura de padre hindu-português, notável orador sagrado, que, estando em Paris, tomou uma parte muito activa na Revolução Francesa, occupou-se há poucos anos o Prof. Egas Moniz.

O Prof. António Mendes Monteiro, occupou-se largamente do Dr. Fonseca Henriques, o célebre médico de D. João V, também conhecido por Dr. *Mirandela*, por ser natural desta vila transmontana. Com a sua autoridade de professor de Nutrologia, Mendes Monteiro asseverou que muitos dos preceitos, sobre matéria de nutrição, indicados pelo Dr. *Mirandela* na sua obra «Ancora Medicinal», ainda hoje se encontram de pé, não obstante terem decorrido mais de dois séculos.

Por sua vez, o Dr. Artur Pinto da Rocha, também do Rio de Janeiro, fez uma larga e substanciosa exposição, subordinada ao título «Eça de Queiroz e os Médicos», passando à feira cada uma das obras do notável romancista e referindo todas as participações que médicos e assuntos de medicina tiveram em tais obras.

Outros médicos brasileiros naquela ilustre Assembleia patentearam, não sòmente os seus méritos de inteligência e cultura, mas também o amor com que acompanham o desenvolvimento literário e científico do País irmão.

Declaro que esta foi uma das notas, que mais me impressionaram no Brasil, e sobre ela desejaria espalhar-me mais se não fora a pressa de chegar ao fim.

F) NA CIDADE DE S. PAULO

S. Paulo, a capital da indústria brasileira, é hoje a cidade mais populosa do Brasil, embora não possua tantos motivos de atracção como o Rio de Janeiro. Foi aqui em S. Paulo que me foi dado ver a obra mais grandiosa que porventura o coração generoso dos portugueses

terá produzido em terras do Brasil. Refiro-me à «Beneficência Portuguesa de S. Paulo», gloriosa instituição de assistência, que há poucos anos, sob a direcção do meu amigo e conterrâneo, Comendador Abílio Brenha da Fontoura, festejou o seu primeiro centenário.

O hospital da Beneficência Portuguesa, ou Hospital de S. Joaquim, encontra-se actualmente instalado num amplo e moderno edifício, comparável ao nosso Hospital de Santa Maria, com idêntica lotação de camas. Destituído muito embora de funções docentes ou pedagógicas, o Hospital de S. Joaquim é dotado de todos os aperfeiçoamentos, laboratórios e instalações, que hoje em dia se podem proporcionar aos doentes.

Foi há mais de 100 anos que dois caixeiros portugueses, pobres e desconhecidos, mourejando em S. Paulo, Luís Semeão Ferreira Viana e Joaquim Rodrigues Salazar, se inspiraram no espírito caritativo da Rainha D. Leonor e no exemplo de tantas almas generosas, que nunca deixaram de existir, para lançar os alicerces da Beneficência. Aqueles portugueses de há 100 anos, como os portugueses de hoje, seguem no exemplo de Bras Cubas, quando fundou a primeira Santa Casa de Misericórdia no Brasil, na vizinha cidade de Santos, e vão na esteira bondosa, humanitária e civilizadora dos Padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta.

Não quero passar à frente sem me referir a um belo e espaçoso salão deste hospital, onde se exibem uns grandes e deslumbrantes vitrais, reproduzindo a famoso Políptico de S. Vicente ou Painéis de Nuno Gonçalves. É o «Salão Padre Manuel da Nóbrega», idealizado por Abílio da Fontoura.

Foi ainda na cidade de S. Paulo que me foi dado contactar, durante um almoço no Jockey Club, com duas altas figuras do escol paulistano: Tito Lívio Ferreira e Aureliano Leite.

O primeiro é professor das cadeiras de «História da Idade Média», «História de Portugal», e «História de S. Paulo», na Faculdade de Filo-

sofia, da Universidade Católica de S. Paulo. Autor de numerosas obras, espírito culto, embora dotado de natural modéstia, o Prof. Tito Lívio não desmerece o nome do célebre historiador romano e é sempre com alegria, disse-nos ele, que lê ou discute os trabalhos de História, idos de Portugal.

Há poucos anos dedicou-se, com amor e cuidado, à reconstituição histórica da Beneficência Portuguesa de S. Paulo, tendo escrito dois volumes que se lêem com interesse e emoção. Honra à gloriosa instituição de assistência, que segue avante sob o impulso vigoroso e altruísta do Engenheiro José Ermério de Morais, do Comendador Abílio Brenha da Fontoura e de tantas outras almas generosas!

O Dr. Aureliano Leite, advogado, é também um apaixonado da História e um dos maiores animadores do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, instituição de grande vitalidade, que não pudemos visitar por falta da tempo.

Vi nestes dois intelectuais paulistanos, votados ao estudo da História, os dignos continuadores dos mais antigos historiadores brasileiros, tais como Gabriel Soares, Bento Teixeira e Frei Vicente do Salvador, os quais, a exemplo dos nossos cronistas, iam deixando as suas memórias, respectivamente, no «Tratado Descritivo do Brasil», «Prosopopeia» e na «História do Brasil».

G) PARA CONCLUIR

Eis aqui, em rápidas palavras, as mais indeléveis impressões, que me deixou a viagem — relâmpago, de visita ao Brasil.

A hospitalidade requintada de brasileiros e portugueses, a grandeza das cidades, a riqueza das paisagens, a vastidão das florestas, tudo

naquele gigantesco País deslumbra o visitante. Mas, nada me aprouve tanto verificar, como os laços de fraternidade amiga, que o povo brasileiro continua a manifestar pelos portugueses de ontem e de hoje, numa continuidade histórica de dois povos, que se fizeram irmãos e querem continuar a viver irmãos.

Na vida dos povos, como na dos homens, só com paz e amor se podem lançar os alicerces das grandes construções!

MATERIAIS ARCAICOS DE REGUENGOS
DE MONSARAZ

Albino do Povo e D. Fernando de Alencar

MATERIAIS ARGÁRICOS DE REGUENGOS DE MONSARAZ

MATERIAIS ARGÁRICOS DE REGUENGOS DE MONSARAZ

pelos

sócios efectivos

Afonso do Paço e D. Fernando de Almeida

Durante uma visita que me fizemos em 6 de Junho do corrente ano de 1966, chamaram-nos respectivamente a nossa atenção três recipientes de barro de textura argárica.

Provenham, segundo nos informaram, de Reguengos de Monsaraz, e foram encontrados dentro de sepulchros argáricos por ocasião da abertura das caboucos para obras do novo *Colégio*, situado a leste da vila. Estes velhos documentos foram os quais tinhamos destruídos. As peças que se encontraram e os restos arqueológicos em escavação, demonstraram a importância do estudo dos materiais e da origem das operações.

Apenas escaparam, que não sabemos, as três vasilhas de barro que são objecto do presente estudo e foram parar ao pequeno Museu Paroquial onde o P. Nogueira guarda piedosamente muitas relíquias

P. J. SOARES DA SILVA, *Memórias para o Museu de Faro*, 1931, pág. 134.

MATERIAIS ARGÁRICOS DE REGUENGOS DE MONSARAZ

NUMA dependência da Matriz de Monsaraz, Igreja que o Condestável D. Nuno Álvares Pereira mandou construir em honra de Nossa Senhora da Lagoa ⁽¹⁾, organizou o Reverendo Prior, P.^o António Júlio Nogueira, uma colecção arqueológica a que deu o nome de Museu Paroquial.

Durante uma visita que lhe fizemos em 5 de Junho do corrente ano de 1966, chamaram especialmente a nossa atenção três recipientes de barro de feitura argárica.

Provinham, segundo nos informaram, de *Reguengos de Monsaraz*, e foram encontrados dentro de sepulturas, cistas argáricas, por ocasião da abertura dos caboucos para casas do novo *Bairro Residencial*, situado a Leste da vila. Estes velhos documentos foram na quase totalidade destruídos. As lages que os constituíam e os restos antropológicos que encerravam, desapareceram diante do comartelo dos pedreiros e do alvião dos operários.

Apenas escaparam, que nós saibamos, as três vasilhas de barro que são objecto do presente estudo e foram parar ao pequeno Museu Paroquial, onde o P.^o Nogueira guarda piedosamente muitas relíquias

(1) JOSE SOARES DA SILVA, *Memórias para a História de Portugal*, tomo segundo, Lisboa, 1731, pág. 754.

da outrora bem notável vila de Monsaraz ⁽²⁾ e do seu termo, à espera que melhores e mais condignas instalações sejam um dia postas à sua disposição.

*
* *
*

Das três vasilhas de barro, duas delas encontram-se mais ou menos intactas, e uma terceira apresenta o bocal bastante partido pelo picareto dos cabouqueiros.

Exteriormente são de aspecto cinzento-escuro, sendo a alma ou interior do barro de cor negrusca. Uma cobertura de engobe é ainda visível no recipiente mais pequeno, mas nos restantes quase desaparece debaixo da camada de terras que os envolve.

O exemplar da Fig. 1 é uma taça elegante, com 100 milímetros de diâmetro de boca e apenas 34 de altura. A parte inferior tem uma carena bastante pronunciada e o fundo abaulado.

O segundo exemplar, Fig. 2, tem 82 milímetros de diâmetro de boca e 84 de altura. É também de fundo abaulado e carena pronunciada. Sobre esta, como a figura indica, há vestígios de uma pega, possivelmente um mamilo, sem que no restante do vaso haja sinal de qualquer outro. Não nos atrevemos a considerar este vestígio como sendo de uma asa, pois no bordo não há qualquer sinal de inserção da mesma.

O recipiente da Fig. 3, tem como dissemos a boca destruída, mas pôde calcular-se o seu diâmetro aproximadamente em 90 milímetros. A altura é de 124. A carena é pouco pronunciada e o fundo abaulado como os anteriores.

Este tipo de vasos cónicos, no género das Fig. 2 e 3, é muito característico do período argárico.

⁽²⁾ JOSÉ PIRES GONÇALVES, *Monsaraz e o seu termo*, «Junta Distrital de Évora», n.º 2, Évora, 1962; n.º 3, Évora, 1963.

Encontrados cada um na sua sepultura acompanhados com restos de ossos humanos, nos trabalhos do dia 9 de Maio de 1960, foram enviados para Monsaraz nesse mesmo dia, o primeiro pelo Ex.^{mo} Presidente da Câmara Dr. Mário Garcia da Costa e os dois últimos pelo Ex.^{mo} Sr. José Lobo Rosado.

São estes, se não estamos em erro, os primeiros documentos do período argárico que se dão a conhecer, do concelho de Reguengos de Monsaraz ⁽³⁾.

Populações desta cultura, que Siret nos revelou terem existido no Levante espanhol, através de uma publicação ainda hoje notável ⁽⁴⁾, foram depois dadas a conhecer por Estácio da Veiga ⁽⁵⁾ e outros no nosso Algarve ⁽⁶⁾. Posteriormente assinalou-se a sua presença em várias localidades do Baixo Alentejo ⁽⁷⁾.

Nas imediações de Reguengos de Monsaraz, no vizinho concelho de Mourão, também foram encontrados vários agrupamentos de cistas

⁽³⁾ J. PIRES GONÇALVES, em *Monsaraz e o seu termo* fala-nos de outras sepulturas argáricas relacionadas com o Dr. Farinha dos Santos.

⁽⁴⁾ H. et L. SIRET, *Les premiers âges du metal dans le Sud-est de l'Espagne*, Anvers, 1887.

⁽⁵⁾ ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, Lisboa, 1891.

⁽⁶⁾ JOSÉ FORMOSINHO, O. DA VEIGA FERREIRA e ABEL VIANA, *Estudos Arqueológicos nas Caldas de Monchique*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XIV, Porto, 1953.

⁽⁷⁾ ABEL VIANA e F. NUNES RIBEIRO, *Necrópoles argáricas de Santa Vitória*. «Arquivo de Beja», vol. XIII, Beja, 1956.

— FERNANDO NUNES RIBEIRO, *O Bronze meridional português*, Beja, 1965.

— H. SCHUBART, *Atalaia*, «Arquivo de Beja», vol. XXII, Beja, 1965.

argáricas ⁽⁸⁾. Temos assim, no nossos paíis, uma vasta zona argárica que se estende pelo Algarve, pelo Baixo Alentejo e ainda parte oriental do Centro desta última província.

De tal cultura, até ao presente, só encontrámos no nosso País sepulturas, isto é, jazidas de mortos. Seria bem curioso descobrir um povoado destas gentes e escavá-lo criteriosamente, de modo a poder seguir-se a sua evolução, de um modo semelhante ao que se tem podido observar, por exemplo, nos povoados do Neolítico e do Bronze I peninsular de Vila Nova de S. Pedro, Zambujal ou Giraldo.

*
* *

O concelho de Reguengos de Monsaraz, apresenta-nos, desta maneira, mais uma etape na evolução das suas populações pré e proto-históricas, pois os argáricos, segundo alguns autores, podem ascender a cerca de 1600 anos a. C.

E já que falamos em habitantes pré-históricos do concelho, quase poderemos afirmar, sem sombra de dúvida, que no seu aro devem ter vivido populações paleolíticas, de vida nómada. Materiais do homem do Paleolítico foram recolhidos no vizinho concelho de Mourão, junto da ponte sobre o Guadiana, na sua margem esquerda, entre este curso de água e a actual fábrica de papel ⁽⁹⁾.

(8) AFONSO DO PAÇO e JOAQUIM BAÇÃO LEAL, *Sepulturas argáricas da Folha das Palmeiras (Mourão)*, «Actas do Congresso da Ass. Port. Progresso das Ciências», Porto, 1962.

— ITEM, *Sepulturas argáricas da herdade da Queijeirinha (Mourão)*, «Arquivo de Beja», vol. XX-XXI, Beja, 1964.

— AFONSO DO PAÇO, FERNANDO NUNES RIBEIRO e GONÇALO LYSTER FRANCO, *Subsídios para o estudo da cultura argárica no Alentejo*, «Arquivo de Beja», vol. XXII, Beja, 1965.

(9) AFONSO DO PAÇO e JOAQUIM BAÇÃO LEAL, *Estação paleolítica da ponte do Guadiana, em Mourão*, «Brotéria», vol. LXXV, Lisboa, 1962.

De um e outro lado do rio, isto é, na margem do concelho de Mourão e na margem do concelho de Reguengos de Monsaraz, há abundantes calhaus rolados. Ora o rio, que divide os dois concelhos, é relativamente estreito, e havendo utensílios paleolíticos entre os calhaus rolados da sua margem esquerda, isto é, do lado de Mourão, também os deve haver na margem direita, do lado de Reguengos de Monsaraz. É questão de tempo e paciência para os procurar.

Este facto levarnos-á a remontar as populações do concelho de Reguengos, como as de Mourão, para lá de 50 000 anos A. C.

De tempos posteriores, dos Neolíticos, que foram os primeiros agricultores que por alturas de 3000 a. C., começaram a arrotear a planura alentejana, é o concelho particularmente rico. Deste período, não conhecemos nenhum povoado, é certo, mas há numerosas antas, como se verifica pelo trabalho de Georg e Vera Leisner: «Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz» ⁽¹⁰⁾.

De época posterior, presumivelmente dos últimos tempos da Idade do Bronze e princípios da Idade do Ferro, há no concelho um grande povoado, descoberto pelo Dr. José Pires Gonçalves, sobre uma escarpa do rio Degebe, denominado «Castelo Velho do Degebe» ⁽¹¹⁾.

Deve remontar ainda a este período um bem curioso torques de ouro, descoberto em tempos no concelho, próximo da «Mina do Castelo» ⁽¹²⁾, e que o negregado cadinho de um ourives fundiu, sem a menor consideração pela arte dos nossos maiores.

Além de muitos achados avulsos de materiais diversos, de que o Dr. José Pires Gonçalves nos dá notícia na monografia acima citada, desejamos encerrar esta nota com uma referência a duas belas peças

⁽¹⁰⁾ Lisboa, 1951.

⁽¹¹⁾ AFONSO DO PAÇO e JOSÉ PIRES GONÇALVES, *Castelo Velho do Degebe (Reguengos de Monsaraz): I — Reconhecimento preliminar*, «Actas do Congresso da Ass. Port. Progresso das Ciências», Porto, 1962.

⁽¹²⁾ GABRIEL PEREIRA, *O Manuelinho de Évora*, de 20 de Julho de 1885.

tumulares romanas, de mármore, recolhidas na herdade da Azinheira: O belo sarcófago que o Alentejo menosprezou e hoje se encontra no Porto, no Museu Soares dos Reis e mereceu estudos de E. Allen ⁽¹³⁾, Amador de los Rios ⁽¹⁴⁾ e Garcia y Bellido ⁽¹⁵⁾, e os fragmentos de tampa de sepultura, também de mármore, que em 1963 aí se recolheram e actualmente se encontram em estudo, onde estão figuradas algumas cenas da vida de Hércules.

Este nosso trabalho não tem outro propósito senão o de acordar os alentejanos e chamar a sua atenção para o Alentejo, levando-os a guardar para si e para os seus museus, criados ou a criar, aquilo que à província pertence, pois em muitos sectores os seus homens tem abandonado o seu património artístico, arqueológico ou etnográfico ⁽¹⁶⁾.

⁽¹³⁾ EDUARDO ALLEN, *Notícia e descrição de um sarcófago romano descoberto há anos no Alentejo e recentemente comprado pela cidade do Porto para o seu Museu Municipal*, Porto, 1867.

⁽¹⁴⁾ DON JOSÉ AMADOR DE LOS RIOS, *Sarcófagos paganos custodiados en los Museos de Porto y Lisboa*, «Museo Español de Antigüedades», tomo II, Madrid, 1873.

⁽¹⁵⁾ ANTONIO GARCIA Y BELLIDO, *Esculturas romanas de España y Portugal*, Madrid, 1949.

⁽¹⁶⁾ Desenhos da Ex.^{ma} Sr.^a Dr.^a D. Maria do Carmo Amaral de Lemos, que muito agradecemos.

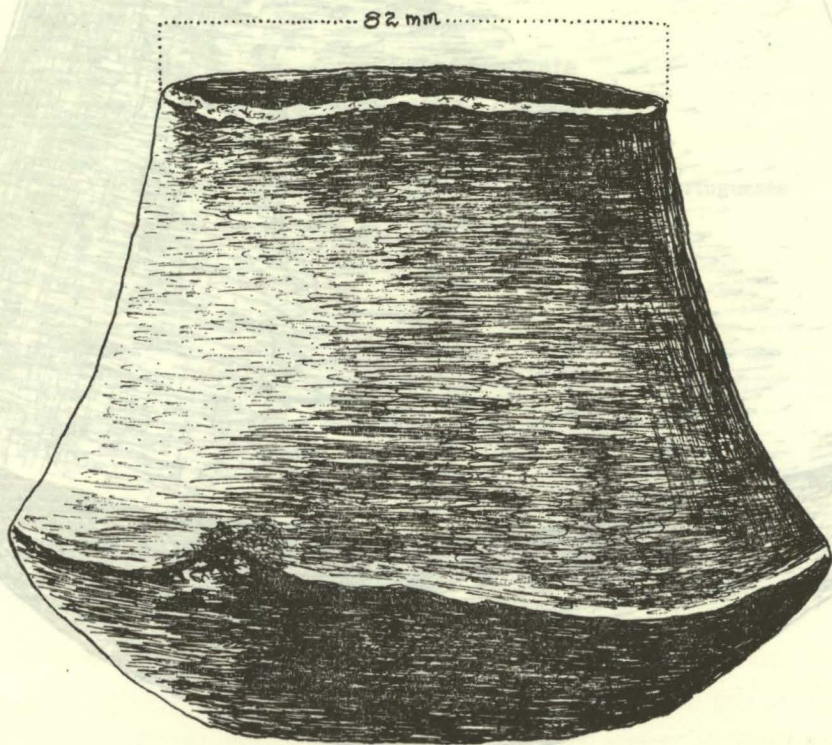
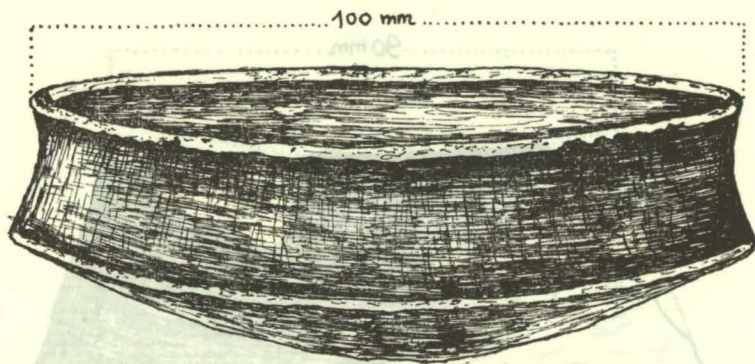


FIG. 2 — Vaso argáico de Reguengos de Monsaraz.
 Figs. 1 e 2 — Vasos argáricos de Reguengos de Monsaraz.

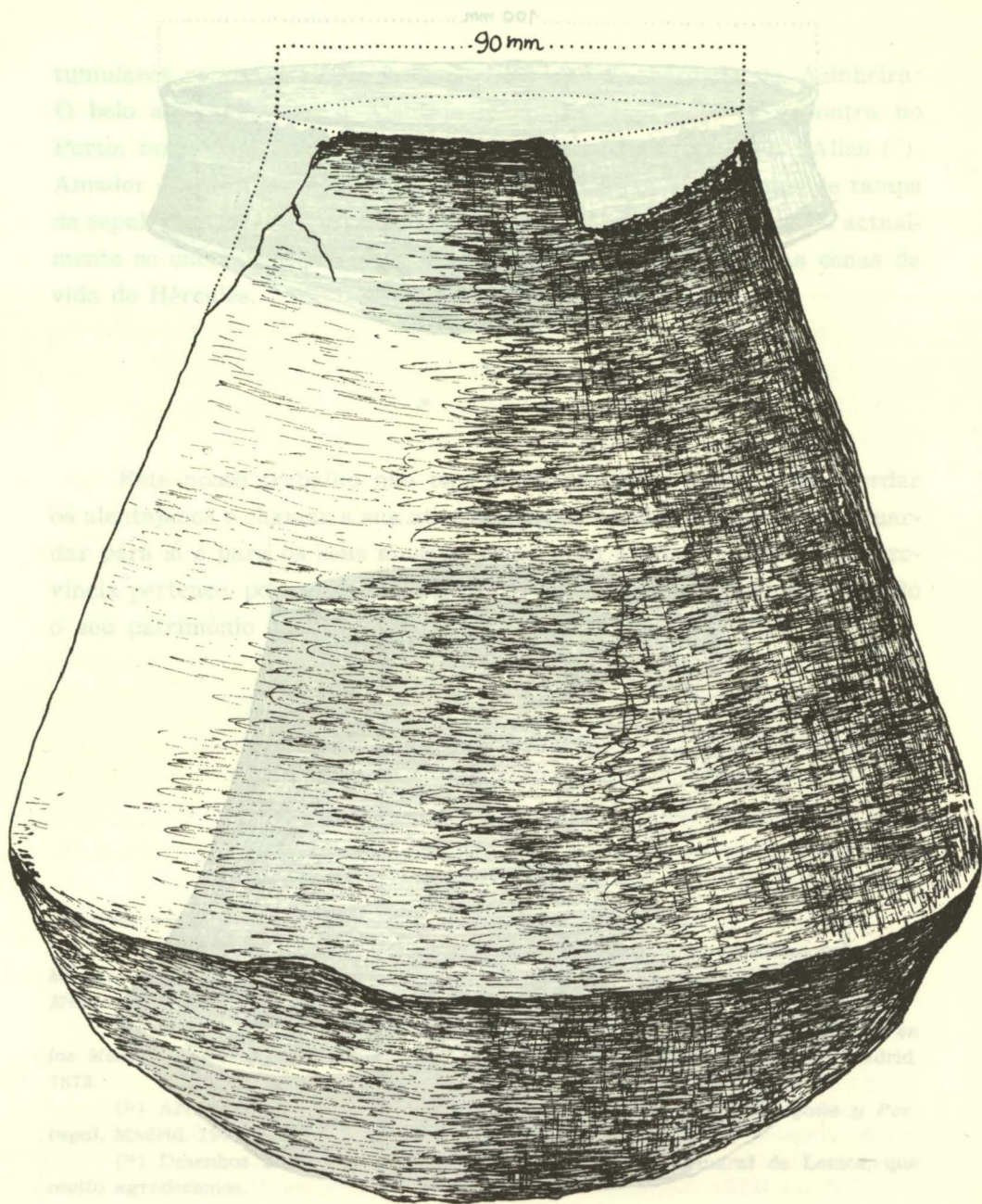


Fig. 3 — Vaso argárico de Reguengos de Monsaraz.

NECESSIDADE URGENTE DE DEFENDER
O NOSSO PATRIMÓNIO NACIONAL

pelo

sócio correspondente

João Pires de Campos

Comunicação feita à Associação dos Arqueólogos Portugueses
em 28 de Abril de 1966

NECESSIDADE URGENTE DE DEFENDER O NOSSO PATRIMÓNIO NACIONAL

ADVERTÊNCIA

Atendendo à vastidão do assunto e à sua delicadeza, chamo a atenção do leitor para o seguinte:

I

Será impossível apresentar tudo o que o passado nos trouxe digno de lástima.

Não digo tudo o que sei porque se torna demasiado pesado para os fins em vista. Além disso, evitarei referir, tanto quanto possível, muitos outros casos que tratei em artigos e entrevistas.

II

Sei que dos males passados nada mais poderemos tirar que a emenda no futuro. Tirar conclusões erradas ou explorar tendenciosamente qualquer dos casos aqui expostos é precisamente cair naquilo que eu reprovo: o empobrecimento do Património Nacional em todos os seus âmbitos.

Gostaria que estas minhas simples palavras fossem um grito de alarme a todas as consciências para salvarmos tudo o que faz parte de Portugal.

Longe de mim a tentação de atingir seja quem for. Os casos apontados com pormenores mais concretos não envolvem moralmente qualquer das pessoas mais relacionadas com as coisas, actualmente.

NECESSIDADE URGENTE DE DEFENDER O VALOR DO ESPÍRITO NA CULTURA

Nada pode melhor afirmar da vida do homem, no passado e no presente, do que a sua obra. Esta feita para a Eternidade fica nas coisas sem limites de tempo e de lugar. Onde existiu o homem, aí, ficou para sempre marcado na matéria o valor transcendente do seu espírito.

Na Pré-história o homem manifestou logo, quer como ser isolado, isto é trabalhando sozinho, quer como membro duma sociedade, embora reduzida, o poder de dominar as coisas através da ideia artística.

O arquétipo permanece, pois, na base de todas as criações humanas. É nele que o homem se reconhece autêntico criador de beleza e construtor das obras de arte que nos encantam.

Neste poder de espiritualizar as coisas materiais está a distância do homem espírito ao homem corpo. Estes dois tipos de homem são no tempo presente, como o foram no passado, o progresso e o atraso, a civilização e a barbárie, a luz e as trevas dos séculos.

Assim: aquelas pinturas rupestres, estilizadas ou não estilizadas, com cores ou sem elas, são uma linguagem que comunicou alegria espiritual em nada inferior à alegria dos frescos de Miguel Angelo.

A arte não tem país nem casa: anda com o homem e não morre com ele. É uma linguagem sem sons, comunicativa, internacional. Revela uma transcendência peculiar e afirmativa da pessoa humana. Diz-nos: da sua religião, se foi elevada ou baixa; da sua moral e onde se radica; da sua

filosofia, se estuda as últimas causas ou se se queda simplesmente nos fenómenos; da sua cultura se foi ou não positiva.

Pintar, esculpir, construir, cantar, escrever, amar, rezar é o homem para os outros homens. É dar-se num dom total aos do seu tempo e aos vindouros. É a luta contra a matéria, a maior luta do homem. E esta luta é tal que a simples desistência implica uma negação de valores essenciais, isto é, aquela diferença de vida intelectual e de vida sensitiva.

Não basta ver, sentir. É preciso, acima de tudo, compreender e amar: o homem um pouco pedaço de terra, o homem um pedaço de céu, ser corpo e ser espírito numa união substancial.

E essas pedras trabalhadas, essas cores fixadas, essas composições arquitectónicas desde os castros do Neolítico às catedrais, essas sepulturas onde tantas vezes passou já o arado até aos artísticos mausoléus é o homem a prolongar-se no temporal, é vencer a morte. Querer ficar para sempre. O Espírito o empurra para a imortalidade.

Este gigante a quem Deus entregou o Mundo para o conhecer e dominar é, na verdade, o homem culto, aquele que, através dos séculos com lutas e incompreensões, juntou o tesouro a que chamamos património.

Este embora seja comum à Humanidade acentua-se mais ou menos rico aqui ou acolá consoante as ideias são baixas ou altas, isto é, se os princípios religiosos do homem são ou não sublimes.

Adentro deste critério cada povo tem o seu património espiritual, cultural e artístico. O valor das civilizações foi e é sempre proporcional à religião. Mesmo que os homens voluntariamente cegos estejam nos baixos do seu ódio não poderão explicar por outra maneira a superioridade da Europa sobre os outros continentes.

O racionalismo — não no sentido filosófico — exagerado ou não exagerado sacudiu fundamentalmente as tendências imanentes dos artistas, dando uma síntese de volumes materiais bem equilibrados e uma ideia perene de vida e de geometria.

Depois das civilizações orientais e das clássicas, o carácter transcendente do espiritualismo cristão deu a resposta necessária às tendências artísticas do homem: um Deus fora da matéria, Criador e Senhor; uma alma imortal em cada homem.

O homem não é já só corpo como pensaram alguns nem só espírito como pensaram outros: é a união do corpo e da alma. Esta deve comandar aquele. Por outro lado, o património espiritual afirma o valor positivo ou o vazio dos homens independentemente da vontade deles.

Um materialista ateu agindo com o seu ateísmo — o que implica contradição assencial — não poderá pairar muito acima, na arte ou na filosofia, porque nega, em si próprio, a alma, causa de ser diferente e superior aos outros animais.

Quando o materialismo comanda, no indivíduo temos o espírito a obedecer ao corpo, na sociedade temos o despotismo de alguns a rastejar no material com planos utópicos e com a força a matar a imanência espiritual, causa e fonte de arte, no homem.

Nesta inversão de valores essenciais situamos os lamentáveis ciclos do homem a destruir, a abandonar e a perseguir.

Quando, de facto, os valores jerárquicos são respeitados — com a rejeição das paixões inferiorizantes — o património artístico aumenta em qualidade e quantidade e o que resta do passado conserva-se ciosamente. O Mundo enriquece dia a dia. A História realiza-se como deve. O passado é mestre do presente e este prepara-se para ensinar o futuro.

PATRIMÓNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DE PORTUGAL

Portugal não é um país pobre como pensam aqueles que enfermam de males sociais.

Já não é de agora, mas desde há muito tempo, que se trava uma luta contra a nossa Cultura, genuinamente portuguesa. Por um lado, com

evidência pura, alguns escritores a imitar os fundos e as formas estrangeiras, trabalhando, quantas e quantas vezes, em detrimento da nossa Cultura.

Por outro lado, dando elogios a escritores estrangeiros ou a pensadores de credos negativos e já ultrapassados.

Não falemos já deses que aderem a blocos nitidamente tendenciosos e dos quais auferem proventos ou esperam ingresso em academias ou condecorações.

Infelizmente muitos mestres, no ensino — Literatura, Filosofia e História — com palavras satânicas, com modos à século passado e com sorrisos pouco dignificantes de pessoas sensatas, não trabalham para continuar Portugal. Ainda não há muito tempo que um escritor, numa palestra, falando de Gil Vicente voltou ao lugar comum, o Santo Ofício. Para este tribunal lançou a maldição, por o filho de Gil Vicente ter retocado literariamente a obra literária de seu pai.

Sabemos que a este escritor não lhe interessa a verdade objectiva, fundamentada num estudo de investigação exaustiva — como se faz hoje no estrangeiro — mas apenas fazer o renascimento das ideias maçónicas e liberais. Mesmo os compêndios de Literatura apresentam o Santo Ofício como causa da decadência das letras no século XVII. Batem e rebatem no argumento, tentam mesmo convencer. Alguns autores prodecem assim por falta de esforço num estudo crítico, limitando-se a copiar dos compêndios do século passado. Outros procedem por má intenção, dando abertura ao seu anticlericalismo.

Permitam-me que abra um parêntese:

Como explicam esses autores a mesma decadência literária, no século XVII em Inglaterra, França, Alemanha e Itália se lá não existiu o Santo Ofício? Como explicam que os melhores escritores desse século, e ainda não forem ultrapassados — Padre António Vieira, Frei Luís de Sousa, D. Francisco Manuel de Melo, Padre Manuel Bernardes, Francisco Rodrigues Lobo —, fossem católicos de facto?

Parece-me que a decadência se nota naqueles do século XVII, como nos de hoje, porque não tinham talento, fecharam-se à verdade.

Fechemos, pois, o parêntese.

No ano passado, alguém assistiu a um exame de história, num dos nossos liceus e presenciou, da parte do examinador, uma lufada de anticlericalismo. Tudo se orientou para denegrir a acção da Igreja em Portugal através dos séculos.

Apareceu ultimamente um compêndio de História para o segundo ciclo dos liceus. Nele se faz realçar a riqueza de uns e a pobreza de outros, a luta de classes, as greves em todas as civilizações. Podemos mesmo dizer que por palavras diferentes se afirmam sempre as citadas questões sociais. Nem mesmo os povos da Pré-história escapam a esta tentação.

Quanto a Cristo afirma-se: «Jesus, segundo a Bíblia, apareceu no tempo de Augusto». Assuntos importantes ficam pendentes duma interrogação. E o caso torna-se tanto mais grave porque este compêndio é adoptado actualmente em alguns estabelecimentos de ensino.

Também a tendência da imprensa diária — por motivos de lucro — a descrever banalidades, a pormenorizar crimes. Não podemos esquecer também a preferência a críticas literárias de estrangeiros pondo de parte os nossos escritores.

O estrangeiro lá fora não perde qualquer oportunidade para nos depauperar em todos os aspectos: religioso, cultural e político.

Ora, perante esta guerra que nos é feita não devemos hesitar. Só o caminhar para a frente, sendo sempre portugueses, pode levar-nos à vitória.

Não temos muito a aprender dos outros. Temos, pelo contrário, muito a dar a portugueses e a estrangeiros.

Muitos conhecem o Prado em Madrid, o Louvre em Paris e não conhecem o Mosteiro dos Jerónimos, o Museu de Arte Antiga, a Capela de São João Baptista na Igreja de São Roque, a Madre de Deus, a Igreja

e Coro das Comendadeiras de Avis, no Convento da Encarnação e tantos outros monumentos por todo o País. A própria Sé de Lisboa não tem par, no estilo românico, em qualquer outra sé das capitais europeias.

Nos recheios dos nossos templos temos muito que a França viu destruído na Revolução de mil setecentos e a nossa vizinha Espanha na Guerra Civil deste século.

Já no Neolítico se marca uma orientação à arte deste recanto peninsular. E cada vez se afasta mais, se vê fugir para uma cultura própria, especificada na medida em que os princípios espirituais se vão consolidando. E não será exagero se afirmarmos que, em certo sentido, há na Lusitânia, desde os tempos mais remotos uma originalidade.

Esses guerreiros, esses animais estilizados, que têm aparecido, são bem os alicerces culturais a testemunhar uma raça bélica radicada, aqui, nesta nesga de terra sobre o mar, desde os mais remotos tempos da Pré-história.

Os castros, espalhados desde o Minho ao Algarve, abundam.

As estações romanas, depois de se sobreporem a outras culturas, que como o relâmpago pouca luz deixaram, são mais que demonstrações duma romanização diferente da vontade dos invasores e em nada inferior a outras congêneres — Egitânia, Conimbriga, Troia, Torre da Palma, Santa Vitória do Ameixial e tantas outras.

Depois os árabes e, estes passaram muito ao de lado, numa civilização ao seu modo sensual, sem de maneira alguma conseguirem, mesmo com a persistência de cinco séculos, apagar um cristianismo já culto e com um corpo, de arte, próprio, e que eles invasores aproveitaram.

O românico, muito embora, nos encontrasse a reconstruir a independência cristã e a formar as bases políticas duma nação separada, também ficou com muita nobreza na Sé velha de Coimbra, na Sé de Lisboa e em muitos outros monumentos defensivos.

Foi o gótico, num período de maior tranquilidade e de maiores recursos materiais que encheu as nossas cidades e vilas.

Se não temos uma catedral de Paris ou de Chartres, temos uma Abadia de Alcobaça, uma Sé de Évora, uma cidade de Santarém, um Mosteiro da Batalha e tantos outros monumentos religiosos e civis.

Depois quando Portugal se lançou ao mar dando vida à sua sina de marinheiro, como as outras nações europeias estruturou a língua, colocou nas linhas góticas já em decadência os seus sonhos: esfera armilar, cruz de Cristo, motivos náuticos, flora e fauna do Continente e das terras, até então, ignotas, e o próprio mar.

Façamos aqui uma pausa. Ajoelhemos reverentemente perante a memória daqueles que partiram «da ocidental praia lusitana por mares nunca de antes navegados».

O Mosteiro dos Jerónimos debruçado sobre as águas salgadas do mar — do mar que une a Europa à África e à América — é o monumento mais ecuménico de Portugal. Dali, daquele local sagrado pelas lágrimas dos que ficaram, partiu Cristo nas caravelas de Portugal para o Mundo desconhecido. Se Roma é a cabeça da Cristandade, Lisboa pode bem ser considerada os seus braços. Os Jerónimos são o templo da Lusitanidade, que não morre nem pode morrer. Dessa Lusitanidade que vive na África, na Ásia, na América: nos templos católicos espalhados por aqui e por acolá, quais velas brancas que os ventos não conseguirão rasgar; na religião de Nosso Senhor Jesus Cristo que tem promessas de vida eterna; na arte e nos costumes; no próprio sangue desses mundos longínquos corre sangue de Portugal. Vou mais além, atrevo-me a dizer: os Jerónimos são o poema mais universal, são as portas do Mundo desconhecido, são o templo da Humanidade.

A Torre de Belém, convite cristão a Mafoma, com o Convento de Cristo em Tomar e as Capelas Imperfeitas são faróis de Portugal para o Mundo. Todo este estilo chamado manuelino é uniforme e mostra a unidade nacional e a vocação ecuménica de Portugal.

Ali, bem perto de nós, na Espanha o estilo isabelino todo ele representativo da velha nobreza de Castela debate-se com o estilo de Cisneros que pretendia um estilo de renascimento peninsular.

Veio o século XVII sem grandes espalhafatos. Compreende-se que assim fosse. A dormitação de sessenta anos e depois o esforço de defesa esgotaram muitos recursos. No entanto, do muito que já desapareceu, temos a sacristia do Colégio de Santo Antão, a inacabada Igreja de Santa Engrácia, a talha dos nossos templos e coches, a cerâmica ornamental e os muitos solares por todo o País.

O barroco com o grandioso Mosteiro de Mafra, a Capela de São João Baptista na Igreja de São Roque, a Basílica da Estrela e os palácios de modo singular os reais.

A ourivesaria, desde há muito notável, atinge fama universal com o estilo joanino e o mobiliário de madeiras exóticas multiplica-se em estilos diferentes.

Depois que em Portugal se esqueceram — principalmente no meio chamado cultural — as traves memoráveis da cultura tradicional, tanto a pintura como a escultura passaram para lugar de inferioridade relativamente à arquitectura.

Aquela só a partir do século passado, mais cá para os fins, é que começou a ser estudada em parte. Não foi estimada e compreendida, porque os astros sociais ainda se mantinham em semi-penumbra.

Salvaram-se alguns primitivos do aluvião. Outros foram arrastados pela corrente, por falta de compreensão dos homens públicos que consigo traziam qualquer coisa, a força diabólica da destruição. Não viram que a arte não é das esquerdas nem das direitas.

O Político de São Vicente, glória da pintura, esteve nas areias da praia e prestes a desaparecer no vasto mar do desleixo e da destruição.

Como já frisei, em poucas palavras, o valor nacional dos Gerónimos — abstendo-me de referenciar os Lusíadas de Camões por serem mais

conhecidos e estimados — quero chamar a atenção, resumidamente, para o significado e valor do Político de São Vicente.

Tem-se escrito e falado muito sobre este luminar da nossa pintura e muito se falará certamente.

Creio que por mais que se diga nunca se dirá tudo. No entanto temos de ver nele, para além duma técnica, uma alma — a de Portugal.

Se Leonardo deu à pintura uma psicologia nova e indecifrável; se Velasquez deu bondade ao vencedor de Breda, louvor ao trabalho nas Fiandeiras, volume e fundo às Meninas; o autor do Político de São Vicente foi muito além: representou uma nação, cantou as glórias dum povo, soube juntar a nobreza, o clero e o povo numa só alma. A cruz, a espada, a rede: vocação de Portugal. A terra, o mar: ambição dos portugueses.

E se alguém rasgar os manuscritos e livros de Portugal e deixar o Político poderemos dizer ainda: temos um arquivo temos uma biblioteca.

Ou ainda se fossem destruídos todos os quadros de pintura e deixassem o Político ainda poderíamos ter orgulho de proclamar bem alto: temos um museu de pintura.

A escultura eternamente esquecida ainda jaz abandonada. Ainda se mantem a convicção de que Portugal é pobre em escultura. Temos orgulho de possuir uma escola de pintura flamenga muito rica e não temos a coragem de sair deste marasmo. A outra pintura que anda dispersa por essas igrejas e capelas não tem quem se interesse por ela. E neste desleixo terrível têm sucumbido muitos quadros de valor.

A pobre escultura — como dama abandonada — não encontrou um magriço que a estudasse e a mostrasse tal qual ela é.

A escultura tumular e a das portadas dos templos têm já alguns estudos de mérito.

A outra escultura — principalmente a dos altares — não foi ainda estudada. Será por ser sacra? Talvez. Não andarás aqui um pouco de maçonaria ou preguiça?

Lancemos de relance um olhar para Espanha. São inúmeros os livros publicados a descrever, classificar e identificar as esculturas de altar. Os museus, como o de Valladolid e o Marés de Barcelona, são mais que suficientes para nos elucidarem da maneira como se tem salvo e estima a escultura de altar.

Ora, nós temos muitos e bons escultores. Quem estudou a fundo e exaustivamente, por exemplo, a obra do Mestre Pero ou do Mestre João Afonso?

E mesmo dos outros que se lhe seguiram?

A escultura sacra não pode ser estudada só à base da técnica — se os panejamentos caem ou não com arte, se as expressões falam ou não aos sentidos exteriores — mas tem de ser estudada nas suas causas e de joelhos. E estas causas encontram-se radicadas na Bíblia e acompanham a história dos tempos. Portanto, sem primeiro se conhecer tudo isso e muitas outras coisas, não se poderá afirmar que a escultura portuguesa é pobre.

A escultura sacra é acima de tudo um livro, uma teologia, uma apologética. Tem uma missão muito sublime: transmitir aos homens pensamentos nobres, coisas divinas, eleva-los ao Céu.

O materialismo é sempre perigoso em arte e catastrófica na crítica.

Urge, pois, um estudo aturado e profundo à escultura dos templos.

As escolas de escultura têm de começar por estudar a escultura sacra antiga. Os alunos têm de conhecer as razões dos porquês desta época e daquela. Têm mesmo de ser orientados com aulas teóricas e práticas dentro dos templos, em frente das imagens.

E os professores estarão preparados para tal? Não haverá materialismo, e racionalismo a mais nos mestres? Não sei, o futuro dirá.

Temos uma escultura rica e muito digna de ombrear com a da qualquer outro país.

No tempo dos pintores primitivos existia já nas nossas igrejas o bom gosto pela escultura.

Se formos ver, há a par da pintura de quinhentos e seiscentos uma escultura semelhante às personagens da pintura. É um São Marcos ou um São Lucas duma colecção particular em Évora, um São Sebastião em Salvaterra de Magos, um São Bernardo em Almoester.

Serão cópias das personagens do Político feitas mais tarde ou serão uma escola da época do Político de São Vicente?

Não temos de nos admirar de que os escultores reproduzissem na escultura o retrato de pessoas célebres.

Na Sacristia da Igreja Matriz de Azambuja está uma Santa Luzia que é a reprodução escultórica de D. Maria II.

MALES SEM REMÉDIO

Em Portugal a partir da Revolução de 1820, ou melhor, desde que se abriu a porta aos ventos estrangeiros, que a Cultura Portuguesa começou a sofrer angustiosamente no corpo e na alma.

A reforma encetada no reinado de D. José I não foi orientada a bem dos interesses nacionais. Ela trazia consigo questões pessoais, ambições estranhas e o gérmen da destruição.

Muito embora parecesse, a alguns, o melhor caminho aquele que se seguiu, hoje podemos avaliar, sem paixões, quanto de negativo trouxe.

Depois das grandes reformas levadas a efeito por D. Maria I vem a lei da expoliação dos conventos. Esta não foi outra coisa que o fruto de pressões estrangeiras, má formação de alguns e cobiça de outros.

Conventos, igrejas com os seus recheios, bibliotecas e muitos outros monumentos ficaram sujeitos ao vandalismo dos homens e dos tempos.

Ao estudarmos as nossas cidades e vilas vemos que, no século passado, em quase todas elas destruíram pelourinhos, fortalezas, conventos, solares, fontes, templos e outros monumentos. Mártires foram: a cidade de Santarém, as cidades e vilas do Alentejo. Em Évora, por exemplo,

o convento do Paraíso onde trabalharam artistas famosos foi demolido para se fazer um jardim. Tudo parecia acabar: o espírito e o corpo de Portugal cristão.

OS ANTIQUÁRIOS

Quem está habituado a visitar, de vez em quando, as casas de venda de antiguidades encontra sempre peças novas e a falta de outras que já foram vendidas. Se formos ver, a maior parte dessas são de valor artístico ou estimativo. São pinturas antigas, imagens sacras, paramentos, castiçais, talha de altares, cálices e outros objectos que vieram dos nossos templos. Algumas coisas vieram com licença eclesiástica, outras sem ela e muitas foram roubadas.

Todas estas coisas que estavam ontem ao culto são adquiridas hoje para os fins mais variados.

São, no geral, adquiridas por estrangeiros que as levam para os seus respectivos países — Alemanha, Inglaterra, Holanda e América do Norte.

Sabemos que os americanos têm dinheiro, mas não têm uma tradição artística; os outros países, no geral de credo protestante, destruíram a arte cultural de muitos séculos. Por outro lado hoje criou-se o gosto pelo antigo: uns para coleccionar outras para ornamentar as habitações. Tudo isto vem depois a originar roubos nos templos, como há bem pouco tempo aconteceu à Igreja de Benfica do Ribatejo, a uma Capela de Alcácer do Sal, a uma Capela nos arredores de Évora e a tantos outros templos.

Li uma carta vinda da Baía, Brasil, para um antiquário de Lisboa onde se pedia a este para guardar todos os objectos de prata anteriores ao século passado.

Num antiquário de Lisboa estavam à venda as seguintes peças de prata: uma imagem de Nossa Senhora com o Menino ao colo, do século XV;

duas cruzes paroquiais, muito bem trabalhadas, do século XVII. Estas peças e outros do género não estão expostas ao público. Estas foram mostradas a uma pessoa para as classificar e recolheram logo a um lugar escondido. Houve depois alguém que foi comunicar o facto a uma entidade oficial que superintende para que as coisas fossem compradas para um museu ou ao menos inventariadas. Como o preço das mesmas fosse um pouco elevado e não houvesse verba disponível as coisas, segundo me disseram, foram para o estrangeiro.

No meio de tantas misérias há casos animadores. Há três anos também se encontrava à venda num dos antiquários uma cruz paroquial de prata lavrada que foi adquirida para uma das paróquias de Lisboa.

Um sacerdote comprou também num antiquário um cálice como sendo de bronze por duzentos e cinquenta escudos e depois mostrou-o a um outro sacerdote que viu que era de prata de boa época com serrilha.

De vez em quando a imprensa diária anuncia obras de arte de metais preciosos e com dados históricos.

É conhecidíssima a ourivesaria de Santa Filomena, em frente do Jardim Zoológico, no anúncio de peças ricas da nossa ourivesaria.

Também, há quase dois anos, num antiquário estavam dois quadros, pintura a óleo sobre tela, e alguns móveis de estilo com destino à Holanda pelo preço de cento e sessenta mil escudos.

Corre de boca em boca o caso do aparecimento dum quadro atribuído a Murillo que foi comprado por dez escudos, depois vendido por cento e cinquenta, por dois mil e quinhentos, por vinte e cinco mil e finalmente por trezentos mil escudos para o estrangeiro.

Um crucifixo de marfim, do século XIV, fora adquirido numa igreja por seiscentos escudos e vendido por um antiquário a um coleccionador por cem mil escudos.

Os compradores ambulantes têm armazéns cheios de coisas que não expõem, mas são vendidos directamente para o estrangeiro.

Num desses armazéns estavam, em Novembro passado, ricas imagens estofadas dos séculos XVI e XVII e muitas pratas antigas com a etiqueta do país a que se destinavam.

Há anos quando um agente da Polícia de Viação e Trânsito fiscalizava uma furgonete carregada de imagens veio a descobrir-se os autores duma série de roubos perpetrados nas dioceses de Viseu e Guarda. Mas, infelizmente, já não foi possível recuperar muitas imagens artísticas, com estimativa e história, por terem sido vendidas para o estrangeiro.

IMAGENS QUE DEVIAM ESTAR AO CULTO

A maior parte dos nossos templos encontram-se esbulhados das imagens com arte e história. No seu lugar estão imagens de gesso, feitas em série por um santeiro qualquer. As boas, de bons escultores como dos Mestres, Pero, João Afonso, das Alhadas, de Arouca, Diogo Pires-o-Velho, estão ou no estrangeiro ou nas casas dos coleccionadores. As dos escultores renascentistas também já desapareceram.

As do século XVIII, para cá estão dia a dia a desaparecer: umas vezes por se encontrarem vítimas de maus restauros, outras vezes por darem lugar a outras, de gesso, oferecidas por supostos benfeitores da paróquia. E quantas vezes para se executar o mandato dos «virtuosos» com as Santas Ritas, São Judas, Santas Filomenas, etc.

Nos cantos húmidos, encontram-se muitas a desfazer-se. Na Penha de França, por exemplo, as melhores imagens encontram-se fora dos altares, arrumadas em arrecadações.

Na Conceição Velha a veneranda imagem da Senhora do Restelo é ofuscada por uma Santa Filomena jazente, sobre o altar.

A Senhora d'Oliveira, padroeira da capela na rua de São Julião é preterida a uma Santa Rita vestida de crepes negros.

Paremos um momento. Porque não é colocada no templo dos Gerónimos a Senhora do Restelo que está na Conceição Velha? Poderia bem ser superiormente proclamada com toda a solenidade — em Cortes da Nação — Padroeira da Lusitanidade.

Voltemos ao assunto. — Em Penha Garcia existe uma imagem da Senhora do Leite da escola do Mestre João Afonso, datada de 1469. Esta rica imagem já por várias vezes esteve negociada, mas o povo sempre interferiu a tempo e conseguiu salvá-la. Há quatro anos a pedido de alguém foi a referida imagem inventariada por decreto do Ministério da Educação Nacional.

Em Monsanto, aldeia mais portuguesa, há trinta anos foi substituída a imagem da Senhora d'Azenha — de pedra de Ançã, século XVI, escola de Coimbra — por uma de sorrisos e de pintura colorida. O povo, que nestes casos é génio, não se contentou com o facto e sempre mostrou o seu desagrado, em palavras e actos, pelo atentado feito à imagem que veneravam com tanta devoção. No ano passado, por generosidade de alguém que a mandou restaurar, a Senhora d'Azenha voltou, depois de trinta anos, ao seu altar do Azinhal.

Na vila de Palmela, carregada de história, estava uma bela imagem, de Santiago, padroeiro da Ordem do mesmo nome com a sede no Castelo desta vila, arrumada a um canto a deteriorar-se. O caso foi comunicado ao Sr. Director do Ensino Superior e Belas Artes que imediatamente actuou no sentido de recolher a um museu.

Na Igreja do Espírito Santo, Évora, foram dadas a um particular várias imagens. Entre elas sobressaía uma imagem da Senhora da Conceição do Renascimento.

Também em Alcácer do Sal se encontra uma rica imagem de Santiago arrumada a um canto duma arrecadação.

Foi também em Alcácer do Sal que o rapazio se introduziu na Igreja dos Frades, monumento nacional, e danificou as imagens que lá se guardam.

Em Proença-a-Nova e em Idanha-a-Nova as imagens padroeiras, de boa época e bem conservadas foram substituídas por outras muito inferiores.

No concelho de Benavente entre muitas imagens vendidas e queimadas, há dezassete anos foi vendida uma de Nossa Senhora que estava ao culto e que o povo ainda hoje chora.

No Museu de Mafra está uma imagem que fora comprada numa igreja por seiscentos escudos. Depois o Director do Museu, por intermédio de outro pároco, soube do caso e comprou-a ao antiquário para o Museu por um preço muito superior. O antiquário já lhe tinha arrancado as tintas e encerado.

RESTAUROS

No geral os restauros deixam pouco a desejar. Feitos mais para evitar despesas, que para conservar, acontece que se substituem — sem um estudo crítico do estilo e do valor — talhas, mármore por estuques. Outras vezes com a tentação de reintegrar os monumentos na traça primitiva cometem-se grandes barbaridades. Arrancam-se altares, destroem-se capelas laterais, mudam-se ou tapam-se portas, arrancam-se azulejos. Estas coisas são no geral vendidas para o ferro velho. E esquecem-se os responsáveis que tudo isso fazia parte da história do edifício.

No Convento de Almoester, onde a arte de vários séculos se tinha desdobrado em altares de ricas talhas, foi vítima da reintegração: os altares desapareceram para dar lugar a umas paredes nuas.

Da Igreja Matriz do Torrão trouxeram para a Exposição do Mundo Português toda a talha do altar-mor. Depois esta talha que deveria ter voltado ao mesmo lugar, conforme se prometera, foi vendida a vários particulares.

Foi vulgar, no século passado — conforme nos diz Ramalho Ortigão no Culto da Arte em Portugal — a destruição premeditada de monumentos quer religiosos quer civis.

Nos nossos dias ainda se repetem, infelizmente, tais vandalismos. São às vezes estações arqueológicas que desaparecem por maldade, só com o medo de que o Estado intervenha e o proprietário venha a perder o domínio da propriedade.

Um convento, que fora erguido em acção de graças por Nuno Álvares ter recebido uma graça, foi dinamitado pelo proprietário porque lhe diziam que iria ser declarado monumento nacional.

Em Idanha-a-Nova foi destruída uma capela, à entrada, quando se vem de Castelo Branco, que não obstava, como se opinou, ao trânsito.

Lá se debatem hoje ainda na lamentável tentativa de destruir, em Penha Garcia, a Capela do Espírito Santo, invocando o alargamento da rua. Porventura querem transfromar povoações antigas, de ruas estreitas, em avenidas modernas? Um dia mais tarde as gerações condenarão estes lamentáveis cortes. E a Capela da Senhora da Saúde, aqui, não está ameaçada? Em Penha Garcia o Castelo assente sobre altaneiras rochas — no género único no País — está dia a dia a ser destruído. Os próprios rochedos eram cercados de muralhas. Dentro destas, outrora existiram várias construções que já desapareceram. Restam ainda as paredes da muralha por estarem a servir de paredes a casas. A torre de menagem foi destruída em toda a volta em mais de três metros nestes últimos anos. Uma outra pequena fortaleza, no cume de outro monte, onde estava a força, desapareceu completamente. Penha Garcia — rica, como nenhuma outra povoação no País em belezas naturais, rochas altaneiras se levantam, do leito do rio Ponsul, orgulhosamente para o céu — está a ser depauperada por não se marcar uma zona de protecção às belezas naturais.

Monsanto também todo assente em rochas encontra-se em perfeito abandono: casas tradicionais caídas; casas que se constroem à maneira do Estoril perto da torre.

Salvaterra de Magos, para quem o liberalismo foi um ciclone, viu fontes abandonados ou destruídas, os restos do Palácio, monumentais chaminés escondidas adentro de construções mais que modernas, Capela Real abandonada e desmantelada das suas talhas.

Foi ainda há bem pouco tempo, nos últimos meses do ano passado ou já princípios deste, que numa povoação alentejana um empreiteiro de estradas tirava pedras das muralhas e as lançava na estrada que andava a fazer.

Entremos, agora, nas ruas desta linda Lisboa. Ela é admirada pelo turista não por ser como as outras capitais, mas precisamente por ser diferente nas suas igrejas, nas suas casas, nos seus miradouros e jardins.

Mas ultimamente a cobiça de maior ganância conduz à destruição de prédios com estilo digno de ficar.

Nas costas da estátua de Luís de Camões está uma montra de vidro, feita não há muito, segundo me parece, a quebrar a harmonia da praça.

Na Praça do Príncipe Real também uns caixotes à americana vem estragar a beleza daquela praça.

A abertura de Bancos leva, por vezes, à modificação de prédios, no rés-do-chão, com a aplicação de madeiras e barras metálicas que nos dão a impressão de remendos de saragoça em colchas de damasco.

No restauro de imagens sacras há também muito a lastimar. A veneranda imagem da Senhora da Conceição, de Vila Viçosa, foi há uns oito anos encarnada por um artista que destruiu a cor trigueira e antiga.

A Senhoda d'Atalaia, do Montijo, foi a restaurar ao norte do País. Veio de lá mil vezes pior do que foi. Ninguém estudou a imagem. E assim uma imagem de majestade do século XVI, foi pintada como se fosse feita por um desses santeiros vulgares, sem cultura e gosto.

No distrito de Castelo Branco andou por lá um pintor ambulante, de trazer por casa, de paróquia em paróquia. Muitos párocos, num entusiasmo pouco houroso para a classe, deixaram destruir, nas imagens que mandaram restaurar, ricos estofados para lhes aplicar umas tintas foscas e uma purpurina dourada.

Em Reguengo do Fetal aconteceu que conservaram os estofados antigos e substituíram apenas as encarnações.

Agora estamos já a assistir a um descalabro terrível. Muitos não entendendo o que o Concílio Vaticano II disse sobre a Sagrada Liturgia vão ao ponto de destruírem altares, púlpitos, pias baptismais, etc.

As imagens, por vezes de grande devoção, são tiradas dos seus respectivos lugares. Isto, infelizmente, está a dar-se com frequência, não é um ou dois casos, são muitos. E se os superiores eclesiásticos não acudirem urgentemente, pode acontecer que amanhã seja tarde.

Façamos justiça a todos aqueles que têm defendido o nosso Património: aos Fundadores e Continuadores desta Instituição, Associação dos Arqueólogos Portugueses; a D. Fernando II, esposo de D. Maria II, e tantos outros.

TEMOS DE RECONHECER AS FALTAS DO PASSADO

Temos que admitir que existiu e existe mesmo nos nossos dias qualquer coisa que não está certa no ensino laico e religioso. Aquele carece de espírito e este de técnica e de forma geométrica.

A tão apregoada simplicidade para a arte sacra é muito perigosa em arte. Digo perigosa por que pode levar o artista a uma visão errada e lançá-lo, como acontece com frequência, num subjectivismo materialista.

Por exemplo, os architectos destas últimas décadas não conseguiram ainda resolver os portais dos templos. Para eles a porta dum templo

católico contém apenas uma função semelhante à de qualquer edifício onde se costuma reunir muita gente. Outro exemplo, poderíamos dar, dos fundos da capelo-mor. Outrora simbolizava a corte celeste, o trono de Deus.

Os templos modernos em razão da nudez dos interiores e da falta de imagens autênticas não dizem nada aos fiéis.

Não sou contra a arte moderna, pelo contrário, gostaria de ver arte moderna dentro do espírito verdadeiro, exigido para a arte. Por outras palavras, gostaria de ver primeiro os artistas com uma boa formação religiosa para darem à arte a alma. Se as portas de tantos templos são portas de garegem ou de cinema não temos que nos admirar. São por estas que os artistas mais entram. Existe também uma preocupação nos arquitectos de enquadrar os templos na arquitectura local. Ora a grande preocupação deveria ser a de enquadrar os templos no espírito reliligioso.

Na iconografia e na pintura a nossa sensibilidade esgota-se, melhor, definha-se. Aquelas manifestações expressivas tornam-se ridículas, abstracções intrincadas e inexplicáveis. Os artistas não têm fé e por isso dela carecem as suas criações.

Todos os estilos deram uma resposta ao materialismo. A arte só será arte na medida em que se afastar do materialismo.

O românico convidava ao recolhimento; o gótico convidava a elevar o espírito para o Céu; o renascença a procurar a beleza nas coisas; no barroco o lovor a Deus através da ornamentação, resposta à simpleza protestante.

E hoje que será, que nos diz a arte? Lá virão os tempos futuros, com a sua crítica... Não sei se com esta arte, da muita arte que por aí anda, conseguiremos subir um pouco.

ALGUNS REMÉDIOS URGENTES

I — *Na colaboração de todos*

Ainda que estas simples palavras não revistam o aspecto duma solução definitiva e mesmo atendendo ao conjunto complexo do nosso Património creio que terá de haver para já uma autêntica colaboração das dioceses e do Estado.

E todos temos de compreender que não se trata do património desta ou daquela entidade, mas sim do património da Nação com toda a sua realidade religiosa, histórica e étnica.

Em Portugal a arte religiosa sobrepõe-se em qualidade e quantidade a qualquer outra arte. Disto não temos que nos admirar. O contrário é que seria para nos envergonhar, pois Portugal, foi sempre católico.

Se faltar, pois, a boa colaboração da Igreja, do Estado e dos particulares, as coisas continuarão a ir para o estrangeiro e para os antiquários.

II — *Na elaboração de inventários*

Para já deve proceder-se em todas as dioceses e distritos à confecção de inventários. Não inventários de número — destes estamos a sofrer as amargas consequências — mas de qualidade com crítica feita por pessoas competentes. Não se deve entender por pessoas competentes aquelas que estão à frente das coisas, isto é, pessoal de repartições públicas e párocos, etc. Mas duas ou mais pessoas devidamente cónscias percorrerão as dioceses e os distritos. Não deixando de se interessarem pela arte e pela história das coisas. Monumentos civis, templos, iconogra-

fia, pintura, mobiliário, cerâmica, talha, paramentos, objectos de metal desde os cálices de ouro ou prata aos castiçais de estanho ou bronze.

Fazer também um inventário do arquivo, descrevendo, se possível, o resumo dos manuscritos mais importantes. Decifrar as inscrições lapidares.

Das coisas de maior valor juntar fotografias, plantas, medidas, etc.

Nos metais preciosos é importante mencionar o peso.

Destes inventários, diocesanos ou distritais, seria formado, com as melhores coisas, o inventário nacional.

III — *Organização de museus*

Estes seriam diocesanos ou distritais. Nada impede que uma paróquia tenha o seu museu. Seria bom que todas o tivessem. Não tendo peças suficientes poderia optar-se por biblioteca-museu.

Tanto no diocesano como no paroquial terá de fazer-se uma selecção.

Salas para obras de arte de estilo mais elevado e salas para obras de arte popular. Tudo tem lugar num museu desde que se lhe saiba dar o devido lugar e classificação. Às vezes o bom gosto na disposição supre muitas faltas.

Quando o museu contiver coisas doutras paróquias tenha-se em conta colocar nas mesmas a indicação de que pertencem a esta ou aquela paróquia ou até mesmo a um particular.

Não obstar que as mesmas coisas saiam para as paróquias quando a necessidade obrigue, por motivo de qualquer festa, por exemplo.

Assim desaparecerá aquela oportunidade de explorar o caso como vulgarmente tem acontecido.

IV — *Comissões de arte*

Estas comissões de arte podem revestir muitos aspectos de acção: conservar o património, orientar artistas, promover academias, fazer

conferências, organizar museus, fazer exposições, escrever artigos e livros, promover a atribuição de prémios, etc.

Entre as várias comissões diocesanas ou distritais deve existir uma perfeita colaboração por meio de reuniões mensais ou anuais, semanas de estudo, congressos, etc.

Manter o contacto com outros países por meio de trocas de correspondência escrita e congressos internacionais.

Era para desejar que existissem oficinas de restauro e que se tivesse uma ou duas tipografias para editar obras e uma revista de nível nacional.

Também era para louvar que existisse um fundo nacional para a aquisição de obras de arte que fossem aparecendo.

V — *No ensino*

Nos estabelecimentos de ensino — escolas primárias, médias e superiores — tenha-se em conta, conforme o desenvolvimento intelectual dos alunos, o seguinte:

- a) Dar aos alunos uma cultura artística suficiente e criar-lhe o gosto pelo belo.
- b) Ter um critério bem formado acerca do valor da Cultura Portuguesa. Não a desprezando para preferir outra.
- c) Estimar a História e a Tradição portuguesas. Conhecer as fontes da arte, mormente da arte sacra, da tradição eclesiástica e popular.
- d) Conhecer as exigências litúrgicas de cada época e as leis que orientaram e orientam a arte.
- e) Ser zeloso e acérrimo defensor do património nacional.

Já se fez alguma coisa e o que se está a fazer na Faculdade de Letras com D. Fernando de Almeida, ilustre Professor, é digno de admiração.

VI — *Educação popular*

Fazer-se um plano de educação popular através da imprensa, da rádio, da televisão, visitas a museus e exposições, etc.

Isto só será possível na medida em que todos se convençam de que a cultura vale mais que o dinheiro.

O cinema teria também um grande papel a realizar neste campo.

E já que falo de cinema, permitam-me que chame a atenção para o que se tem passado com algum cinema chamado português. Será de facto honroso mostrar bebedeiras, misérias morais, pobreza, no cinema? Que pretendem os realizadores, com estas misérias todas? Agradar aos de dentro ou aos de fora?

Deve-se criar no povo o gosto pela colecção. Assim, aquelas coisas de família, que vêm de geração em geração, podem ser estimadas quase religiosamente.

INFORMAÇÕES

Extractos das Actas das Sessões

da

Assembleia Geral

Secção de Pré-História

Secção de História

Comissão de Heráldica e Genealogia

Comissão de Numismática e Sigilografia

Noticiário

Relatos dos jornais

Movimento de sócios

Extractos das Actas das Sessões

ASSEMBLEIA GERAL

Mesa eleita em 12 de Julho de 1963

Presidente — *Prof. Doutor D. Fernando de Almeida*

1.º Vice-Presidente — *Dr. João Couto*

2.º Vice-Presidente — *Ten.-cor. Afonso do Paço*

Secretário-Geral — *António Machado de Faria*

1.º Vice-Secretário — *Dr. Joaquim Alberto Iria*

2.º Vice-Secretário — *Prof. Joaquim Correia*

17 de Outubro de 1964 — *Sessão inaugural do novo ano de trabalhos* —
O Dr. João Couto proferiu uma conferência intitulada «A propósito dos alabastros de Nottingham», começando por dizer que os alabastros pertencentes a esta Associação lhe haviam sugerido a palestra que ia fazer. Afirmou que os escultores de figuras em alabastro tiveram grande aceitação nos séculos XIII, IV e XV e, antes mesmo, já a Inglaterra os vendia. Observou que a indústria, no entanto, decaíu com a reforma religiosa e que, depois daquela reforma, as esculturas em alabastro se espalharam por toda a Europa. Fez, ainda a propósito, algumas considerações sobre a colecção do Museu Nacional de Arte Antiga e referiu-se às peças por ele adquiridas quando dirigiu este Estabelecimento. Esta conferência foi ilustrada com projecções.

19 de Novembro de 1964 — Mário de Sampaio Ribeiro fez uma comunicação intitulada «Quem era o Bispo Cirilo Franco cuja opinião o Rei D. João IV impugnou na «Defensa da Música Moderna»».

Referiu-se à malograda edição desta obra, feita pela imprensa da Universidade de Coimbra e mostrou um exemplar do que se chegou a imprimir. Leu uma carta do célebre teórico italiano João Baptista Doni que mostra ter sido D. João IV uma autoridade no campo da Música.

Falou dos juízos emitidos acerca da «Defensa» e do facto de não se haver publicado em português.

Informou que, contra o que D. João IV julgou, o Cirilo que assinou a carta por Aldo Manucio, nem foi bispo nem se chamou Cirilo Franco e que tal carta já viera a lume três anos antes do indicado na «Defensa». Tudo evidencia que D. João IV foi enganado pela pessoa a quem deve ter recorrido para identificar o enigmático Cirilo.

17 de Dezembro de 1964 — Por impossibilidade do Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, que se encontrava ausente de Lisboa, o Ten.-cor. Afonso do Paço leu a comunicação com que o Presidente da Associação se inscreveu e se intitulava «A propósito dos resultados das escavações de 1964». Escreveu o Prof. Doutor D. Fernando de Almeida: «Já tivemos ocasião de referir, em uma das sessões, os principais resultados obtidos nas escavações realizadas no ano corrente: na Ilha do Pessegueiro (materiais romanos abundantes), em Idanha-a-Nova («vila rústica» romana com mosaicos) e em Idanha-a-Velha. Nesta última localidade sobressaem uma estatueta romana do séc. I a. C. em madeira de azinho, única no Ocidente, bem como a roda de um carro, caroços de azeitona, de cereja e de ameixa, grainhas de uva, juntos todos no fundo de um poço romano onde, também, apareceu um dente e uma espinha de peixe do mar. Não referimos, nessa resenha, uma curiosa fíbula. Pela raridade, deu aso à nota que a seguir juntamos, assinada pelo nosso colaborador Octávio da Veiga Ferreira e por nós.

A mencionada nota foi assim redigida:

«Fíbula ornamentada de Idanha-a-Velha — Em Idanha-a-Velha (concelho de Idanha-a-Nova), desde que ali iniciámos escavações metódicas, muitos materiais têm surgido e de toda a espécie, desde arquitectónicos a epigráficos, cerâmicos, jóias e objectos de bronze e de ferro, numismas, etc., outros tantos monumentos a atestarem a riqueza da vetusta «Civitas Igaeditanorum» dos Romanos, a Egitânia dos períodos suévicos e visigóticos, a Idanha-a-Velha da actualidade. Cabe-nos agora

trazer a público uma jóia de cobre aparecida na última campanha; merece-nos um pouco de atenção, não só pela sua raridade em Portugal como também nos ornatos curiosos que a decoram. A jóia em causa é uma fíbula com mola típica das fíbulas anulares hispánicas; o fusilhão foi curvado no início mas está direito na parte final onde encaixa na bainha. Esta é comprida e de secção semi-circular. Toda a superfície do arco e base das bainhas estão ornamentadas com técnica incisa. O arco leva nos bordos e a todo o comprimento uma ornamentação constituída por traços oblíquos, irregularmente. A base da bainha mostra uma série de desenhos incisos a formarem X, separados por dois traços paralelos. Todos os desenhos foram feitos a punção. A jóia está completa e pode ser utilizada ainda hoje. A mola é estreita, apenas com sete espiras, ficando o arco da fíbula centrado por baixo da última volta, que faz um arco. Este tipo de mola espiralada encontra-se nas fíbulas romanas e nas de botão das sepulturas de Charvais, no Marne, de Huenebur, de Jogasses, Camp d'Afrique, etc.; porém a fíbula de Idanha não é de botão mas de bainha, muito embora as fíbulas que terminam em botão também tenham bainha. A ornamentação da base da bainha lembra, pela técnica, a empregada na aba dos capacetes célticos, como, por exemplo, no de Aljezur.

Apesar desta aparente filiação em fíbulas da última Idade do Ferro, estamos convencidos que a fíbula da Idanha, agora apresentada, será um produto romano ou, pelo menos, da época da chegada dos primeiros Romanos ao lugar onde fundaram a capital da «Civitas Igaeditanorum»; esta era constituída por um povo essencialmente celta, como um de nós demonstrou ao interpretar duas centenas de inscrições ali recolhidas.

Por outro lado, a cerâmica pintada aliada à descoberta de ídolos de osso com figuração humana estilizada, tão comuns na Idade do Ferro da Península Ibérica e igualmente encontrados em Idanha-a-Velha, devem por isso ter continuado mesmo depois da ocupação de Roma. E assim, não nos custa nada aceitar que a jóia agora descoberta tenha sido feita por um artifice de origem céltica, trabalhando ainda sob inspiração e técnica deste povo, muito embora talvez ela viesse a ser usada por senhores togados.

Parece-nos, pois, muito útil a publicação desta jóia encontrada no território dos Egidetanos, mais exactamente nas ruínas da que foi a sua principal povoação.»

O Ten.-cor. Afonso do Paço falou largamente da carreira do Prof. Doutor D. Fernando de Almeida como arqueólogo, salientando os principais trabalhos que tem feito e que são muito apreciados não só no País como no Estrangeiro.

13 de Janeiro de 1965 — O P.^o Eng.^o André Glory proferiu uma conferência relativa à «Técnica da Pintura Rupestre», localizando-a desde há setenta mil anos. Apresentou os processos primitivos utilizados pelos homens de então, e, depois, nas épocas mais recentes. Disse que a arte nasceu da emoção da caça e do divino; as figuras gravadas nas rochas deverão estar na origem das pinturas. Explicou as formas simples empregadas na reprodução das gravuras e pinturas paleolíticas nas cavernas, detendo-se, nomeadamente, nas representações das grutas de Lascaux. As gravuras mostram a utilização de linhas curvas; as pinturas apresentam uma silhueta de infra-estrutura cheia por uma tinta monocromática. O ilustre conferencista patenteou os seus conhecimentos sobre a técnica das pinturas rupestres e o modo da sua percepção servindo-se de projecções de diapositivos. No final, o Rev.^o P.^o André Glory perguntou se alguém desejava fazer qualquer objecção ou esclarecer dúvidas. O Doutor D. Fernando de Almeida pediu-lhe, então, que interpretasse o que vira na gruta do Escoural, no Alentejo, quanto à técnica ali usada. Disse o ilustre arqueólogo francês ter sido empregada ali a técnica solutrense, segundo a forma dos chifres dos bovídeos; além disso existe um litofone, peça sonora utilizada nas cerimónias de culto; as estalactites foram preparadas tirando-se-lhes lascas, de forma a produzirem sons vários quando percutidas. O eminente conferencista, justamente considerado o sucessor do P.^o Henri Breuil, foi vivamente aplaudido pela numerosa assistência que o escutou.

28 de Janeiro de 1965 — Com o título «Matriz sigilar do século XIII alusiva ao Convento de S. Domingos de Santarém», o sócio efectivo Dr. Gabriel Rocha Souto fez uma comunicação, começando por descrever a grave situação de crise do Mundo Católico no final do século XII e as medidas tomadas pelos Pontífices para a reforma dos costumes.

Traçou sucintamente a vida de S. Domingos de Gusmão, nascido em Castela em 1170 e analisou pormenorizadamente a criação da Ordem dos Pregadores, fundada pelo referido Santo.

Considerou os fins de S. Domingos, a sua acção durante a «Guerra dos Albigenses», a expansão da Ordem dos Pregadores e a sua introdução em Portugal, em 1217, por acção de D. Frei Soeiro Gomes, companheiro de S. Domingos.

Aprofundou a questão dos conflitos entre o Rei D. Afonso II e suas irmãs, os problemas surgidos com D. Frei Soeiro Gomes e com o Clero e a excomunhão e morte do Monarca em 1223.

Estudou a supremacia alcançada pela Ordem dos Pregadores no final do reinado de D. Afonso II, passando de Alenquer para Santarém, onde se estabeleceu o primeiro convento pròpriamente urbano dos Frades Dominicanos em Portugal.

A supremacia alcançada pela Ordem da Verdade acentuou-se logo no princípio do reinado de D. Sancho I, em 1223.

Entretanto, em 1221, D. Frei Soeiro fora eleito Provincial da Ordem em toda a Espanha, incluindo Portugal.

Em 1223 fundou-se, em Santarém, o Convento de Monte Irás, logo seguido pelo começo de outro, no sítio da Madalena, mais próximo da vila, mosteiro que existiu até o século passado e foi extinto em 1824.

Descreveu a igreja e mosteiro no local da Praça de Touros, actualmente em demolição.

E, voltando ao século XIII, tratou desenvolvidamente da acção da Ordem de S. Domingos e do Prior D. Gonçalo de Origiis.

Aprofundou a fundação do Mosteiro de S. Domingos das Donas, de Santarém e descreveu, finalmente, a matriz do «selo» do referido Prior D. Gonçalo de Origiis, achado no século passado numas escavações em Santarém, projectando vistas em filme, contendo elementos arqueológicos que novamente foram encontrados nas obras de demolição da Praça de Touros de Santarém.

25 de Fevereiro de 1965 — O Dr. Eduardo da Cunha Serrão leu uma comunicação acerca dos «Resultados de escavações recentes feitas na Lapa do Fumo», de colaboração com o arqueólogo architecto Gustavo Marques, em 1964.

Depois de acentuar que os trabalhos foram consequência de uma bolsa concedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, referiu que a gruta é uma estação arqueológica notável. Mostrou, com projecções, os diversos cortes efectuados durante as explorações, onde se desenham estratigrafias que descrevem várias tumulações e ocupações que abrangem um lapso de tempo de cerca de 4000 anos, facto que coloca a Lapa do Fumo numa posição de excepcional relevo no aspecto arqueológico.

Explorando as várias camadas dispostas em andares e analisando os materiais que continham, entre os quais figuram exemplares únicos, outros raros, puderam identificar: «restos de cozinha» dos primeiros ocupantes; uma camada não violada e, portanto, preciosa para o estudo de diversos problemas arqueológicos, atribuível a povos que, há cerca de 4200, 4100 anos, tumulavam os cadáveres cobrindo-os de ocre vermelho, ritual funerário ainda usado por muitos primitivos actuais da África, América e Oceânia. A esta camada sobrepunham-se, sucessivamente, tumulações

das culturas do Campaniforme (1800 a.C.) e do Bronze avançado (1400 a 800 a.C.), ambas caracterizadas pelos seus estilos cerâmicos típicos e estratos correspondentes a ocupação no «ferro céltico» (700 a 300 a.C.) que aí deixaram armas, adornos e vasos decorados com ornatos brunidos. Nas camadas superficiais recolheram ainda materiais lusitano-romanos e moedas muçulmanas que foram estudadas pelo especialista em numismática muçulmana José Rodrigues Marinho, que identificou espécimes raros cunhados no tempo do amir almorávida Ali ben Iuçufe (1106 a 1128 de J. C.), além de outras moedas de Almotamid, rei de Sevilha, do califa de Córdoba Hiram II, etc.

18 de Março de 1965 — «Arqueologia e História. Ideias antigas e factos novos. A escavação do dólmen das Castenairas, Vila Nova de Paiva. As primeiras decifrações aceitáveis da escrita ibérica e as suas prometedoras consequências», foi o título da comunicação feita pelo Dr. Leonel Ribeiro.

Relatou a escavação que ele e a Dr.^a Vera Leisner fizeram do dólmen das Castenairas, junto à povoação de Fráguas, concelho de Vila Nova de Paiva, dando conta dos materiais recolhidos segundo os processos mais modernos. Mostrou as plantas do monumento, em grande pormenor, deu a conhecer o melhor do seu riquíssimo espólio em sílices (alguns dos mais belos e perfeitos que se têm encontrado no País) e em cerâmica, alguma campaniforme, e manifestou a opinião de que, em face da riqueza e dos factos novos que aquelas escavações e recolha revelaram, se impõe completar o estudo dos dólmenes da região, começado há anos pelo Prof. Doutor Leite de Vasconcelos e pelos esposos Leisner, alguns dos quais foram incompletamente escavados e carecem de ser revistos segundo os métodos modernos.

Na segunda parte da comunicação, somente da sua autoria, o Dr. Leonel Ribeiro deu conta do estado em que se encontram os seus estudos da escrita indígena pré-romana, vulgarmente chamada «ibérica», e indicou uma série de leituras novas cuja grafia indígena é o nome de povoações actuais já registadas por autores gregos e romanos, tais como as legendas indígenas de: S. Feliu de Guixols-a Cypsela de Avieno; Percuna-Obulco; Liria — (Leiria), Laure(na); Artesa, Ardéa — Sagunto; Cousuegra — Consábura (Toledo)à Oba, Obba-em Cord-Vba e OSSON-oba (Faro); Evion(a), possivelmente a Tróia de Setúbal; e Candicon, o santuário do Júpiter calaico-asturiense CANDIEDO.

Enquanto apontava as próprias legendas indígenas, o Dr. Leonel Ribeiro ia desfazendo erros nos alfabetos anteriores, de H. Hübner ao Prof. M. Gómez-Moreno e isolando alguns dos verdadeiros valores fonéticos agora comprovados pela leitura das legendas que, finalmente, começam no presente a entender-se.

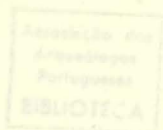
6 de Maio de 1965 — O Dr. João Albino Pinto Ferreira fez uma comunicação inteitulada «Numão Pré-Histórico (Inventariação de machados de pedra e de cobre ali encontrados)». Após breve referência à importância desta estação arqueológica, o Dr. Pinto Ferreira expôs o objecto da comunicação, constante de 221 machados de pedra polida, pelo próprio inventariados e cujos desenhos mostrou por meio de projecções luminosas. Informou, ainda, que estes machados fazem parte da valiosa colecção do ilustre numantino. Insistiu, finalmente, na necessidade de intensificar os estudos desta estação arqueológica tão rica em espécies arcaicas, contribuindo para dissipar o denso nevoeiro que envolve o passado da cidade de Numão.

24 de Junho de 1965 — O Ten.-cor. Afonso do Paço leu uma comunicação da sua autoria e da do Dr. Joaquim Baçal Leal, relativa ao «Castelo da Lousa-2.ª e 3.ª campanhas de escavações».

Começou por agradecer à benemérita Fundação Calouste Gulbenkian, em seu nome o do Dr. Joaquim Baçal Leal, os subsídios concedidos para os reconhecimentos arqueológicos que estão a fazer no Castelo da Lousa, situado no concelho de Mourão, sobre a margem esquerda do Guadiana.

Nas três campanhas efectuadas conseguiu-se determinar um curioso fortim romano, de forma rectangular, com 23,50 metros de comprimento por 18,50 metros de largura. Fica assente sobre um penhasco xistoso que para o fim foi aplainado na parte superior e ao centro se abriu uma cisterna de cerca de 8 metros de profundidade. O seu traçado, que é bastante curioso, apresenta afinidades com certas fortalezas construídas na fronteira do Reno, não se conhecendo presentemente, na nossa península, qualquer coisa semelhante. Baseados em diapositivos coloridos, os dois arqueólogos deram a conhecer algumas fases da escavação, os muros que ainda restam, com cerca de 2 metros de altura e que separam os diversos compartimentos, uma escadaria de acesso à muralha, as seteiras de que estava provida, e o talhe da pedra que ainda em alguns pontos apresenta o almofadado característico da construção romana.

Os reconhecimentos da campanha de 1963 e 1964 permitiram estabelecer o traçado do fortim, que nas faces Norte e Leste se encontra muito destruído mas a Oeste e Sul ainda apresenta panos de muralha com cerca de 4 metros de altura. Das vizi-nhanças do forte conhece-se um denário romano da República e no seu interior recolheu-se em 1963 uma moeda ibérica de bronze, cunhada entre 42 a 36 a.C. na COLONIA VICTRIX JULIA LEPIDA (CELSA), actual VELILLA DE EBRO da província de Saragoça, em Espanha. A sua antiguidade pode, assim, remontar ao século I



antes de Cristo. Dos materiais recolhidos encontram-se no Museu de Conimbriga, para serem estudados por especialistas deste estabelecimento, os bronzes, as cerâmicas campanianas e sigillatas. Dentre estas são curiosos os fragmentos de uma bela taça provida de pé, que em grande parte poderá ser reconstituída. «Pondus», cossoiros, fragmentos de ânfora e de outras cerâmicas, bem como moinho de mão, etc., encontram-se já arrecadados no Museu de Évora, preparado com materiais arqueológicos do distrito.

No final, foi projectado, pelo Senhor José António Simões Fernandes, um filme de 8 milímetros, colorido, por ele feito no decorrer da escavação em 1964.

15 de Julho de 1965 — Encerramento do ano de trabalhos. O Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, Presidente da Associação, fez uma comunicação acerca de «Uma inscrição romana de Vila Viçosa dedicada à deusa Salus», a propósito de uma inscrição encontrada perto da referida vila e que pertence ao Museu da Casa de Bragança, instalado no Castelo pela Fundação da mesma Casa.

Recordou a origem antiquíssima do culto a esta divindade abstracta. Leite de Vasconcelos, nas suas «Religiões», cita quatro inscrições na Lusitânia espanhola. Esta, de Vila Viçosa, não foi conhecida do Mestre.

Depois de várias considerações sobre o culto de Salus, apresentou ainda uma comunicação sobre uma pedra visigótica encontrada nas obras a que se procede na Igreja Paroquial de Santos-o-Velho, em Lisboa, onde repousam os restos de três irmãos, os Santos Mártires dos princípios do século IV: Júlia, Veríssimo e Máximo. Segundo a tradição, o espólio dos Mártires teria estado primeiramente na praia e D. João II tê-los-ia mandado transferir para o Convento das Monjas de S. Tiago. Esta pedra, um ábaco visigótico, praticamente intacto, levou o Doutor D. Fernando de Almeida a supor ter já existido no século VII um templo no local onde agora repousam os restos dos Santos, isto é, na Igreja de Santos-o-Velho.

23 de Novembro de 1965 — *Sessão inaugural do novo ano associativo* — O Dr. Eduíno Borges Garcia proferiu uma conferência subordinada ao título: «S. Gião: Descoberta e estudo arqueológico dum templo cristão-visigótico na região da Nazaré», acompanhando a sua exposição com diapositivos. Depois do estudo prévio a que procedeu, com base na análise da planta de um vetusto pardeeiro da Quinta de S. Gião (Nazaré), no estudo dos anos e dos motivos decorativos, a campanha de escavações, dirigidas em colaboração com o Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, trouxe novos e interessantes elementos, que revelou detalhadamente. Afirmou que

a descoberta deste monumento, que data do século VII da nossa era, constitue um raro atractivo para a região da Nazaré. Finalmente disse que depois do restauro deste glorioso templo se impõe a criação de um Museu e a transformação do actual caminho de areia em estrada por onde possam transitar automóveis.

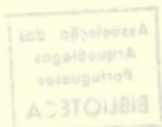
16 de Dezembro de 1965 — O Eng. Doutor Octávio da Veiga Ferreira apresentou, relativa a «Alguns achados Arqueológicos», uma comunicação, durante a qual mostrou, por meio de diapositivos, os pendentes «canelados» da gruta das Salemas, comparando-os a outros que foram descobertos em Espanha, como os de Barranc del Castellet, Cueva de La Pastora, Los Lloletes de Alcoy, Torre Manzanar, etc. Prosseguindo, apresentou a estatueta de terra cota da estação pré-histórica da Comporta (Grândola), descoberta pelo Dr. Leonel Ribeiro, que deu explicações sobre o achado. Apresentou, depois, as jóias de ouro do Bonabal (Torres Vedras), constituídas por um bracelete penanular e uma série de hélices de ouro. Em seguida, mostrou o célebre vaso com gomos, de Alenquer, o vaso de bronze e as asas de braseiro de Torres Vedras. O vaso de bronze pertence aos jarros piriformes tartéssicos e tem analogias com os encontrados em Espanha ultimamente, estudados pelo Prof. Garcia y Bellido. Foi apresentada, depois, a estatueta de bronze representando a divindade *Fortuna*. Foi encontrada entre Dois Portos e Sobral do Monte Agraço pelo Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, por Leonel Trindade e pelo apresentante. Fez-se a comparação com os elementos conhecidos em Portugal, como as estatuetas da *Fortuna*, do Museu Leite de Vasconcelos. Por último foram apresentadas duas fotografias de uma estatueta em bronze pertencente a Jorge de Almeida Monteiro, do Bombarral, e foi encontrada nas Caldas da Rainha e vendida para Espanha. Parece representar um Neptuno ou talvez um Hércules. Estava a ser estudada pelo Doutor D. Fernando de Almeida, por Jorge de Almeida Monteiro e por Veiga Ferreira.

20 de Janeiro de 1966 — Leu uma comunicação intitulada «A região arqueológica de Negrals», o Dr. Eduardo da Cunha Serrão. Descreveu uma original e extensa estação arqueológica, localizada por ele e pelo arqueólogo Eduardo Prescott Vicente, a cujo estudo procediam de colaboração. Mostrou em projecções as diversas jazidas, que se situam nos campos de lapíis que cercam a aldeia de Negrals (Sintra), a mais vasta com cerca de 160 000 metros quadrados de superfície e comentou o abundante espólio recolhido, do Paleolítico superior, Neolítico e Calcolítico com campaniforme. Ao norte destas jazidas exploraram ainda uma habitação atribuível à idade do Ferro. O grande interesse geológico dos campos de calcário lapializado da região, posto em

relevo, já há muito, por Paulo Choffat e Ernesto Fleury, é agora valorizado pela documentação de natureza arqueológica que oferecem, pelo que conviria fossem protegidos, especialmente em certas zonas onde se faz, intensamente, a extracção de blocos de calcário com fins comerciais, que ameaça destruir alguns rochedos antropomórficos e zoomórficos que mostram indícios de que, entre outras funções (abrigo, oficina de instrumentos de sílex), o lapiás de Negrais foi objecto de cultos primitivos de litolatria. Tal prática não seria de estranhar devido à região arqueológica mencionada se encontrar no território (Ocidente Ibérico) onde brilhou, há 4500 anos, a Cultura Megalítica Atlântica.

24 de Fevereiro de 1966 — O Dr. Francisco de Simas Alves de Azevedo fez uma comunicação acerca dos «Monumentos heráldicos de Santa Isabel de Aragão, rainha de Portugal». Disse que os monumentos heráldicos da Rainha Santa se podem dividir em dois grupos: aqueles que lhe são contemporâneos e que teriam existido mesmo que não se tratasse de uma Santa, e os póstumos, que o seu culto e a sua canonização fizeram aparecer. Referiu-se às características heráldicas de uns e de outros e aludiu ao valor de fonte heráldica dos do primeiro grupo, valor muito superior aos do segundo. Procurou, também, indicar qual a verdadeira forma das armas de Santa Isabel.

24 de Março de 1966 — Pelo Dr. Manuel de Carvalho Moniz foi feita uma conferência em que se ocupou de «O Foral Afonsino de Évora — 1166». Promovendo esta conferência, em sessão extraordinária, a Associação dos Arqueólogos Portugueses tomou parte nas comemorações do centenário da fundação de Évora. O Dr. Carvalho Moniz começou por explicar a razão por que escolheu para tema da sua oração o *Foral Afonsino* concedido a Évora por D. Afonso Henriques no dia 28 de Abril de 1166. Desenvolveu depois os motivos por que o nosso primeiro monarca outorgou um foral a Évora logo no ano seguinte à conquista da cidade, comparando com a situação das cidades de Santarém e Lisboa, a quem só foi concedido foral em Maio de 1179. Analisou as circunstâncias que certamente levaram D. Afonso Henriques a conceder a Évora o foral da cidade de Ávila, dissertando sobre as condições geográficas, económicas, políticas e militares desta cidade, apreciando-as em correlação com as de Évora. Referiu-se ao problema de quem teria concedido o foral a Ávila e o porquê do desaparecimento deste «fuero». Disse que D. Afonso Henriques concedendo a carta foral a Évora, teve o propósito de «restaurar e povoar» a cidade, lançando as bases indispensáveis para atrair à região alentejana uma



população estável. Para isso, concedeu os mais variados privilégios e isentou de encargos importantes os vizinhos de Évora, passando, depois, à enumeração e estudo desses privilégios. Falou da expansão do foral de Évora e dos outros três tipos de cartas, segundo a classificação de Alexandre Herculano, para acentuar a grande projecção do foral eborense nas regiões do sul da Beira e em quase todo o Alentejo, e, ainda, o valor extraordinário do seu estudo para um perfeito conhecimento da estruturação das instituições medievais portuguesas.

28 de Abril de 1966 — O P.^o João Pires de Campos apresentou uma comunicação relativa à «Necessidade urgente de defender o nosso património nacional (arqueológico e histórico)». Traçou o panorama do estado em: que se encontra o País, tanto no desprezo de monumentos e objectos de muito apreciável valor, como no empobrecimento notado dia a dia pela saída para o Estrangeiro de peças notáveis, quer de escultura e ourivesaria, quer de outra natureza, porquanto entende se deve fazer uma campanha para salvar o património arqueológico, histórico e artístico, tão menosprezado. De tudo apresentou bastos e claros exemplos.

30 de Abril de 1966 — Com o título «Arqueologia Industrial — Os Moinhos», proferiu uma conferência, em sessão extraordinária, o Eng. João Miguel dos Santos Simões. Começou por justificar o título do trabalho como homenagem à memória de Sousa Viterbo — «o mais fecundo trabalhador intelectual que jamais houve em Portugal» — iniciador, há setenta anos, dos estudos da Arqueologia Industrial Portuguesa. Em todos os países civilizados se tem desenvolvido extraordinário interesse pela investigação da história das técnicas, particularmente daquelas que estão na base das realizações industriais dos nossos dias. A arqueologia industrial é, portanto, uma subdivisão da arqueologia geral, preocupando-se com os monumentos que testemunham a evolução da paleotécnica. Interessam acima de tudo as instalações que têm por finalidade o aproveitamento das energias cinéticas naturais — muscular, hidráulica e eólica — para a produção de «força motriz», elemento fundamental da produção industrial. São os moinhos de água, os moinhos de vento, os vários engenhos para elevação de água, todos os processos que o *homo faber* foi criando, transformando-se no *homo technicus*, senhor da produção e distribuição dos bens de consumo. Passou o conferencista, depois, a analisar o caso de Portugal no que respeita à *molinologia* — termo recentemente criado para definir a disciplina que tem por finalidade o estudo dos moinhos — passando em revista os vários tipos de engenhos que se encontram no nosso país e que constituem uma importantíssima parcela do

património tecnológico da Europa. Na verdade, Portugal é provavelmente o país do Mundo que maior quantidade e variedade de moinhos possui, muitos ainda em trabalho activo. É evidente que o chamado progresso técnico-económico tende a fazer substituir esses processos tradicionais por outros — que, por sua vez, também virão a ser substituídos — mas esse movimento natural não deverá aniquilar pura e simplesmente os testemunhos do passado. Nos países mais adiantados da Europa é onde justamente mais se protegem os velhos moinhos, e, caso que só abona em favor da inteligência e cultura dos responsáveis, é a grande indústria moageira que mais eficazmente contribui para o estudo e protecção dos seus antepassados. Oxalá esses exemplos fossem seguidos em Portugal, para prestígio da própria indústria moderna. O orador, seguidamente, ilustrou as suas palavras com diapositivos, através os quais exemplificou a sequência das várias técnicas, salientando por forma especial os raríssimos e verdadeiramente extraordinários Moinhos de Marés, hoje universalmente considerados como arquétipos. Alguns dos que ainda se mantêm em trabalho datam pelo menos do século XII e têm que ser urgentemente classificados como Monumentos Nacionais. Finalmente, apelou para a assistência no sentido de ser dado todo o apoio à Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, cuja finalidade é precisamente dar aos Portugueses a consciência do valor dos seus moinhos, protegê-los e estudá-los, integrando esses estudos no âmbito da Arqueologia Industrial.

26 de Maio de 1966 — O Dr. José Timóteo Montalvão Machado apresentou uma comunicação intitulada «Amores de D. Pedro e D. Inês em terras da Lourinhã». Descreveu as diversas fases daqueles amores e particularmente a mais longa, de seis anos, em que D. Pedro se instalou no seu paço da Serra, a par da Atouguia, e D. Inês residiu, com seus filhos, na próxima aldeia do Moledo. Referiu-se, depois, ao possível casamento dos dois amorosos, apresentando novos argumentos para se descerrar da veracidade de tal matrimónio. Finalmente, por meio de projecções, interpretou a seu modo cada uma das dezoito edículas da rosácea que ornamenta o facial da cabeça do túmulo de D. Pedro.

SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA

Mesa eleita em 31 de Outubro de 1963

Presidente — *Ten.-cor. Afonso do Paço*
Vice-Presidente — *Maxime Vaultier*
Secretário — *Dr. Eduardo da Cunha Serrão*

*

30 de Novembro de 1964 — Comunicou o Ten.-cor. Afonso do Paço o resultado obtido nas escavações que efectuou, subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, no Castelo de Lousa (Mourão) e no Castelo do Giraldo (Évora), às quais procedeu de colaboração com o Dr. Joaquim Bação Leal na primeira estação mencionada, que forneceu grande quantidade de materiais, especialmente cerâmicas.

No Castelo do Giraldo os materiais exumados permitiram-lhe conhecer o grau de civilização das primeiras populações neolíticas aí estabelecidas, às quais sucederam outras que construíram uma muralha, podendo-se distinguir, ainda, uma fase medieval, facto que coincide com a lenda de haver partido dali Giraldo Sem Pavor para a conquista de Évora em 30 de Novembro de 1165.

O Dr. Carl Harpsøe informou que no verão anterior procedeu a algumas escavações, em colaboração com membros da Sociedade Portuguesa de Espeleologia, na Lorga de Dine, gruta situada no distrito de Bragança, a qual serviu de necrópole nos últimos tempos pré-históricos e deu conta dos resultados obtidos. Mostrou e documentou alguns materiais exumados, destacando entre eles os cerâmicos, alguns com decorações originais, como, por exemplo, a que se vê num interessante vaso antropomórfico. Pontas de seta pedunculadas, de jaspes, de tipo pouco vulgar entre nós; contas de colar de calcário e calaite; um coçoiro de serpentina, são os artefactos

mais destacados entre os outros, que formam conjunto atribuível ao eneolítico peninsular, permitindo a cerâmica estabelecer alguns paralelos com outras cerâmicas peculiares cujas influências chegaram à Dinamarca entre os anos 2000 e 1800 a. C.

Todos os materiais referidos vão ser estudados pelo seu grupo e outros foram submetidos à apreciação dos especialistas dos Serviços Geológicos de Portugal e do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto. O espólio será depositado no Museu Regional Abade de Baçal, em Bragança, dirigido pela Dr.^a Maria de Lourdes Bártolo.

O Dr. Eduardo da Cunha Serrão apresentou um vaso cerâmico fabricado pelos actuais indígenas da região de Ambrizete (Angola), que, pela forma, pasta, processo de fabrico e decoração, se assemelha muito aos vasos campaniformes do eneolítico europeu, estes produzidos há mais de três milénios.

15 de Dezembro de 1964 — A Dr.^a Margarida Andreatta deu a conhecer os resultados dos seus trabalhos no dólmen de Bairros (Paços de Ferreira), que permitiram salvar algum espólio que os trabalhos agrícolas estavam a fazer perder por completo e que consta de uma enxó pulida e de vários fragmentos de cerâmica. Fez a descrição do dólmen e respectiva galeria, que iam ser destruídos e se puderam ainda salvar em parte.

Agradeceu a todas as entidades que lhe facilitaram os seus estudos em Portugal, respondendo o Presidente, Ten-cor. Afonso do Paço, que referiu a sua dedicada e competente colaboração através de muitas visitas e trabalhos em comum durante o estágio que fez em Portugal, desejando-lhe felicidades na cátedra que vai ocupar no Brasil e na qual, certamente, não deixará de conceder um lugar especial à arqueologia portuguesa.

O Ten-cor. Afonso do Paço deu a conhecer duas comunicações do Prof. D. Fernando de Almeida, uma referindo a cobertura da catedral de Idanha-a-Velha e a sua transformação em museu, graças aos subsídios da Fundação Gulbenkian e outra sobre os trabalhos decorrentes no teatro romano de Lisboa, encontrado durante as remoções de entulho feitas em seguida ao terramoto de 1755.

Prosseguindo, comunicou o resultado da 21.^a campanha de escavações na Citânia de Sanfins, na qual pela primeira vez se trabalhou em grupo com elementos especializados em vários ramos, o que permitiu um excelente trabalho de colaboração entre todos, com óptimos resultados.

O P.^o João Pires de Campos referiu-se a uma visita que fez a Idanha-a-Velha, elogiou os trabalhos ali efectuados e descreveu, a propósito, vários casos

de fontes e pontes romanas destruídas, sugerindo que a Associação inste, cada vez mais, junto das autoridades e autarquias locais no sentido de se evitar tão lamentáveis destruições.

O Dr. Leonel Ribeiro apresentou uma série de fotografias de dois vasos encontrados na estação eneolítica da Comporta, que são de grande interesse para a cronologia dessa época e para o estudo da sua área cultural, pois, sendo de tipologia rara mas concreta, tem réplicas conhecidas em estações que vão das embocaduras do Tejo e Sado à costa malaguenha e às costas do Norte de África e Egipto, tudo isto juntamente com a grande variedade de cerâmica daquela estação e a sua grande riqueza em esculturas de barro, levando cada vez mais à ideia de que a nossa época neo-eneolítica não é a resultante de simples desembarques episódicos de culturas alheias, mas, e principalmente, o foco muito activo e muito duradouro de uma vasta área cultural que se estendia pelas zonas costeiras do Mediterrâneo Ocidental e do vizinho Atlântico ao Norte do Estreito e, talvez, também ao Sul do mesmo. Pelos factos que vão surgindo, cada vez mais se é levado a crer numa cultura de povos predominantemente litorais, pescadores e marisqueiros, dotados já de grande actividade marítima e de rápido poder de deslocação de porto a porto.

12 de Janeiro de 1965 — Maxime Vaultier falou do grande valor da gruta do Escoural, visitada recentemente pelo Abade Glory e Dr. Manuel Farinha dos Santos, na qual foram identificadas pela primeira vez em Portugal pinturas rupestres atribuídas ao Paleolítico. Referiu-se, também, ao interesse das quatro conferências proferidas pelo mesmo arqueólogo francês na Associação dos Arqueólogos Portugueses, na Faculdade de Letras de Lisboa, na Sociedade de Geografia de Lisboa e na Fundação Calouste Gulbenkian.

O Ten.-cor. Afonso do Paço chamou a atenção para a louvável atitude da Comissão Organizadora das Comemorações do VI Centenário da Elevação de Cascais a Vila, a qual se não esqueceu do aspecto arqueológico do concelho, incluindo no programa uma conferência e a publicação de alguns trabalhos acerca de pré-história da região. Fez votos para que as grutas de Cascais, Alapraia e S. Pedro do Estoril fossem preparadas por forma a se patentearem e para que os respectivos espólios se exponham no Museu do Conde de Castro Guimarães com o merecido realce.

Informou o Dr. Mário Pires Bento que no I Colóquio de Turismo do Concelho de Almada se levantou o problema do inventário das estações arqueológicas da região e de um plano de prospecções.

8 de Abril de 1965 — O Dr. Carl Harpsøe informou que o Dr. Teles Antunes, da Faculdade de Ciências de Lisboa, estava a proceder ao estudo paleontológico do espólio recolhido na Lorga de Dine, em Trás-os-Montes, e já identificara a presença de lobo, urso, hiena e rinoceronte, além de elementos da fauna actual.

Informou, também, que se efectuaram duas fases de estudo na gruta de Ibn-Ammar I, situada na freguesia de Estômbar, do distrito de Faro. Apresentou algum espólio aí colhido, como enxós, peças trabalhadas em calcáreo, conchas, uma ponta de seta de cobre e um objecto que julga inédito, presumindo que se trata de um molde para fundição de botões, de época ainda não determinada.

11 de Maio de 1965 — O Dr. Leonel Ribeiro falou da necessidade de se reverem os estudos de Estácio da Veiga, Hübner, Cartailac e outros, acerca dos diversos subsídios deixados por Frei Manuel do Cenáculo, relativos a materiais arqueológicos, inscrições pré-romanas e antiguidades diversas, em descrições e desenhos, que carecem de ser interpretados à luz dos novos conceitos.

Discutiu, depois, certos aspectos do problema da localização da Atlântida, que, por determinados indícios, se adapta ao ambiente arqueológico da região central do litoral português.

O Ten.-cor. Afonso do Paço apresentou um relatório dos P.^{es} Dr. António Augusto Tavares e Donato de Almeida e Cunha acerca das investigações a que procederam na Orca do Seixinho, em Vila Nova de Paiva, dólmen que Leite de Vasconcelos explorou e onde, agora, foi possível recolher novos materiais.

Referiu-se, em seguida, a um conjunto de espirais de ouro encontradas por um agricultor em 1960 na propriedade de Montes Claros de Baixo, freguesia do Vimieiro (Arraiolos), jóias notáveis pela sua grande antiguidade, as quais foram, recentemente, adquiridas pela Junta Distrital de Évora e cuja interpretação se está a fazer.

Aludiu, ainda, a uma visita que fez com o Doutor D. Fernando de Almeida e Eng. José Farrajota a uma propriedade adquirida no Algarve pela Empresa Luso-tour para fins turísticos, na qual se situa a vila romana do Cerro da Vila, onde urge fazer explorações. Acentuou a louvável atitude da Empresa que, ao contrário do usual, recorreu aos arqueólogos para valorização do património arqueológico nacional.

João de Lemos Seixas Castelo-Branco apresentou um notável exemplar da indústria vidreira lusitano-romana, um frasco com gargalo e asa em impecável estado de

conservação, por ele encontrado numa sepultura com tampa de mármore e cintas de ferro na Herdade da Comenda da Igreja (Montemor-o-Novo).

O Dr. Eduardo Serrão levantou alguns problemas relativos à cultura do vaso campaniforme na Península Ibérica, acentuando as divergências entre os conjuntos de algumas estações, especialmente entre as de feição cultural de Cienpozuelos e as do litoral atlântico, consequência de um movimento de expansão e de refluxo, salientando, ainda, várias modalidades de conjuntos que se verificam no resto da Europa.

18 de Junho de 1965 — O Dr. Mário Pires Bento, na qualidade de membro do Instituto da Arte da Construção Civil, agradeceu o bom acolhimento dispensado aos sócios daquela Instituição quando visitaram o Museu desta Associação, onde foram amavelmente recebidos e acompanhados pelo Secretário-Geral, António Machado de Faria.

O Ten.-cor. Afonso do Paço fez considerações sobre a maneira como decorreu o IV Colóquio Portuense de Arqueologia, tendo os trabalhos apresentados oferecido o maior interesse científico, o que muito prestigiou o Centro de Estudos Humanísticos anexos à Universidade do Porto e Faculdade de Letras da mesma cidade. Referiu-se, também, a uma viagem de estudos realizada pelo Instituto Internacional de Castelos, cujos membros, durante oito dias, percorreram o nosso País e visitaram alguns castelos e monumentos da zona litoral do centro e norte, assim como a Citânia de Sanfins, onde os acompanhou. Também lhe mereceu elogios a acção da Junta Distrital do Porto, que, na sua última sessão, deliberou proceder ao inventário das relíquias arqueológicas e históricas do distrito, tendo a respectiva comissão de trabalhos reunido já, debaixo da presidência do Professor Doutor Luís de Pina.

O Dr. José Fernandes Ventura apresentou um relatório dos resultados das prospecções a que procedeu na bacia do Degebe no verão de 1964, onde recolheu expressivos materiais, principalmente nas estações neolíticas de Barreirão do Colmeal, Outeiro da Francisca, Outeiro da Rocha da Loba e estação romana do Ribeiro da Pipa, tendo sido postos a descoberto, nesta última estação, restos de colunas de mármore, e exumados mosaicos, tijoleiras, telhas e cerâmicas de vários tipos.

13 de Julho de 1965 — O Dr. Cunha Serrão descreveu as características páleo-etnográficas de uma cultura datável dos meados do 3.º milénio a. C., que conseguiu identificar numa gruta dos arredores de Sesimbra (Lapa do Fumo), com uma bolsa que lhe foi concedida pela Fundação Calouste Gulbenkian. Na escavação e trabalhos complementares colaborou o Arquitecto Gustavo Marques, sendo abundante a documen-

tação que ambos obtiveram para estudos biológicos, sedimentológicos, datação pelo método do carbono 14, etc. Os materiais descrevem uma cultura anterior à do vaso campaniforme (que, na mesma gruta, se sobrepõe, estratigráficamente, e da primeira se distingue com nitidez), com artefactos de pedra e osso, objectos de culto e de adorno originaes, nos quais se reflectem influências da cultura megalítica do ocidente peninsular. Do ritual funerário das populações respectivas faziam parte fogos purificadores e a deposição de ocre vermelho sobre os cadáveres.

O Ten.-cor. Afonso do Paço apresentou o programa dos trabalhos a que brevemente iria proceder e que são: 22.ª campanha de escavações na *Citânia de Sanfins*, subsidiada pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Fundação Calouste Gulbenkian; 28.ª campanha no Castro de Vila Nova de S. Pedro, subsidiada pela citada Direcção-Geral, e 4.ª campanha na fortificação romana conhecida por Castelo de Lousa (Mourão), subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian e de colaboração com o Dr. Joaquim Bação Leal.

9 de Dezembro de 1965 — A Dr.ª Vera Leisner apresentou um estudo sobre investigações que, desde 1934, com seu marido, o notável arqueólogo Georg Leisner, foi feito nas regiões montanhosas da Beira Alta, onde verificaram a existência de cerca de 50 dólmenes de vários tipos arquitectónicos, alguns bem conservados ainda. Em 1964-1965, a Dr.ª Vera Leisner procedeu ao levantamento de plantas e alçados dos monumentos em causa, projectando iniciar as primeiras explorações no verão de 1966, de colaboração com colegas portugueses.

O Dr. Eduardo Serrão recordou o recente achado do cromlech e menhir da Herdade de Almendres, publicados no «Diário Popular» e na «Lavoura Portuguesa», considerando este acontecimento arqueológico mais um valioso argumento favorável à origem portuguesa da cultura megalítica atlântica, uma vez que eram quase inexistentes menhirs em Portugal, em contraste com a abundância de dólmenes. Referiu-se à concordância com esta tese, manifestada por Gordon Childe na última edição da sua notável obra *The Dawn of European Civilization*, que vai ser traduzida para português, na qual equipara, em certos aspectos, a expansão cultural megalítica a partir das costas de Portugal, há mais de 4000 anos, à expansão correspondente aos séculos XV e XVI.

O Ten.-cor. Afonso do Paço apresentou algumas peças paleolíticas provenientes da região de Coruche — Herdade da Agolada — recolhidas pelo Dr. Rui de Andrade, destacando três unifaces do Acheulense que foram examinados pelo Dr. Georges Zbyszewski que, na mesma região já havia recolhido materiais do Paleolítico agora

depositados no Museu dos Serviços Geológicos. Acrescentou que se impõe a actualização da carta do Paleolítico Português, que subscreveu em 1940 com o falecido P.^o Eugénio Jalhay, trabalho esse que só poderá ser levado a efeito de colaboração com os Serviços Geológicos, em cujo Museu se concentram muitos materiais dessa idade pré-histórica.

25 de Janeiro de 1966 — O Ten.-cor. Afonso do Paço e o Dr. Joaquim Bação Leal apresentaram elementos para a datação da fortificação romana que têm escavado, o Castelo da Lousa (Mourão), os quais colocam essa fortificação entre os períodos do século I a. C. e o final do século I d. C.

O Ten.-cor. Afonso do Paço apresentou dois bifaces talhados em quartzite, atribuíveis ao Paleolítico inferior (Acheulense), recolhidos por Hipólito Cabaço nos arredores de Abrantes, os quais vêm enriquecer a colecção arqueológica daquela região.

Comentou, a seguir, um estudo do arqueólogo francês Padre Jean Roche, publicado no «Bulletin de La Société Pré-historique Française», com o título «Observations sur la stratigraphie et la chronologie des amas coquilliers mesolithiques de Muge (Portugal)», onde são apresentados cortes estratigráficos e resultados da datação dos concheiros de Muge pelo método do C. 14, sendo o mais antigo o da Moita do Sebastião, seguindo-se os do Cabeço da Amoreira e Cabeço da Arruda. No mesmo boletim figura outro artigo intitulado «La grotte ornée d'Escoural (Portugal)», da autoria do Padre Glory, Maxime Vaultier e Dr. Farinha dos Santos, que estuda as pinturas dessa gruta portuguesa, atribuindo-as ao Paleolítico superior.

João de Lemos Seixas Castelo-Branco apresentou um belo exemplar de ídolo placa de ardósia do tipo português, recolhido junto da mamoa da Anta Grande da Comenda da Igreja, em S. Geraldo (Montemor-o-Novo).

15 de Fevereiro de 1966 — O Dr. Carl Harpsøe fez uma comunicação referente aos resultados das prospecções que, com membros do «Departamento de Paleoetnologia da Sociedade Portuguesa de Espeleologia» tem efectuado na gruta Ibn Ammar (Estômbar). Mostrou desenhos e abundante documentação, especialmente sobre cerâmicas, demonstrativos do intenso labor do mencionado Departamento.

O Ten.-cor. Afonso do Paço apresentou vários materiais para apreciação e referiu-se a um esquema feito pelo arquitecto Fernando Lanhas no conjunto de treze cavidades rectangulares abertas na rocha, junto à capela, recentemente encontradas em Angeiras (Matosinhos), cuja aplicação se desconhece e de que é necessário impedir a destruição. Disse também que durante as escavações de 1965 na Citânia de

Sanfins, procedeu, com um aluno de escultura da Escola de Belas Artes de Roma, à reconstituição de várias cerâmicas de que mostrou desenhos, apresentando, ainda, desenhos dos materiais do Castelo de Lousa (Mourão), destacando-se um belo exemplar de taça de *terra sigillata*.

O arqueólogo João de Lemos Seixas Castelo-Branco comunicou que continua a recolher materiais junto da Anta Grande da Comenda da Igreja (Montemor-o-Novo), mostrando alguns deles, que foram bastante apreciados, especialmente instrumentos de diorite pulida, delicadamente talhados.

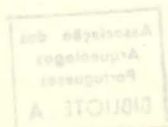
O Dr. Eduardo Serrão comentou a benéfica publicação do decreto-lei n.º 46 758, de 18 de Dezembro de 1965, que regulamenta o funcionamento dos Museus de Arte, História e Arqueologia, declarando que, anexa ao Museu Arqueológico de Sesimbra, que dirige, funcionará uma Secção de Estudos Arqueológicos, da qual também fará parte, com outros arqueólogos, projectando-se a publicação de um boletim do qual constarão as actividades da dita Secção de Estudos.

15 de Março de 1966 — O Dr. Leonel Ribeiro apresentou um estudo seu, publicado na revista espanhola *La Centinela*, de Consuegra (Toledo), com o título «Condabora Milenária», onde se refere a uma visita que fizera àquela localidade tão cheia de reminiscências e ruínas romanas. Disse que, pela leitura que fizera de algumas moedas ditas ibéricas, em que se regista o topónimo *Condhaobor*, este não é mais do que o *Consabron* dos Itinerários, donde se conclui que a actual Consuegra assenta num vocabulário indígena e, portanto, pré-romano. Tal leitura permitiu-lhe, também, determinar que a região fora um dos primitivos fulcros dos povos cantábricos.

O Engenheiro José Farrajota informou que encontrara um menhir junto da Quarteira, em terrenos da família Romal. É mais um exemplar de menhir algarvio a juntar a outros, mencionados por Estácio da Veiga.

O Dr. Carl Harpsøe falou da última visita de estudo que a Sociedade Portuguesa de Epeleologia fizera à gruta de Ibn Ammar e dos resultados científicos colhidos. Disse que a Municipalidade de Lagoa está intressada na conservação desta gruta, salientando que, no meio da indiferença, quando não hostilidade, que em todo o país se nota contra os monumentos arqueológicos, é de louvar o procedimento das autoridades daquela vila algarvia.

O Ten.-cor. Afonso do Paço e Dr. Fernando Nunes Ribeiro, de colaboração com o Eng. Francisco José Ribeiro de Barros, das obras da Base Aérea n.º 11, comunicaram pormenores de um cemitério luso-visigótico que se encontra naquela Base, situada nos arredores de Beja, ao proceder-se à construção de uma das suas pistas.



19 de Abril de 1966 — O Dr. Carl Harpsøe apresentou, em fotografias coloridas, aspectos de cortes estratigráficos que estudou na gruta do Sapo (Loures) e exemplares cerâmicos da gruta de Ibn Ammar (Estômbar).

O Dr. Leonel Ribeiro descreveu a viagem que recentemente fez a Espanha, com alunos finalistas do Liceu Nacional de Gil Vicente, havendo visitado diversos museus arqueológicos e contactado com ilustres arqueólogos do país vizinho.

O Ten.-cor. Afonso do Paço deu conhecimento de um recente trabalho apresentado pelos membros da missão anglo-francesa no Sudão, J. Chevaillon e J. Molley, na revista de «Société Préhistorique Française», no qual estudam uma indústria de bifaces e unifaces talhadas em seixos rolados encontrados nas margens do Nilo, com exemplos idênticos aos de muitas jazidas da costa do Continente e de Moçambique.

17 de Maio de 1966 — Os trabalhos iniciaram-se com a adesão à homenagem prestada na Póvoa de Varzim ao arqueólogo Rocha Peixoto, por ocasião do I Centenário do seu nascimento.

O Dr. Mário Pires Bento referiu-se a algumas antiguidades do concelho de Almada que merecem ser estudadas por especialistas. Acentuou que há já algum tempo vem pugnando por uma possível restauração de tais monumentos por parte das entidades interessadas.

O Dr. Leonel Ribeiro, a propósito da comunicação anterior, sugeriu a urgentíssima concretização da defesa da enorme quantidade de monumentos megalíticos existentes no país, índice da grande importância que a cultura pré-histórica respectiva assumiu no Ocidente Ibérico. Ele e a Dr.^a Vera Leisner, com quem está reunindo elementos para a elaboração da carta arqueológica dos megalíticos portugueses, pretendem propor que todas essas construções sejam consideradas monumentos nacionais.

O Dr. Eduardo Serrão apresentou e comentou alguns vasos cerâmicos da colecção etnológica reunida pelo etnólogo Dr. Luís Saldanha e que, ambos, estão estudando.

O Ten.-cor. Afonso do Paço referiu-se a um estudo do Prof. Desmond Clark sobre o Paleolítico da região de Luanda, publicado no último número das *Publicações Culturais* da Companhia dos Diamantes de Angola, a qual felicitou pelo acolhimento favorável que, na sua bela revista, dá à investigação arqueológica. Anunciou, depois, uma nova campanha de escavações que, com o Eng. José Farrajota, projecta levar a efeito, brevemente, na vila romana do Cerro da Vila, próximo da Quarteira.

21 de Junho de 1966 — O Dr. Leonel Ribeiro e a Dr.^a Vera Leisner apresentaram um relatório dos trabalhos que estão a efectuar, de colaboração, em três

monumentos megalíticos situados na freguesia de Carapito, do concelho de Aguiar da Beira.

O Ten.-cor. Afonso do Paço comunicou que vai elaborar a carta da distribuição em Portugal dos ídolos cilíndricos de calcáreo, objectos de culto típicos do Calcolítico, rectificando assim uma carta que vem publicada, com lacunas, pelo arqueólogo espanhol Luís Mora Figueroa, no Volume VII do *Noticiário Arqueológico Hispano*, 1965. Comentou, a seguir, materiais do Bronze Argárico que estudou com o Doutor D. Fernando de Almeida, exumados em Reguengos de Monsaraz, em sepulturas, e que pertenciam à colecção que o P.^o Nogueira recolheu na igreja de Nossa Senhora de Lagoa, em Monsaraz.

O Dr. Eduardo Serrão informou que, com o arqueólogo Eduardo Prescott, está a elaborar o plano de protecção da região arqueológica de Negrals, para ser apresentado à Câmara Municipal de Sintra.

8 de Julho de 1966 — A Dr.^a Vera Leisner e o Dr. Leonel Ribeiro comunicaram os resultados da escavação total de três monumentos megalíticos situados em Carapito (Beira Alta).

O Ten.-cor. Afonso do Paço referiu-se ao programa das escavações que projectava fazer no presente verão na Citânia de Sanfins, no castro de Vila Nova de S. Pedro e no Castelo de Lousa.

O Dr. Eduardo Serrão descreveu os resultados das prospecções que ele e o Arq. Gustavo Marques efectuaram na qualidade de membros da Secção de Estudos anexa ao Museu Arqueológico de Sesimbra, das quais resultou a descoberta de um castro do Calcolítico, próximo do Castelo daquela vila.

Maxime Vaultier fez uma minuciosa exposição do estado em que se encontram os trabalhos na gruta do Escoural, onde, independentemente das revelações feitas pelo Dr. Farinha dos Santos, pessoalmente descobriu gravuras e pinturas de grande interesse, além de, quando ali foi acompanhado pelo Abade Glory, terem identificado um silifone e também outras gravuras de alto valor.

SECÇÃO DE HISTÓRIA

Mesa eleita em 30 de Novembro de 1963

Presidente — Dr. João Couto

Vice-Presidente — P.^e Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos

Secretário — Ten. José de Campos e Sousa

28 de Outubro de 1964 — Fez uma comunicação sobre «Três peças curiosas de porcelana sínica de encomenda», pertencentes à colecção do Senhor Francisco de Barros e Sá, José de Campos e Sousa.

Traçando a biografia do Padre Jesuíta Luís Bourdaloue, pregador famoso no corte de Luís XIV, historiou a origem e o fabrico dos vasos sanitários femininos, cujo nome derivou do apelido daquele sacerdote. Citou diversos tipos de *bourdalons*, de cerâmica europeia e chinesa, descrevendo os dois da colecção Barros e Sá e referindo-se à utilização do vaso, desde o seu aparecimento no século XVII até a actualidade. Em seguida, descreveu minuciosamente uma xicara de café, de porcelana chinesa de encomenda, com decoração obstétrica, pertencente ao mesmo coleccionador e que constitui uma peça de extrema raridade debaixo dos aspectos artístico e médico.

O Dr. José Timóteo Montalvão Machado tratou, pormenorizadamente, do numeramento de fogos ordenado por El-Rei D. João III e da atitude benemérita e corajosa assumida por D. Frei Bartolomeu dos Mártires, em Braga, quando da epidemia da peste.

António Machado de Faria descreveu os trabalhos em que tomou parte como representante da Associação, na grande comissão que, a convite do Chefe do Estado-

-Maior do Exército, General Luís da Câmara Pina, apreciou, recentemente, o projecto de reorganização da heráldica militar portuguesa.

18 de Novembro de 1964 — O Dr. Francisco de Simas Alves de Azevedo comunicou as suas impressões sobre uma visita que fez, em Paris, ao Museu da História de França.

António Machado de Faria louvou a comunicação, salientando como os países mais adiantados procuram firmar-se no passado.

Referiram-se ao mesmo assunto os Drs. Montalvão Machado e Silva Correia, fazendo o último votos por que algo de semelhante se realize em Portugal.

16 de Dezembro de 1964 — José de Campos e Sousa congratulou-se com o aparecimento da obra biográfica «D. Afonso, 1.º Duque de Bragança», notável trabalho de investigação histórica da autoria do Dr. José Timóteo Montalvão Machado.

Prestou informações inéditas acerca da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, que, no reinado de D. Maria II, em plena revolta, promoveu o Coronel de Engenheiros Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (avô paterno do grande Joaquim Mouzinho de Albuquerque) à classe do generalato, com o posto de brigadeiro, e concedeu à viúva daquele malogrado estadista e académico ilustre o título de Viscondessa de Albuquerque. A facção vitoriosa, todavia, não homologou nem a promoção nem a criação do título.

O Dr. Fernando da Silva Correia apresentou uma comunicação sobre Pierre Michon, aliás Bourdelot, Abade da Corte e médico seiscentista do Príncipe de Condé e do Rei de França.

Focou a figura de D. Diogo de Sousa, Conde de Rio Pardo, sepultado em Lisboa no Convento de São Pedro de Alcântara.

O Dr. Leonel Ribeiro referiu-se aos papéis curiosos de um antigo Governador do Forte de S. João Baptista de Ajudá, que viveu nos fins do século XIX e cuja personalidade se propõe analisar.

14 de Janeiro de 1965 — O Dr. Montalvão Machado comunicou que se encontrava preocupado com um enigma da História de Portugal. Todos os livros dizem que a Rainha D. Leonor Teles era transmontana, mas ninguém indicou o local onde nasceu. Folheou várias obras e estava a estudar a Chancelaria de El-Rei D. Fernando, a fim de desvendar o mistério. Se conseguisse o seu intento não deixaria de o comunicar à Secção. E, concluindo, informou que a Rainha está sepultada em Valladolid.

António Machado de Faria informou que estivera há pouco tempo em Espanha, no desempenho de uma missão oficial e que um dos assuntos de que ali se ocupou foi o dos últimos anos da Rainha D. Leonor. A Rainha residiu primeiro em Tordesillas e depois de ter tido um filho e uma filha de um fidalgo espanhol, passou para Valladolid, onde pensou edificar um convento, no qual sua filha se recolheria. A filha da Rainha veio porém a casar com um fidalgo espanhol e o projecto foi posto de parte. Mais tarde, a filha e o genro de D. Leonor construíram uma capela, onde a Rainha foi sepultada. Anos volvidos, a capela foi comprada por um almirante espanhol, que a aplicou a jazigo para ele e sua família. Os restos mortais da Rainha foram, então, transferidos para o claustro e ali se mantiveram por largo tempo. Hoje, existe no local um colégio de jesuítas, cujo campo de jogos corresponde ao antigo claustro.

11 de Fevereiro de 1965 — Fez uma comunicação sobre uma moeda árabe rara, o Dr. Fernando Correia, descrevendo-a como um morabitino de ouro, da segunda metade do século XII, cunhado pelo príncipe muçulmano Ali ibn Iúufe e cujas inscrições, nas duas faces, foram, em tempos, lidas pelo eminente arabista Professor Doutor David Lopes. O Dr. Fernando Correia ofereceu à Associação fotografias das duas faces da moeda preciosa.

O Dr. Montalvão Machado ocupou-se do Paço de Frielas, hoje em ruínas, situado perto do Campo Grande, e descreveu minuciosamente o que resta do edifício de onde foram datados tantos documentos dos últimos reinados da primeira dinastia e dos primeiros da segunda. Ali teria El-Rei D. Dinis feito saraus literários e se teria hospedado no decorrer das excursões venatórias de que era entusiástico apreciador.

11 de Março de 1965 — Abílio Mendes do Amaral fez uma comunicação intitulada «O Dom Prior Doutor Diogo de Gouveia na Vida Cultural da Renascença e na Inclita Cavalaria de Santiago», indicando uma vasta bibliografia sobre a matéria e tratando desenvolvidamente dos problemas constituídos pelo local da sepultura e pelo epitáfio do Doutor Diogo de Gouveia, citando as opiniões de diversos autores e apresentando as conclusões a que chegou e que são: a sepultura foi situada na capela da Igreja de Santiago, que era a do seu convento e a da sua ordem, e o epitáfio, de que apresentou uma fotografia, encontra-se hoje, em perigo, numa lage solta, por detrás da porta principal da Igreja dos espartários, no castelo de Palmela.

O Dr. Montalvão Machado apresentou uma comunicação sobre o concelho de Ervededo, que terminou em 1853 mas de que se ignora a data da criação. Falou acerca do Couto de Ervededo — dos arcebispos de Braga —, criado no reinado de D. Sancho II. Séculos depois, no reinado de D. João III, mantinha-se o Couto, pertencendo à mitra bracarense e não ao concelho de Chaves. No tempo de D. João I, o Couto ainda pertencia ao arcebispado de Braga, mas tinha uma organização semelhante às dos concelhos civis. Era, por assim dizer, um concelho eclesiástico. Ignora-se, ao certo, quando se transformou num verdadeiro concelho civil. Foi no fim do século XVIII que passou, naturalmente, da categoria de concelho eclesiástico à de concelho civil, talvez por efeito da primeira invasão francesa, criado por necessidade imperiosa de ordem militar e fazendo parte de uma «muralha» fronteiriça.

No final, o Dr. Montalvão Machado mostrou diversas fotografias do concelho de Ervededo.

O Dr. Leonel Ribeiro referiu-se a um artigo do «Dicionário Geográfico», do P.^o Luís Cardoso, sobre a freguesia do Cadaval, com a relação de todos os senhores da mesma freguesia, etimologias, medidas, etc.

29 de Abril de 1965 — O P.^o Dr. Domingos Mauricio Gomes dos Santos referiu-se, com grande cópia de pormenores inéditos, à «Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão», esclarecendo alguns pontos obscuros da sua história. Ao ser criada, a Companhia provocou grande escândalo no meio do comércio particular, por se lhe ser atribuído o monopólio do negócio entre Portugal, o Grão-Pará e o Maranhão, e vice-versa. O seu capital realizado correspondia em moeda actual a 870 704 contos de réis. A maior accionista foi a Rainha D. Maria Ana Vitória, mulher de El-Rei D. José, que figurou com 50 acções. A primeira Marquesa de Pombal possuiu 6 acções. Depois de ter dado grandes lucros, foi retirado o monopólio à Companhia, que entrou em declínio, tendo a sua liquidação durado até os nossos dias. Terminando, revelou que na Biblioteca do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas se encontra um conjunto de documentos preciosos referentes à Companhia e que completam o fundo existente no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.

O Ten. José de Campos e Sousa ocupou-se do serviço de porcelana brasonada, Saxe-Meissen, do Bispo D. Agostinho de Ornelas e relatou pormenores curiosos acerca do «Grito do Ipiranga», proferido por D. Pedro de Bragança, Príncipe Regente do Brasil, nos arredores de São Paulo, quando proclamou a independência daquele país.

13 de Maio de 1965 — O P.^o Domingos Mauricio Gomes dos Santos abordou o problema das razões que teriam levado o Marquês de Pombal a hostilizar tão viva-

mente a Companhia de Jesus, emitindo a opinião de que Sebastião de Carvalho e Melo teria sido influenciado por certas correntes doutrinaárias político-sociais que, então, começavam a agitar a Europa.

O Dr. Leonel Ribeiro comunicou que tinha um trabalho na tipografia, sobre a etimologia da palavra *Cale*. Deu exemplos do emprego da dita palavra em inscrições peninsulares, tanto etruscas como sânscritas. Acrescentou que brevemente iria ao Porto tomar parte no Colóquio Portuense de Arqueologia e ali apresentaria um trabalho pelo qual, com base nos alfabetos estudados, somos levados a crer que, tanto a origem do alfabeto como a numeração falada indo-europeia, são criações do europeu indiviso. A ser assim, terminou, isto implica a necessidade de se proceder a uma revisão acerca das origens da civilização europeia.

3 de Junho de 1965 — Usou da palavra o Dr. José Timóteo Montalvão Machado para fazer uma comunicação sobre as «Dificuldades do povoamento de Trás-os-Montes durante a primeira dinastia».

Disse que na fundação da nacionalidade havia no país uns quinhentos mil habitantes, dos quais apenas cinquenta mil homens válidos. Descreveu em seguida, com grande cópia de pormenores, a série de regalias alternadamente concedidas e retiradas pelo Rei D. Dinis à Terra de Montenegro, até à sua incorporação final no concelho de Chaves. Referiu-se, ainda, à criação do concelho de Carrazedo de Montenegro, que, na revisão administrativa de 1853, foi extinto e fundido com outro, para dar origem ao concelho de Valpaços, hoje um dos maiores e mais prósperos de Trás-os-Montes. Citando várias personagens ilustres de Valpaços, referiu-se, em particular, ao Conselheiro Francisco José de Medeiros, que foi jurisconsulto eminente, Par do Reino, Ministro da Justiça e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

8 de Julho de 1965 — Abílio Mendes do Amaral fez uma comunicação «O cartário do Convento de Vinhó», descrevendo a origem de Vinhó, que vem do repovoamento sisnandino (século XI), e traçando a história do Convento, que foi fundado por Francisco de Sousa (neto de Gil de Ossem) e sua mulher, D. Antónia de Teive.

O cartário do Convento encontra-se na Torre do Tombo e constitui um volume precioso contendo documentos autenticados que valem e têm crédito como se fossem originais. Depois de descrever minuciosamente esses documentos, fez várias considerações sobre o seu valor histórico, o aspecto cultural da sua divulgação e as vantagens resultantes desse conhecimento.

O Dr. Montalvão Machado falou sobre «Quando não havia em Trás-os-Montes nem cidades nem Bispos», referindo-se à origem e história das dioceses e cidades

trasmontanas, incluindo o efêmero bispado de Penafiel, cujo primeiro e único bispo, sendo Ministro da Rainha D. Maria I, se demitiu a si mesmo e fez regressar o bispado à Diocese do Porto.

15 de Julho de 1965 — O Ten. José de Campos e Sousa apresentou uma comunicação intitulada «Palmela e os du Maurier», crítica à obra «The du Mauriers», da consagrada novelista inglesa Daphne du Maurier.

O autor começou por passar em revista o que a escritora disse sobre as famílias du Maurier e Palmela, para depois repor a verdade dos factos, tão profunda e românticamente alterada. Socorrendo-se de argumentos irrefutáveis, baseados na cronologia, na história e na genealogia e, sobre tudo, em três assentos paroquiais relativos ao 1.º Duque e à 1.ª Duquesa de Palmela, descobertos nos antigos registos paroquiais de Lisboa, provou à evidência e com toda a minúcia, a falta de probidade cultural e a leviandade com que Daphne du Maurier escreveu a obra referida e a apresentou, não como trabalho de imaginação mas como biografia e crónica, assente em pseudo-documento, numa dedicatória à parentela e numa árvore genealógica da família que, afinal, nada provam.

Ao terminar, José de Campos e Sousa exortou Daphne du Maurier a refundir, inteiramente, a obra mencionada, ou a apresentá-la como ela em essência é: um trabalho de imaginação, curioso, glosando as origens e a ascensão, os anseios, as grandezas e as misérias da, por mais de um título, notável família du Maurier.

2 de Dezembro de 1965 — O Dr. Montalvão Machado fez uma comunicação a que deu o título de «Como li História de Portugal nos Homens, Monumentos e Paisagens do Brasil», por assim dizer um relatório da recente viagem que fez à nação irmã, na qualidade de representante da Associação. O orador dividiu a sua notável palestra em sete capítulos: *Na cidade da Baía; Na Baía da Guanabara; Na Casa de Trás-os-Montes, do Rio de Janeiro; No Parque das Laranjeiras; No Palácio Tiradentes; Na cidade de São Paulo; e Para concluir.*

Abílio Mendes do Amaral leu e comentou um documento que resolve dois aspectos, até agora misteriosos, da vida do insigne Doutor Diogo de Gouveia, após o seu regresso do Concílio de Trento, a saber: onde viveu de 1545 a 1548 e qual o cargo então ocupado. Segundo averiguou, o Doutor Diogo de Gouveia foi Prior de Vinhão durante aquele período, exercendo, ou não, as respectivas funções. A carta de nomeação foi encontrada pelo orador na Chancelaria de El-Rei D. João III.

Generalizou-se, depois, um debate sobre se o escritor Pina da Fonseca se chamou Baltazar ou Belchior. Machado de Faria defendeu a hipótese de se tratar

de dois irmãos e afirmou que não seria este o primeiro caso de pessoas com nomes de baptismo diferentes e apelidos comuns serem unificadas numa só. Mendes do Amaral emitiu a opinião de se tratar de uma só pessoa, a quem todos chamam Belchior, mas que a si próprio se chamava Baltazar. Nada encontrou que prove a existência de dois irmãos, cada qual com o seu nome de baptismo. Verifica-se, apenas, a errada leitura de uma abreviatura: *B.or* por *B.ar*.

Foi aprovado um voto de congratulação pelo facto de o Dr. João Couto haver feito doação à Câmara Municipal de Coimbra, da *Torre de Anto*, integrada na muralha da cidade e na qual viveu o poeta António Nobre.

17 de Fevereiro de 1966 — O P.^o Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos falou sobre a «Participação de um português — o Padre Tomás Pereira — no primeiro tratado diplomático russo-chinês».

Abílio Mendes do Amaral ocupou-se da figura de Frei Alexandre de Gouveia, que, no reinado de D. Maria I, foi Bispo de Pequim e Presidente da Academia das Ciências daquela cidade.

24 de Março de 1966 — O Dr. Montalvão Machado e Abílio Mendes do Amaral deram informações acerca das sepulturas do Senhor D. Jorge e D. Frei Diogo de Gouveia, a transmitir à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

O Dr. Montalvão Machado fez uma comunicação intitulada «Amizade do Rei D. Fernando às praças fronteiriças».

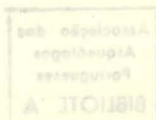
14 de Abril de 1966 — O Dr. Montalvão Machado recordou, com louvor, a valiosa protecção concedida por El-Rei D. Fernando II e pelo Duque de Palmela à Associação Lusitana dos Arqueólogos de Setúbal. Falou, depois, sobre o casamento, verdadeiro ou falso, de El-Rei D. Pedro I e de D. Inês de Castro, apresentando um argumento inédito a favor da tese de que, realmente, não houve matrimónio.

O Ten. José de Campos e Sousa referiu, pormenorizadamente, o caso curioso de uma senhora, hipotética filha única do casamento católico, clandestino, de um Príncipe, e mais tarde Rei, de Inglaterra, salientando o facto de ela nunca ter acalentado ambições de soberania.

Manuel de Melo Correia, a propósito, citou o caso das infundamentadas pretensões dinásticas de uma presumível filha adúltera de um dos Reis de Portugal.

7 de Julho de 1966 — O P.^o Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos falou sobre «O Ajuntamento, ou Congregação, de Braga, imprópriamente chamado III Sínodo Provincial de Braga, no ano de 1426 e no tempo do Arcebispo D. Fernando da Guerra».

Luís de Bivar Guerra apresentou uma comunicação intitulada «A Casa nobre de Matias Aires Ramos da Silva e Eça, na Rua das Janelas Verdes, de Lisboa, onde esteve instalada a Casa dos Contos, desde o terramoto de 1755 até o ano de 1761».



COMISSÃO DE HERÁLDICA E GENEALOGIA

Mesa eleita em 4 de Julho de 1964

Presidente — *Marquês de São-Paio*
Vice-Presidente — *Ten. José de Campos e Sousa*
Secretário — *Dr. Carlos Lobo de Oliveira*

*

14 de Novembro de 1964 — Trocaram-se impressões sobre vários problemas de heráldica municipal, tendo António Machado de Faria informado que continuavam pendentes os pareceres sobre as armas de vários municípios em virtude de as respectivas Câmaras não terem fornecido as indicações necessárias para o seu andamento e que existem processos já aprovados pela Associação mas não submetidos pelas Câmaras à homologação do Ministério do Interior, como está superiormente estabelecido.

30 de Janeiro de 1965 — O Marquês de São-Paio referiu-se a um ofício da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo consultando a Comissão sobre as armas, bandeira e selo do Município, deliberando-se solicitar da mesma Câmara que, por intermédio da Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior, envie os elementos necessários para elaboração do parecer.

8 de Junho de 1965 — Tratou-se do parecer relativo às armas do concelho de Pombal, deliberando-se introduzir duas alterações no parecer dado em 20 de Novembro de 1934, a transmitir à Câmara respectiva para esta se pronunciar, como é devido.

28 de Junho de 1966 — A Comissão ocupou-se do parecer acerca das armas, bandeira e selo do concelho de Montemor-o-Novo, deliberando-se encarregar o seu Presidente da respectiva elaboração.

Ocupou-se, também, do parecer sobre as armas, bandeira e selo do concelho de S. João da Madeira, deliberando-se dar andamento ao que foi solicitado pela sua Câmara.

Tratou-se, ainda, do parecer relativo às armas, bandeira e selo das Misericórdias, a pedido das Santas Casas de Amares e Povoação (Açores).

5 de Julho de 1966 — O Marquês de São-Paio leu o parecer acerca das armas, bandeira e selo das Santas Casas da Misericórdia, a fim de ser enviado às de Amares e Povoação, sendo aprovada a sua redacção.

Foi também lido e aprovado o parecer das armas, bandeira e selo do concelho de Montemor-o-Novo, a enviar à respectiva Câmara.

COMISSÃO DE NUMISMÁTICA E SIGLOGRAFIA

Mesa eleita em 29 de Outubro de 1963

Presidente — *Major Joaquim Ismael Spínola*

Vice-Presidente — *Comodoro Alfredo Mota*

Secretário — *Dr. Gabriel Rocha Souto*, substituído pelo

Dr. Joaquim do Rego Fronteira em 24 de Novembro
de 1964

*

24 de Novembro de 1964 — Por escassez de frequência de vogais foi deliberado suspender temporariamente as reuniões, até serem admitidos na Associação mais sócios que se dediquem ao estudo da Numismática.

Noticiário

Dos jornais de todo o país extraímos notícias resumidas que julgamos poderem interessar os nossos consócios, em virtude de alguns desses periódicos não serem de todos conhecidos e outros darem informações que, porventura, passaram despercebidas.

*

Campanha de escavações em Conimbriga (Agosto de 1964). As escavações foram feitas com o fim de se conseguir uma estratigrafia. Julga-se poderem ser estabelecidos três níveis: flávio (?), com um grande monumento; outro, do final do séc. III, séc. IV, contemporâneo das muralhas e um terceiro a que chamam suévico-visigótico.

Os materiais recolhidos deram entrada imediata no laboratório e depois no Museu locais para serem preparados, marcados, estudados e expostos ou guardados consoante o seu interesse relativo.

O Século, 1-9-1964

No Museu Nacional de Arqueologia (Madrid), entraram 12 caixas com materiais arqueológicos recolhidos nas escavações da Núbia, onde um sector é constituído por um grupo de cientistas espanhóis.

Diário de Lisboa, 3-9-1964

Na Citânia de Sanfins continuaram, em 1964, e com muito interesse, as escavações que desde há anos ali realiza o Ten.-cor. Afonso do Paço, com a colaboração de vários estudantes.

Diário do Norte, 4-9-1964

A União Soviética, para rebater ideias expansionistas da China fundamentadas em supostas colonizações pré-históricas em certas zonas da Sibéria, negou a veracidade da tese chinesa por se apoiar em dados falsos: as culturas das áreas da Sibéria em questão são oriundas da própria região e não de origem amarela segundo agora averiguou a arqueologia.

O Comércio do Porto, 5-9-1964

Foi possível fazer reviver bactérias a que se atribui a idade de 250 milhões de anos. O estudo de tão antigos seres está a ser feito no Instituto de Bad-Nauheim e na Universidade de Friburgo (Brisgau).

Diário de Lisboa, 10-9-1964

Em Lamoso, Paços de Ferreira, o Rev. António Augusto Tavares e o Arq. Fernando Lanhas estudaram um dólmen. Este monumento já havia sido visitado pelo Abade de Tagilde, nos fins do século passado. O espólio então encontrado era muito pobre: uma lâmina de sílex e um machado de pedra (polida?). Parece tratar-se de um dólmen de galeria. Pede-se a intervenção das autoridades competentes para evitarem a ruína do monumento.

O Comércio do Porto, 11-9-1964

Em Itália foi publicada uma lei de protecção à cultura e à beleza com o fim de ser valorizado não só o património artístico, arqueológico e histórico, mas também a paisagem que os rodeia.

Jornal de Letras e Artes, 16-9-1964

Um grupo de Arqueólogos Alemães descobriu no antigo cemitério de Atenas (Cerâmico) uma estela em mármore, muito bem conservada; exhibe, em baixo relevo, a figura de um jovem de perfil. Foi-lhe atribuída a data 430 anos a. C. Na parte superior da pedra, por cima da cabeça do mancebo, aparece gravado o seu nome: Euferos. A notícia não nos diz quem se supõe ter sido o escultor.

A Voz, 16-9-1964

Sobre o monumento de Lamoso publicou o *Diário do Norte* (13-9-1964) uma notícia acompanhada de um esboço do perfil do dólmen.

O mesmo monumento foi visitado dias depois pelo Presidente da Câmara de Paços de Ferreira na companhia de outras individualidades ligadas ao município para tratarem da protecção do monumento.

O Comércio do Porto, 19-9-1964

Com o patrocínio da Fundação Gulbenkian, o Ten.-cor. Afonso do Paço e o Dr. Joaquim Bação Leal exploraram em 3.ª campanha, o fortim romano de Lousa, Mourão, alcandorado sobre a margem esquerda do Guadiana. Até agora só encontraram fortificações romanas semelhantes a esta, no vale do Reno.

O Século, 20-9-1964

Mais uma vez se chama a atenção para as ruínas da que foi uma grande cidade, a que não faltam um circo e um lugar para combates de barcas, segundo atestam inscrições fidedignas: Balsa, assim foi chamada. Fica entre a Luz e Tavira.

Povo Algarvio, 20-9-1964

O Rev. Manuel Dias, de Serdedelo, Ponte de Lima, está a realizar investigações arqueológicas em mamoas descobertas nas freguesias vizinhas e onde apareceu espólio de grande valor arqueológico. Os trabalhos foram interrompidos por «indivíduos mesquinhos e despeitados». A notícia não diz quem eram, mas talvez as explorações não estivessem a ser levadas a cabo conforme preceitua a lei.

O Comércio do Porto, 23-9-1964

O Dr. Aitken, director do «Research Laboratory for Archaeology and the History of Art», de Oxford, no dia 30 de Setembro próximo vai fazer pesquisas no local onde se supõe ter existido Colipo, perto de Leiria, utilizando o magnetómetro.

Diário de Lisboa, 24-9-1964

O castro do Zambujal, Torres Vedras, foi descoberto em 1943 por Leonel Trindade. É de tipo semelhante ao de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja). Este ano as escavações outrora feitas pelo Dr. Ricardo Belo (e a que está ligado o Museu Etnológico), estão a cargo do Instituto Arqueológico Alemão, Secção de Madrid e nelas tomam parte não só o descobridor das ruínas, mas professores e alunos da Universidade de Friburgo.

Badaladas, 26-9-1964

MOVIMENTO DE SÓCIOS

Admissões para a Secção de Pré-História

Efectivos:

Dr.ª Maria Odete de Almeida Duarte — 16 de Dezembro de 1965

Correspondentes:

Abbé André Glory, francês — 6 de Maio de 1965

Dr. Jean Guilaine, francês — 15 de Julho de 1965

P.ª Donata de Almeida e Cunha — 16 de Dezembro de 1965

Dr. António Sánchez Paredes, espanhol — 18 de Julho de 1966

Admissões para a Secção de História

Efectivos:

Dr. António Pedro de Carvalho de Sousa Leite — 28 de Janeiro de 1965

Manuel de Melo Correia — 28 de Janeiro de 1965

Abílio Mendes do Amaral — 28 de Janeiro de 1965

Brigadeiro Alberto de Sousa Amorim Rosa — 6 de Maio de 1965

Doutor Jorge Borges de Macedo — 16 de Dezembro de 1965

Correspondentes:

Prof. Luís Reis Santos — 28 de Janeiro de 1965

Alfredo Augusto Pereira de Lima — 6 de Maio de 1965

Concessão de títulos de beneméritos

General António Victorino França Borges — 15 de Julho de 1965

António Machado de Faria de Pina Cabral — 8 de Julho de 1966

Sócios falecidos

Dr. Paul Adam, correspondente francês, Secção de História — 16 de Julho de 1964

Dr. Jaime da Nóbrega Salgueiro, efectivo, Secção de História — 3 de Janeiro de 1965

Dr. Leonídio António Ferro de Abreu, correspondente, Secção de História — 6 de Fevereiro de 1965

Alberto Vieira Braga, correspondente, Secção de História — 6 de Março de 1965

Eng. Augusto Cancela de Abreu, sócio honorário — 6 de Abril de 1965

Dr. João da Silva Neves de Sousa Alvim, efectivo, Secção de História — 22 de Maio de 1965

Dr. Alexandrino Rodrigues de Passos, correspondente, Secção de História — 29 de Maio de 1965

Ten.-cor. Augusto Botelho da Costa Veiga, efectivo, Secção de História — 4 de Julho de 1965

Joaquim Henrique Castelino de Aguiar e Mira, efectivo, Secção de História — 6 de Dezembro de 1965

Major Ismael Joaquim Spínola, efectivo, Secção de História — 3 de Fevereiro de 1966

Amadeu Rodrigues Pires, efectivo, Secção de História — 10 de Março de 1966

Mário de Sampaio Ribeiro, efectivo, Secção de História — 13 de Maio de 1966

COLOCAÇÃO DAS ESTAMPAS FORA DO TEXTO

	Págs.
Procurando restos arqueológicos na senda do tractor	92-93
Recolhendo «fatias» de mosaico	92-93
Fragmento do primeiro mosaico	92-93
O que resta do primeiro mosaico	92-93
Fragmento do segundo mosaico	92-93
Outro fragmento do segundo mosaico	92-93
Restos de construções	92-93
Bloco de <i>opus signinum</i> da Represa existente no Vale Tesnado	92-93
Loulé Velho: a escarpa, vendo-se na parte superior o estrato romano	92-93
Loulé Velho: peso de lagar que as águas do outono trouxeram à superfície mas hoje se encontra coberto pelas areias ...	92-93
Restos de duas cetárias de Loulé Velho em meados de Outubro de 1963... ..	92-93
Outra vista das mesmas cetárias	92-93
Morabitino de ouro em broche (reverso e anverso)	112-113
Anverso e reverso da mesma moeda em tamanho aumentado	112-113
Leitura feita pelo Prof. David Lopes (anverso)	112-113

	Págs.
Leitura feita pelo Prof. David Lopes (reverso)	112-113
65 — Cor: cinzento escuro	122-123
68 — Cor: cinzento	122-123
111 — Cor: cinzento escuro	122-123
130 — Cor: cinzento escuro	122-123
133 — Xisto cinzento escuro	122-123
150 — Cor: cinzento	122-123
152 — Cor: cinzento	122-123
164 — Xisto amarelado escuro	122-123
168 — Cor: cinzento esverdeado	122-123
200 — Xisto amarelado	122-123
201 — Xisto esverdeado (verde musgo)	122-123
205 — Xisto muito escuro	122-123
Duque de Palmela	158-159
Igreja matriz de Oeiras	186-187
Quadro elaborado pela especialista francesa M. ^{me} A. Leroi-	
-Gourhan para as análises polínicas	196-197
Quinta de S. Gião. Acesso pelo caminho da Ponte da Barca ...	220-221
Um pardieiro que guarda segredos de séculos	220-221
O corpo alongado do edifício	220-221
A retaguarda do edifício	220-221
Dois arcos ultrapassados fazem a comunicação entre a nave	
central e cada uma das naves laterais	220-221
Coluna monolítica com capitel visigótico insculpido	220-221

	Págs.
Imposta-ábaco com quadrifólios	220-221
Repare-se no extremo inferior do fuste	220-221
Capitel onde se pode observar com certo detalhe o recorte das palmetas tipicamente visigóticas	220-221
Imposta (?) com ornamentação	220-221
A peça foi encontrada enchendo a parede da frente da <i>nave</i> <i>central</i>	220-221
O que parece ser os restos da parede duma das naves laterais já desaparecidas	220-221
Peça de calcáreo ornamentada com pentafólios	220-221
A mesma peça. Pode ver-se as duas faces ornamentadas	220-221
Arco peraltado no interior da <i>nave central</i>	220-221
O arco peraltado apoia-se sobre impostas-ábaco de «gosto ravenence»	220-221
Grande imposta donde arranca o arco da abside (?)	220-221
Na <i>nave central</i> , numa parede não longe do arco peraltado, sur- giu esta pedra de calcáreo mole	220-221
Uma pedra visigótica, servindo de cunhal a construção mais recente	220-221
Pedra de aproveitamento num batente de porta de palheiro da Quinta	220-221
Fazendo parte do entulho que foi aproveitado para encher a parede da rectaguarda	220-221
Ao retirarmos o «fragmento de caleira», vimos com surpresa que se tratava duma ara romana, anepígrafa	220-221

	Págs.
Fragmento de coluna laterítica romana	220-221
Pedaços de <i>tegula</i> e <i>imbrex</i> com sulcos digitais	220-221
Détails des impressions sur vases campaniformes décorés à la cordelette de la France méridionale	302-303
Arco que abria do cruzeiro para a abside	348-349
Foto 3 — (Outro aspecto do arco)	348-349
Foto 4 — (Outro aspecto do arco)	348-349
Arcos peraltados que ligariam o <i>cruzeiro</i> com uma das naves laterais... ..	348-349
Vista geral dos arcos depois da sua desobstrução	349-349
Três arcos peraltados, assentes em impostas-ábaco com moti- vos visigóticos... ..	348-349
Três palmas (ou três ciprestes) que lembram martírio (pal- mas) ou enterramento (ciprestes)	348-349
Um dos motivos das impostas-ábaco dos arcos laterais (qua- drifólicos e SS).	348-349
O pavimento de <i>opus signinum</i> continua para o exterior do <i>cruzeiro</i>	348-349
Na parede voltada para uma das <i>naves laterais</i> surgiu um nicho de tipo côncavo	348-349
Alicerce da abside posta a descoberto durante a escavação ...	348-349
S. Sebastião de calcáreo, crivado de perfurações redondas ...	348-349
Cipo funerário	348-349
Fracção da base de fuste de coluna de calcáreo	348-349

	Págs.
Fracção de colunazinha que parece visigótica	348-349
Fase final dos trabalhos	348-349
Fundo de vaso visigótico, ou muito provavelmente mais recente	348-349
Lucerna de barro grosseiro com sinais de ter sido utilizada	348-349
Jorge Monteiro desenha a planta de S. Gião	348-349

ESTE VOLUME FOI COMPOSTO POR SILVAS, LDA.,
E IMPRESSO A 2 DE MAIO DE 1967, NA RUA DE
D. PEDRO V, N.º 114 A 126, EM LISBOA